

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**  
**N.º 175, DE 2022**  
**(Do Poder Executivo)**  
**MSC 620/2022**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.290, de 24 de agosto de 2018, que renova a permissão outorgada à Rádio Rio Verde Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))



MENSAGEM Nº 620

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, que renova permissões às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 1.712, de 28 de junho de 2017 - Radio Master FM Ltda - Me, no município de São João do Ivaí - PR;
- 2 - Portaria nº 1.119, de 28 de fevereiro de 2018 - A Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda., no município de Vitória - ES;
- 3 - Portaria nº 3.143, de 13 de junho de 2018 - Rede Serrana de Radiodifusão Ltda., no município de Presidente Getúlio - SC;
- 4 - Portaria nº 3.301, de 3 de julho de 2018 - Sistema Barretense de Comunicação e Cultura Ltda., no município de Barretos - SP;
- 5 - Portaria nº 3.673, de 18 de julho de 2018 - Radio Belo Horizonte Ltda., no município de Belo Horizonte - MG;
- 6 - Portaria nº 3.677, de 18 de julho de 2018 - Rádio Difusora de Itajubá Ltda., no município de Itajubá - MG;
- 7 - Portaria nº 4.209, de 24 de agosto de 2018 - Rádio Clube de Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;
- 8 - Portaria nº 4.290, de 24 de agosto de 2018 - Radio Rio Verde Ltda., no município de Baependi - MG;
- 9 - Portaria nº 4.850, de 18 de setembro de 2018 - Rádio Porto Alegre FM Ltda.-ME, no município de Porto Alegre - RS;
- 10 - Portaria nº 5.312, de 11 de outubro de 2018 - Rádio Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;
- 11 - Portaria nº 5.442, de 23 de outubro de 2018 - Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., no município de Itapirapuã - GO;

12 - Portaria nº 5.755, de 9 de novembro de 2018 - Rádio Iguaçu Ltda., no município de Santiago - RS;

13 - Portaria nº 5.757, de 9 de novembro de 2018 - Andrômeda Radiodifusão Ltda., no município de Pelotas - RS;

14 - Portaria nº 6.103, de 3 de dezembro de 2018 – Sociedade Rádio Liberdade Ltda., no município de Guaratinguetá - SP;

15 - Portaria nº 75, de 10 de fevereiro de 2020 – Rádio Energia dos Vales Ltda., no município de Roca Sales - RS;

16 - Portaria nº 138, de 24 de julho de 2020 - Sistema Plug de Comunicações Ltda., no município de Sarandi - PR;

17 - Portaria nº 163, de 10 de fevereiro de 2020 - Rádio Talento FM Ltda., no município de Rio Azul - PR; e

18 - Portaria nº 164, de 24 de julho de 2020 - Rádio Cultura FM Santos Ltda., no município de Santos - SP.

Brasília, 22 de novembro de 2022.

EM nº 00017/2021 MCOM

Brasília, 15 de Janeiro de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo n.º 53000.060582/2013-72, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 18046/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 881/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria n.º 4290, de 24 de agosto de 2018, publicada em 30 de agosto de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à Rádio Rio Verde Ltda. (CNPJ n.º 03.890.462/0001-10), nos termos da Portaria n.º 344, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 591, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 27 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria*



## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/08/2018 | Edição: 168 | Seção: 1 | Página: 20

Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações/Gabinete do Ministro

### PORTARIA Nº 4.290-SEI, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017 e o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com nova redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 o que consta do Processo Administrativo nº 53000.060582/2013-72, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 18.046/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00881/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à Racio Rio Verde Ltda., nos termos da Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 591, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 27 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Baependi, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 635/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 23 de novembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro-Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem com a qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as permissões outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão sonora em frequência modulada, constantes das Portarias nºs 1.712, de 2017; 1.119, 3.143, 3.301, 3.673, 3.677, 4.209, 4.290, 4.850, 5.312, 5.442, 5.755, 5.757, e 6.103, de 2018; 75, 138, 163 e 164, de 2020.

Atenciosamente,

**LUIZ EDUARDO RAMOS**  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 23/11/2022, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado:



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3761844** e o código CRC **7991E7ED** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

## INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
<b>Nº Processo:</b>	53000.060582/2013-72
<b>Interessado:</b>	Radio Rio Verde Ltda - Epp (radio Rio Verde Ltda)
<b>Sector:</b>	Secretaria de Radiodifusão
<b>CNPJ:</b>	03.890.462/0001-10
<b>Serviço:</b>	Rádio Frequência Modulada
<b>FISTEL:</b>	50012011282
<b>UF:</b>	MG
<b>Localidade:</b>	Baependi
<b>Tipo:</b>	Renovação Rádio Frequência Modulada
<b>Número do Tipo:</b>	428
<b>Documentos Restritos:</b>	Balanço Patrimonial - evento SEI n.º3227974

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias

433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 01/10/2018, às 17:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3419984** e o código CRC **F738C45E**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**CERTIDÃO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES**

**PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI**

Protocolo nº: **53000.060582/2013-72**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 09 de maio de 2014, na unidade SLPOS/GTCO/DEOC/SCE.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Valesca Menezes Monteiro, Advogado**, em 09/05/2014, às 16:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0000652** e o código CRC **08C1810F**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica



## TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: **53000.060582/2013-72**  
Interessado: **RÁDIO RIO VERDE LTDA**  
Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Conforme consta nos documentos em anexo, determino a abertura de processo administrativo para as providências cabíveis segundo a legislação vigente, contendo inicialmente 40 (quarenta) folhas, contando com o presente Termo de Abertura.

Em 21/10/2013

  
**MARIA IVAGNA F. MENDES REIS**

Coordenador

Subgrupo de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial  
SDCOM/GTDI/DEOC/SCE-MC



# Rádio Rio Verde Ltda.



Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A **Rádio Rio Verde Ltda.**, inscrita CNPJ/MF sob n.º 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, São Cristóvão, Baependi – Estado de Minas Gerais, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, canal 292, frequência de 106,3 MHz, por intermédio do representante legal da emissora **Marina Paiva Mangia** residente e domiciliada na Chácara Santa Cruz, s/nº, CP 40, CEP: 37443-000, Baependi - Estado de Minas Gerais, portadora do RG nº 7.939.657 - MG e CPF nº 040.825.776-88, tendo em vista o disposto no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, vem, respeitosamente, **requerer** de Vossa Excelência a Renovação da sua Outorga por novo Decênio da permissão que lhe fora outorgada pela Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, publicada no DOU do dia 25 de março de 2002, anexando, para tanto os documentos necessários.

Nestes termos,

Pede deferimento.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 060582/2013-72

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

17/10/2013-11:34 - SDC/11

Baependi, 10 de outubro de 2013.

  
Marina Paiva Mangia.  
CPF: 040.825.776-88  
Gerente



*Rádio Rio Verde Ltda.*



## *DECLARAÇÕES.*



# *Rádio Rio Verde Ltda.*



## **DECLARAÇÃO DE ADESÃO AS CLAUSULAS DE CONCESSIONARIAS.**

Na qualidade de Gerente da **Rádio Rio Verde Ltda.**, inscrita CNPJ/MF sob n.º 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, São Cristóvão, Baependi – Estado de Minas Gerais, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, canal 292, frequência de 106,3 MHz, **eu Marina Paiva Mangia** residente e domiciliada na Chácara Santa Cruz, s/nº, CP 40, CEP: 37443-000, Baependi - Estado de Minas Gerais, portadora do RG nº 7.939.657 - MG e CPF nº 040.825.776-88, **Declaro** conhecimento e adesão às cláusulas que regulam as relações da concessionária com o poder Concedente, (art. 3º, § 1º, a, Dec, 88066/1983, de 26/01/1983).

Baependi, 10 de outubro de 2013.

  
Marina Paiva Mangia.  
CPF. 040.825.776-88  
Gerente





# *Rádio Rio Verde Ltda.*



## ***DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 220,§5º, CF.***

Na qualidade de Gerente **da Rádio Rio Verde Ltda.**, inscrita CNPJ/MF sob n.º 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, São Cristóvão, Baependi – Estado de Minas Gerais, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, canal 292, frequência de 106,3 MHz, **eu Marina Paiva Mangia** residente e domiciliada na Chácara Santa Cruz, s/nº, CP 40, CEP: 37443-000, Baependi - Estado de Minas Gerais, portadora do RG nº 7.939.657 - MG e CPF nº 040.825.776-88, **Declaro** que não infringiu a vedação do art. 220,§5º, CF.

Baependi, 10 de outubro de 2013.

  
Marina Paiva Mangia.  
CPF: 040.825.776-88  
Gerente



# *Rádio Rio Verde Ltda.*



## **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 220, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

Na qualidade de Gerente da **Rádio Rio Verde Ltda.**, inscrita CNPJ/MF sob n.º 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, São Cristóvão, Baependi – Estado de Minas Gerais, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, canal 292, frequência de 106,3 MHz, **eu Marina Paiva Mangia** residente e domiciliada na Chácara Santa Cruz, s/nº, CP 40, CEP: 37443-000, Baependi - Estado de Minas Gerais, portadora do RG nº 7.939.657 - MG e CPF nº 040.825.776-88, **Declaro e atesto** que cumpre as normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme as disposições constitucionais (artigo 220, § 4º, da Constituição Federal) e legais (Lei nº 9.294/1996), que regem a matéria.

Baependi, 10 de outubro de 2013.

  
Marina Paiva Mangia.  
CPF: 040.825.776-88  
Gerente



# Rádio Rio Verde Ltda.



## **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE PERCENTUAIS DE PROGRAMAÇÃO.**

Na qualidade de Gerente **da Rádio Rio Verde Ltda.**, inscrita CNPJ/MF sob n.º 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, São Cristóvão, Baependi – Estado de Minas Gerais, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, canal 292, frequência de 106,3 MHz, **eu Marina Paiva Mangia** residente e domiciliada na Chácara Santa Cruz, s/nº, CP 40, CEP: 37443-000, Baependi - Estado de Minas Gerais, portadora do RG nº 7.939.657 - MG e CPF nº 040.825.776-88, **Declaro e atesto** que cumpre os seguintes percentuais em sua programação: Máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo reservado à programação comercial e mínimo de 5% (cinco por cento) do tempo reservado ao serviço noticioso, bem como o cumprimento da obrigação de transmitir 5 (cinco) horas semanais de programas educacionais.

Baependi, 10 de outubro de 2013.

  
Marina Paiva Mangia.  
CPF: 040.825.776-88  
Gerente






# *Rádio Rio Verde Ltda.*



## **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 221, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

Na qualidade de Gerente **da Rádio Rio Verde Ltda.**, inscrita CNPJ/MF sob n.º 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, São Cristóvão, Baependi – Estado de Minas Gerais, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, canal 292, frequência de 106,3 MHz, **eu Marina Paiva Mangia** residente e domiciliada na Chácara Santa Cruz, s/nº, CP 40, CEP: 37443-000, Baependi - Estado de Minas Gerais, portadora do RG nº 7.939.657 - MG e CPF nº 040.825.776-88, **Declaro e atesto** o cumprimento da finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Baependi, 10 de outubro de 2013.

  
Marina Paiva Mangia  
CPF: 040.825.776-88  
Gerente



# *Rádio Rio Verde Ltda.*



## **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 221, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

Na qualidade de Gerente **da Rádio Rio Verde Ltda.**, inscrita CNPJ/MF sob n.º 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, São Cristóvão, Baependi – Estado de Minas Gerais, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, canal 292, frequência de 106,3 MHz, **eu Marina Paiva Mangia** residente e domiciliada na Chácara Santa Cruz, s/nº, CP 40, CEP: 37443-000, Baependi - Estado de Minas Gerais, portadora do RG nº 7.939.657 - MG e CPF nº 040.825.776-88, **Declaro e atesto** o cumprimento dos valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, IV, da Constituição Federal.

Baependi, 10 de outubro de 2013.

  
Marina Paiva Mangia  
CPF: 040.825.776-88  
Gerente





*Rádio Rio Verde Ltda.*



# *COMPROVANTE DE NACIONALIDADE*

**Rádio Rio Verde Ltda** – CNPJ – 03.890.462/0001-10

Avenida Berenice Catão s/nº, Caixa Postal 16 - São Cristóvão – 37443-000 - Baependi/MG



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

NOME: MARINA PAIVA MANGIA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF: M7939657 SSP MG

CPF: 040.825.776-88 DATA NASCIMENTO: 04/07/1978

FILIAÇÃO: JOSE GERALDO PELUCIO MANGIA ALDA MARA PAIVA MANGIA

PERMISSÃO: ACC: CAT. HAB: 25

Nº REGISTRO: 02062660056 VALIDADE: 12/12/2011 1ª HABILITAÇÃO: 27/01/1997

OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA DO PORTADOR:

LOCAL: CAXAMBU, MG DATA EMISSÃO: 29/12/2006

12862809866  
MG927524589

PROIBIDO PLASTIFICAR 835850209

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 835850209



AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o original.

Dou fé. Em test. ( 04 ) de 10 de 2013

Unespendi, 04 de 10 de 2013

Luiz Carlos



*Rádio Rio Verde Ltda.*



# *GRADE DE PROGRAMAÇÃO*

**Rádio Rio Verde Ltda** – CNPJ – 03.890.462/0001-10

Avenida Berenice Catão s/nº, Caixa Postal 16 - São Cristóvão – 37443-000 - Baependi/MG



# *Rádio Rio Verde Ltda.*



## **Programação Festa FM**

### **Segunda á Sexta-Feira**

- 00:00 ás 05:00 - Momentos da Festa
- 05:00 ás 06:00 - Raízes da Festa
- 06:00 ás 07:00 - Educando na Festa
- 07:00 ás 08:00 - Manhã da Festa
- 08:00 ás 08:30 - Noticias da Manha
- 08:30 ás 11:00 - Manhã da Festa
- 11:00 ás 11:30 - Noticias da manhã
- 11:30 ás 12:00 - As mais pedidas da Festa
- 12:00 ás 13:00 - Recados do coração
- 13:00 ás 17:00 - Tarde da Festa
- 17:00 ás 18:00 - As mais pedidas da Festa
- 18:00 ás 18:30 - Noticias na Festa
- 18:30 ás 19:00 - Modão da Festa
- 20:00 ás 00:00 - Noite da Festa

**Rádio Rio Verde Ltda - CNPJ - 03.890.462/0001-10**

**Avenida Berenice Catão s/nº, Caixa Postal 16 - São Cristóvão - 37443-000 - Baependi/MG**



# *Rádio Rio Verde Ltda.*



## *Grade de Programação*

### Sábado

- 00:00 às 05:00 - Momentos da Festa
- 05:00 às 06:00 - Raízes da Festa
- 06:00 às 06:30 - Notícias na Festa
- 07:00 às 11:00 - Manhã da Festa
- 11:00 às 11:30 - Notícias na Festa
- 11:30 às 14:00 - Batidão da Festa
- 14:00 às 17:30 - Programação Rotativa
- 17:30 às 18:00 - Notícias da Festa
- 18:00 às 00:00 - Programação Rotativa

### Domingo

- 00:00 às 05:00 - Momentos da Festa
- 05:00 às 07:00 - Raízes da Festa
- 07:00 às 08:00 - Notícias da Festa
- 08:00 às 11:30 - Programação Rotativa
- 11:30 às 12:00 - Notícias da Festa
- 12:00 às 00:00 - Programação Rotativa





*Rádio Rio Verde Ltda.*



# *LAUDO DE VISTORIA*

**Rádio Rio Verde Ltda** – CNPJ – 03.890.462/0001-10

**Avenida Berenice Catão s/nº, Caixa Postal 16 - São Cristóvão – 37443-000 - Baependi/MG**

<b>Laudo de Vistoria Técnica</b>	
<b>Renovação de Outorga</b>	
<b>Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada</b>	
<b>1- Identificação</b>	
1.1- Nome/Razão Social: RÁDIO RIO VERDE LTDA	
1.2- Indicativo de chamada: ZYT503	1-2- Horário de funcionamento: Ilimitado
<b>2- Localização da estação transmissora</b>	
2.1- Endereço: SERRA SANTA MARIA – ZONA RURAL, S/N	
Cidade: BAEPENDI	UF: MG
CEP: 37443-000	Telefone: (35) 3343 1960
<b>2.2- Coordenadas Geográficas</b>	
Latitude: 21° 58' 37" S	
Longitude: 44° 53' 12" W	
<b>2.3 - Transmissor Principal</b>	
2.3.1- Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	
2.3.2 – Modelo: TFM 5K0	
2.3.3- Homologação/Certificação: 1283062337	
2.3.4- Potência de operação(kW): .....	Potência medida(kW): Autorizada: 3,2 kW Medida: 3,25 kW
2.3.5- Frequência(PBFM)[MHz]:	Frequência medida(MHz): Autorizada: 106.3 MHz Medida: 106.300125 Hz
2.3.6- Tolerância de frequência da portadora - (±2000 Hz):	125 Hz (Regular)
2.3.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	( X ) Sim ( ) Não
2.3.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	( X ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante
2.3.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	( X ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante
2.3.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	( X ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante
2.3.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	( X ) Sim ( ) Não
2.3.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	( X ) Sim ( ) Não
2.3.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	( X ) Sim ( ) Não
2.3.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	( X ) Sim ( ) Não
2.3.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	( X ) Sim ( ) Não

FVT-RO- FM

2.3.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	( X ) Sim	( ) Não
2.3.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	( X ) Sim	( ) Não
2.3.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	( X ) Sim	( ) Não
<b>2.4- Transmissor Auxiliar</b>		
2.4.1- Fabricante:		
2.4.2 - Modelo:		
2.4.3- Homologação/Certificação:		
2.4.4- Potência de operação(kW): .....	Potência medida(kW):	Autorizada: Medida:
2.4.5- Frequência(PBFM)[MHz]:	Frequência medida(MHz):	Autorizada: Medida:
2.4.6- Tolerância de frequência da portadora - ( $\pm 2000$ Hz):		
2.4.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	( ) Sim	( ) Não
2.4.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	( ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante	
2.4.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	( ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante	
2.4.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	( ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante	
2.4.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	( ) Sim	( ) Não
2.4.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	( ) Sim	( ) Não
2.4.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	( ) Sim	( ) Não
2.4.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	( ) Sim	( ) Não
2.4.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	( ) Sim	( ) Não
2.4.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	( ) Sim	( ) Não
2.4.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	( ) Sim	( ) Não
2.4.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	( ) Sim	( ) Não
<b>2.5- Sistema Irradiante Principal</b>		
<b>2.5.1- Antena</b>		
2.5.1.1- Fabricante: TRANS-TEL ANTENAS & RF SYSTEMS		
2.5.1.2- Modelo: TTFM3A-2-MOD		
2.5.1.3- Quantidade de Elementos:	2	

FVT-RO- FM

*[Assinatura]*

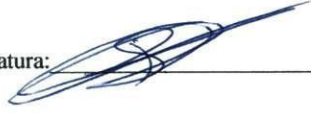





2.5.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]:	25,0m
2.5.1.5- Azimute de Orientação (NV):	40°
<b>2.5.2- Linha de Transmissão Principal</b>	
2.5.2.1- Fabricante: ANDREW DO BRASIL LTDA	
2.5.2.2- Modelo: LDF7-50A	
2.5.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	( X ) Sim ( ) Não
<b>2.6- Sistema Irradiante Auxiliar</b>	
<b>2.6.1- Antena</b>	
2.6.1.1- Fabricante:	
2.6.1.2- Modelo:	
2.6.1.3- Quantidade de Elementos:	
2.6.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]:	
2.6.1.5- Azimute de Orientação (NV):	
<b>2.6.2- Linha de Transmissão Auxiliar</b>	
2.6.2.1- Fabricante:	
2.6.2.2- Modelo:	
2.6.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	( ) Sim ( X ) Não
<b>3- Outros equipamentos de uso compulsório:</b>	
3.1- Carga artificial (obrigatório para emissoras das classes E1, E2, E3 e A1)	( ) Sim ( X ) Não
3.2- Limitador de modulação:	(X) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante
3.3- Monitor de modulação	(X) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante
3.4- Analisador de espectro (obrigatório para emissoras de Classe Especial).	( ) Sim ( X ) Não
<b>4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência</b>	
Não	
<b>4.1- Transmissor Principal</b>	<b>Atenuação medida(dB):</b>
2° Harmônico	79
3° Harmônico	82,7
Espúrios	>80
<b>4.2- Transmissor Auxiliar</b>	<b>Atenuação medida(dB):</b>
2° Harmônico	
3° Harmônico	
Espúrios	
<b>4.3- Existência de interferência prejudicial:</b>	( ) Sim ( X ) Não

FVT-RO- FM



<b>5- Outras Constações:</b>	
5.1- Disponibilidade de relatório de conformidade referente a limitação da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos:	( X ) Sim ( ) Não
<b>6. Estudos</b>	
<b>6.1- Estúdio Principal</b>	
6.1.1- Endereço: Rua Emilio Patrocínio Nogueira, s/n – Chácara Santa Cruz – Baependi - MG	
<b>6.2- Estúdio Auxiliar</b>	
6.2.1- Endereço:	
<b>7. Informações Adicionais</b>	
1- A emissora apresentou protocolo nº 53000 05896/2013-11 , referente à alteração técnica ( Baixa do sistema auxiliar – Transmissor, antena e linha de transmissão ), (Anexo 1).	
<b>8- Instrumentos Utilizados na Vistoria</b>	
GPS – Garmin - etrex Vista C, Série: 06GTC07 Frequencímetro – Minipa - MF-7240, Série: MF7240001470 Analisador de espectro – Tektronix – 2710, Série: B03371	
<b>9- Responsável pela vistoria técnica:</b>	
Nome. Sávio Trevisan Siqueira Formação: Engenheiro em Telecomunicações CREA: 0641456787 Local: Baependi - MG Data: 10 / 10 / 2013 Assinatura:  Representante legal da Entidade Nome: Marina Paiva Mangia Assinatura: 	

FVT-RO- FM



*Rádio Rio Verde Ltda.*



# *DECLARAÇÃO CONJUNTA*



# *Rádio Rio Verde Ltda.*



## DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de prova, junto ao Ministério das Comunicações, sob as penas da lei, que a **Rádio Rio Verde Ltda.**, inscrita CNPJ/MF sob n.º 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, São Cristóvão, Baependi – Estado de Minas Gerais, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, canal 292, frequência de 106,3 MHz encontra-se AGUARDANDO posicionamento do Ministério das Comunicações no que se refere à autorização para alteração das características técnicas da emissora, constante do Processo nº 53.000.05896/2013-11, bem como a emissão de nova licença, contemplando tal autorização.

Outrossim, salientamos que estamos dependentes da providência referida para que possamos declarar a conformidade das instalações e equipamentos da emissora com a última autorização do Poder Concedente, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação, a fim de que o processo de renovação de outorga possa prosseguir.

Baependi, 10 de outubro de 2013.

Sávio Trevisan Siqueira  
CREA - nº 0641456787  
CPF nº 071.154.788-21

Marina Paiva Mangia  
CPF nº 040.825.776-88  
Gerente





*Rádio Rio Verde Ltda*



*ART  
COMPROVANTE DE  
PAGAMENTO*

**Rádio Rio Verde Ltda** – CNPJ – 03.890.462/0001-10

**Avenida Berenice Catão s/nº, Caixa Postal 16 - São Cristóvão – 37443-000 - Baependi/MG**





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

ART de Obra ou Serviço

92221220131366716

## 1. Responsável Técnico

**SAVIO TREVISAN SIQUEIRA**

Título Profissional: Técnico em Eletrônica, Engenheiro de Telecomunicações

Empresa Contratada:

RNP: 2607558298

Registro: 0641456787-SP

Registro: 0000000-SP

## 2. Dados do Contrato

Contratante: Radio Rio Verde Ltda

Endereço: 1ª Avenida BAEPENDI

Complemento:

Cidade: Baependi

Contrato: Sem número

Valor: R\$ 3.000,00

Ação Institucional:

Celebrado em: 07/10/2013

Tipo de Contratante: Pessoa física

CPF/CNPJ: 03.890.462/0001-10

Nº:

Bairro:

UF: MG

Vinculada à Art nº:

CEP: 37443-000

## 3. Dados da Obra Serviço

Endereço: Avenida VILA VELHA

Complemento:

Cidade: Taubaté

Data de Início: 07/10/2013

Previsão de Término: 08/10/2013

Coordenadas Geográficas:

Finalidade:

Proprietário:

Nº: 539

Bairro: VILA PROSPERIDADE

UF: SP

CEP: 12052-250

Código:

CPF/CNPJ:

## 4. Atividade Técnica

				Quantidade	Unidade
<b>Execução</b>					
1	Laudo	Telecomunicação	Radio	8,00	hora

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

## 5. Observações

## 6. Declarações

**Acessibilidade:** Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

## 7. Entidade de Classe

75 - TAUBATÉ - ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE TAUBATÉ

## 8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Baependi, 10 de outubro de 2013

Local data

SAVIO TREVISAN SIQUEIRA - CPF: 071.154.788-21

Radio Rio Verde Ltda - CPF/CNPJ: 03.890.462/0001-10

## 9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo Nosso Número.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.creasp.org.br](http://www.creasp.org.br) ou [www.confex.org.br](http://www.confex.org.br)

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

[www.creasp.org.br](http://www.creasp.org.br)  
tel: 0800-17-18-11



Valor ART R\$ 45,00

Registrada em: 07/10/2013

Valor Pago R\$ 45,00

Nosso Número: 92221220131366716 Versão do sistema



**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo**

Agência / Código do Cedente: 3336-7/00401783-8

Nosso Número: 92221220131366716

Recibo do Sacado



**SACADO:** SAVIO TREVISAN SIQUEIRA

**CREASP:** 0641456787

Data de Emissão: 07/10/2013

Data Vencimento: 16/10/2013

**Numero ART:92221220131366716**

**Valor R\$ 45,00**

Depósitos ou transferências entre contas não serão reconhecidos por nossos sistemas.  
A quitação do título ocorrerá somente após a informação do crédito bancário.

Autenticação Mecânica

-----CORTE AQUI-----



**BANCO DO BRASIL** | 001-9 |

**00199.22210 29222.122011 31366.716210 7 58530000004500**

Local de pagamento <b>PAGUE PREFERENCIALMENTE NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL</b>					Vencimento <b>16/10/2013</b>
Cedente <b>Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo</b>					Agência / Código do Cedente <b>3336-7/00401783-8</b>
Data da Emissão <b>07/10/2013</b>	Número do Documento <b>92221220131366716</b>	Espécie doc. <b>RC</b>	Aceite <b>N</b>	Data do Processamento <b>07/10/2013</b>	Nosso número/Código Documento <b>92221220131366716</b>
Uso do banco	Carteira <b>18-027</b>	Espécie Moeda <b>R\$</b>	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento <b>R\$ 45,00</b>
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) <b>NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO.</b> <b>BOLETO REFERENTE A ART N°92221220131366716</b>  <b>Unidade Cedente: 3336</b>					(-) Desconto / Abatimentos
					(-) Outras deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros acréscimos
					(=) Valor cobrado
Sacado <b>SAVIO TREVISAN SIQUEIRA</b>					
Sacador/Avalista					Código de baixa

Ficha de Compensação/Autenticação mecânica



-----CORTE AQUI-----



ItaúUniclass

**30**  
horas**Comprovante de pagamento****Banco Itaú - Comprovante de Pagamento  
Títulos Outros Bancos****Dados da conta debitada:**Nome: **SAVIO TREVISAN SIQUEIRA**  
Agência: **8149** Conta: **09837-1****Dados do pagamento:**Código de barras: **00199.22210 29222.122011 31366.716210 7 58530000004500**  
Valor do documento: **R\$ 45,00**  
Valor de juros/multa: **R\$ 0,00**  
Valor de desconto/abatimento: **R\$ 0,00**  
Data do vencimento: **16/10/2013****Pagamento efetuado em 07/10/2013 às 12:47:02 via Internet, CTRL 982738397.**

Autorizado débito de diferenças relativas a informações inexatas.

**Autenticação:**

D065A8C2CACE88F41097D5B1F00F1FA24BA1A8C0

Consultas, informações e serviços transacionais, acesse [itau.com.br/uniclass](http://itau.com.br/uniclass) ou ligue 4004 4828 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 970 4828 (demais localidades), todos os dias, 24 horas por dia ou procure sua agência. Reclamações, cancelamentos e informações gerais, ligue para o SAC: 0800 728 0728, todos os dias, 24 horas por dia. Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, de posse do protocolo, contate a Ouvidoria: 0800 570 0011, em dias úteis, das 9h às 18h. Deficiente auditivo/fala: 0800 722 1722, todos os dias, 24 horas por dia.



*Rádio Rio Verde Ltda.*



# *CERTIDÕES E NEGATIVAS*



Savio | Trevisan Siqueira  
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO » Nada Consta | menu ajuda

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** RADIO RIO VERDE LTDA  
**CNPJ:** 03.890.462/0001-10

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 20:57:38 do dia 16/10/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 15/11/2013.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir Voltar



**CERTIDAO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA**  
DE DEBITOS RELATIVOS AS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARAS E AS DE TERCEIROS

NO 001352013-11031462  
NOME: RADIO RIO VERDE LTDA - ME  
CNPJ: 03.890.462/0001-10

RESSALVADO O DIREITO DE A FAZENDA NACIONAL COBRAR E INSCREVER QUAISQUER DIVIDAS DE RESPONSABILIDADE DO SUJEITO PASSIVO ACIMA IDENTIFICADO QUE VIEREM A SER APURADAS, E CERTIFICADO QUE CONSTAM EM SEU NOME, NESTA DATA, **DEBITOS COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA**, NOS TERMOS DO ART. 151 DA LEI NO.5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966 - CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL (CTN).

ESTA CERTIDAO, EMITIDA EM NOME DA MATRIZ E VALIDA PARA TODAS AS SUAS FILIAIS, REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE AS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E AS CONTRIBUICOES DEVIDAS, POR LEI, A TERCEIROS, INCLUSIVE AS INSCRITAS EM DIVIDA ATIVA DA UNIAO (DAU), NAO ABRANGENDO OS DEMAIS TRIBUTOS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) E AS DEMAIS INSCRICOES EM DAU, ADMINISTRADAS PELA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN), OBJETO DE CERTIDAO CONJUNTA PGFN/RFB.

CONFORME DISPOSTO NOS ARTS 205 E 206 DO CTN, ESTE DOCUMENTO TEM OS MESMOS EFEITOS DA CERTIDAO NEGATIVA.

ESTA CERTIDAO E VALIDA PARA AS FINALIDADES PREVISTAS NO ART. 47 DA LEI NO 8.212 DE 24 DE JULHO DE 1991, EXCETO PARA:

- AVERBACAO DE OBRA DE CONSTRUCAO CIVIL NO REGISTRO DE IMOVEIS;
- REDUCAO DE CAPITAL SOCIAL, TRANSFERENCIA DE CONTROLE DE COTAS DE SOCIEDADE LIMITADA, CISAO TOTAL OU PARCIAL, FUSAO, INCORPORACAO, OU TRANSFORMACAO DE ENTIDADE OU DE SOCIEDADE EMPRESARIA OU SIMPLES;
- BAIXA DE FIRMA INDIVIDUAL OU DE EMPRESARIO, CONFORME DEFINIDO PELO ART.931 DA LEI NO. 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 - CODIGO CIVIL, EXTINCAO DE DE ENTIDADE OU SOCIEDADE EMPRESARIA OU SIMPLES.

A ACEITACAO DESTA CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A FINALIDADE PARA A QUAL FOI EMITIDA E A VERIFICACAO DE SUA AUTENTICIDADE NA INTERNET, NO ENDEREÇO <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

CERTIDAO EMITIDA COM BASE NA PORTARIA CONJUNTA PGFN/RFB NO 01, DE 20 DE JANEIRO de 2010.

EMITIDA EM 09/10/2013.  
VALIDA ATE 07/04/2014.

CERTIDAO EMITIDA GRATUITAMENTE.

ATENCAO:QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARA ESTE DOCUMENTO.



IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 03890462/0001-10  
**Razão Social:** RADIO RIO VERDE LTDA  
**Endereço:** AV BERENICE CATAO, S/N 000000 / SAO CRISTOVAO /  
BAEPENDI / MG / 37443-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 02/10/2013 a 31/10/2013

**Certificação Número:** 2013100215044269843511

Informação obtida em 02/10/2013, às 15:04:42.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO RIO VERDE LTDA - ME**  
**CNPJ: 03.890.462/0001-10**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos por penhora em processos de execução fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.  
Emitida às 15:38:29 do dia 11/10/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/04/2014.

Código de controle da certidão: **D624.D04C.DA3B.4288**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAEPENDI**  
**Estado de Minas Gerais**



**CERTIDAO NEGATIVA N. 002479**

**Cadastro:** 002258 /

**CNPJ/CPF:** 03.890.462/0001-10

**Contribuinte:** **RADIO RIO VERDE LTDA**

**Localização:**

AV BERENICE CATAO, SN  
SAO CRISTOVAO  
37443-000 BAEPENDI / MG

**Edifício:**

**Apto:**

**Loteamento:**

**Matrícula R.I.:**

**Requerente:**


**Finalidade:**

**Observações**

**Data da Emissão:** 30/09/2013

**Data de Validade:** 30/03/2014

RESSALVANDO A FAZENDA MUNICIPAL O DIREITO DE COBRAR QUAISQUER DEBITOS  
QUE VENHAM A SER APURADOS APOS O FORNECIMENTO DESTA, CERTIFICO QUE EM NOME DO(A)  
REQUERENTE NAO EXISTE DEBITO EM ATRASO ATE A PRESENTE DATA REFERENTE A IMPOSTOS  
E TAXAS MUNICIPAIS INCIDENTES NO CADASTRO ACIMA DISCRIMINADO

  
NELSON FRANCISCO DA SILVA  
CHEFE DEP. TRIBUTARIO

Rua Cornelio Magalhaes, 97 - Telefax : (35) 3343-2100  
CEP 37443-000 - CGC 18.008.862/0001-26

NELSON FRANCISCO DA SILVA

RUA DR. CORNÉLIO MAGALHÃES, N° 97, TELEFAX: (35) 3343 - 2100 - CAIXA POSTAL 01  
CEP: 37.443.000 - CNPJ 18.008.862/0001-26

**Email:** [tributo@baependi.mg.gov.br](mailto:tributo@baependi.mg.gov.br)



11 de outubro de 2013

Atualizações GDRAIS

Fale conosco

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO****Secretaria de Políticas Públicas de Emprego  
Departamento de Emprego e Salário  
Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho****RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS  
RECIBO DE ENTREGA DA RAIS****ANO-BASE: 2012  
RETIFICAÇÃO****Identificação do Estabelecimento**

CREA	<b>690002142940</b>
Razão Social	<b>RADIO RIO VERDE LTDA - ME</b>
CNPJ	<b>03890462/0001-10</b>
CEI	
CEI Vinculado	
CNAE	<b>6010100 - ATIVIDADES DE RADIO</b>
Endereço	<b>AV BERENICE CATAO, 0</b>
Bairro	<b>SAO CRISTOVAO</b>
Cidade/UF	<b>BAEPENDI / MG</b>
CEP	<b>37443-000</b>

**DECLARAÇÃO ENTREGUE**

Data	<b>11/10/2013</b>
Quantidades de vínculos	<b>RAIS NEGATIVA</b>

Coordenação da RAIS

Brasília, 11/10/2013.

Código de Identificação do Recibo

**.070.6442.5839.743.08**Para retificar a CNAE, acesse: [http://rais.gov.br/servico/alte\\_identificacao.asp](http://rais.gov.br/servico/alte_identificacao.asp)



*Rádio Rio Verde Ltda.*



# *CONTRATO SOCIAL*

**Rádio Rio Verde Ltda** – CNPJ – 03.890.462/0001-10

**Avenida Berenice Catão s/nº, Caixa Postal 16 - São Cristóvão – 37443-000 - Baependi/MG**





## CONTRATO SOCIAL

### RÁDIO RIO VERDE LTDA

**MARINA PAIVA MANGIA**, brasileira, solteira, nascida em 04/07/78, universitária e comerciante, portadora da cédula de identidade RG n. M-7.939.657-SSP/MG, inscrita no CPF sob o n. 040.825.776-88 residente e domiciliada na Chácara Santa Cruz, bairro São Cristóvão, CEP 37443-000, na cidade de Baependi-MG. **MARCELO PAIVA MANGIA**, brasileiro, solteiro, nascido em 04/07/78, agropecuarista, portador da cédula de identidade RG n. M-8.126.540 SSP/MG, CPF n. 040.725.326-22, residente e domiciliado na Chácara Santa Cruz, bairro São Cristóvão, CEP 37443-000, Baependi-MG.

#### CONSTITUEM.

Entre si e na melhor forma de direito, uma sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada, cujos negócios e condições serão redigidos pelas cláusulas seguintes:

- 1ª) A sociedade terá como denominação social "RÁDIO RIO VERDE LTDA."
- 2ª) A sociedade terá como sede e foro a cidade de Baependi-MG, na Av. Berenice Catão, S/N - bairro São Cristóvão.
- 3ª) A sociedade se propõe a executar e explorar o serviço de radiodifusão sonora, mediante concessão ou permissão do Poder Concedente do Governo Federal no estrito seguimento da Legislação de Radiodifusão vigente.
- 4ª) Os objetivos da sociedade se identificam com o que dispõe o artigo 3º do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, que instituiu o Regulamento de Radiodifusão, sendo prioritário os programas de natureza educativa, informativa, recreativa, e ao vivo, paralelamente com as atividades de publicidades comerciais compatíveis, para o suporte dos encargos da empresa e sua melhor dimensão técnica e artística.



5ª) O início das atividades da sociedade será na data da assinatura deste contrato e o prazo de sua duração é indeterminado.

6ª) O capital da sociedade é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) dividido em 30.000 (trinta mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizado neste ato em moeda corrente do País, assim distribuído entre os sócios:

<u>Nome dos cotistas</u>	<u>N. de cotas</u>	<u>Valor R\$</u>
Marina Paiva Mangia	15.000	R\$ 15.000,00
Marcelo Paiva Mangia	15.000	R\$ 15.000,00
<b>Total</b>	<b>30.000</b>	<b>R\$ 30.000,00</b>

7ª) A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor do capital-social.

8ª) As quotas são indivisíveis em relação à sociedade, que, para cada uma delas, só reconhece um proprietário. As referidas quotas do capital são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiro ou Pessoas Jurídicas, e qualquer alteração contratual fica sob a dependência da prévia autorização do Poder Concedente, como também qualquer transferência de quotas.

9ª) A sociedade será administrada por ambos os sócios, isolada ou conjuntamente. Ambos terão poderes de representação da sociedade em juízo ou fora dele.

10ª) Todos os documentos onde conste a venda ou a oneração de bens do patrimônio da sociedade somente serão válidos com a assinatura dos dois sócios, ficando proibido o uso da firma em fianças, avais, endossos e outros favores estranhos aos interesses da sociedade.

11ª) Para os cargos de gerente, sub-gerente, procurador locutores e encarregados das instalações técnicas e os contratados como responsáveis pela orientação intelectual, educativa, informante ou recreante, somente serão admitidos brasileiros natos.

12ª) As quotas sociais somente poderão ser cedidas a terceiros estranhos à sociedade, com o consentimento expresso do outro sócio. Para este fim, o sócio que pretender se retirar deverá notificar por escrito ao outro sócio concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para que exerça em condições de igualdade o direito de preferência na aquisição de suas quotas.

13ª) Fica ajustado entre as partes que ao sócio que se retira caberá receber o valor das cotas realizadas e representativas de seu capital mais os lucros apurados em balanço, cujo pagamento será feito em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, sem juros.



14\*) O falecimento ou interdição de qualquer um dos sócios não dissolverá necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores ou seu representante legal sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujus" ou interdito, devendo nela fazerem se representar, enquanto indiviso o quinhão respectivo por um dentre eles credenciados pelos demais.

15\*) Todavia, somente mediante consenso do sócio supérstite, os herdeiros ou sucessores, poderão ingressar na sociedade caso não haja impeditivo legal e se observe a anuência dos órgãos competentes do Ministério das Comunicações. Para que sua admissão seja revestida de todos os efeitos legais.

16\*) Os herdeiros e sucessores que não quiserem participar das sociedade terão os seus haveres apurados em balanço especialmente levantado para este fim e serão pagos em 12 (doze) prestações mensais iguais e sucessivas.

17\*) Em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, levantar-se-á um balanço geral das atividades da empresa. O resultado será dividido proporcionalmente ao capital de cada sócio.

18\*) Os casos omissos neste contrato social, serão regidos pelos dispositivos do Decreto n.º 3708, de 10 janeiro de 1919 e da Lei n.º 4726 de 13 de julho de 1965, a cuja fiel observância, como das demais cláusulas deste contrato, se obrigam os sócios.

#### Declaração:

Ambos os sócios já acima identificados, nascidos na cidade de Baependi, Estado de Minas Gerais, o primeiro em 04/07/78 e o segundo também em 04/07/78, ambos filhos de José Geraldo Pelucio Mangia e Alda Mara Paiva Mangia, declaram, sob as penas da Lei, que não estão sendo processados e nem estão definitivamente condenados em qualquer parte do território nacional pela prática de crime, cuja a pena vede, ainda que de modo temporário, o acesso a funções ou cargos públicos, ou por crime de prevaricação, falência culposa ou fraudulenta, peita ou suborno, peculato, ou, ainda por crime contra a propriedade, a economia popular ou a fé pública, nem que exerçam cargos que lhes proporcionem foro privilegiado. Esta declaração é firmada para que produza os efeitos legais, o os sócios e signatários estão cientes de que, no caso de comprovação de sua falsidade, será nulo de pleno direito o registro do comercio o ato a que se integra esta declaração, sem prejuízo das sanções penais a que estiver sujeito.

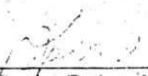




E por estarem juntos e contratados, assinam o presente contrato social em 6(seis) vias de igual teor e forma, fazendo-o perante as testemunhas abaixo que também o assinam.

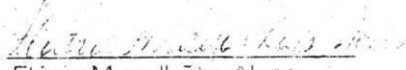
Baependi-MG, 14 de Junho de 2000

  
Marina Paiva Mangia

  
Marcelo Paiva Mangia

Testemunhas:

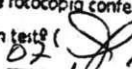
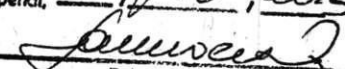
  
Pedro Paim Teles  
Ident. n. CRC/MG 21.772

  
Flávia Magalhães Alves  
Ident. n. M-8.502.535 - SSP/MG

#### AUTENTICAÇÃO



  
Selo de Fiscalização  
AUTENTICAÇÃO  
CBJ 24587

A presente fotocópia confere com o original.  
Dou fé. Em testê (  ) da verdade  
Baependi, 07.06.2000  
  
Tabelião



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CERTIFICO O REGISTRO EM 23/06/2000  
SOB O NÚMERO:  
3120599142-0  
Protocolo 201791846  
AUGUSTO PIMENTA DE PORTILHO  
PELA SECRETARIA GERAL

**ANATEL**Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu | ajuda

**Consulta Geral - FM****Identificação do Canal PB**

UF: MG  
**Município:** Baependi  
**Frequência:** 106,3 MHz  
**Classe:** A4  
**Canal:** 292

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Específico:**  
**Fase:** 3 - Licenciada

**Dados da Entidade**

**Entidade:** RADIO RIO VERDE LTDA  
**Nome Fantasia:** FESTA FM  
**Nº Estação:** 323735746  
**Primeiro  
Licenciamento:** 23/11/2009 15:38:47

**Fistel:** 50012011282  
**CNPJ:** 03.890.462/0001-10  
**Situação:** Entidade não possui débitos  
**Último  
Licenciamento:** 23/11/2009 15:38:47

☒ **Dados do Plano Básico**☐ **Dados da Outorga****Dados da Entidade****CNPJ:** 03890462000110 ◀**Pesquisar****Razão Social:** RADIO RIO VERDE LTDA**Nome Fantasia:** **Tipo de Usuário:** Integral**Endereço Sede**

**País:** Brasil  
**Cep:** 37443000 **Logradouro:** AVENIDA BERENICE CATAO  
**Número:** S/N, **Complemento:** CAIXA POSTAL 16 **Bairro:** SAO CRISTOVAO **UF:** MG  
**Município:** Baependi **Distrito:** **SubDistrito:**  
**Telefone:** 35 33431960 **Fax:** 35 33431960

**Endereço de Correspondência**

**País:** Brasil  
**Cep:** 37443000 **Logradouro:** AVENIDA BERENICE CATÃO  
**Número:** S/Nº, **Complemento:** CAIXA POSTAL 16 **Bairro:** SAO CRISTOVAO **UF:** MG  
**Município:** Baependi **Distrito:** **SubDistrito:**

**Telefone:** 35 33431960 **Fax:** 35 33431960 **E-mail:** rioverdefm@rioverdefm.com.br

**Nome Fantasia****Nome Fantasia**

FESTA FM

**Dados da Outorga****SCRAD Jurídico:** 12294**Data Publicação  
Contrato/Convênio:** 22/01/2004**SCRAD Técnico:** 12293**Data Limite  
Instalação:****Número do Processo:** 537100007002000 ◀**Fistel:** 50012011282☐ **Documentos Emitidos****Atualização de Documentos**

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
344	Portaria	MC	19/03/2002	25/03/2002	Outorga	Jur.

591	Decreto Legislativo	MC	26/08/2003	27/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jur.
517	Portaria	MC	15/12/2005	30/12/2005	Aprovação de Local	Téc.
56688	ATO	CMPRL	10/03/2006	14/03/2006	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Téc.
459	Portaria	SSCE	09/12/2008	11/12/2008	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Téc.
71	Despacho	MC	27/07/2009		Substituição de Equipamento	Téc.

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento

← Tela Inicial

Imprimir



**ANATEL**Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | menu ajuda



Dados da consulta



Consulta

**Perfil das Empresas - RADIO RIO VERDE LTDA****CNPJ:** 03890462000110**Presidente:****Endereço:** AVENIDA BERENICE CATAO - SAO CRISTOVAO**E-mail:** rioverdefm@rioverdefm.com.br**Capital Social:** 30.000,00**Reserva de Capital:****Total:** 30.000,00**Quadro Societário**

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas
040.725.326-22	MARCELO PAIVA MANGIA	15.000	15.000,00
040.825.776-88	MARINA PAIVA MANGIA	15.000	15.000,00

**Conselho****Diretoria**

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
040.725.326-22	MARCELO PAIVA MANGIA	GERENTE	
040.825.776-88	MARINA PAIVA MANGIA	GERENTE	

**Registro 1 até 2 de 2 registros****Página:** [1] [Ir] [Reg]

Voltar



Imprimir



Exportar Excel

[Menu Principal](#) ▾Sistemas  
InterativosSRD »» Relatórios »» **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM**

UF: MG

Município: Baependi

Entidade

Município

Data Outorga

Validade

RADIO RIO VERDE LTDA

Baependi

22/01/2004

22/01/2014

Usuário: -

Data: 25/11/2013

Hora: 11:46:25

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg] [Tela Inicial](#)[Imprimir](#)[Exportar Excel](#)



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Pós-Outorga

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.**


<b>Processo nº:</b> 53000.060582/2013		
<b>Entidade requerente:</b> Rádio Rio Verde Ltda.		
<b>Localidade:</b> Baependi	<b>UF:</b> MG	<b>Serviço:</b> FM
<b>Período:</b> 22/1/2014 a 22/1/2024		

REQUISITOS	SIM	NÃO	Não se aplica	FL (s).
<b>Em cumprimento ao disposto no art. 5º do Capítulo III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 (DOU de 11 de julho de 2012 – Seção I), a interessada apresentou, em conformidade com o Anexo II :</b>				
1 – requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada?	x			2
2 – declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga?		x		
3 – declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada?		x		
4 – certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?		x		
5 - certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?			x	33
6 – comprovante de regularidade com o FISTEL ?	x			28
7 - prova de regularidade relativa ao INSS?	x			29
8 - prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS?	x			30
9 - certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	x			31

10 - prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada?		x		
11 - provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço?	x			32

## **CONCLUSÃO**

A documentação apresentada pela entidade requerente **atende parcialmente** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

<b>Observações:</b>		
A entidade deixou de apresentar documentos referenciados na Portaria nº 329, de 31 de maio de 2012, ficando pendentes os citados nos itens: 2, 3, 4, e 10. Cabe ressaltar que foram enviados documentos em conformidade com as cláusulas que regulam as relações da concessionária com o órgão concedente (art. 3º, § 1º, a, Dec. 88.066/1983, de 26/1/1983).		
<b>Pré-análise:</b>	<b>RUBRICA</b>	<b>DATA</b>
MARIA SALETE B. A. LEONARDO Chefe de Serviço		25/11/2013

**ANATEL**Agência Nacional de Telecomunicações  
do BrasilSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» Relatórios »» **Outorga** menu ajuda

## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: MG

Município: Baependi

Entidade

Município

Data Outorga

Validade

RADIO RIO VERDE LTDA

Baependi

22/01/2004

22/01/2014

Usuário: -

Data: 09/05/2014

Hora: 08:14:16

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg] 

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

**ANATEL**Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Perfil das Empresas menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Perfil das Empresas - RADIO RIO VERDE LTDA

**CNPJ:** 03890462000110**Presidente:****Endereço:** AVENIDA BERENICE CATAO - SAO CRISTOVAO**E-mail:** rioverdefm@rioverdefm.com.br**Capital Social:** 30.000,00**Reserva de Capital:****Total:** 30.000,00

## Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas
040.725.326-22	MARCELO PAIVA MANGIA	15.000	15.000,00
040.825.776-88	MARINA PAIVA MANGIA	15.000	15.000,00

## Conselho

## Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
040.725.326-22	MARCELO PAIVA MANGIA	GERENTE	
040.825.776-88	MARINA PAIVA MANGIA	GERENTE	

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg] 

Voltar

Imprimir

Exportar Excel



**ANATEL**

*Agência Nacional de Telecomunicações*

## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** RADIO RIO VERDE LTDA  
**CNPJ:** 03.890.462/0001-10

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:12:08 do dia 09/05/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/06/2014.

Certidão expedida gratuitamente.





BOM DIA

**ANATEL**Agência Nacional  
de Telecomunicações

SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

internet

teia

menu ajuda



Dados da consulta



Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.890.462/0001-10

RADIO RIO VERDE LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO PAIVA MANGIA	040.725.326-22	RADIO RIO VERDE LTDA	03.890.462/0001-10	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	03.890.462/0001-10	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi
MARINA PAIVA MANGIA	040.825.776-88	RADIO RIO VERDE LTDA	03.890.462/0001-10	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	03.890.462/0001-10	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi

Usuário: anatel\sonia.mc - SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Data: 09/05/2014

Hora: 08:15:05

**ANATEL**Agência Nacional  
de Defesa do Consumidor

SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** internet tela menu ajuda

Dados da consulta



Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 040.725.326-22

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO PAIVA MANGIA	040.725.326-22	RADIO RIO VERDE LTDA	03.890.462/0001-10	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	03.890.462/0001-10	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi

Usuário: anatel\sonia.mc - SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Data: 09/05/2014

Hora: 08:15:13

BON DIA

**ANATEL**Agência Nacional  
de Telecomunicações

SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

internet

teia

menu ajuda



Dados da consulta



Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 040.825.776-88

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARINA PAIVA MANGIA	040.825.776-88	RADIO RIO VERDE LTDA	03.890.462/0001-10	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	03.890.462/0001-10	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi

Usuário: anatel\sonia.mc - SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Data: 09/05/2014

Hora: 08:15:27



Intranet 2 Ajuda

Processo	Serviços	Consulta Pública	Assunto
----------	----------	------------------	---------

Manter	Processo	UF	Localidade	Canal	Entidade	SONIA.MONTEIRO - USUÁRIO				
						Assunto	Situação	Caixa	Serviço	Documento
	<a href="#">53000.031227/10</a>	PR	BALEIENDE		RÁDIO RIO VERDE LTDA	116	2006	ABATE	116	2006
	<a href="#">53000.033545/12</a>	PR	BALEIENDE		RÁDIO RIO VERDE LTDA	118	2006	ABATE	118	2006
	<a href="#">53000.046386/05</a>	PR	BALEIENDE	FM	RÁDIO RIO VERDE LTDA	112	2004		112	2004
	<a href="#">53000.012490/04</a>	PR	BALEIENDE	FM	RÁDIO RIO VERDE LTDA	111	2004		111	2004
	<a href="#">53000.012491/04</a>	PR	BALEIENDE	FM	RÁDIO RIO VERDE LTDA	111	2004	ABATE	111	2004
	<a href="#">53000.029186/12</a>	PR	CURITIBA	670	RÁDIO RIO VERDE LTDA	115	2006	ABATE	115	2006

[Voltar](#)



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial  
Subgrupo Legal de Pós-Outorga

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.**

<b>Processo nº:</b> 53000.060582/2013		
<b>Entidade requerente:</b> Rádio Rio Verde Ltda.		
<b>Localidade:</b> Baependi	<b>UF:</b> MG	<b>Serviço:</b> FM
<b>Período:</b> 22/1/2014 a 22/1/2024		

REQUISITOS	SIM	NÃO	Não se aplica	FL (s).
<b>Em cumprimento ao disposto no art. 5º do Capítulo III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 (DOU de 11 de julho de 2012 – Seção I), a interessada apresentou, em conformidade com o Anexo II :</b>				
1 – requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada?	x			2
2 – declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga?		x		
3 – declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada?		x		
4 – certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?		x		
5 - certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?		x		
6 – comprovante de regularidade com o FISTEL ?	x			28;45
7 - prova de regularidade relativa ao INSS?	x			29
8 - prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS?	x			30
9 - certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	x			31



10 - prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada?		x		
11 - provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço?	x			32
12 - certidão de distribuição cível e criminal de todos os sócios e administradores? (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)		x		
13 - certidão da junta comercial ATUALIZADA, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade? (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)		x		

## **CONCLUSÃO**

A documentação apresentada pela entidade requerente **atende parcialmente** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

### **Observações:**

1. Os limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n. 236/67 estão sendo respeitados, conforme demonstra, o extrato de pesquisa realizada no Sistema de acompanhamento de Controle Societário (SIACCO) da Anatel – Fls.46 a 48.
2. Não foi localizado processo em nome da Entidade, com relação à Transferência Direta, conforme pesquisa realizada junto ao RADTEC/MC – fl.49.
3. Não existe a penalidade de cassação aplicada à Entidade, conforme pasta jurídica correspondente.

### **Análise Final:**

Sônia Valesca M. Monteiro  
Advogada

### **RUBRICA**



### **DATA**

09/05/2014



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**CERTIDÃO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES**  
**PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI**

Protocolo nº: **53000.060582/2013-72**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 09 de maio de 2014, na unidade SLPOS/GTCO/DEOC/SCE.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Valesca Menezes Monteiro, Advogado**, em 09/05/2014, às 16:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.comunicacoes.gov.br/processos/verifica.php> informando o código verificador **0000652** e o código CRC **08C1810F**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**CERTIDÃO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES  
PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI**

Protocolo nº: **53000.060582/2013**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.

2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 09/05/2014

**SÔNIA VALESCA M. MONTEIRO**  
**Advogada**  
**SLPOS/GTCO/SCE/MC**



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

### NOTA TÉCNICA Nº 133 /2014/SEI-MC

**Processo n.53000.060582/2013**

**Assunto: Renovação de Outorga. Exigência I**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Rio Verde Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Baependi, estado de Minas Gerais, referente ao (s) seguinte (s) período (s): 22/1/2014 a 22/1/2024.

### ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que a Portaria n. 329, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2012, definiu novos procedimentos e critérios para a renovação de outorgas de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão.

3. Procedida à análise da documentação apresentada, nos termos da Lista de Verificação de Documentos à fl.50, concluiu-se que, para a regularização do pedido, a Entidade deverá apresentar **(em original ou cópia autenticada)** o (s) seguinte (s) documento (s) pendente (s):

a) Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga (em obediência ao item acima citado).

b) Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada (em obediência ao item acima citado).

c) Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos **últimos cinco anos**).

- d) Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos **últimos cinco anos**).
- e) Certidão a ser emitida pela repartição competente do Estado, de forma atualizada, para fins de confirmação dos atuais quadros societário e diretivo da Entidade (de acordo com o que dispõe o § 3º do art. 33 do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pela Lei nº 4.117/62).
- f) Certidão de distribuição cível e criminal de todos os sócios e administradores da Entidade
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda estadual da sede da pessoa jurídica interessada
- h) certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade;

## **CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente o (s) referido (s) documento (s), sob pena de INDEFERIMENTO do pleito, com a consequente DECLARAÇÃO DE PEREMPÇÃO.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Valesca Menezes Monteiro, Advogado**, em 22/05/2014, às 14:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 22/05/2014, às 15:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenador de Análise de Atos Societários**, em 22/05/2014, às 16:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 23/05/2014, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0000656** e o código CRC **9E692762**.





Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, CEP: 70044-900 - Brasília-DF  
Telefone: (61) 2027-6866

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
RÁDIO RIO VERDE LTDA.  
Avenida Berenice Catão, s/ nº - Caixa Postal 16  
Bairro São Cristóvão  
37.443-000 – Baependi/MG

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência I. (Processo nº 53000.060582/2013).**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Em referência ao pedido de renovação de outorga dessa Entidade, encaminho cópia da NOTA TÉCNICA Nº SEI/MC 133/2014/SLPOS/GTCO/DEOC/SCE-MC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício de encaminhamento.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo, ou o atendimento parcial à exigência implicará em indeferimento do pedido com consequente abertura de Processo Administrativo com vistas à declaração de **PEREMPÇÃO**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**,  
**Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 23/05/2014, às  
17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0000678** e o  
código CRC **AB493212**.



AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JG 08749798 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

**AGÊNCIA MINICOM**

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h

: h

: h

ENDERECO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0  
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITE

UF

BRASIL

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0  
70044-900 - Brasília - DF

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

OF: 87/2014/SEI-MC  
 AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA  
 RÁDIO RIO VERDE LTDA  
 AV. BERENICE CATÃO S/Nº CAIXA POSTAL 16  
 CEP: 37.443-000 BAEPENDI/MG  
 PROC: 53000.060582/2013  
 RENOVAÇÃO DE OUTORGA

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRAISON

30/06/14

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE BAEPENDI  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO ENTREGADOR /  
SIGNATURE DE L'AGENT

Aldo Mano Manga

Aldo Mano Manga

Mat. 8.417.740 - 3

30 JUN 2014

MG

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOURNEMENT DANS LE VERSO



**AVISO DE  
RECEBIMENTO**

**AR**

JG 08749798 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

**AGÊNCIA MINICOM**

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Espanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0

75044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

**BRASIL**

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR



## TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 24 de julho de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto, Técnico de Nível Superior**, em 24/07/2014, às 16:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0054954** e o código CRC **D3603520**.





53900.010071/2014-47

Nosso Protocolo

AO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

GRUPO DE TRABALHO DE RADIODIFUSÃO COMENRCIAL

ASSUNTO: DOCUMENTOS DE RENOVAÇÃO

Segue os documentos pedidos em duas vias, favor nos devolver a cópia protocolizada.

Desde já nossos agradecimentos.

Radio Rio Verde Ltda

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO  
Em 01 / 08/14 às 17:20 horas  
Assinatura: Conceição

Av. Berenice Catão s/n  
Caixa Postal 30  
Bairro São Cristovão  
37443-000 Baependi - MG  
Fone / Fax [35] 3343 1444  
rioverdefm@rioverdefm.com.br  
www.rioverdefm.com.br



# ***Rádio Rio Verde Ltda.***

## ***DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 221, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.***

Na qualidade de Gerente **da Rádio Rio Verde Ltda.**, inscrita CNPJ/MF sob n.º 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, São Cristóvão, Baependi – Estado de Minas Gerais, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, canal 292, frequência de 106,3 MHz, **eu Marina Paiva Mangia** residente e domiciliada na Chácara Santa Cruz, s/nº, CP 40, CEP: 37443-000, Baependi - Estado de Minas Gerais, portadora do RG nº 7.939.657 - MG e CPF nº 040.825.776-88, **Declaro que**, somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.

Baependi, 14 de julho de 2014.

  
Marina Paiva Mangia  
CPF: 040.825.776-88  
Gerente



# ***Rádio Rio Verde Ltda.***

Ao  
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Eletrônica Comercial

**Ref: Nota Técnica - Nº 133/2014/SEI-MC**  
**Processo Nº 53000.060582/2013**

A **Rádio Rio Verde Ltda.**, inscrita CNPJ/MF sob n.º 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, São Cristóvão, Baependi – Estado de Minas Gerais, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, canal 292, frequência de 106,3 MHz, por intermédio do representante legal da emissora **Marina Paiva Mangia**, residente e domiciliada na Chácara Santa Cruz, s/nº, CP 40, CEP: 37443-000, Baependi - Estado de Minas Gerais, portadora do RG nº 7.939.657 - MG e CPF nº 040.825.776-88, que esta subscreve, em atenção a nota Técnica/processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de V.Sª. apresentar os documentos solicitados para continuidade do processo de renovação de outorga período 22/01/2014 a 22/01/2024.

Colocamo-nos à inteira disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Baependi, 14 de julho de 2014.

  
Marina Paiva Mangia.  
CPF: 040.825.776-88  
Gerente

***Rádio Rio Verde Ltda – CNPJ – 03.890.462/0001-10***  
***Avenida Berenice Catão s/nº, Caixa Postal 70 - São Cristóvão – 37443-000 - Baependi/MG***



# ***Rádio Rio Verde Ltda.***

## ***DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 221, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.***

Na qualidade de Gerente da **Rádio Rio Verde Ltda.**, inscrita CNPJ/MF sob n.º 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, São Cristóvão, Baependi – Estado de Minas Gerais, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, canal 292, frequência de 106,3 MHz, eu **Marina Paiva Mangia** residente e domiciliada na Chácara Santa Cruz, s/nº, CP 40, CEP: 37443-000, Baependi - Estado de Minas Gerais, portadora do RG nº 7.939.657 - MG e CPF nº 040.825.776-88, **Declaro que:**

- (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e
- (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha haja a renovação da outorga.

Baependi, 14 de julho de 2014.

  
Marina Paiva Mangia  
CPF: 040.825.776-88  
Gerente





Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição

Nome Empresarial	RADIO RIO VERDE LTDA		
Natureza Jurídica	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA		
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
3120599142-0	03.890.462/0001-10	23/06/2000	14/06/2000

### Endereço Completo

AVENIDA BERENICE CATAO 0 - SAO CRISTOVAO CEP.: 37443000 BAEPENDI/MG

### Objeto Social:

EXECUTAR E EXPLORAR O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORO, MEDIANTE CONCESSÃO OU PERMISSÃO DO PODER CONCEDENTE DO GOVERNO FEDERAL NO ESTRITO SEGUIMENTO DA LEGISLAÇÃO DE RADIODIFUSÃO VIGENTE, OS OBJETOS DA SOCIEDADE SE IDENTIFICAM COM O QUE DISPÕE O ARTIGO 30 DO DECRETO Nº 52.795, DE 31 DE OUTUBRO DE 1963, QUE INSTITUIU O REGULAMENTO DE RADIODIFUSÃO SENDO PRIORITÁRIO OS PROGRAMAS DE NATUREZA EDUCATIVA, INFORMATIVA, RECREATIVA E AO VIVO, PARALELAMENTE COM AS ATIVIDADES DE PUBLICIDADES COMERCIAIS COMPATÍVEIS, PARA O SUPORTE DOS ENCARGOS DA EMPRESA E SUA MELHOR DIMENSÃO TÉCNICA E ARTÍSTICA, COMUNICAÇÃO, PROMOÇÕES, VENDAS E PUBLICIDADES, A PRODUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES DE ENTRETENIMENTO E EVENTOS EM GERAL, PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE DANÇA E PRODUÇÃO MUSICAL. #

Capital Social	R\$ 30.000,00	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	Prazo de Duração INDETERMINADO
TRINTA MIL REAIS			
Capital Integralizado	R\$ 30.000,00	NÃO	
TRINTA MIL REAIS			

### Sócios / Administrador

CPF/NIRE	Nome	Participação	Tér. Mandato	Função
040.725.326-22	MARCELO PAIVA MANGIA	R\$ 15.000,00		ADMINISTRADOR/SOCIO
040.825.776-88	MARINA PAIVA MANGIA	R\$ 15.000,00		ADMINISTRADOR/SOCIO

Status	XXXXXXX	Situação	ATIVA
Último Arquivamento	29/06/2011	Número	4642444
Ato	002 - ALTERAÇÃO		
Evento(s)	021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)#		
Evento(s)	051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO#		
NADA MAIS#			

Certidão Simplificada Digital emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG ([www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br)) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C140000512239 e visualize a certidão)

Belo Horizonte, 22 Maio 2014 09:13

Protocolo Certidão Web:

C140000512239

14/351.431-8

MARINELY DE PAULA POMER  
SECRETÁRIA GERAL

Página 1 de 1





Nº 283312

PODER JUDICIÁRIO  
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
CIVIS E CRIMINAIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais**, que

**NADA CONSTA**

contra **MARCELO PAIVA MANGIA** nem contra o **CPF: 040.725.326-22**.

**Observações:**

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais ([www.jfmg.jus.br](http://www.jfmg.jus.br)), informando-se o número de controle acima descrito;

Emitida gratuitamente pela internet em: 17/07/2014, 10h00.

Data da última atualização do banco de dados: 17/07/2014, 10h00

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,  
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.  
Fone: (31) 3501-1383. e-Mail: [nucju.mg@trf1.jus.br](mailto:nucju.mg@trf1.jus.br)



## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

## CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:  
17/07/2014CERTIDÃO VALIDA ATÉ:  
15/10/2014

NOME: MARCELO PAIVA MANGIA

CNPJ/CPF: 040.725.326-22

LOGRADOURO: CHÁCARA SANTA CRUZ

NÚMERO: SN

COMPLEMENTO:

BAIRRO: SAO CRISTOVAO

CEP: 37443000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BAEPENDI

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br> => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2014000069878948

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>			
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 03.890.462/0001-10	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b>		<b>DATA DE ABERTURA</b> 23/06/2000
<b>MATRIZ</b>	<b>CADASTRAL</b>		
<b>NOME EMPRESARIAL</b> RADIO RIO VERDE LTDA - ME			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> FESTA FM			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> 90.01-9-01 - Produção teatral 90.01-9-02 - Produção musical 90.01-9-03 - Produção de espetáculos de dança 90.01-9-04 - Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares 93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
<b>LOGRADOURO</b> AV BERENICE CATAO	<b>NÚMERO</b> S/N	<b>COMPLEMENTO</b>	
<b>CEP</b> 37.443-000	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> SAO CRISTOVAO	<b>MUNICÍPIO</b> BAEPENDI	<b>UF</b> MG
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 03/11/2005	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 30/07/2014 às 10:52:43 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



PODER JUDICIÁRIO  
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

Nº 282248

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
CIVIS E CRIMINAIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, que

**NADA CONSTA**

contra **MARINA PAIVA MANGIA** nem contra o **CPF: 040.825.776-88**.

**Observações:**

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais ([www.jfmg.jus.br](http://www.jfmg.jus.br)), informando-se o número de controle acima descrito;

Emitida gratuitamente pela internet em: 16/07/2014, 14h41.

Data da última atualização do banco de dados: 16/07/2014, 14h41

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,  
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.  
Fone: (31) 3501-1383. e-Mail: [nuju.mg@trf1.jus.br](mailto:nuju.mg@trf1.jus.br)

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
DE MINAS GERAIS**COMPROVANTE DE SOLICITAÇÃO DE  
SERVIÇO****IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

NÚMERO DO PROTOCOLO

**201.403.525.034-6**

SERVIÇO

**Solicitar Certidão de Débitos Tributários**

CPF REQUISITANTE

**040.825.776-88**

NOME

**MARINA PAIVA MANGIA****IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE**

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO

**CPF**

IDENTIFICAÇÃO

**040.825.776-88**

DATA DA SOLICITAÇÃO

**16/07/2014**

NOME/NOME EMPRESARIAL

**MARINA PAIVA MANGIA**

DATA DA EMISSÃO

**16/07/2014****OBSERVAÇÕES**

1. Seu pedido poderá ser acompanhado na página da SEF no endereço **www.fazenda.mg.gov.br**, mediante o número do protocolo acima;
2. Em caso de dúvida, dirigir-se à Administração Fazendária, no endereço abaixo:  
**AF/3 NÍVEL/CAXAMBU**  
**AVENIDA: CAMILO SOARES Número: 722**  
**Bairro: CENTRO**  
**Município: CAXAMBU - MINAS GERAIS**  
**CEP: 37440000**
3. Em caso de solicitantes localizados em Belo Horizonte, para regularização das pendências relativas ao cadastro de Taxa de Incêndio, dirigir-se à Administração Fazendária no endereço abaixo:  
**AF/1º NÍVEL/BH1**  
**RUA DA BAHIA, 1816**  
**Bairro: LOURDES**  
**Município: BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS**  
**CEP 30160-924**



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
DE MINAS GERAIS**COMPROVANTE DE SOLICITAÇÃO DE  
SERVIÇO****IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

NÚMERO DO PROTOCOLO

**201.403.525.034-6**

SERVIÇO

**Solicitar Certidão de Débitos Tributários**

CPF REQUISITANTE

**040.825.776-88**

NOME

**MARINA PAIVA MANGIA****IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE**

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO

**CPF**

IDENTIFICAÇÃO

**040.825.776-88**

DATA DA SOLICITAÇÃO

**16/07/2014**

NOME/NOME EMPRESARIAL

**MARINA PAIVA MANGIA**

DATA DA EMISSÃO

**16/07/2014****OBSERVAÇÕES**

1. Seu pedido poderá ser acompanhado na página da SEF no endereço [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br), mediante o número do protocolo acima;
2. Em caso de dúvida, dirigir-se à Administração Fazendária, no endereço abaixo:  
**AF/3 NÍVEL/CAXAMBU**  
**AVENIDA: CAMILO SOARES Número: 722**  
**Bairro: CENTRO**  
**Município: CAXAMBU - MINAS GERAIS**  
**CEP: 37440000**
3. Em caso de solicitantes localizados em Belo Horizonte, para regularização das pendências relativas ao cadastro de Taxa de Incêndio, dirigir-se à Administração Fazendária no endereço abaixo:  
**AF/1º NÍVEL/BH1**  
**RUA DA BAHIA, 1816**  
**Bairro: LOURDES**  
**Município: BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS**  
**CEP 30160-924**



AO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

GRUPO DE TRABALHO DE RÁDIO DIFUSÃO COMERCIAL

ASSUNTO: DOCUMENTOS DE RENOVÇÃO

Segue os documentos pedidos em duas vias, favor nos devolver a cópia protocolizada.

Desde já nossos agradecimentos.

Radio Rio Verde Ltda

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO  
Em 01/08/14 às 17:20 horas  
Assinatura: Conceição

Av. Berenice Catão s/n  
Caixa Postal 70  
Bairro São Cristovão  
37443-000 Baependi - MG  
Fone / Fax [35] 3343 1111  
rioverdefm@rioverdefm.com.br  
www.rioverdefm.com.br



# ***Rádio Rio Verde Ltda.***

## ***DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 221, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.***

Na qualidade de Gerente da **Rádio Rio Verde Ltda.**, inscrita CNPJ/MF sob n.º 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, São Cristóvão, Baependi – Estado de Minas Gerais, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, canal 292, frequência de 106,3 MHz, eu **Marina Paiva Mangia** residente e domiciliada na Chácara Santa Cruz, s/nº, CP 40, CEP: 37443-000, Baependi - Estado de Minas Gerais, portadora do RG nº 7.939.657 - MG e CPF nº 040.825.776-88, **Declaro que**, somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.

Baependi, 14 de julho de 2014.

  
Marina Paiva Mangia  
CPF: 040.825.776-88  
Gerente



# ***Rádio Rio Verde Ltda.***

Ao  
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Eletrônica Comercial

**Ref: Nota Técnica - Nº 133/2014/SEI-MC**  
**Processo Nº 53000.060582/2013**

A **Rádio Rio Verde Ltda.**, inscrita CNPJ/MF sob n.º 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, São Cristóvão, Baependi – Estado de Minas Gerais, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, canal 292, frequência de 106,3 MHz, por intermédio do representante legal da emissora **Marina Paiva Mangia**, residente e domiciliada na Chácara Santa Cruz, s/nº, CP 40, CEP: 37443-000, Baependi - Estado de Minas Gerais, portadora do RG nº 7.939.657 - MG e CPF nº 040.825.776-88, que esta subscreve, em atenção a nota Técnica/processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de V.Sª. apresentar os documentos solicitados para continuidade do processo de renovação de outorga período 22/01/2014 a 22/01/2024.

Colocamo-nos à inteira disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Baependi, 14 de julho de 2014.

  
Marina Paiva Mangia.  
CPF: 040.825.776-88  
Gerente

***Rádio Rio Verde Ltda – CNPJ – 03.890.462/0001-10***  
***Avenida Berenice Catão s/nº, Caixa Postal 70 - São Cristóvão – 37443-000 - Baependi/MG***



# ***Rádio Rio Verde Ltda.***

## ***DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 221, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.***

Na qualidade de Gerente da **Rádio Rio Verde Ltda.**, inscrita CNPJ/MF sob n.º 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, São Cristóvão, Baependi – Estado de Minas Gerais, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, canal 292, frequência de 106,3 MHz, eu **Marina Paiva Mangia** residente e domiciliada na Chácara Santa Cruz, s/nº, CP 40, CEP: 37443-000, Baependi - Estado de Minas Gerais, portadora do RG nº 7.939.657 - MG e CPF nº 040.825.776-88,

### **Declaro que:**

(i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e

(ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha haja a renovação da outorga.

Baependi, 14 de julho de 2014.

  
Marina Paiva Mangia  
CPF: 040.825.776-88  
Gerente





Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição

Nome Empresarial	RADIO RIO VERDE LTDA		
Natureza Jurídica	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA		
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
3120599142-0	03.890.462/0001-10	23/06/2000	14/06/2000

Endereço Completo

AVENIDA BERENICE CATAO 0 - SAO CRISTOVAO CEP.: 37443000 BAEPENDI/MG

Objeto Social:

EXECUTAR E EXPLORAR O SERVICO DE RADIODIFUSAO SONORO, MEDIANTE CONCESSAO OU PERMISSAO DO PODER CONCEDENTE DO GOVERNO FEDERAL NO ESTRITO SEGUIMENTO DA LEGISLACAO DE RADIODIFUSAO VIGENTE, OS OBJETOS DA SOCIEDADE SE IDENTIFICAM COM O QUE DISPOE O ARTIGO 30 DO DECRETO Nº 52.795, DE 31 DE OUTUBRO DE 1963, QUE INSTITUIU O REGULAMENTO DE RADIODIFUSAO SENDO PRIORITARIO OS PROGRAMAS DE NATUREZA EDUCATIVA, INFORMATIVA, RECREATIVA E AO VIVO, PARALELAMENTE COM AS ATIVIDADES DE PUBLICIDADES COMERCIAIS COMPATIVELIS, PARA O SUPORTE DOS ENCARGOS DA EMPRESA E SUA MELHOR DIMENSAO TECNICA E ARTISTICA, COMUNICACAO, PROMOCOES, VENDAS E PUBLICIDADES, A PRODUCAO E EXPLORACAO DE ATIVIDADES DE ENTRETENIMENTO E EVENTOS EM GERAL, PRODUCAO DE ESPETACULOS DE DANCA E PRODUCAO MUSICAL. #

Capital Social	R\$ 30.000,00	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	Prazo de Duração INDETERMINADO
TRINTA MIL REAIS			
Capital Integralizado	R\$ 30.000,00	NÃO	
TRINTA MIL REAIS			

Sócios / Administrador

CPF/NIRE	Nome	Participação	Tér. Mandato	Função
040.725.326-22	MARCELO PAIVA MANGIA	R\$ 15.000,00		ADMINISTRADOR/SOCIO
040.825.776-88	MARINA PAIVA MANGIA	R\$ 15.000,00		ADMINISTRADOR/SOCIO

Status	xxxxxxxx	Situação	ATIVA
Último Arquivamento	29/06/2011	Número	4642444
Ato	002 - ALTERACAO		
Evento(s)	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)#		
Evento(s)	051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO#		
NADA MAIS#			

Certidão Simplificada Digital emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG ([www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br)) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C140000512239 e visualize a certidão)

Belo Horizonte, 22 Maio 2014 09:13

Protocolo Certidão Web:

C140000512239



14/351.431-8

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

Página 1 de 1



Nº 283312

PODER JUDICIÁRIO  
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
CIVIS E CRIMINAIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais**, que

**NADA CONSTA**

contra **MARCELO PAIVA MANGIA** nem contra o **CPF: 040.725.326-22**.

**Observações:**

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais ([www.jfmg.jus.br](http://www.jfmg.jus.br)), informando-se o número de controle acima descrito;

Emitida gratuitamente pela internet em: 17/07/2014, 10h00.

Data da última atualização do banco de dados: 17/07/2014, 10h00

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,  
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.  
Fone: (31) 3501-1383. e-Mail: [nucju.mg@trf1.jus.br](mailto:nucju.mg@trf1.jus.br)





# SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

## CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

**Negativa**

CERTIDÃO EMITIDA EM:  
17/07/2014

CERTIDÃO VALIDA ATÉ:  
15/10/2014

NOME: MARCELO PAIVA MANGIA

CNPJ/CPF: 040.725.326-22

LOGRADOURO: CHÁCARA SANTA CRUZ

NÚMERO: SN

COMPLEMENTO:

BAIRRO: SAO CRISTOVAO

CEP: 37443000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BAEPENDI

UF: MG

**Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:**

**1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;**

**2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.**

**Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.**

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br> => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.**

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2014000069878948



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
		<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>03.890.462/0001-10</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>23/06/2000</b>
<b>MATRIZ</b>			
NOME EMPRESARIAL <b>RADIO RIO VERDE LTDA - ME</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>FESTA FM</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>90.01-9-01 - Produção teatral</b> <b>90.01-9-02 - Produção musical</b> <b>90.01-9-03 - Produção de espetáculos de dança</b> <b>90.01-9-04 - Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares</b> <b>93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA</b>			
LOGRADOURO <b>AV BERENICE CATAO</b>	NÚMERO <b>S/N</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>37.443-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SAO CRISTOVAO</b>	MUNICÍPIO <b>BAEPENDI</b>	UF <b>MG</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **30/07/2014** às **10:52:43** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Nº 282248

PODER JUDICIÁRIO  
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
CIVIS E CRIMINAIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais, Fiscais e JEF (Cível e Criminal) mantidos na **Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais**, que

**NADA CONSTA**

contra **MARINA PAIVA MANGIA** nem contra o **CPF: 040.825.776-88**.

**Observações:**

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**[www.jfmg.jus.br](http://www.jfmg.jus.br)**), informando-se o número de controle acima descrito;

Emitida gratuitamente pela internet em: 16/07/2014, 14h41.

Data da última atualização do banco de dados: 16/07/2014, 14h41

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho,  
CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.  
Fone: (31) 3501-1383. e-Mail: [nucju.mg@trf1.jus.br](mailto:nucju.mg@trf1.jus.br)



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
DE MINAS GERAIS**COMPROVANTE DE SOLICITAÇÃO DE  
SERVIÇO****IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

NÚMERO DO PROTOCOLO <b>201.403.525.034-6</b>	SERVIÇO <b>Solicitar Certidão de Débitos Tributários</b>
CPF REQUISITANTE <b>040.825.776-88</b>	NOME <b>MARINA PAIVA MANGIA</b>

**IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE**

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO <b>CPF</b>	IDENTIFICAÇÃO <b>040.825.776-88</b>	DATA DA SOLICITAÇÃO <b>16/07/2014</b>
NOME/NOME EMPRESARIAL <b>MARINA PAIVA MANGIA</b>		DATA DA EMISSÃO <b>16/07/2014</b>

**OBSERVAÇÕES**

1. Seu pedido poderá ser acompanhado na página da SEF no endereço [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br), mediante o número do protocolo acima;
2. Em caso de dúvida, dirigir-se à Administração Fazendária, no endereço abaixo:  
**AF/3 NÍVEL/CAXAMBU**  
**AVENIDA: CAMILO SOARES Número: 722**  
**Bairro: CENTRO**  
**Município: CAXAMBU - MINAS GERAIS**  
**CEP: 37440000**
3. Em caso de solicitantes localizados em Belo Horizonte, para regularização das pendências relativas ao cadastro de Taxa de Incêndio, dirigir-se à Administração Fazendária no endereço abaixo:  
**AF/1º NÍVEL/BH1**  
**RUA DA BAHIA, 1816**  
**Bairro: LOURDES**  
**Município: BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS**  
**CEP 30160-924**



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
DE MINAS GERAIS

## COMPROVANTE DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO

### IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

NÚMERO DO PROTOCOLO

**201.403.525.034-6**

SERVIÇO

**Solicitar Certidão de Débitos Tributários**

CPF REQUISITANTE

**040.825.776-88**

NOME

**MARINA PAIVA MANGIA**

### IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO

**CPF**

IDENTIFICAÇÃO

**040.825.776-88**

DATA DA SOLICITAÇÃO

**16/07/2014**

NOME/NOME EMPRESARIAL

**MARINA PAIVA MANGIA**

DATA DA EMISSÃO

**16/07/2014**

### OBSERVAÇÕES

1. Seu pedido poderá ser acompanhado na página da SEF no endereço [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br), mediante o número do protocolo acima;
2. Em caso de dúvida, dirigir-se à Administração Fazendária, no endereço abaixo:  
**AF/3 NÍVEL/CAXAMBU**  
**AVENIDA: CAMILO SOARES Número: 722**  
**Bairro: CENTRO**  
**Município: CAXAMBU - MINAS GERAIS**  
**CEP: 37440000**
3. Em caso de solicitantes localizados em Belo Horizonte, para regularização das pendências relativas ao cadastro de Taxa de Incêndio, dirigir-se à Administração Fazendária no endereço abaixo:  
**AF/1º NÍVEL/BH1**  
**RUA DA BAHIA, 1816**  
**Bairro: LOURDES**  
**Município: BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS**  
**CEP 30160-924**

**Rio Verde 106,3 FM**  
Música de Qualidade  
Bacpendi - MG

www.rioverdefm.com.br

AR



AO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.**

<b>Processo nº:</b> 53000.060582/2013-72		
<b>Entidade requerente:</b> RADIO RIO VERDE LTDA		
<b>Localidade:</b> BAEPENDI	<b>UF:</b> MG	<b>Serviço:</b> FM
<b>Período:</b> 22/01/2014 A 22/01/2024		

REQUISITOS	SIM	NÃO	Não se aplica	FL (s).
<b>Em cumprimento ao disposto no art. 5º do Capítulo III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 (DOU de 11 de julho de 2012 – Seção I), a interessada apresentou, em conformidade com o Anexo II :</b>				
1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada?	<b>X</b>			<b>2</b>
2 - Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga?	<b>X</b>			<b>SEI</b>
3 - Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada?	<b>X</b>			<b>SEI</b>
4 - Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?		<b>X</b>		
5 - Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?		<b>X</b>		
6 - Comprovante de regularidade com o FISTEL?	<b>X</b>			<b>45</b>
7 - Prova de regularidade relativa ao INSS?	<b>X</b>			<b>29</b>

8 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS?	X			30
9 - Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	X			31
10 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada?		X		
11 - Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço?	X			32
12 - Certidão de distribuição cível e criminal de todos os sócios e administradores? (conforme Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014).		X		
13 - Certidão emitida pela Junta Comercial (ou Órgão de registro equivalente), ATUALIZADA, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade? (conforme Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014).	X			SEI

### **CONCLUSÃO**

A documentação apresentada pela entidade requerente **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

<b>Observações:</b>		
1. Ressalte-se que de acordo com as novas orientações da Conjur, deverão ser exigidos os documentos descritos nos itens 12 e 13 desta Lista.		
2. Representante (s) Legal (is): SIM		
3. Existência de penalidades (cassação): NÃO (Pasta jurídica)		
4. Limites do Decreto – Lei nº 236/67: Os limites estão sendo respeitados (SIACCO - anexo)		
5. Existência de processo de transferência Direta: NÃO		
<b>Analisado por:</b>	<b>RUBRICA</b>	<b>DATA</b>
THAISA FREIRE DIOGO DE OLIVEIRA Analista		15/08/2014
<b>Conferido por:</b>	<b>RUBRICA</b>	<b>DATA</b>
REGINA MÔNICA DE FARIA SANTOS Chefe de Serviço		



**NOTA TÉCNICA Nº 7663/2014/SEI-MC**

**Processo n.º:** 53000.060582/2013-72

**Assunto:** EXIGÊNCIA II. Renovação de Outorga.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RADIO RIO VERDE LTDA - EPP, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Baependi, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 22/01/2014 a 22/01/2024.

**ANÁLISE**

2. Primeiramente, cumpre esclarecer que foi exigida da Entidade a documentação necessária à complementar a instrução do feito, nos termos da Nota Técnica n. 133/2014 (0000656), enviada por meio do Ofício n. 87/2014 (0000678), o qual foi recebido pela entidade, conforme documento anexado aos autos (0036701).

3. A Entidade respondeu à exigência por meio do protocolo n. 53900.010071/2014-47. Porém, apesar da documentação apresentada, esta ainda não se mostra suficiente para o término do processo. Por esta razão, conforme consta da Lista de Verificação de Documentos (0089088), para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas:**

- certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);
- certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);
- prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada;
- certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual e Federal, de todos os sócios e administradores;
- certidão de inteiro teor dos processos relacionados, em caso de Certidões cível ou criminal positivas.

**CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, sob pena de INDEFERIMENTO do pleito, com a consequente declaração de PEREMPÇÃO.



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Freire Diogo de Oliveira, Analista Tec Administrativo**, em 17/11/2014, às 16:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 17/11/2014, às 17:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador de Análise de Atos Societários**, em 18/11/2014, às 17:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Duarte Faria, Coordenador-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial, substituto**, em 20/11/2014, às 11:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0089090** e o código CRC **36C91C66**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1ª andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF  
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 7597/2014/SEI-MC

Brasília, 17 de novembro de 2014

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
RADIO RIO VERDE LTDA - EPP  
Avenida Berenice Catão, s/ nº, Bairro São Cristóvão, Caixa Postal 16  
37.443-000 Baependi/MG

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.060582/2013-72**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Em referência ao pedido de Renovação de Outorga apresentado por essa Entidade, encaminho cópia da Nota Técnica Nº 7663/2014/SEI-MC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo, ou o atendimento parcial à exigência implicará em indeferimento do pedido com consequente abertura de Processo Administrativo com vistas à declaração de **PEREMPÇÃO**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Duarte Faria, Coordenador-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial, substituto**, em 20/11/2014, às 11:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0089094** e o código CRC **B07BC195**.

OF: 7597/2014/SEI-MC/GTCO/DEOC  
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA  
RÁDIO RIO VERDE LTDA-EPP  
AV. BERENICE CATÃO, S/Nº - BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO - CX.  
POSTAL 16 CEP: 37.443-000 BAEPENDI/MG  
PROC.: 53000.060582/2013  
RENOVAÇÃO DE OUTORGA





AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JG 08771661 3 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h

: h

: h

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Parlamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0  
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Parlamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0  
70044-900 - Brasília - DF



## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

OF: 7597/2014/SEI-MC/GTCO/DEOC  
 AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA  
 RÁDIO RIO VERDE LTDA-EPP  
 AV. BERENICE CATÃO, S/Nº - BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO - CX.  
 POSTAL 16 CEP: 37.443-000 BAEPENDI/MG  
 PROC.: 53000.060582/2013  
 RENOVAÇÃO DE OUTORGA

UF

PAÍS / PAYS

DESCRIÇÃO DE CONTEÚDO (OBJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Aldemara Mangia

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

23 / 12 / 14

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Aldemara Mangia

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

M - 2 356 133

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

M Mangia

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO





**AVISO DE  
RECEBIMENTO**

**AR**

**AVIS CN07**

**JG 08771661 3 BR**

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

**AGÊNCIA MAILCOM**

**TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON**

:

h

:

h

:

h

**PREENCHER COM LETRA DE FORMA**

**NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR**

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Departamento de Serviço de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0

70044-900 - Brasília - DF

**CIDADE / LOCALITÉ**

**UF**

**BRASIL**

**ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR**



53900.006241/2015-70  
**RÁDIO RIO VERDE LTDA.**

CNPJ: 03.890.462/0001-40

I.E: 049.083.900.00-41

AO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELETRÔNICA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELETRÔNICA

GRUPO DE TRABALHO DE RADIO DIFUSÃO COMERCIAL

ASSUNTO: DOCUMENTAÇÃO DE RENOVAÇÃO

PROCESSO nº 53000.060582/2013-72

Segue os documentos pedidos em duas vias, favor nos devolver a cópia protocolizada.

Desde já nossos agradecimentos.

Baependi, 17, janeiro de 2015



Radio Rio Verde Ltda

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO  
Em 05/02/15 às 16:00 horas  
Assinatura: Conceição

Av. Berenice Catão, s/n – Bairro São Cristóvão – Baependi/MG. CEP: 37443-000

Fone: (35) 3343-1111

www.riooverdefm.com.br



## RECIBO DE ENTREGA DA RAIS



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego  
Departamento de Emprego e Salário  
Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS  
RECIBO DE ENTREGA DA RAIS

ANO-BASE 2014

## Identificação do Estabelecimento

CREA	690000032200		
Razão Social	RADIO RIO VERDE LTDA		
CNPJ	03890462/0001-10		
CEI Vinculado			
CNAE	6010100 - ATIVIDADES DE RADIO		
Endereço	AVENIDA BERENICE CATAO, S/N	Bairro	SAO CRISTOVAO
Cidade/UF	BAEPENDI / MG	CEP	37443-000

## Declaração entregue

Data	22/01/2015	Quantidade de vínculos	Sem vínculos
Código de Identificação do Recibo	070.6690.3774.785.90		

11 de outubro de 2013

Atualizações GDRAIS

Fale conosco

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO****Secretaria de Políticas Públicas de Emprego  
Departamento de Emprego e Salário  
Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho****RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS  
RECIBO DE ENTREGA DA RAIS****ANO-BASE: 2012  
RETIFICAÇÃO****Identificação do Estabelecimento**

CREA	<b>690002142940</b>
Razão Social	<b>RADIO RIO VERDE LTDA - ME</b>
CNPJ	<b>03890462/0001-10</b>
CEI	
CEI Vinculado	
CNAE	<b>6010100 - ATIVIDADES DE RADIO</b>
Endereço	<b>AV BERENICE CATAO, 0</b>
Bairro	<b>SAO CRISTOVAO</b>
Cidade/UF	<b>BAEPENDI / MG</b>
CEP	<b>37443-000</b>

**DECLARAÇÃO ENTREGUE**

Data	<b>11/10/2013</b>
Quantidades de vínculos	<b>RAIS NEGATIVA</b>

Coordenação da RAIS

Brasília, 11/10/2013.

Código de Identificação do Recibo

**.070.6442.5839.743.08**Para retificar a CNAE, acesse: [http://rais.gov.br/servico/alte\\_identificacao.asp](http://rais.gov.br/servico/alte_identificacao.asp)





## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

## CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:  
22/01/2015CERTIDÃO VALIDA ATÉ:  
22/04/2015

NOME/NOME EMPRESARIAL: RADIO RIO VERDE LTDA - ME

INSCRIÇÃO ESTADUAL:  
049083900.00-41

CNPJ/CPF: 03.890.462/0001-10

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: AVENIDA BERENICE CATAO

NÚMERO: S/N

COMPLEMENTO:

BAIRRO: SAO CRISTOVAO

CEP: 37443000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BAEPENDI

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCO, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br) => certidão de débitos tributários  
=> certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2015000092731670




CERTIDÃO CÍVEL POSITIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

Processo

Distribuição Classe

0005569-07.2014.8.13.0049 23/04/2014 PROCEDIMENTO ORDINARIO  
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO

BAEPENDI, 07 de JANEIRO de 2015 - 15:43:12

  
HENRIQUE FERNANDES LAHMANN  
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 002 folha(s).

A presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal.

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ARTHUR BRASÍLIO ARAÚJO  
PÇ. DR RAUL SA,63 BAIRRO: CENTRO CEP: 37443000  
BAEPENDI - MINAS GERAIS



CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

MARCELO PAIVA MANGIA

CPF: 04072532622 RG: 8126540/MG

NASCIMENTO: 04/07/1978

PAI: JOSE GERALDO PELUCIO MANGIA

MÃE: ALDA MARA PAIVA MANGIA

BAEPENDI, 07 de JANEIRO de 2015 - 15:44:01

HENRIQUE FERNANDES LAHMANN  
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

A presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal.

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão.

ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ARTHUR BRASÍLIO ARAÚJO

PÇ. DR RAUL SA,63 BAIRRO: CENTRO CEP: 37443000

BAEPENDI - MINAS GERAIS





CERTIDÃO CÍVEL POSITIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, CONSTA(M) contra:

MARCELO PAIVA MANGIA

CPF: 04072532622 RG: 8126540/MG

ESTADO CIVIL: Solteiro

PAI: JOSÉ GERALDO PELÚCIO MANGIA

MÃE: ALDA MARA PAIVA MANGIA

ENDEREÇO: Avenida BERENICE CATÃO 50 SÃO CRISTÓVÃO

BAEPENDI/MG CEP: 37443000

Processo	Distribuição	Classe
0005959-11.2013.8.13.0049	17/04/2013	AÇÃO CIVIL PÚBLICA
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0019115-32.2014.8.13.0049	12/11/2014	EXECUÇÃO FISCAL
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0003873-04.2012.8.13.0049	23/03/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0004582-39.2012.8.13.0049	02/04/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0004798-97.2012.8.13.0049	09/04/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0011389-75.2012.8.13.0049	26/07/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		

CONTINUA NA(S) PRÓXIMA(S) FOLHA(S)

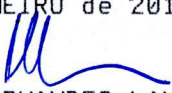
  
Henrique Fernandes Lehmann  
Escritor Judicial em Substituição  
PIPI 22.432-9



CERTIDÃO CÍVEL POSITIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

Processo	Distribuição	Classe
0005569-07.2014.8.13.0049	23/04/2014	PROCEDIMENTO ORDINARIO
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		

BAEPENDI, 07 de JANEIRO de 2015 - 15:43:12

  
HENRIQUE FERNANDES LAHMANN  
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 002 folha(s).

A presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal.

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ARTHUR BRASÍLIO ARAÚJO  
PÇ. DR RAUL SA,63 BAIRRO: CENTRO CEP: 37443000  
BAEPENDI - MINAS GERAIS





CERTIDÃO CÍVEL POSITIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, CONSTA(M) contra:

MARCELO PAIVA MANGIA

CPF: 04072532622

RG: 8126540/MG

ESTADO CIVIL: Solteiro

PAI: JOSÉ GERALDO PELÚCIO MANGIA

MÃE: ALDA MARA PAIVA MANGIA

ENDEREÇO: Avenida BERENICE CATÃO 50 SÃO CRISTÓVÃO

BAEPENDI/MG CEP: 37443000

Processo	Distribuição	Classe
0005959-11.2013.8.13.0049	17/04/2013	AÇÃO CIVIL PÚBLICA
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0019115-32.2014.8.13.0049	12/11/2014	EXECUÇÃO FISCAL
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0003873-04.2012.8.13.0049	23/03/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0004582-39.2012.8.13.0049	02/04/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0004798-97.2012.8.13.0049	09/04/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0011389-75.2012.8.13.0049	26/07/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		

CONTINUA NA(S) PRÓXIMA(S) FOLHA(S)

  
**Henrique Fernandes Lehmann**  
Escritório Judicial em Substituição  
PJI 22.432-9



CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

MARCELO PAIVA MANGIA

CPF: 04072532622 RG: 8126540/MG

NASCIMENTO: 04/07/1978

PAI: JOSE GERALDO PELUCIO MANGIA

MÃE: ALDA MARA PAIVA MANGIA

BAEPENDI, 07 de JANEIRO de 2015 - 15:44:01

HENRIQUE FERNANDES LAHMANN  
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

A presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal.

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão.

ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ARTHUR BRASÍLIO ARAÚJO

PÇ. DR RAUL SA, 63 BAIRRO: CENTRO CEP: 37443000

BAEPENDI - MINAS GERAIS

TJMG - COMARCA DE BAEPENDI

## CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

MARINA PAIVA MANGIA

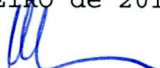
CPF: 04082577688 RG: 7939657/MG

NASCIMENTO:04/07/1978

PAI: JOSE GERALDO PELUCIO MANGIA

MÃE: ALDA MARA PAIVA MANGIA

BAEPENDI, 07 de JANEIRO de 2015 - 15:48:46



HENRIQUE FERNANDES LAHMANN  
ESCRIVÃ(O) DO JUDICIAL

## ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

A presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal.

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão.

ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ARTHUR BRASÍLIO ARAÚJO

PÇ. DR RAUL SÁ, 63 BAIRRO: CENTRO CEP: 37443000

BAEPENDI - MINAS GERAIS





CERTIDÃO CÍVEL POSITIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, CONSTA(M) contra:

MARINA PAIVA MANGIA

CPF: 04082577688

RG: 7939657/MG

ESTADO CIVIL: Casado

PAI: JOSÉ GERALDO PELÚCIO MANGIA

MÃE: ALDA MARA PAIVA MANGIA

ENDEREÇO: Rua SÍLVIO COUGO 403 CENTRO

VARGINHA/MG CEP: 37018020

Processo	Distribuição	Classe
0005959-11.2013.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO	17/04/2013	AÇÃO CIVIL PÚBLICA
0016392-40.2014.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO	03/10/2014	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
0013425-56.2013.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO	19/08/2013	EXECUÇÃO HIPOTECARIA SFH
0008247-97.2011.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO	13/06/2011	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI
0008254-89.2011.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO	13/06/2011	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI
0010755-16.2011.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO	25/07/2011	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI
0002917-85.2012.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO	08/03/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI
0003873-04.2012.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO	23/03/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI
0004228-14.2012.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO	27/03/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI
0004582-39.2012.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO	02/04/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI
0004798-97.2012.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO	09/04/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI
0011389-75.2012.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO	26/07/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI
0014621-61.2013.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO	04/09/2013	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI
0004240-57.2014.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO	28/03/2014	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDI

  
Henrique Fernandes Lahmann  
Escrivão Judicial em Substituição  
PJI 22.432-9

CONTINUA NA(S) PRÓXIMA(S) FOLHA(S)



CERTIDÃO CÍVEL POSITIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

Processo

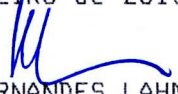
Distribuição Classe

0005569-07.2014.8.13.0049 23/04/2014 PROCEDIMENTO ORDINARIO

SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO

Observações da(o) Escrivã(o) do Judicial:

BAEPENDI, 07 de JANEIRO de 2015 - 15:50:16

  
HENRIQUE FERNANDES LAHMANN  
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 002 folha(s).

A presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal.

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público.

Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão.

ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ARTHUR BRASÍLIO ARAÚJO  
PÇ. DR RAUL SA,63 BAIRRO: CENTRO CEP: 37443000  
BAEPENDI - MINAS GERAIS



TJMG - COMARCA DE BAEPENDI

## CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

MARINA PAIVA MANGIA


CPF: 04082577688 RG: 7939657/MG

NASCIMENTO: 04/07/1978

PAI: JOSE GERALDO PELUCIO MANGIA

MÃE: ALDA MARA PAIVA MANGIA

BAEPENDI, 07 de JANEIRO de 2015 - 15:48:46



HENRIQUE FERNANDES LAHMANN  
ESCRIVÃ(O) DO JUDICIAL

## ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

A presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal.

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ARTHUR BRASÍLIO ARAÚJO

PÇ. DR RAUL SÁ, 63 BAIRRO: CENTRO CEP: 37443000

BAEPENDI - MINAS GERAIS




CERTIDÃO CÍVEL POSITIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, CONSTA(M) contra:

MARINA PAIVA MANGIA  
CPF: 04082577688 RG: 7939657/MG  
ESTADO CIVIL: Casado  
PAI: JOSÉ GERALDO PELÚCIO MANGIA  
MÃE: ALDA MARA PAIVA MANGIA  
ENDEREÇO: Rua SÍLVIO COUGO 403 CENTRO  
VARGINHA/MG CEP: 37018020

Processo	Distribuição	Classe
0005959-11.2013.8.13.0049	17/04/2013	AÇÃO CIVIL PÚBLICA
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0016392-40.2014.8.13.0049	03/10/2014	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0013425-56.2013.8.13.0049	19/08/2013	EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA SFH
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0008247-97.2011.8.13.0049	13/06/2011	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDICIAL
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0008254-89.2011.8.13.0049	13/06/2011	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDICIAL
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0010755-16.2011.8.13.0049	25/07/2011	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDICIAL
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0002917-85.2012.8.13.0049	08/03/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDICIAL
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0003873-04.2012.8.13.0049	23/03/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDICIAL
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0004228-14.2012.8.13.0049	27/03/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDICIAL
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0004582-39.2012.8.13.0049	02/04/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDICIAL
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0004798-97.2012.8.13.0049	09/04/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDICIAL
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0011389-75.2012.8.13.0049	26/07/2012	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDICIAL
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0014621-61.2013.8.13.0049	04/09/2013	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDICIAL
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		
0004240-57.2014.8.13.0049	28/03/2014	EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDICIAL
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		

  
Henrique Fernandes Lahmann  
Escritório Judicial em Substituição  
PIF 22.432-0

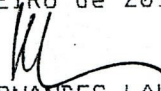


CERTIDÃO CÍVEL POSITIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

Processo	Distribuição	Classe
0005569-07.2014.8.13.0049	23/04/2014	PROCEDIMENTO ORDINARIO
SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO		

Observações da(o) Escrivã(o) do Judicial:

BAEPENDI, 07 de JANEIRO de 2015 - 15:50:16

  
HENRIQUE FERNANDES LAHMANN  
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 002 folha(s).

A presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal.

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ARTHUR BRASÍLIO ARAÚJO  
PÇ. DR RAUL SA, 63 BAIRRO: CENTRO CEP: 37443000  
BAEPENDI - MINAS GERAIS



**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**SAC CAIXA 0800 726 0101, Ouvidoria 0800 725 7474, para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492 e  
www.caixa.gov.br

1º Via - Contribuinte

<b>Dados da Entidade Sindical</b>			Vencimento	Exercício
Nome da Entidade <b>SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO DE MINAS GERAIS - 26.271.338/0001-71</b>			<b>31/01/2015</b>	<b>2015</b>
Endereço <b>RUA DOMINGOS VIEIRA</b>			Código da Entidade Sindical <b>S-05140</b>	
Número <b>587</b>		Complemento <b>CONJ. 803</b>	CNPJ da Entidade <b>26.271.338/0001-71</b>	
Cep <b>30150-240</b>	Bairro/Distrito <b>SANTA EFIGÊNIA</b>	Cidade / Município <b>BELO HORIZONTE</b>	UF <b>MG</b>	
<b>Dados do Contribuinte</b>			CPF / CNPJ / Código do Contribuinte <b>03.890.462/0001-10</b>	
Nome / Razão Social / Denominação Social <b>RADIO RIO VERDE LTDA - ME</b>				
Endereço <b>AV BERENICE CATAO</b>		Número <b>S/N</b>	Complemento	
Cep <b>37443-000</b>	Bairro/Distrito <b>SAO CRISTOVAO</b>	Cidade/Município <b>BAEPENDI</b>	UF <b>MG</b>	Código Atividade <b>601</b>
<b>Dados de Referência da Contribuição</b>			<b>Dados da Contribuição</b>	
Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal / Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos			(=) Valor do Documento <b>240,00</b>	
Capital Social - Empresa <b>30.000,00</b>	Nº Empregados Contribuintes		(-) Descontos / Abatimentos	
Capital Social - Estabelecimento <b>30.000,00</b>	Total Remuneração - Contribuintes		(-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento		(+) Mora / Multas <b>0,00</b>		
<b>MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE</b> Esta cobrança obedece ao Artigo 578 e seguintes da CLT e Artigo 8º inciso da IV da constituição federal.			(+) Outros Acréscimos <b>0,00</b>	
			(=) Valor Cobrado <b>240,00</b>	
<b>104-0</b> 10499.70518 40617.700006 05005.594014 4 63250000024000				
Código do Cedente <b>S-05140</b>	Nosso Número <b>000005005594</b>	Valor do documento <b>240,00</b>	Vencimento <b>31/01/2015</b>	Exercício <b>2015</b>

Autenticação Mecânica

SRB 3094 008 22012015 0115 240 00R 20/55



**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**SAC CAIXA 0800 726 0101, Ouvidoria 0800 725 7474, para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492 e  
www.caixa.gov.br

1ª Via - Contribuinte

<b>Dados da Entidade Sindical</b>				Vencimento	Exercício
Nome da Entidade SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISAO DE MINAS GERAIS - 26.271.338/0001-71				31/01/2014	2014
Código da Entidade Sindical S-05140					
Endereço RUA DOMINGOS VIEIRA		Número 587	Complemento CONJ. 803	CNPJ da Entidade 26.271.338/0001-71	
Cep 30150-240	Bairro/Distrito SANTA EFIGÊNIA	Cidade / Município BELO HORIZONTE		UF MG	
<b>Dados do Contribuinte</b>					
Nome / Razão Social / Denominação Social RADIO RIO VERDE LTDA - ME				CPF / CNPJ / Código do Contribuinte 03.890.462/0001-10	
Endereço AV BERENICE CATAO		Número S/N	Complemento		
Cep 37443-000	Bairro/Distrito SAO CRISTOVAO	Cidade/Município BAEPENDI		UF MG	Código Atividade 601
<b>Dados de Referência da Contribuição</b>				<b>Dados da Contribuição</b>	
Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal / Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos				(-) Valor do Documento 240,00	
Capital Social - Empresa 30.000,00		Nº Empregados Contribuintes		(-) Descontos / Abatimentos	
Capital Social - Estabelecimento 30.000,00		Total Remuneração - Contribuintes		(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento		(+*) Mora / Multas 105,60	
				(+*) Outros Acréscimos 0,00	
				(-) Valor Cobrado 345,60	
<b>104-0</b> 10499.70518 40617.700006 05006.606015 5 59600000034560					
Código do Cedente S-05140		Nosso Número 000005006606	Valor do documento 345,60	Vencimento 31/01/2014	Exercício 2014

Autenticação Mecânica

345,60R 20/55  
5BR 3054 008 22/01/2015 0116



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO RIO VERDE LTDA - ME**  
**CNPJ: 03.890.462/0001-10**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 10:15:16 do dia 30/01/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/07/2015.

Código de controle da certidão: **EAF1.CFC6.4AD7.722E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Observações PGFN:**

DÉBITOS PARCELADOS LEI 12996/14



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicações Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Esplanadas dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília DF



D. H.



AR

Av. Berenice Catão s/n • Caixa Postal **10**  
Bairro São Cristóvão • 37443-000  
Baependi • Minas Gerais  
Fone / Fax (35) 3343 **1900**  
rioverdefm@rioverdefm.com.br  
www.rioverdefm.com.br





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** RADIO RIO VERDE LTDA  
**CNPJ:** 03.890.462/0001-10

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:04:12 do dia 20/08/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 19/09/2015.

Certidão expedida gratuitamente.



Imprimir

Voltar



Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Perfil das Empresas - RADIO RIO VERDE LTDA

**CNPJ:** 03890462000110

**Presidente:**

**Endereço:** AVENIDA BERENICE CATAO - SAO CRISTOVAO

**E-mail:** rioverdefm@riooverdefm.com.br

**Capital Social:** 30.000,00

**Reserva de Capital:**

**Total:** 30.000,00

### Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
040.725.326-22	MARCELO PAIVA MANGIA	15.000	15.000,00
040.825.776-88	MARINA PAIVA MANGIA	15.000	15.000,00

### Conselho

#### Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
040.725.326-22	MARCELO PAIVA MANGIA	GERENTE	
040.825.776-88	MARINA PAIVA MANGIA	GERENTE	

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg]

Voltar

Imprimir

Exportar Excel

**Sistemas  
Interativos** **Menu Principal** ▼SRD » » Relatórios » » **Outorga** | menu ajuda**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM****UF: MG****Município: Baependi****Entidade****Município****Data Outorga****Validade**

RADIO RIO VERDE LTDA

Baependi

22/01/2004

22/01/2014

**Usuário: -****Data: 20/08/2015****Hora: 08:06:16****Registro 1 até 1 de 1 registros****Página: [1] [Ir]  [Reg]** 

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Agência Nacional  
de Telecomunicações

Sistemas  
Interativos



Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | menu ajuda

## Consulta Geral - FM

### Identificação do Canal PB

**UF:** MG  
**Município:** Baependi  
**Frequência:** 106,3 MHz  
**Classe:** A4  
**Canal:** 292

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Específico:**  
**Fase:** 3 - Licenciada

### Dados da Entidade

**Entidade:** RADIO RIO VERDE LTDA  
**Nome Fantasia:** FESTA FM  
**Nº Estação:** 323735746  
**Primeiro Licenciamento:** 23/11/2009 15:38:47

**Fistel:** 50012011282  
**CNPJ:** 03.890.462/0001-10  
**Situação:** Entidade não possui débitos  
**Último Licenciamento:** 23/11/2009 15:38:47

☒ **Dados do Plano Básico**

☒ **Dados da Outorga**

☐ **Documentos Emitidos**

#### Atualização de Documentos

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	25/03/2002 Outorga	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	27/08/2003 Deliber. do C. Nacional	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	30/12/2005 Aprovação de Local	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	14/03/2006 Autoriza o Uso de Radiofrequência	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	11/12/2008 Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Substituição de Equipamento	Jur. <input type="text"/>

☒ **Característica da Estação Instalada**

☒ **Dados do Licenciamento**

Tela Inicial

Imprimir





**BOM DIA**  
**Sonia Valesca Menezes Monteiro**  
 Sistemas Interativos

**Menu Principal** ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CNPJ

**CNPJ:** 03.890.462/0001-10

RADIO RIO VERDE LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO PAIVA MANGIA	040.725.326-22	RADIO RIO VERDE LTDA	03.890.462/0001-10	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	03.890.462/0001-10	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi
MARINA PAIVA MANGIA	040.825.776-88	RADIO RIO VERDE LTDA	03.890.462/0001-10	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	03.890.462/0001-10	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi

**Usuário:** sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro

**Data:** 20/08/2015

**Hora:** 08:08:18



**BOM DIA**  
**Sonia Valesca Menezes Monteiro**  
 Sistemas Interativos

**Menu Principal** ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

**Dados da consulta** | **Resultado**

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CPF

**CPF:** 040.725.326-22

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO PAIVA MANGIA	<a href="#">040.725.326-22</a>	RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi

**Usuário:** [sonia.mc](#) - **Sonia Valesca Menezes Monteiro**

**Data:** 20/08/2015

**Hora:** 08:08:30



**BOM DIA**  
**Sonia Valesca Menezes Monteiro**  
 Sistemas Interativos

**Menu Principal** ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CPF

**CPF:** 040.825.776-88

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARINA PAIVA MANGIA	<a href="#">040.825.776-88</a>	RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi

**Usuário:** sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro

**Data:** 20/08/2015

**Hora:** 08:08:45

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.**

<b>Processo nº 53000.060582/2013-72 (Protocolos/Respostas nº 53900.010071/2014-47; nº 53900.006241/2015-70) SEI-MC</b>		
<b>Entidade: RÁDIO RIO VERDE LTDA.</b>		
<b>Localidade: BAEPENDI</b>	<b>UF: MG</b>	<b>Serviço: FM</b>
<b>Período(s): 22/1/2014 a 22/1/2024</b>		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	FI(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	x			2 (assinatura ilegível) – Exigir ratificação
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	x			4;15
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		x		
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	x			2
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);		x		17;18 (Incompleto)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);		x		
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	x			45;1
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	x			29
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;		x		30



10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	x			31;19
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			4;7;18
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			32
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;		x		
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);		x		
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	x			5;16
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;		x		

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	Fl(S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição <b>cível da Justiça Estadual</b> , de 1ª e 2ª instância;	MARCELO	x			x		5 a 9 (Positivas)
	MARINA	x			x		12/13;15 16 (Positivas)
18. Certidão de distribuição <b>criminal da Justiça Estadual</b> , de 1ª e 2ª instância;	MARCELO	x			x		10
	MARINA	x			x		11;14
19. Certidão de distribuição <b>cível da Justiça Federal</b> , de 1ª e 2ª instância;	MARCELO	x			x		6;10
	MARINA	x			x		9;20
20. Certidão de distribuição <b>criminal da Justiça Federal</b> , de 1ª e 2ª instância;	MARCELO	x			x		6;10
	MARINA	x			x		9;20
21- prova de cumprimento das <b>obrigações eleitorais</b> , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	MARCELO		x				
	MARINA		x				
22- certidão <b>criminal da Justiça Eleitoral</b> ;	MARCELO		x				
	MARINA		x				
23- certidões de <b>protestos de títulos</b> ;	MARCELO		x				
	MARINA		x				

**OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.**

## CONCLUSÃO

A documentação apresentada atende parcialmente ao disposto na legislação regulamentar vigente.

<b>Observações:</b>
<b>Análise:</b>
Sônia Valesca M. Monteiro Advogado

**NOTA TÉCNICA Nº 18768/2015/SEI-MC**

**Processo n.º:** 53000.060582/2013-72.

**Assunto:** EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Rio Verde Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Baependi, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 22/1/2014 a 22/1/2024.

**ANÁLISE**

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido de que trata o parágrafo 1 chegou a ser analisado pela Secretaria de Comunicação Eletrônica - SCE que, por conduto da Portaria n.º 329/2012 e das orientações contidas no Despacho n.º 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU, solicitou à Interessada a apresentação de documentos necessários para a completa instrução do feito. É oportuno destacar que a Interessada vem prontamente atendendo às solicitações desta Pasta, conforme se verifica dos autos.

3. Todavia, a documentação que se encontra anexada ao autos ainda não se mostra suficiente para possibilitar a completa instrução do pedido de renovação em questão. Explica-se.

4. Em 29.5.2015, a Douta Consultoria Jurídica - Conjur exarou manifestação jurídica referencial, nos termos do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (inteiro teor disponível no seguinte endereço - <http://www.mc.gov.br/legislacao/portipo/pareceres/parecer-n-403-2015-conjur-mc-cgu-agu>), a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial. Referida manifestação busca uniformizar entendimento, no âmbito da Conjur, sobre os documentos necessários para a regular instrução dos processos de renovação.

5. Oportuno enfatizar que a citada manifestação jurídica referencial traduz os esforços da Conjur desta Pasta quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além de atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão. Em curtas palavras, informa-se que os processos de renovação de outorga estarão dispensados de uma análise jurídica individualizada, ou seja, de suas remessas à Conjur, restando, tão-somente, à SCE a conferência dos documentos relacionados no referido Parecer e posterior submissão do assunto à deliberação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Excetuam-se desse procedimento inovador, os casos em que forem constatadas dúvidas quanto à idoneidade moral da Entidade e/ou de seus sócios/administradores, situações em que será necessária manifestação jurídica individualizada.

6. Assim, considerando-se os termos do mencionado Parecer, no qual estabelece novo procedimento e o rol de documentos que devem ser apresentados na ocasião da renovação de outorga, e o que consta da "Lista de Verificação de Documentos", inserida digitalmente nestes autos (evento SEI n.º 0673104), faz-se necessário que a

Interessada apresente os seguintes documentos, em original ou cópia autenticada:

- 6.1. requerimento, ratificando a renovação, para o período 22/1/2014 a 22/1/2024, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;
- 6.2. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;
- 6.3. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos **últimos cinco anos**). **Incompleto. Apresentar exercícios de 2014 e 2015 com autenticação do Cartório;**
- 6.4. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos **últimos cinco anos**). **Incompleto. Apresentar exercícios de 2014 e 2015 com autenticação do Cartório;**
- 6.5. certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;
- 6.6. certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);
- 6.7. certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual, Federal e Eleitoral (2ª Instâncias), de todos os sócios e administradores (**em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de objeto e pé dos processos relacionados**);
- 6.8. **certidão de objeto e pé dos processos relacionados**, (todas as Estaduais Cíveis Positivas) dos sócios e administradores;
- 6.9. prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral, de todos os sócios e administradores;
- 6.10. certidão criminal da Justiça Eleitoral, de todos os sócios e administradores;
- 6.11. certidões de protesto de títulos de todos os sócios e administradores;
- 6.12. laudo técnico ou declaração (modelo disponível no sítio do Ministério das Comunicações), assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão (modelo de ambos disponível no seguinte endereço: <http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-comercial/renovacao-de-outorga>).

7. Não obstante, submeta-se o feito à consideração do Coordenador do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

### **CONCLUSÃO**

8. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Valesca Menezes Monteiro**,





**Advogado**, em 21/08/2015, às 14:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 21/08/2015, às 15:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 21/08/2015, às 17:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0673106** e o código CRC **6D3A578F**.

---

## Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1ª andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF  
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 27114/2015/SEI-MC

Brasília, 20 de agosto de 2015

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
RÁDIO RIO VERDE LTDA.  
Avenida Berenice Catão, s/ nº, Bairro São Cristóvão, Caixa Postal 16  
37.443-000 Baependi/MG

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.060582/2013-72.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º18768/2015/SEI-MC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 21/08/2015, às 17:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0673140** e o código CRC **E93F26C9**.

**Data de Envio:**

27/08/2015 17:01:38

**De:**

MC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@comunicacoes.gov.br>

**Para:**

radiofestabaependi@gmail.com  
adv.andreribeirosilva@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações.

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53000.060582/2013-72

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica  
Ministério das Comunicações

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_0673106.html  
Oficio\_0673140.html

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR COORDENADOR DO SUBGRUPO LEGAL DE  
PÓS OUTORGA**

**Ref. Proc. nº 53000.060582/201372.**

**Ofício nº 27114/2015/SEIMC**

**Solicitação de Prorrogação de Prazo**

A **RÁDIO RIO VERDE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, Bairro São Cristóvão, Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, CEP 37443-000, neste ato representada por sua sócia administradora **MARINA PAIVA MANGIA**, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG n.º MG- 7.939.657 expedida pela Polícia Civil de Minas Gerais e inscrita no CPF sob o n.º 040.825.776-88, residente e domiciliada no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, São Cristóvão, CEP 37443-000, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Baependi, Estado de Minas Gerais, conforme Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, vem requerer de Vossa Excelência, considerando ofício nº 27114/2015/SEIMC, a prorrogação do prazo, por **90 (noventa) dias**, para atender a Nota Técnica nº 18768/2015/SEIMC.

Tal prazo se faz necessário para atualização dos documentos e certidões que foram novamente solicitados.





Na oportunidade ratifica-se o pedido de renovação da outorga concedida à requerente, para o período 22/01/2014 a 22/01/2024,

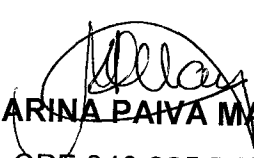
Por fim, em caso de indeferimento da prorrogação de prazo, no que sinceramente não se acredita, requer seja, após análise do presente pleito, a requerente novamente intimada para apresentação dos documentos solicitados em prazo razoável.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Baependi (MG), 21 de setembro de 2015

1º Ofício

  
MARINA PAIVA MANGIA

CPF 040.825.776-88

Cartório do 1º Ofício de Notas	
Caxambu Minas Gerais	
Reconheço por semelhança a(s) firma(s)	
Marina Paiva Mangia	
Caxambu, 22/09/2015	
Ana Maria B. de Silva	





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1ª andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF  
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 36252/2015/SEI-MC

Brasília, 05 de novembro de 2015

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
RÁDIO RIO VERDE LTDA.  
Avenida Berenice Catão, s/ nº, Bairro São Cristóvão, Caixa Postal 16  
37.443-000 Baependi/MG

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.060582/2013-72**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Informa-se que o prazo para entrega da documentação solicitada por meio da Nota Técnica n.º 18.768/2015/SEI-MC **fica prorrogado por 30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento deste Ofício.

2. A não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na aplicação das medidas administrativas cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 05/11/2015, às 11:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0804079** e o código CRC **74C7C876**.

**Data de Envio:**

13/01/2016 16:23:31

**De:**

MC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@comunicacoes.gov.br>

**Para:**

radiofestabaependi@gmail.com  
adv.andreribeirosilva@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53000.060582/2013-72

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_0804079.html  
Nota\_Tecnica\_0673106.html

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR COORDENADOR DO SUBGRUPO LEGAL DE  
PÓS-OUTORGA**

**Ref. Proc. nº 53000.060582/201372.**

**Requerimento**

A **RÁDIO RIO VERDE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, Bairro São Cristóvão, Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, CEP 37443-000, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Baependi, Estado de Minas Gerais, conforme Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, por seu procurador ao final assinado (doc. J.) vem perante Vossa Senhoria expor e requerer o que se segue:

Em atenção ao ofício nº 36252/2015/SEI-MC, servimos do presente para juntar a documentação solicitada.

Na oportunidade esclarece-se que, embora em nome dos atuais sócios da Rádio Rio Verde Ltda. conste alguns processos judiciais, cujas certidões de objeto e pé seguem anexo, atualmente encontra-se em andamento junto ao Ministério das Comunicações processo de transferência indireta da Rádio em questão.

No referido Processo de Transferência Indireta, nº 53900.043972/2015-04, restou comprovado que os sócios que integrarão a rádio em questão atende a todos os requisitos da legislação vigente, fato que justifica a aprovação da renovação da outorga aqui requerida.

Ainda, por motivos alheios a vontade da requerente, não foi possível a emissão do Certificado de Quitação das Contribuições Sindical relativas ao empregado e Certidão de objeto e pé referente ao processo judicial nº 0008254-89.2011.8.13.0049.

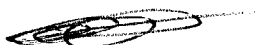


Para resolução da questão será necessário a dilação de prazo por mais 20 (vinte) dias, oportunidade em que se encaminhará todos os documentos faltantes.

Diante tais considerações, requer seja acatado o pleito de renovação da outorga da Rádio Rio Verde, bem como concedido prazo de 20 (vinte) dias para juntada da documentação faltante.

Nestes termos,  
Pede-se deferimento.

Baependi (MG), 12 de fevereiro de 2016



**ANDRÉ RIBEIRO SILVA**

**Advogado**

**OAB/MG 126.069**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR COORDENADOR DO SUBGRUPO LEGAL DE  
PÓS-OUTORGA**

**Ref. Proc. nº 53000.060582/201372.**

**Requerimento**

**A RÁDIO RIO VERDE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, Bairro São Cristóvão, Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, CEP 37443-000, neste ato representada por sua sócia administradora **MARINA PAIVA MANGIA**, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG n.º MG- 7.939.657 expedida pela Polícia Civil de Minas Gerais e inscrita no CPF sob o n.º 040.825.776-88, residente e domiciliada no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, São Cristóvão, CEP 37443-000, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Baependi, Estado de Minas Gerais, conforme Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, vem perante Vossa Senhoria **ratificar e requerer** a renovação da Outorga concedida à requerente, para o período 22/01/2014 a 22/01/2024.

Nestes termos,

Pede-se deferimento.

Baependi (MG), 10 de fevereiro de 2016

  
**MARINA PAIVA MANGIA**

CPF 040.825.776-88

Representante Legal

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR COORDENADOR DO SUBGRUPO LEGAL DE  
PÓS-OUTORGA**

**Ref. Proc. nº 53000.060582/201372.**


**DECLARAÇÃO**

A **RÁDIO RIO VERDE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, Bairro São Cristóvão, Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, CEP 37443-000, neste ato representada por sua sócia administradora **MARINA PAIVA MANGIA**, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº MG- 7.939.657 expedida pela Polícia Civil de Minas Gerais e inscrita no CPF sob o nº 040.825.776-88, residente e domiciliada no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, São Cristóvão, CEP 37443-000, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Baependi, Estado de Minas Gerais, conforme Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, **DECLARA** para os devidos fins que a entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço.

Por ser verdade,

Firma-se a presente.

Baependi (MG), 10 de fevereiro de 2016

  
**MARINA PAIVA MANGIA**  
CPF 040.825.776-88  
Representante Legal

### DECLARAÇÃO

Declaramos, pela presente, que a RADIO RIO VERDE LTDA, situada a Av. Berenice Catão, s/n, bairro São Cristovão, na Cidade de Baependi, /MG, CNPJ 03.890.462/0001-10, está em dia com este Sindicato, referente à **Contribuição Sindical Patronal**, no período de **2012 a 2016**.

Esclarecemos que, segundo as informações constantes nas Guias de Contribuição Sindical, o recolhimento foi feito sobre o Capital Social declarado pela Emissora, capital este do valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais).

Belo Horizonte, 12 de Fevereiro de 2016

  
SERTMG - SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TV DE MG



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO RIO VERDE LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.890.462/0001-10

Certidão nº: 17556756/2016

Expedição: 12/02/2016, às 19:06:58

Validade: 09/08/2016 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO RIO VERDE LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.890.462/0001-10**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

TJMG - COMARCA DE BAEPENDI

## CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - ESPECÍFICA POR AÇÃO - FALÊNCIA E CONCORDATA

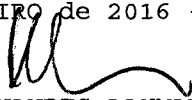
CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de CONCORDATA PREVENTIVA, CONCORDATA SUSPENSIVA, FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESARIAIS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL NADA CONSTA em tramitação contra:

RADIO RIO VERDE LTDA -ME  
OUTRO DOC:CNPJ:03890462000110  
ENDEREÇO: Avenida BERENICE CATAO 0 SAO CRISTOVAO  
BAEPENDI/MG CEP:37443000

A PRESENTE CERTIDÃO NÃO EXCLUI A POSSIBILIDADE DA EXISTÊNCIA DE OUTRAS AÇÕES DE NATUREZA DIVERSA DAQUELAS AQUI MENCIONADAS.

Observações da(o) Escrivã(o) do Judicial:

BAEPENDI, 28 de JANEIRO de 2016 - 16:23:48

  
HENRIQUE FERNANDES LAHMANN  
ESCRIVÃ(O) DO JUDICIAL

## ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

A presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal.

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. A informação dos dados do endereço é de responsabilidade do solicitante da presente certidão.

ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ARTHUR BRASÍLIO ARAÚJO

PÇ. DR RAUL SÁ, 63 BAIRRO: CENTRO CEP: 37443000

BAEPENDI - MINAS GERAIS





## JUSTIÇA ELEITORAL

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **MARINA PAIVA MANGIA**

Inscrição: **105471370221** Zona: 20 Seção: 32

Município: 40975 - BAEPENDI UF: MG

Data de Nascimento: 04/07/1978 Domiciliada desde: 18/05/1995

Filiação: ALDA MARA PAIVA MANGIA  
JOSE GERALDO PELUCIO MANGIA

Certidão emitida às 09:54 de 28/01/2016

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

**QG7I.IO7M.ZCVA.PG7A**



TJMG - COMARCA DE BAEPENDI

## CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

MARINA PAIVA MÂNGIA

CPF: 04082577688 RG: 7939657/MG

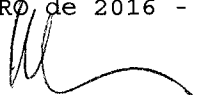
NASCIMENTO:04/07/1978

PAI: JOSE GERALDO PELUCIO MANGIA

MÃE: ALDA MARA PAIVA MANGIA

Observações da(o) Escrivã(o) do Judicial:

BAEPENDI, 28 de JANEIRO de 2016 - 14:35:25

  
HENRIQUE FERNANDES LAHMANN  
ESCRIVÃ(O) DO JUDICIAL

## ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

A presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal.

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão.

ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ARTHUR BRASÍLIO ARAÚJO

PÇ. DR RAUL SÁ, 63 BAIRRO: CENTRO CEP: 37443000

BAEPENDI - MINAS GERAIS

## CERTIDÃO CÍVEL POSITIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, CONSTA(M) contra:

MARINA PAIVA MÂNGIA

CPF: 04082577688 RG: 7939657/MG

ESTADO CIVIL: Casado

PAI: JOSÉ GERALDO PELÚCIO MÂNGIA

MÃE: ALDA MARA PAIVA MÂNGIA

ENDEREÇO: Avenida BERENICE CATÃO 936 SÃO CRISTÓVÃO

BAEPENDI/MG CEP:37443000

Processo	Distribuição
0005959-11.2013.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA	17/04/2013
0013425-56.2013.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	19/08/2013
0008247-97.2011.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	13/06/2011
0008254-89.2011.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	13/06/2011
0010755-16.2011.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	25/07/2011
0002917-85.2012.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	08/03/2012
0003873-04.2012.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	23/03/2012
0004228-14.2012.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	27/03/2012
0004582-39.2012.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	02/04/2012

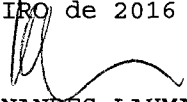
CONTINUA NA(S) PRÓXIMA(S) FOLHA(S)

TJMG - COMARCA DE BAEPENDI

## CERTIDÃO CÍVEL POSITIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

Processo	Distribuição
0004798-97.2012.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	09/04/2012
0011389-75.2012.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	26/07/2012
0014621-61.2013.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	04/09/2013
0005569-07.2014.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	23/04/2014

BAEPENDI, 28 de JANEIRO de 2016 - 14:35:14



HENRIQUE FERNANDES LAHMANN  
ESCRIVÃ(O) DO JUDICIAL

## ATENÇÃO:

Certidão composta de 002 folha(s).

A presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal.

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ARTHUR BRASÍLIO ARAÚJO  
PÇ. DR RAUL SÁ, 63 BAIRRO: CENTRO CEP: 37443000  
BAEPENDI - MINAS GERAIS





## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

### CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL

**CERTIFICA-SE**, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** os registros de distribuição de **PROCESSOS CRIMINAIS** de competência originária e/ou recursal, até a presente data, **NADA CONSTA** na **Segunda Instância** contra:

Pessoa Física: MARINA PAIVA MANGIA

CPF: 040.825.776-88

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Casado(a)

Registro de identidade e órgão expedidor: 7939657 ssp/mg

Filiação: Jose Geraldo Pelucio Mangia e Alda Mara Paiva Mangia

Endereço: Chacara Santa Cruz - São Cristovão - CEP 37443-000 - Baependi, Minas Gerais

**Belo Horizonte (MG), 28 de Janeiro de 2016, às 10:14:03 horas.**

**Observações:**

a) *Certidão expedida gratuitamente, por intermédio da **Internet**;*

b) *a informação do nº do CPF/CNPJ é de responsabilidade do(a) solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;*

c) *a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de até 3 (três) meses após a sua expedição;*

d) *esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;*

e) *esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;*

f) *a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;*

g) *Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.*

**Código de Autenticação: EBE3-52BE-853D-4B7D**

**Atenção:** qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Endereço: Rua Goiás, 229 – Centro – Belo Horizonte – MG – CEP 30.190-925 - Fone: (31) 3237-6174



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

### CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

**CERTIFICA-SE**, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** os registros de distribuição de **PROCESSOS CÍVEIS** de competência originária e/ou recursal, até a presente data, **NADA CONSTA** na **Segunda Instância** contra:

Pessoa Física: MARINA PAIVA MANGIA

CPF: 040.825.776-88

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Casado(a)

Registro de identidade e órgão expedidor: 7939657 ssp/mg

Filiação: Jose Geraldo Pelucio Mangia e Alda Mara Paiva Mangia

Endereço: Chacara Santa Cruz - São Cristóvão - CEP 37443-000 - Baependi, Minas Gerais

**Belo Horizonte (MG), 28 de Janeiro de 2016, às 10:15:48 horas.**

**Observações:**

- a) *Certidão expedida gratuitamente, por intermédio da Internet;*
- b) *a informação do nº do CPF/CNPJ é de responsabilidade do(a) solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;*
- c) *a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de até 3 (três) meses após a sua expedição;*
- d) *esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;*
- e) *esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;*
- f) *a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;*
- g) *Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.*

**Código de Autenticação: D963-1DBF-F2F6-7E0F**

**Atenção:** qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Endereço: Rua Goiás, 229 – Centro – Belo Horizonte – MG – CEP 30.190-925 - Fone: (31) 3237-6174



Nº 543123

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

**N A D A   C O N S T A**

contra **MARINA PAIVA MANGIA** nem contra o **CPF: 040.825.776-88**.

**Observações:**

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região ([www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/02/2016, às 18h09.

Data da última atualização do banco de dados: 12/02/2016, 18h09.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: [secju@trf1.jus.br](mailto:secju@trf1.jus.br)



Nº 543141

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CRIMINAIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

**N A D A   C O N S T A**

contra **MARINA PAIVA MANGIA** nem contra o **CPF: 040.825.776-88**.

**Observações:**

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região ([www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/02/2016, às 18h10.

Data da última atualização do banco de dados: 12/02/2016, 18h10.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: [secju@trf1.jus.br](mailto:secju@trf1.jus.br)



Nº 6295

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
Subseção Judiciária de Varginha

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
CÍVEIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis mantidos na **Subseção Judiciária de Varginha**, que

**N A D A   C O N S T A**

contra **MARINA PAIVA MANGIA** nem contra o **CPF: 040.825.776-88**.

**Observações:**

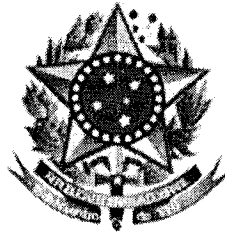
- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Varginha ([www.jfmg.jus.br](http://www.jfmg.jus.br)), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/02/2016, 18h14.

Data da última atualização do banco de dados: 12/02/2016, 18h14.

Endereço: Rua Delfim Moreira 451, Centro. CEP: 37.002-070.  
Fone: (35) 2105-8103/8101. e-Mail: 01vara.VGA@trf1.gov.br





Nº 6296

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
Subseção Judiciária de Varginha

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
CRIMINAIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Criminais mantidos na **Subseção Judiciária de Varginha**, que

**N A D A   C O N S T A**

contra **MARINA PAIVA MANGIA** nem contra o **CPF: 040.825.776-88**.

**Observações:**

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Varginha (**[www.jfmg.jus.br](http://www.jfmg.jus.br)**), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/02/2016, 18h14.

Data da última atualização do banco de dados: 12/02/2016, 18h14.

Endereço: Rua Delfim Moreira 451, Centro. CEP: 37.002-070.  
Fone: (35) 2105-8103/8101. e-Mail: 01vara.VGA@trf1.gov.br




JUSTIÇA ELEITORAL  
20ª ZONA ELEITORAL DE BAEPENDI - MG  
PRAÇA DR. RAUL SA, 63 Telefone 3533432006

## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: MARINA PAIVA MANGIA  
Inscrição: 105471370221 Zona: 20 Seção: 32  
Município: 40975 - BAEPENDI UF: MG  
Data de nascimento: 04/07/1978 Domiciliada desde: 18/05/1995  
Filiação: ALDA MARA PAIVA MANGIA  
JOSE GERALDO PELUCIO MANGIA

Em 12 de fevereiro de 2016.

  
ORLANDO DOS SANTOS  
CHEFE DO CARTÓRIO





TJMG - COMARCA DE BAEPENDI


## CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL nesta comarca, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

MARCELO PAIVA MANGIA  
CPF: 04072532622 RG: 8126540/MG  
NASCIMENTO: 04/07/1978  
PAI: JOSÉ GERLADO PELÚCIO MÂNGIA  
MÃE: ALDA MARA PAIVA MÂNGIA

Observações da(o) Escrivã(o) do Judicial:

BAEPENDI, 28 de JANEIRO de 2016 - 14:30:16

  
HENRIQUE FERNANDES LAHMANN  
ESCRIVÃ(O) DO JUDICIAL

## ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

A presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal.

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão.

ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ARTHUR BRASÍLIO ARAÚJO

PÇ. DR RAUL SÁ, 63 BAIRRO: CENTRO CEP: 37443000

BAEPENDI - MINAS GERAIS

## CERTIDÃO CÍVEL POSITIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, CONSTA(M) contra:

MARCELO PAIVA MÂNGIA

CPF: 04072532622 RG: 8126540/MG

ESTADO CIVIL:Solteiro

PAI: JOSÉ GERALDO PELÚCIO MÂNGIA

MÃE: ALDA MARA PAIVA MÂNGIA

ENDEREÇO: Avenida BERENICE CATÃO 50 SÃO CRISTÓVÃO

BAEPENDI/MG CEP:37443000

Processo	Distribuição
0005959-11.2013.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA	17/04/2013
0019115-32.2014.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL	12/11/2014
0003873-04.2012.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	23/03/2012
0004582-39.2012.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	02/04/2012
0004798-97.2012.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	09/04/2012
0011389-75.2012.8.13.0049 SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	26/07/2012

CONTINUA NA(S) PRÓXIMA(S) FOLHA(S)



TJMG - COMARCA DE BAEPENDI

## CERTIDÃO CÍVEL POSITIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

Processo

Distribuição

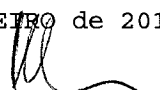
0005569-07.2014.8.13.0049

23/04/2014

SECRETARIA: SECRETARIA DO JUÍZO

CLASSE: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

BAEPENDI, 28 de JANEIRO de 2016 - 14:29:58

  
HENRIQUE FERNANDES LAHMANN  
ESCRIVÃ(O) DO JUDICIAL

## ATENÇÃO:

Certidão composta de 002 folha(s).

A presente certidão abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal.

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ARTHUR BRASÍLIO ARAÚJO  
PÇ. DR RAUL SÁ, 63 BAIRRO: CENTRO CEP: 37443000  
BAEPENDI - MINAS GERAIS



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

### CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

**CERTIFICA-SE**, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** os registros de distribuição de **PROCESSOS CÍVEIS** de competência originária e/ou recursal, até a presente data, **NADA CONSTA** na **Segunda Instância** contra:

Pessoa Física: MARCELO PAIVA MANGIA

CPF: 040.725.326-22

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Solteiro(a)

Registro de identidade e órgão expedidor: 8126540 ssp/mg

Filiação: Jose Geraldo Pelucio Mangia e Alda Mara Paiva Mangia

Endereço: Chacara Santa Cruz - São Cristovão - CEP 37443-000 - Baependi, Minas Gerais

**Belo Horizonte (MG), 28 de Janeiro de 2016, às 10:17:56 horas.**

**Observações:**

a) *Certidão expedida gratuitamente, por intermédio da **Internet**;*

b) *a informação do nº do CPF/CNPJ é de responsabilidade do(a) solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;*

c) *a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de até 3 (três) meses após a sua expedição;*

d) *esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;*

e) *esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;*

f) *a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;*

g) *Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.*

**Código de Autenticação: 2ED9-AEB1-EE10-ED06**

**Atenção:** qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Endereço: Rua Goiás, 229 – Centro – Belo Horizonte – MG – CEP 30.190-925 - Fone: (31) 3237-6174



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

### CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL

**CERTIFICA-SE**, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** os registros de distribuição de **PROCESSOS CRIMINAIS** de competência originária e/ou recursal, até a presente data, **NADA CONSTA** na **Segunda Instância** contra:

Pessoa Física: MARCELO PAIVA MANGIA

CPF: 040.725.326-22

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Solteiro(a)

Registro de identidade e órgão expedidor: 8126540 ssp/mg

Filiação: Jose Geraldo Pelucio Mangia e Alda Mara Paiva Mangia

Endereço: Chacara Santa Cruz - São Cristovão - CEP 37443-000 - Baependi, Minas Gerais

**Belo Horizonte (MG), 28 de Janeiro de 2016, às 10:18:51 horas.**

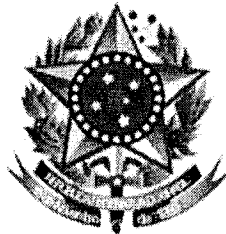
**Observações:**

- a) *Certidão expedida gratuitamente, por intermédio da **Internet**;*
- b) *a informação do nº do CPF/CNPJ é de responsabilidade do(a) solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;*
- c) *a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de até 3 (três) meses após a sua expedição;*
- d) *esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;*
- e) *esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;*
- f) *a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;*
- g) *Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.*

**Código de Autenticação: C394-970B-180C-65FA**

**Atenção:** qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Endereço: Rua Goiás, 229 – Centro – Belo Horizonte – MG – CEP 30.190-925 - Fone: (31) 3237-6174



Nº 543143

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

**N A D A   C O N S T A**

contra **MARCELO PAIVA MANGIA** nem contra o **CPF: 040.725.326-22**.

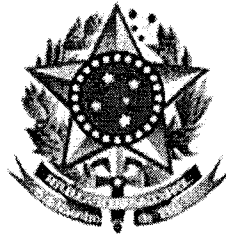
**Observações:**

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe, suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região ([www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/02/2016, às 18h10.

Data da última atualização do banco de dados: 12/02/2016, 18h10.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: [secju@trf1.jus.br](mailto:secju@trf1.jus.br)



Nº 543145

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CRIMINAIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

**N A D A   C O N S T A**

contra **MARCELO PAIVA MANGIA** nem contra o **CPF: 040.725.326-22**.

**Observações:**

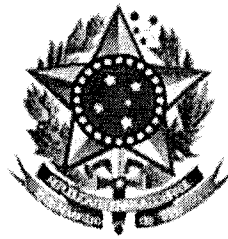
- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe, suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região ([www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/02/2016, às 18h11.

Data da última atualização do banco de dados: 12/02/2016, 18h11.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: [secju@trf1.jus.br](mailto:secju@trf1.jus.br)





Nº 6294

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
Subseção Judiciária de Varginha

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
CRIMINAIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Criminais mantidos na **Subseção Judiciária de Varginha**, que

**N A D A   C O N S T A**

contra **MARCELO PAIVA MANGIA** nem contra o **CPF: 040.725.326-22**.

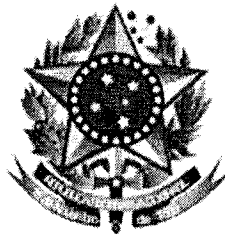
**Observações:**

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Varginha (**[www.jfmg.jus.br](http://www.jfmg.jus.br)**), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/02/2016, 18h14.

Data da última atualização do banco de dados: 12/02/2016, 18h14.

Endereço: Rua Delfim Moreira 451, Centro. CEP: 37.002-070.  
Fone: (35) 2105-8103/8101. e-Mail: 01vara.VGA@trf1.gov.br



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
Subseção Judiciária de Varginha

Nº 6293

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS  
CÍVEIS**

**CERTIFICAMOS**, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis mantidos na **Subseção Judiciária de Varginha**, que

**N A D A   C O N S T A**

contra **MARCELO PAIVA MANGIA** nem contra o **CPF: 040.725.326-22**.

**Observações:**

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Varginha (**[www.jfmg.jus.br](http://www.jfmg.jus.br)**), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/02/2016, 18h13.

Data da última atualização do banco de dados: 12/02/2016, 18h13.

Endereço: Rua Delfim Moreira 451, Centro. CEP: 37.002-070.  
Fone: (35) 2105-8103/8101. e-Mail: 01vara.VGA@trf1.gov.br




JUSTIÇA ELEITORAL  
20ª ZONA ELEITORAL DE BAEPENDI - MG  
PRAÇA DR. RAUL SA, 63 Telefone 3533432006

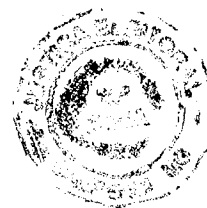
## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: MARCELO PAIVA MANGIA  
Inscrição: 105471340281      Zona: 20    Seção: 32  
Município: 40975 - BAEPENDI    UF: MG  
Data de nascimento: 04/07/1978    Domiciliado desde: 17/05/1995  
Filiação: ALDA MARA PAIVA MANGIA  
            JOSE GERALDO PELUCIO MANGIA

Em 12 de fevereiro de 2016.

  
ORLANDO DOS SANTOS  
CHEFE DO CARTÓRIO





# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Av. Prudente de Moraes, nº 100 – 5º andar – Bairro Cidade Jardim - 30.380-000 - Belo Horizonte – MG  
Coordenadoria de Registros e Informações Processuais

## **CERTIDÃO**

O Coordenador de Registros e Informações Processuais deste e. Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, conforme requerido na petição aqui protocolizada sob o nº 24.922/2016, subscrita pelo Dr. André Ribeiro Silva – OAB/MG nº 126.069, nos termos da Resolução nº 121/2010/CNJ e, após consulta no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP, **CERTIFICA** que não tramitam ou tramitaram neste Tribunal (2ª instância) ações eleitorais cíveis ou criminais em nome de MARCELO PAIVA MANGIA, brasileiro, empresário, portador da C.I. nº M-8.126.540 – SSP/MG e do CPF nº 040.725.326-22, residente e domiciliado no Município de Baependi, MG. Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2016. \_\_\_\_\_, Sara Mansur Martinello, Chefe da Seção de Autuação e Distribuição de Processos. \_\_\_\_\_, Marco Aurélio Neto, Coordenador de Registros e Informações Processuais. x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **MARCELO PAIVA MANGIA**  
Inscrição: **105471340281** Zona: 20 Seção: 32  
Município: 40975 - BAEPENDI UF: MG  
Data de Nascimento: 04/07/1978 Domiciliado desde: 17/05/1995  
Filiação: ALDA MARA PAIVA MANGIA  
JOSE GERALDO PELUCIO MANGIA

Certidão emitida às 09:56 de 28/01/2016

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **RXEN.1JTS.FQKL./J3Q**





**CERTIDÃO**

**Henrique Fernandes Lahmann**, Escrivão Judicial Substituto da Secretaria da Única Vara da Comarca de Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais.

CERTIFICA que, revendo junto a Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.13.0595-9, Ação Civil Pública, em que o Ministério Público moveu contra Marina Paiva Mangia, filha de José Geraldo Pelucio e Alda Mara Paiva Mangia, residente e domiciliada na Avenida Berenice Catão, S/Nº, Bairro São Cristovão, CEP: 37.443-000 e tendo a presente ação sido despachada inicialmente em 18/04/2013, com liminar indeferida, não havendo urgência no pedido. A requeri da foi citada em 17 de maio de 2013. Certifico mais e finalmente que os autos, conforme r. despacho de fls.671 encontram-se aguardando novas provas justificando necessidade. NADA MAIS. A referida é verdade e dou fé. Baependi/MG, 29 de janeiro de 2016.




**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial Substituto

**CERTIDÃO**

**HENRIQUE FERNANDES LAHMANN**,  
Escrivão Judicial em substituição da  
Secretaria da Única Vara da Comarca de  
Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso  
de suas atribuições legais.

CERTIFICA que, revendo junto a  
Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.13.01342-5 Ação de  
Execução Hipotecária Fundada em Título Extrajudicial, em que o BANCO  
SANTANDER moveu contra MARINA PAIVA MÂNGIA, filha de José  
Geraldo Pelúcio e Alda Mara Paiva Mângia, residente e domiciliada na  
Avenida Berenice Catão, S/Nº, Bairro São Cristóvão, CEP: 37.443-000, e  
tendo a presente ação sido despachada inicialmente em 11/05/2012, com  
mandado de citação para pagamento de dívida, sob pena de penhora.  
Publicada intimação em 16/10/2013. Certifico mais e finalmente, que os  
autos, conforme r.despacho de fls. 253,vº encontram-se aguardando  
decorrer o prazo. NADA MAIS. A referida é verdade e dou fé.  
Baependi/MG, 02 de fevereiro de 2016.

  
**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial em substituição

**CERTIDÃO**

**HENRIQUE FERNANDES LAHMANN**,  
Escrivão Judicial em substituição da  
Secretaria da Única Vara da Comarca de  
Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso  
de suas atribuições legais.

CERTIFICA que, revendo junto a  
Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.11.824-7 Ação de  
Execução em que BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. moveu contra  
MARINA PAIVA MANGIA, filha de José Geraldo Pelúcio e Alda Mara  
Paiva Mângia, residente e domiciliada na Avenida Berenice Catão, S/Nº,  
Bairro São Cristóvão, CEP: 37.443-000, e tendo a presente ação sido  
despachada inicialmente em 14/07/2011. Certifico mais e finalmente que,  
os autos, conforme r.despacho de fls. 305,vº encontram-se aguardando o  
cumprimento do pedido de fls.304. Sendo o valor da causa de R\$53.501,74  
(cinquenta e três mil, quinhentos e um reais e setenta e quatro centavos).  
NADA MAIS. A referida é verdade e dou fé. Baependi/MG, 05 de  
fevereiro de 2016.

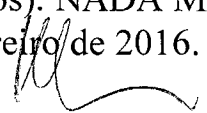


**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial em substituição

**CERTIDÃO**

**HENRIQUE FERNANDES LAHMANN**,  
Escrivão Judicial em substituição da  
Secretaria da Única Vara da Comarca de  
Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso  
de suas atribuições legais.

CERTIFICA que, revendo junto a  
Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.11.1075-5 Ação de  
Execução em que BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. moveu contra  
MARINA PAIVA MANGIA, filha de José Geraldo Pelúcio e Alda Mara  
Paiva Mângia, residente e domiciliada na Avenida Berenice Catão, S/Nº,  
Bairro São Cristóvão, CEP: 37.443-000, e tendo a presente ação sido  
despachada inicialmente em 12/08/2011. Certifico mais e finalmente que,  
os autos, conforme r.despacho de fls. 206,vº encontram-se arquivados.  
Sendo o valor da causa de R\$74.489,71 (setenta e quatro mil, quatrocentos  
e oitenta e nove reais e setenta e um centavos). NADA MAIS. A referida é  
verdade e dou fé. Baependi/MG, 05 de fevereiro de 2016.

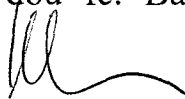
  
**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial em substituição



**CERTIDÃO**

**HENRIQUE FERNANDES LAHMANN**,  
Escrivão Judicial em substituição da  
Secretaria da Única Vara da Comarca de  
Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso  
de suas atribuições legais.

CERTIFICA que, revendo junto a  
Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.12.291-7 Ação de  
Execução em que BANCO PAULISTA S.A. moveu contra MARINA  
PAIVA MANGIA, filha de José Geraldo Pelúcio e Alda Mara Paiva  
Mângia, residente e domiciliada na Avenida Berenice Catão, S/Nº, Bairro  
São Cristóvão, CEP: 37.443-000, e tendo a presente ação sido despachada  
inicialmente em 13/03/2012. Certifico mais e finalmente que, os autos,  
conforme r.despacho de fls. 251 encontram-se aguardando decorrer o  
prazo. Sendo o valor da causa de R\$642.868,57 (seiscentos e quarenta e  
dois mil, oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e sete centavos).  
NADA MAIS. A referida é verdade e dou fé. Baependi/MG, 05 de  
fevereiro de 2016.



**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial em substituição

**CERTIDÃO**

**HENRIQUE FERNANDES LAHMANN**,  
Escrivão Judicial em substituição da  
Secretaria da Única Vara da Comarca de  
Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso  
de suas atribuições legais.

CERTIFICA que, revendo junto a  
Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.12.387-3 Ação de  
Execução em que o BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A moveu contra  
MARINA PAIVA MANGIA, filha de José Geraldo Pelúcio e Alda Mara  
Paiva Mângia, residente e domiciliada na Avenida Berenice Catão, S/Nº,  
Bairro São Cristóvão, CEP: 37.443-000, e tendo a presente ação sido  
despachada inicialmente em 30/03/2012. Certifico mais e finalmente que,  
os autos, conforme r.despacho de fls. 188,vº encontram-se aguardando  
decorrer o prazo. Sendo o valor da causa de R\$944.050,21 (novecentos e  
quarenta e quatro mil, cinquenta reais e vinte e um centavos). NADA  
MAIS. A referida é verdade e dou fé. Baependi/MG, 03 de fevereiro de  
2016.




**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial em substituição

**CERTIDÃO**

**HENRIQUE FERNANDES LAHMANN**,  
Escrivão Judicial em substituição da  
Secretaria da Única Vara da Comarca de  
Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso  
de suas atribuições legais.

CERTIFICA que, revendo junto a  
Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.12.422-8 Ação de  
Execução em que o BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A moveu  
contra MARINA PAIVA MÂNGIA, filha de José Geraldo Pelúcio e Alda  
Mara Paiva Mângia, residente e domiciliada na Avenida Berenice Catão,  
S/Nº, Bairro São Cristóvão, CEP: 37.443-000, e tendo a presente ação sido  
despachada inicialmente em 30/03/2012. Certifico mais e finalmente, que  
os autos, conforme r.despacho de fls. 115,vº encontram-se aguardando  
decorrer o prazo. NADA MAIS. A referida é verdade e dou fé.  
Baependi/MG, 03 de fevereiro de 2016.

  
**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial em substituição

**CERTIDÃO**

**HENRIQUE FERNANDES LAHMANN**,  
Escrivão Judicial em substituição da  
Secretaria da Única Vara da Comarca de  
Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso  
de suas atribuições legais.

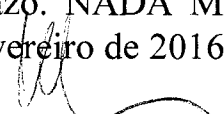
CERTIFICA que, revendo junto a  
Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.12.458-2 Ação de  
Execução em que o BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A moveu contra  
MARINA PAIVA MÂNGIA, filha de José Geraldo Pelúcio e Alda Mara  
Paiva Mângia, residente e domiciliada na Avenida Berenice Catão, S/Nº,  
Bairro São Cristóvão, CEP: 37.443-000, e tendo a presente ação sido  
despachada inicialmente em 08/05/2012. Certifico mais e finalmente que,  
os autos, conforme r.despacho de fls. 115,vº encontram-se aguardando  
decorrer o prazo. Sendo o valor da causa de R\$1.151.323,48 (um milhão,  
cento e cinquenta e um mil, trezentos e vinte e três reais e quarenta e oito  
centavos). NADA MAIS. A referida é verdade e dou fé. Baependi/MG, 03  
de fevereiro de 2016.

**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial em substituição

**CERTIDÃO**

**HENRIQUE FERNANDES LAHMANN**,  
Escrivão Judicial em substituição da  
Secretaria da Única Vara da Comarca de  
Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso  
de suas atribuições legais.

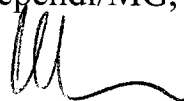
CERTIFICA que, revendo junto a  
Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.12.0479-8 Ação de  
Execução, em que o BANCO SANTANDER moveu contra MARINA  
PAIVA MÂNGIA, filha de José Geraldo Pelúcio e Alda Mara Paiva  
Mângia, residente e domiciliada na Avenida Berenice Catão, S/Nº, Bairro  
São Cristóvão, CEP: 37.443-000, e tendo a presente ação sido despachada  
inicialmente em 11/05/2012, com mandado de citação para pagamento de  
dívida, sob pena de penhora. Publicada intimação em 16/10/2013. Certifico  
mais e finalmente, que os autos, conforme r.despacho de fls. 253,vº  
encontram-se aguardando decorrer o prazo. NADA MAIS. A referida é  
verdade e dou fé. Baependi/MG, 02 de fevereiro de 2016.

  
**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial em substituição

**CERTIDÃO**

**HENRIQUE FERNANDES LAHMANN**,  
Escrivão Judicial em substituição da  
Secretaria da Única Vara da Comarca de  
Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso  
de suas atribuições legais.

CERTIFICA que, revendo junto a  
Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.12.1138-9 Ação de  
Execução em que DINSER FERRAMENTAS DIAMANTADAS LTDA  
moveu contra MARINA PAIVA MANGIA, filha de José Geraldo Pelúcio  
e Alda Mara Paiva Mângia, residente e domiciliada na Avenida Berenice  
Catão, S/Nº, Bairro São Cristóvão, CEP: 37.443-000, e tendo a presente  
ação sido despachada inicialmente em 01/08/2012. Certifico mais e  
finalmente que, os autos, conforme r.despacho de fls. 110,vº encontram-se  
aguardando decorrer o prazo. Sendo o valor da causa de R\$30.156,37  
(trinta mil, cento e cinquenta e seis reais e trinta e sete centavos). NADA  
MAIS. A referida é verdade e dou fé. Baependi/MG, 03 de fevereiro de  
2016.



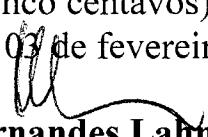
**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial em substituição



**CERTIDÃO**

**HENRIQUE FERNANDES LAHMANN**,  
Escrivão Judicial em substituição da  
Secretaria da Única Vara da Comarca de  
Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso  
de suas atribuições legais.

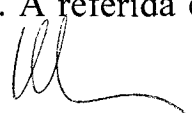
CERTIFICA que, revendo junto a  
Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.13.1462-1 Ação de  
Execução em que o BANCO DO BRASIL S/A moveu contra MARINA  
PAIVA MANGIA, filha de José Geraldo Pelúcio e Alda Mara Paiva  
Mângia, residente e domiciliada na Avenida Berenice Catão, S/Nº, Bairro  
São Cristóvão, CEP: 37.443-000, e tendo a presente ação sido despachada  
inicialmente em 09/09/2013. Certifico mais e finalmente que, os autos,  
conforme r.despacho de fls. 131,vº encontram-se aguardando decorrer o  
prazo. Sendo o valor da causa de R\$596.261,05 (quinhentos e noventa e  
seis mil duzentos e sessenta e um reais e cinco centavos). NADA MAIS. A  
referida é verdade e dou fé. Baependi/MG, 03 de fevereiro de 2016.

  
**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial em substituição

**CERTIDÃO**

**HENRIQUE FERNANDES LAHMANN**,  
Escrivão Judicial em substituição da  
Secretaria da Única Vara da Comarca de  
Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso  
de suas atribuições legais.

CERTIFICA que, revendo junto a  
Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.14.556-9 Ação de  
Execução em que BANCO DO BRASIL S.A. moveu contra MARINA  
PAIVA MANGIA, filha de José Geraldo Pelúcio e Alda Mara Paiva  
Mângia, residente e domiciliada na Avenida Berenice Catão, S/Nº, Bairro  
São Cristóvão, CEP: 37.443-000, e tendo a presente ação sido despachada  
inicialmente em 28/04/2014. Certifico mais e finalmente que, os autos,  
conforme r.despacho de fls. 62,vº encontram-se aguardando o  
cumprimento do pedido de fls.58/59. Sendo o valor da causa de  
R\$75.846,94 (setenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e seis reais e  
noventa e quatro centavos). NADA MAIS. A referida é verdade e dou fé.  
Baependi/MG, 05 de fevereiro de 2016.

  
**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial em substituição

**CERTIDÃO**

**Henrique Fernandes Lahmann**, Escrivão  
Judicial Substituto da Secretaria da Única Vara da Comarca de Baependi, Estado de  
Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais.

CERTIFICA que, revendo junto a Secretaria de  
seu cargo, os autos do processo nº. 0049.13.0595-9, Ação Civil Pública, em que o  
Ministério Público moveu contra Marcelo Paiva Mangia, filho de José Geraldo  
Pelucio e Alda Mara Paiva Mangia, residente e domiciliado na Avenida Berenice  
Catão, S/Nº, Bairro São Cristovão, CEP: 37.443-000 e tendo a presente ação sido  
despachada inicialmente em 18/04/2013, com liminar indeferida, não havendo  
urgência no pedido. O requerido foi citado em 17 de maio de 2013. Certifico mais e  
finalmente que os autos, conforme r. despacho de fls.671 encontram-se aguardando  
novas provas justificando necessidade. NADA MAIS. A referida é verdade e dou fé.  
Baependi/MG, 29 de janeiro de 2016.



**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial Substituto

**CERTIDÃO**

**HENRIQUE FERNANDES LAHMANN**,  
Escrivão Judicial em substituição da  
Secretaria da Única Vara da Comarca de  
Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso  
de suas atribuições legais.

CERTIFICA que, revendo junto a  
Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.14.01911-5  
EXECUÇÃO FISCAL, em que o MUNICÍPIO DE BAEPENDI moveu  
contra MARCELO PAIVA MÂNGIA, filho de José Geraldo Pelúcio e  
Alda Mara Paiva Mângia, residente e domiciliada na Avenida Berenice  
Catão, S/Nº, Bairro São Cristóvão, CEP: 37.443-000, e tendo a presente  
ação sido despachada inicialmente em 18/11/2016, com ordem para: a)  
citação; b) penhora; c) arresto; d) registro de penhora ou arresto,  
independentemente do pagamento de custas; e) avaliação dos bens  
penhorados ou arrestos. Publicada intimação por hora certa em  
19/06/2015. Certifico mais e finalmente, que os autos, conforme  
r.despacho de fls. 21 encontram-se aguardando decorrer o prazo. NADA  
MAIS. A referida é verdade e dou fé. Baependi/MG, 03 de Fevereiro de  
2016.

**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial em substituição

**CERTIDÃO**

**HENRIQUE FERNANDES LAHMANN**,  
Escrivão Judicial em substituição da  
Secretaria da Única Vara da Comarca de  
Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso  
de suas atribuições legais.

CERTIFICA que, revendo junto a  
Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.12.387-3 Ação de  
Execução em que o BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A moveu contra  
MARCELO PAIVA MANGIA, filho de José Geraldo Pelúcio e Alda Mara  
Paiva Mângia, residente e domiciliado na Avenida Berenice Catão, S/Nº,  
Bairro São Cristóvão, CEP: 37.443-000, e tendo a presente ação sido  
despachada inicialmente em 30/03/2012. Certifico mais e finalmente que,  
os autos, conforme r.despacho de fls. 188,vº encontram-se aguardando  
decorrer o prazo. Sendo o valor da causa de R\$944.050,21 (novecentos e  
quarenta e quatro mil, cinquenta reais e vinte e um centavos). NADA  
MAIS. A referida é verdade e dou fé. Baependi/MG, 03 de fevereiro de  
2016.




**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial em substituição

**CERTIDÃO**

**HENRIQUE FERNANDES LAHMANN**,  
Escrivão Judicial em substituição da  
Secretaria da Única Vara da Comarca de  
Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso  
de suas atribuições legais.

CERTIFICA que, revendo junto a  
Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.12.458-2 Ação de  
Execução em que o BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A moveu contra  
MARCELO PAIVA MANGIA, filho de José Geraldo Pelúcio e Alda Mara  
Paiva Mângia, residente e domiciliado na Avenida Berenice Catão, S/Nº,  
Bairro São Cristóvão, CEP: 37.443-000, e tendo a presente ação sido  
despachada inicialmente em 08/05/2012. Certifico mais e finalmente que,  
os autos, conforme r.despacho de fls. 115,vº encontram-se aguardando  
decorrer o prazo. Sendo o valor da causa de R\$1.151.323,48 (um milhão,  
cento e cinquenta e um mil, trezentos e vinte e três reais e quarenta e oito  
centavos). NADA MAIS. A referida é verdade e dou fé. Baependi/MG, 03  
de fevereiro de 2016.

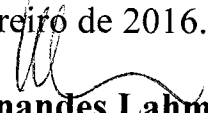
  
**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial em substituição



**CERTIDÃO**

**HENRIQUE FERNANDES LAHMANN**,  
Escrivão Judicial em substituição da  
Secretaria da Única Vara da Comarca de  
Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso  
de suas atribuições legais.

CERTIFICA que, revendo junto a  
Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.12.0479-8 Ação de  
Execução, em que o BANCO SANTANDER moveu contra MARCELO  
PAIVA MANGIA, filho de José Geraldo Pelúcio e Alda Mara Paiva  
Mângia, residente e domiciliado na Avenida Berenice Catão, S/Nº, Bairro  
São Cristóvão, CEP: 37.443-000, e tendo a presente ação sido despachada  
inicialmente em 11/05/2012, com mandado de citação para pagamento de  
dívida, sob pena de penhora. Publicada intimação em 16/10/2013. Certifico  
mais e finalmente, que os autos, conforme despacho de fls. 253, vº  
encontram-se aguardando decorrer o prazo. NADA MAIS. A referida é  
verdade e dou fé. Baependi/MG, 02 de fevereiro de 2016.

  
**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial em substituição

**CERTIDÃO**

**HENRIQUE FERNANDES LAHMANN**,  
Escrivão Judicial em substituição da  
Secretaria da Única Vara da Comarca de  
Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso  
de suas atribuições legais.

CERTIFICA que, revendo junto a  
Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.12.1138-9 Ação de  
Execução em que DINSER FERRAMENTAS DIAMANTADAS LTDA  
moveu contra MARCELO PAIVA MANGIA, filho de José Geraldo  
Pelúcio e Alda Mara Paiva Mângia, residente e domiciliado na Avenida  
Berenice Catão, S/Nº, Bairro São Cristóvão, CEP: 37.443-000, e tendo a  
presente ação sido despachada inicialmente em 01/08/2012. Certifico mais  
e finalmente que, os autos, conforme r.despacho de fls. 110,vº encontram-  
se aguardando decorrer o prazo. Sendo o valor da causa de R\$30.156,37  
(trinta mil, cento e cinquenta e seis reais e trinta e sete centavos). NADA  
MAIS. A referida é verdade e dou fé. Baependi/MG, 03 de fevereiro de  
2016.



**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial em substituição

**CERTIDÃO**

**HENRIQUE FERNANDES LAHMANN**,  
Escrivão Judicial em substituição da  
Secretaria da Única Vara da Comarca de  
Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso  
de suas atribuições legais.

CERTIFICA que, revendo junto a  
Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.14.556-9 Ação de  
Execução em que BANCO DO BRASIL S.A. moveu contra MARCELO  
PAIVA MANGIA, filho de José Geraldo Pelúcio e Alda Mara Paiva  
Mângia, residente e domiciliado na Avenida Berenice Catão, S/Nº, Bairro  
São Cristóvão, CEP: 37.443-000, e tendo a presente ação sido despachada  
inicialmente em 28/04/2014. Certifico mais e finalmente que, os autos,  
conforme r.despacho de fls. 62,vº encontram-se aguardando o  
cumprimento do pedido de fls.58/59. Sendo o valor da causa de  
R\$75.846,94 (setenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e seis reais e  
noventa e quatro centavos). NADA MAIS. A referida é verdade e dou fé.  
Baependi/MG, 05 de fevereiro de 2016.



**Henrique Fernandes Lahmann**  
Escrivão Judicial em substituição



## JUSTIÇA ELEITORAL

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **MARINA PAIVA MANGIA**

Inscrição: **105471370221** Zona: 20 Seção: 32

Município: 40975 - BAEPENDI UF: MG

Data de Nascimento: 04/07/1978 Domiciliada desde: 18/05/1995

Filiação: ALDA MARA PAIVA MANGIA

JOSE GERALDO PELUCIO MANGIA

Certidão emitida às 10:01 de 28/01/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da incorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

**VEQ8.XB3K.HHWO.WW8S**



## JUSTIÇA ELEITORAL

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITO** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **MARCELO PAIVA MANGIA**

Inscrição: **105471340281** Zona: 20 Seção: 32

Município: 40975 - BAEPENDI UF: MG

Data de Nascimento: 04/07/1978 Domiciliado desde: 17/05/1995

Filiação: ALDA MARA PAIVA MANGIA

JOSE GERALDO PELUCIO MANGIA

Certidão emitida às 09:58 de 28/01/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

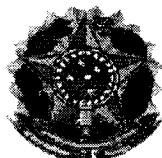
"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

**6/35.+MUØ.54ML.B9MM**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL  
20ª ZONA ELEITORAL DE BAEPENDI - MG  
PRAÇA DR. RAUL SA, 63 Telefone 3533432006

## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: MARINA PAIVA MANGIA  
Inscrição: 105471370221      Zona: 20    Seção: 32  
Município: 40975 - BAEPENDI    UF: MG  
Data de nascimento: 04/07/1978    Domiciliada desde: 18/05/1995  
Filiação: ALDA MARA PAIVA MANGIA  
             JOSE GERALDO PELUCIO MANGIA

Em 12 de fevereiro de 2016.

  
ORLANDO DOS SANTOS  
CHEFE DO CARTÓRIO








JUSTIÇA ELEITORAL  
20ª ZONA ELEITORAL DE BAEPENDI - MG  
PRAÇA DR. RAUL SA, 63 Telefone 3533432006

## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: MARCELO PAIVA MANGIA  
Inscrição: 105471340281 Zona: 20 Seção: 32  
Município: 40975 - BAEPENDI UF: MG  
Data de nascimento: 04/07/1978 Domiciliado desde: 17/05/1995  
Filiação: ALDA MARA PAIVA MANGIA  
JOSE GERALDO PELUCIO MANGIA

Em 12 de fevereiro de 2016.

  
ORLANDO DOS SANTOS  
CHEFE DO CARTÓRIO





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**Tabelionato de Protesto de Títulos**

Rua Getúlio Vargas, nº 44 - sala 07 - Bairro Centro - Baependi - MG - Tel: (035)3343-1377

Tabelião - Alfredo Marion Júnior

---

**CERTIDÃO NEGATIVA - Número: 00000651**

---

Eu, Talita Silva Bruno da Cruz, Escrevente do Registro de Protestos de Títulos desta comarca, em exercício na forma da lei, etc.

Certifico, a requerimento de pessoa interessada, que neste Tabelionato, nos últimos 5 anos não consta registro algum de título protestado por falta de pagamento, aceite ou devolução figurando como emitente, endossante ou sacado:

**MARINA PAIVA MÂNGIA - CPF: 040.825.776-88**

O referido é verdade e dou fé.

Baependi, 16 de dezembro de 2015 (15:06)

Talita Silva Bruno da Cruz Escrevente

Talita S. Bruno da Cruz  
Escrevente



Esta certidão apenas se refere ao nome e ao documento de identificação tais como acima grafados, não abrangendo nomes e documentos diferentes, ainda que próximos, invertidos, semelhantes ou resultantes de erro no pedido respectivo.

Emolumentos Certidão Negativa: R\$24,97 Taxa Fiscalização: R\$5,04 Total: R\$30,01

**Total Certidão: R\$30,01**



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**Tabelionato de Protesto de Títulos**

Rua Getúlio Vargas, nº 44 - sala 07 - Bairro Centro - Baependi - MG - Tel: (035)3343-1377

Tabelião - Alfredo Marion Júnior

---

**CERTIDÃO NEGATIVA - Número: 00000654**

---

Eu, Talita Silva Bruno da Cruz, Escrevente do Registro de Protestos de Títulos desta comarca, em exercício na forma da lei, etc.

Certifico, a requerimento de pessoa interessada, que neste Tabelionato, nos últimos 5 anos não consta registro algum de título protestado por falta de pagamento, aceite ou devolução figurando como emitente, endossante ou sacado:

**MARCELO PAIVA MÂNGIA - CPF: 040.725.326-22**

O referido é verdade e dou fé.

Baependi, 16 de dezembro de 2015 (15:33)

Talita Silva Bruno da Cruz - Escrevente

Talita S. Bruno da Cruz

Escritório de Fiscalização

**CERTIDÃO**  
BCH 41184

Esta certidão apenas se refere ao nome e ao documento de identificação tais como acima grafados, não abrangendo nomes e documentos diferentes, ainda que próximos, invertidos, semelhantes ou resultantes de erro no pedido respectivo.

Emolumentos Certidão Negativa: R\$24,97 Taxa Fiscalização: R\$5,04 Total: R\$30,01

**Total Certidão: R\$30,01**

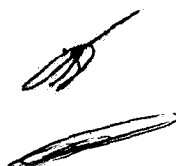
<b>Laudo de Vistoria Técnica</b>			
<b>Renovação de Outorga</b>			
<b>Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada</b>			
<b>1- Identificação</b>			
1.1- Nome/Razão Social: RÁDIO RIO VERDE LTDA			
1.2- Indicativo de chamada: ZYT503		1-2- Horário de funcionamento: Ilimitado	
<b>2- Localização da estação transmissora</b>			
2.1- Endereço: SERRA SANTA MARIA - ZONA RURAL, S/N			
Cidade: BAEPENDI		UF: MG	
CEP: 37443-000		Telefone: (35) 3343 1960	
<b>2.2- Coordenadas Geográficas</b>			
Latitude: 21° 58' 37" S			
Longitude: 44° 53' 12" W			
<b>2.3 - Transmissor Principal</b>			
2.3.1- Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda			
2.3.2 - Modelo: TFM 5K0			
2.3.3- Homologação/Certificação: 1283062337			
2.3.4- Potência de operação(kW): .....		Potência medida(kW):	Autorizada: 3,2 kW      Medida: 3,15 kW
2.3.5- Frequência(PBFM)[MHz]:		Frequência medida(MHz):	Autorizada: 106,3 MHz      Medida: 106.300080 Hz
2.3.6- Tolerância de frequência da portadora - (±2000 Hz):		80 Hz (Regular)	
2.3.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:		( X ) Sim      ( ) Não	
2.3.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:		( X ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante	
2.3.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:		( X ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante	
2.3.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:		( X ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante	
2.3.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:		( X ) Sim      ( ) Não	
2.3.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:		( X ) Sim      ( ) Não	
2.3.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:		( X ) Sim      ( ) Não	
2.3.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:		( X ) Sim      ( ) Não	
2.3.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts		( X ) Sim      ( ) Não	


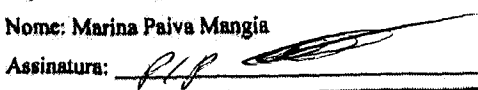
FVT-RO- FM




2.3.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	( X ) Sim	( ) Não
2.3.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	( X ) Sim	( ) Não
2.3.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	( X ) Sim	( ) Não
<b>2.4- Transmissor Auxiliar</b>		
2.4.1- Fabricante:		
2.4.2 - Modelo:		
2.4.3- Homologação/Certificação:		
2.4.4- Potência de operação(kW): ..... Potência medida(kW):	Autorizada:	Medida:
2.4.5- Frequência(PBFM)(MHz): ..... Frequência medida(MHz):	Autorizada:	Medida:
2.4.6- Tolerância de frequência da portadora - ( $\pm 2000$ Hz):		
2.4.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	( ) Sim	( ) Não
2.4.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	( ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante	
2.4.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	( ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante	
2.4.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	( ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante	
2.4.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	( ) Sim	( ) Não
2.4.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	( ) Sim	( ) Não
2.4.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	( ) Sim	( ) Não
2.4.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	( ) Sim	( ) Não
2.4.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	( ) Sim	( ) Não
2.4.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	( ) Sim	( ) Não
2.4.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	( ) Sim	( ) Não
2.4.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	( ) Sim	( ) Não
<b>2.5- Sistema Irradiante Principal</b>		
<b>2.5.1- Antena</b>		
2.5.1.1- Fabricante: TRANS-TEL ANTENAS & RF SYSTEMS		
2.5.1.2- Modelo: TTFM3A-2-MOD		
2.5.1.3- Quantidade de Elementos:	2	

FVT-RO- FM



<b>5- Outras Constatções:</b>	
5.1- Disponibilidade de relatório de conformidade referente a limitação da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos:	( X ) Sim ( ) Não
<b>6. Estudos</b>	
<b>6.1- Estudo Principal</b>	
6.1.1- Endereço: Rua Emilio Patrocínio Nogueira, s/n - Chácara Santa Cruz - Baependi - MG	
<b>6.2- Estudo Auxiliar</b>	
6.2.1- Endereço:	
<b>7. Informações Adicionais</b>	
1- A emissora apresentou protocolo nº 53000.05896/2013-11 DERM/MG, referente à alteração técnica ( Baixa do sistema auxiliar - Transmissor, antena e linha de transmissão ).	
<b>8- Instrumentos Utilizados na Vistoria</b>	
Trena Eletrônica - Bosch - DLE 70, Série: 103057486	
GPS - Garmin - etrex Vista C, Série: 06GTC07	
Frequencímetro - Minipa - MF-7240, Série: MF7240001470	
Analisador de espectro - Tektronix - 2710, Série: B03371	
<b>9- Responsável pela vistoria técnica:</b>	
Nome: Sávio Trevisan Siqueira	
Formação: Engenheiro em Telecomunicações	
CREA: 0641456787	
Local: Baependi - MG	
Data: 10 / 02 / 2016	
Assinatura: 	
Representante legal da Entidade	
Nome: Marina Paiva Mangia	
Assinatura: 	

FVT-RO- FM





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 8.496, de 7 de dezembro de 1977  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

ART de Obra ou Serviço  
92221220160137585

## 1. Responsável Técnico

**SAVO TREVISAN SIQUEIRA**

Título Profissional: Engenheiro de Telecomunicações, Técnico em Eletrônica

RNP: 2607558298

Registro: 0841458787-SP

Registro:

Empresa Contratada:

## 2. Dados do Contrato

Contratante: **Radio Rio Verde Ltda**

CPF/CNPJ: 03.896.462/0001-10

Endereço: **Avenida Benedito Catão**

Nº:

Complemento:

Bairro: **São Cristóvão**

Cidade: **Beppendi**

UF: **MG**

CEP: **37443-000**

Contrato:

Celebrado em: **10/02/2016**

Vinculado à Art nº:

Valor: **R\$ 800,00**

Tipo de Contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**

Ação Institucional:

## 3. Dados da Obra/Serviço

Endereço: **Estação Serra Santa Maria - Zona Rural**

Nº:

Complemento:

Bairro:

Cidade: **Beppendi**

UF: **MG**

CEP: **37443-000**

Data de Início: **10/02/2016**

Previsão de Término: **10/02/2016**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Outro**

Código:

CPF/CNPJ:

Endereço: **Avenida VILA VELHA**

Nº: **538**

Complemento:

Bairro: **VILA PROSPERIDADE**

Cidade: **Taubaté**

UF: **SP**

CEP: **12052-250**

Data de Início: **10/02/2016**

Previsão de Término: **10/02/2016**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Outro**

Código:

CPF/CNPJ:

## 4. Atividade Técnica

				Quantidade	Unidade
Elaboração	1	Vistoria	Telecomunicação	Radio	1,00000
Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART					

## 5. Observações

Lauda de Vistoria das instalações de transmissão de Radio Rio Verde Ltda - Beppendi - MG.

## 6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

## 7. Entidade de Classe

**TS - TAUBATÉ - ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE TAUBATÉ**

## 8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

*Beppendi* 11 de *Fevereiro* de 2016

Lugar

Data

**SAVO TREVISAN SIQUEIRA - CPF: 071.154.704-31**

**Radio Rio Verde Ltda - CPF/CNPJ: 03.896.462/0001-10**

## 9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes na rede de versão de sistema, certificada pelo Nucleo Alameda.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea.org.br](http://www.crea.org.br) ou [www.crea.org.br](http://www.crea.org.br)

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

[www.crea.org.br](http://www.crea.org.br)  
tel. (0800) 17-10-11

**CREA-SP**

Valor ART R\$ 74,37

Registrado em: **10/02/2016**

Valor Pago R\$ 74,37

Nucleo Numero: **92221220160137585**

Versão do sistema

Impresso em: **11/02/2016 15:02:18**



## Recibo do Sacado

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

Agência / Código do Cedente: 3336-7/00401783-8

Nosso Número: 92221220160137585

SACADO: SAVIO TREVISAN SIQUEIRA

CREASP: 0641456787

Data de Emissão: 10/02/2016

Data Vencimento: 19/02/2016

Número ART: 92221220160137585

Valor R\$ 74,37

A quitação do título ocorrerá somente após a compensação bancária.  
Depósito ou transferência não serão reconhecidos para quitação do título.  
Não receber após o vencimento.

Autenticação Mecânica

CORTA AQUI

BANCO DO BRASIL 001-9 00199.22210 29222.122011 60137.585216 2 67090000007437

Local de pagamento					Vencimento
PAGUE PREFERENCIALMENTE NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL					19/02/2016
Cedente					Agência / Código do Cedente
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo					3336-7/00401783-8
Data de Emissão	Número do Documento	Espécie doc.	Acerto	Data do Processamento	Nosso número/Código Documento
10/02/2016	92221220160137585	RC	N	10/02/2016	92221220160137585
Uso do banco	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento
18-027		R\$			R\$ 74,37
Instruções (Fato de responsabilidade do cedente) <b>NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO.</b> <b>BOLETO REFERENTE A ART Nº 92221220160137585</b> Unidade Cedente: 3336					(-) Desconto / Abatimentos
					(-) Outras deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros acréscimos
					(=) Valor cobrado
Sacado: SAVIO TREVISAN SIQUEIRA					
Sacador/Avista					Código de baixa

Ficha de Compensação/Autenticação mecânica



CORTA AQUI

<http://creanet1.creasp.org.br/ARTWizard/ARTObraservico/ARTObraservico.aspx>

**Comprovante de pagamento de boleto**

Via Internet Banking CAIXA

<b>Nome:</b>	SAVIO TREVISAN SIQUEIRA
<b>Conta de débito:</b>	0360 / 001 / 00029787-5

<b>Representação numérica do código de barras:</b>
00199.22210 29222.122011 60137.585216 2 67090000007437

<b>Data do vencimento:</b>	19/02/2016
<b>Nome do banco:</b>	BANCO DO BRASIL S/A
<b>Valor (R\$):</b>	74,37
<b>Identificação da operação:</b>	ART

<b>Data da débito:</b>	10/02/2016
<b>Data/hora da operação:</b>	10/02/2016 16:30:18

<b>Código da operação:</b>	00500653
<b>Chave de segurança:</b>	C3U6M4MJWZ80FVKJ

Operação realizada com sucesso conforme as informações fornecidas pelo cliente.

SAC CAIXA: 0800 726 0101  
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492  
Ouvidoria: 0800 725 7474  
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104

[https://internetbanking.caixa.gov.br/SIIBC/imprime\\_bloqueto.processa](https://internetbanking.caixa.gov.br/SIIBC/imprime_bloqueto.processa)

10/02/2016



## CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO

*Bel. Paulo César Ferreira Leite*

RUA GETÚLIO VARGAS, 44 - SALA 03 - CENTRO - TELEFONE: (0xx35) 3343-1711

LIVRO

TABELIÃ SUBSTITUTA

*Fátima F. Rocha Leite*

FOLHA

64 P

045

PROCURAÇÃO QUE FAZ RADIO RIO VERDE LTDA.  
NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, ao(s) 7 (sete) dias do mês de agosto do ano de 2015 (dois mil e quinze) nesta Cidade de Baependi, no Estado de Minas Gerais, no Cartório do 2º Ofício de Notas à Rua Getúlio Vargas, nº 44 - Sala 03, compareceu como outorgante: **RADIO RIO VERDE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.890.462/0001-10, com sede nesta cidade de Baependi, MG, na Avenida Berenice Catão, s/nº, contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), sob o nº. 3120599142-0, em 23/06/2000, última alteração contratual registrada sob o nº. 4642444, em 29/06/2011, neste ato representada pelos sócios administradores: **MARINA PAIVA MÂNGIA**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG M-7.939.657 SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº. 040.825.776-88, residente e domiciliada nesta cidade de Baependi, MG, no lugar denominado "Chácara Santa Cruz"; e, **MARCELO PAIVA MÂNGIA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG M-8.126.540 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº. 040.725.326-22, residente e domiciliado nesta cidade de Baependi/MG, no lugar denominado "Chácara Santa Cruz", de conformidade com a cláusula "B", da última alteração supramencionada; partes que se identificaram serem as próprias, conforme documentação apresentada do que dou fé. E, pela outorgante, por seus representantes, me foi dito que, nomeiam e constitui seu procurador: DR. **ANDRÉ RIBEIRO SILVA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/MG sob o 126.069, e no CPF sob o nº. 079.214.396-59, com escritório profissional na cidade de Campanha, MG, na Rua Getúlio Vargas, nº 126, Sala C; com poderes especiais para representar a empresa outorgante junto ao Ministério das Comunicações em Processos Administrativos, podendo o outorgado praticar todos os atos necessários ao cumprimento do presente mandato em especial fazer requerimentos, receber, dar quitação, obter vista de processos, ativos e baixados, firmar compromissos, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes. Os documentos necessários para lavratura deste instrumento já se encontram arquivados nesta Serventia. Foram-me apresentados e arquivados nesta Serventia os documentos exigidos pelo Provimento nº. 260/2013, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais. Assim o disse(ram), do que dou fé e me pediu(ram) este instrumento, que lhe(s) lavrei nas minhas notas, lendo-o ao(s) outorgante(s), e, tendo achado conforme, outorgou(aram), aceitou(aram) e assinou(aram). Dispensada a presença de testemunhas com base na Lei Federal nº 6.952 de 06/11/1981, do que dou fé. Eu, (a.) Paulo César Ferreira Leite, Tabelião a fiz digitar. Eu, (a.) Paulo César Ferreira Leite, Tabelião a subscrevo e assino. (a.a.) **MARINA PAIVA**

MÂNGIA, MARCELO PAIVA MÂNGIA; Paulo César Ferreira Leite.  
Trasladada em seguida.

EM TESTO. *Paulo César Ferreira Leite* DA VERDADE.

Tabelião *Paulo César Ferreira Leite*



SERVIÇO NOTARIAL DO 2º OFÍCIO BAEPENDI - MG	
Emol. R\$	15,51
Recompe. R\$	0,93
T.F.J. R\$	5,18
Total R\$	21,62

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR COORDENADOR DO SUBGRUPO LEGAL DE  
PÓS-OUTORGA**

**Ref. Proc. nº 53000.060582/201372.**

**Juntada documentos**

A **RÁDIO RIO VERDE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, Bairro São Cristóvão, Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, CEP 37443-000, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Baependi, Estado de Minas Gerais, conforme Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, por seu procurador ao final assinado (doc. J.) vem perante Vossa Senhoria requerer juntada de documentos que não foram possíveis de serem encaminhados quando do protocolo 53900.008677/2016-84.

Em que pese entender o requerente já ter cumprido todas as exigências da NOTA TÉCNICA Nº 18768/2015/SEIMC, requer em caso de falta ou insuficiência de documentação seja a representante legal intimada para regularização, objetivando a concessão da renovação da outorga pretendida.

Nestes termos,

Pede-se deferimento.

Baependi (MG), 09 de março de 2016



**ANDRÉ RIBEIRO SILVA**

**Advogado**

**OAB/MG 126.069**





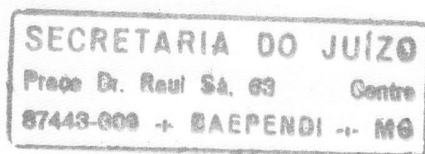
**JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE BAEPENDI - MG**  
**Pça. Dr. Raul Sá, 63 - Baependi/MG - Cep: 37.443-000 - Tel: (35) 3343-**  
**2022**

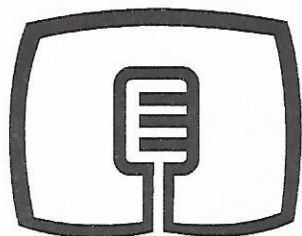
**CERTIDÃO**

**MARCELO MACIEL VIEIRA**, Escrivão Judicial em substituição da Secretaria da Única Vara da Comarca de Baependi, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais.

CERTIFICA que, revendo junto a Secretaria de seu cargo, os autos do processo nº. 0049.11825-4 Ação de Execução de Título Extrajudicial, em que o BANCO MERCANTIL DO BRASIL moveu contra MARINA PAIVA MÂNGIA, filha de José Geraldo Pelúcio e Alda Mara Paiva Mângia, residente e domiciliada na Avenida Berenice Catão, S/Nº, Bairro São Cristóvão, CEP: 37.443-000, e tendo a presente ação sido despachada inicialmente em 03/08/2011, com mandado de citação para pagamento de dívida, sob pena de penhora. Certifico mais e finalmente, que os autos, conforme r. despacho de fls. 253, vº encontram-se aguardando devolução de mandados de bens penhorados. NADA MAIS. A referida é verdade e dou fé. Baependi/MG, 25 de fevereiro de 2016.

  
**Marcelo Maciel Vieira**  
Escrivão Judicial em substituição





# SINTERT·MG

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RADIOFUSÃO E TELEVISÃO  
NO ESTADO DE MINAS GERAIS

FILIADO À  
**CUT**  
FITERT

Fundado em 07/11/1961

Reconhecido de utilidade pública - lei nº 4241 de 28/11/85

BELO HORIZONTE, 02 DE MARÇO DE 2016

A  
RADIO RIO VERDE LTDA.  
AV. BERINICE CATÃO, S/N  
BAIRRO : SÃO CRISTOVÃO  
BAEPENDI - MG  
CEP: 37443.000



ASSUNTO : CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

PREZADO SENHOR :

CONFORME LEVANTAMENTO FEITO EM NOSSOS ARQUIVOS E CERTIFICAMOS QUE INEXISTE DÉBITO DE MENSALIDADE ASSOCIATIVA E DO IMPOSTO SINDICAL COM BASE NA RAIS NEGATIVA DA SEGUINTE EMISSORA : RADIO RIO VERDE LTDA., COM ENDEREÇO : AV. BERENICE CATAO , S/N , BAIRRO : SÃO CRISTOVÃO , BAEPENDI – MG , CNPJ : 03.890.462/0001-10 , ONDE FOI APRESENTADO AO SINTERT-MG , AS COPIA XEROX DAS RAIS NEGATIVA DO RECIBO DE ENTREGA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO , COM ANO BASE DE 2012 – 2013 -2014 . GUIA DE GRCSU DE 2015 . COM PAGAMENTO VIA BANCO .

POR SER VERDADE , FIRMAMOS A PRESENTE CERTIDÃO EM DUAS VIAS PARA UM SÓ EFEITO

ATENCIOSAMENTE

SIND. TRAB. EMP. RÁDIO E TV. EST. M.G.

GERALDO EUSTAQUIO B.DA SILVA

CHEFE ADMINISTRATIVO

**CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS**

TABELIÃO

*Bel. Paulo César Ferreira Leite*

RUA GETÚLIO VARGAS, 44 - SALA 03 - CENTRO - TELEFONE: (0xx35) 3343-1711

LIVRO

TABELIÃ SUBSTITUTA

*Fátima F. Rocha Leite*

FOLHA

64 P

045

**PROCURAÇÃO QUE FAZ RADIO RIO VERDE LTDA.  
NA FORMA ABAIXO:**

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, ao(s) 7 (sete) dias do mês de agosto do ano de 2015 (dois mil e quinze) nesta Cidade de Baependi, no Estado de Minas Gerais, no Cartório do 2º Ofício de Notas à Rua Getúlio Vargas, nº 44 - Sala 03, compareceu como outorgante: **RADIO RIO VERDE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.890.462/0001-10, com sede nesta cidade de Baependi, MG, na Avenida Berenice Catão, s/nº, contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), sob o nº. 3120599142-0, em 23/06/2000, última alteração contratual registrada sob o nº. 4642444, em 29/06/2011, neste ato representada pelos sócios administradores: **MARINA PAIVA MÂNGIA**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG M-7.939.657 SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº. 040.825.776-88, residente e domiciliada nesta cidade de Baependi, MG, no lugar denominado "Chácara Santa Cruz"; e, **MARCELO PAIVA MÂNGIA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG M-8.126.540 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº. 040.725.326-22, residente e domiciliado nesta cidade de Baependi/MG, no lugar denominado "Chácara Santa Cruz", de conformidade com a cláusula "B", da última alteração supramencionada; partes que se identificaram serem as próprias, conforme documentação apresentada do que dou fé. E, pela outorgante, por seus representantes, me foi dito que, nomeiam e constitui seu procurador: DR. **ANDRÉ RIBEIRO SILVA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/MG sob o 126.069, e no CPF sob o nº. 079.214.396-59, com escritório profissional na cidade de Campanha, MG, na Rua Getúlio Vargas, nº 126, Sala C; com poderes especiais para representar a empresa outorgante junto ao Ministério das Comunicações em Processos Administrativos, podendo o outorgado praticar todos os atos necessários ao cumprimento do presente mandato em especial fazer requerimentos, receber, dar quitação, obter vista de processos, ativos e baixados, firmar compromissos, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes. Os documentos necessários para lavratura deste instrumento já se encontram arquivados nesta Serventia. Foram-me apresentados e arquivados nesta Serventia os documentos exigidos pelo Provimento nº. 260/2013, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais. Assim o disse(ram), do que dou fé e me pediu(ram) este instrumento, que lhe(s) lavrei nas minhas notas, lendo-o ao(s) outorgante(s), e, tendo achado conforme, outorgou(aram), aceitou(aram) e assinou(aram). Dispensada a presença de testemunhas com base na Lei Federal nº 6.952 de 06/11/1981, do que dou fé. Eu, (a.) Paulo César Ferreira Leite, Tabelião a fiz digitar. Eu, (a.) Paulo César Ferreira Leite, Tabelião a subscrevo e assino. (a.a.) **MARINA PAIVA**

MÂNGIA, MARCELO PAIVA MÂNGIA; Paulo César Ferreira Leite.  
Trasladada em seguida.

EM TESTO. *Paulo César Ferreira Leite* DA VERDADE.

Tabelião *Paulo César Ferreira Leite*



SERVIÇO NOTARIAL	
DO 2º OFÍCIO	
BAEPENDI - MG	
Emol.	R\$ 15,51
Recompe.	R\$ 0,93
T.F.J.	R\$ 5,18
Total	R\$ 21,62

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR COORDENADOR DO SUBGRUPO LEGAL DE  
PÓS-OUTORGA**

**Ref. Proc. nº 53000.060582/201372.**

**Requerimento**

A **RÁDIO RIO VERDE LTDA.**, já qualificada nos autos epigrafados do processo de renovação de outorga, por seu procurador ao final assinado, vem perante Vossa Excelência requerer vista eletrônica dos presentes autos.

Nestes termos,

Pede-se deferimento.

Baependi (MG), 15 de dezembro de 2016



**ANDRÉ RIBEIRO SILVA**

Advogado

OAB/MG 126.069





## CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO

*Bel. Paulo César Ferreira Leite*

RUA GETÚLIO VARGAS, 44 - SALA 03 - CENTRO - TELEFONE: (0xx35) 3343-1711

LIVRO

TABELIÃ SUBSTITUTA

*Fátima F. Rocha Leite*

FOLHA

64 P

045

PROCURAÇÃO QUE FAZ RADIO RIO VERDE LTDA.  
NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, ao(s) 7 (sete) dias do mês de agosto do ano de 2015 (dois mil e quinze) nesta Cidade de Baependi, no Estado de Minas Gerais, no Cartório do 2º Ofício de Notas à Rua Getúlio Vargas, nº 44 - Sala 03, compareceu como outorgante: **RADIO RIO VERDE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.890.462/0001-10, com sede nesta cidade de Baependi, MG, na Avenida Berenice Catão, s/nº, contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), sob o nº. 3120599142-0, em 23/06/2000, última alteração contratual registrada sob o nº. 4642444, em 29/06/2011, neste ato representada pelos sócios administradores: **MARINA PAIVA MÂNGIA**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG M-7.939.657 SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº. 040.825.776-88, residente e domiciliada nesta cidade de Baependi, MG, no lugar denominado "Chácara Santa Cruz"; e, **MARCELO PAIVA MÂNGIA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG M-8.126.540 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº. 040.725.326-22, residente e domiciliado nesta cidade de Baependi/MG, no lugar denominado "Chácara Santa Cruz", de conformidade com a cláusula "B", da última alteração supramencionada; partes que se identificaram serem as próprias, conforme documentação apresentada do que dou fé. E, pela outorgante, por seus representantes, me foi dito que, nomeiam e constitui seu procurador: DR. **ANDRÉ RIBEIRO SILVA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/MG sob o 126.069, e no CPF sob o nº. 079.214.396-59, com escritório profissional na cidade de Campanha, MG, na Rua Getúlio Vargas, nº 126, Sala C; com poderes especiais para representar a empresa outorgante junto ao Ministério das Comunicações em Processos Administrativos, podendo o outorgado praticar todos os atos necessários ao cumprimento do presente mandato em especial fazer requerimentos, receber, dar quitação, obter vista de processos, ativos e baixados, firmar compromissos, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes. Os documentos necessários para lavratura deste instrumento já se encontram arquivados nesta Serventia. Foram-me apresentados e arquivados nesta Serventia os documentos exigidos pelo Provimento nº. 260/2013, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais. Assim o disse(ram), do que dou fé e me pediu(ram) este instrumento, que lhe(s) lavrei nas minhas notas, lendo-o ao(s) outorgante(s), e, tendo achado conforme, outorgou(aram), aceitou(aram) e assinou(aram). Dispensada a presença de testemunhas com base na Lei Federal nº 6.952 de 06/11/1981, do que dou fé. Eu, (a.) Paulo César Ferreira Leite, Tabelião a fiz digitar. Eu, (a.) Paulo César Ferreira Leite, Tabelião a subscrevo e assino. (a.a.) **MARINA PAIVA**

MÂNGIA, MARCELO PAIVA MÂNGIA; Paulo César Ferreira Leite.  
Trasladada em seguida.

EM TESTO. *PA* DA VERDADE.

Tabelião *Paulo César Ferreira Leite*



SERVIÇO NOTARIAL DO 2º OFÍCIO BAEPENDI - MG	
Emol. R\$	15,51
Recompe. R\$	0,93
T.F.J. R\$	5,18
Total R\$	21,62

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 08187100

USO OBRIGATÓRIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 8.596/84)



ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES

126089

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DE MINAS GERAIS  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME  
ANDRE RIBEIRO SILVA

FILIAÇÃO  
PAULO FERNANDES DA SILVA  
SUELI PIRES RIBEIRO SILVA

NATURALIDADE  
BOA ESPERANÇA-MG

RG  
12620130 - SSP/MG

CRACKER DE ORGÃO E TÍTULO  
NÃO

DATA DE NASCIMENTO  
28/11/1985

CPF  
079.214.396-59

V.A. EXPEDIDO EM  
01 17/09/2010

LOIS CLAUDIO DA SILVA CHAVES  
PRESIDENTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
ANDRE RIBEIRO SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR DE  
MG12920130 SSP MG

CPF  
079.214.396-59

DATA NASCIMENTO  
28/11/1985

FILIAÇÃO  
PAULO FERNANDES DA SILVA  
SUELI PIRES RIBEIRO SILVA

PERMISSÃO  
ACC  
B

VALIDADE  
04/11/2014

VALIDADE  
19/05/2005

177562258

PROIBIDO PLASTIFICAR

LOCAL  
BOA ESPERANÇA, MG

DATA EMISSÃO  
24/11/2009

64508500423  
MG967910064

DETRAN-MG (MINAS GERAIS)

**Data de Envio:**

15/12/2016 16:44:01

**De:**

MCTIC/Espaço do Radiodifusor - ATP-SCE <espacodoradiodifusor@mctic.gov.br>

**Para:**

andreribeiro4378@hotmail.com

**Assunto:**

Espaço do Radiodifusor

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: Processo nº 01250.008411/2016-30

Informo que seu pedido de atendimento eletrônico/presencial foi recebido com sucesso.

Informações adicionais serão enviadas assim que disponíveis.

Atenciosamente,

Espaço do Radiodifusor

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de solicitação de atendimento eletrônico ou presencial deverá ser feito exclusivamente via peticionamento eletrônico. [<http://sistema.mc.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>]

O interessado pode, a qualquer momento, acompanhar a tramitação do seu processo. [<http://sei.mc.gov.br/consulta.html>]

O modelo do requerimento está disponível no sítio do Ministério. [<http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/atendimento-ao-radiodifusor>]

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério. [<http://www.mc.gov.br/sei>]



## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** RADIO RIO VERDE LTDA  
**CNPJ:** 03.890.462/0001-10

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:01:06 do dia 26/12/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/01/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar





Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

## Perfil das Empresas - RADIO RIO VERDE LTDA

**CNPJ:** 03890462000110

**Presidente:**

**Endereço:** AVENIDA BERENICE CATAO - SAO CRISTOVAO

**E-mail:** rioverdefm@riooverdefm.com.br

**Capital Social:** 30.000,00

**Reserva de Capital:**

**Total:** 30.000,00

### Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
040.725.326-22	MARCELO PAIVA MANGIA	15.000	15.000,00
040.825.776-88	MARINA PAIVA MANGIA	15.000	15.000,00

### Conselho

#### Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
040.725.326-22	MARCELO PAIVA MANGIA	GERENTE	
040.825.776-88	MARINA PAIVA MANGIA	GERENTE	

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg]

[Voltar](#)

[Imprimir](#)

[Exportar Excel](#)

**Sistemas  
Interativos** **Menu Principal** ▼SRD » » Relatórios » » **Outorga** | menu ajuda**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM****UF: MG****Município: Baependi****Entidade****Município****Data Outorga****Validade**

RADIO RIO VERDE LTDA

Baependi

22/01/2004

22/01/2014

**Usuário: -****Data: 26/12/2016****Hora: 09:02:34****Registro 1 até 1 de 1 registros****Página: [1] [Ir]  [Reg]** 

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SRD >>> Consultas >>> Geral | [menu](#) [ajuda](#)

## Consulta Geral - FM

### Identificação do Canal PB

**UF:** MG  
**Município:** Baependi  
**Frequência:** 106,3 MHz  
**Classe:** A4  
**Canal:** 292

**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Especifico:**  
**Fase:** 3 - Licenciada

### Dados da Entidade

**Entidade:** RADIO RIO VERDE LTDA  
**Nome Fantasia:** FESTA FM  
**Nº Estação:** 323735746  
**Primeiro Licenciamento:** 23/11/2009 15:38:47

**Fistel:** 50012011282  
**CNPJ:** 03.890.462/0001-10  
**Situação:** Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)  
**Último Licenciamento:** 23/11/2009 15:38:47

#### + Dados do Plano Básico

#### - Dados da Outorga

### Dados da Entidade

**CNPJ:**   
**Razão Social:** RADIO RIO VERDE LTDA  
**Nome Fantasia:** **Tipo de Usuário:** Integral

### Endereço Sede

**País:** Brasil  
**Número do CEP:** 37443000  
**Número:** S/N,  
**Município:** Baependi  
**Telefone:** 35 33431960

**Logradouro:** AVENIDA BERENICE CATAO  
**Complemento:** CAIXA POSTAL 16  
**Distrito:**

**Bairro:** SAO CRISTOVAO  
**SubDistrito:**  
**Fax:** 35 33431960

**Estado:** MG

### Endereço de Correspondência

**País:** Brasil  
**Número do CEP:** 37443000  
**Número:** S/Nº,  
**Município:** Baependi  
**Telefone:**

**Logradouro:** AVENIDA BERENICE CATÃO  
**Complemento:** CAIXA POSTAL 16  
**Distrito:**

**Bairro:** SAO CRISTOVAO  
**SubDistrito:**  
**E-mail:**

**Estado:** MG

### Nome Fantasia

**Nome Fantasia**

FESTA FM

### Dados da Outorga

**SCRAD Jurídico:**   
**SCRAD Técnico:**   
**Data Limite Instalação:**   
**Fistel:** 50012011282

**Data Publicação Contrato/Convênio:**   
**Número do Processo:**

#### - Documentos Emitidos

### Atualização de Documentos

Protocolo	Doc.	SEI	Nº	Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	25/03/2002	Outorga
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	27/08/2003	Deliber. do C. Nacional
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	30/12/2005	Aprovação de Local
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	14/03/2006	

		◀ - Selecione - ▼	◀ ▼		11/12/2008	Autoriza o Uso de Radiofrequência	◀ Jur. ▼
		◀ - Selecione - ▼	◀ ▼			Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	◀ Jur. ▼
		◀ - Selecione - ▼	◀ ▼		14/03/2013	Substituição de Equipamento	◀ Jur. ▼
						Multa	◀ Jur. ▼

☒ **Característica da Estação Instalada**

☒ **Dados do Licenciamento**



**Menu Principal** ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CNPJ

**CNPJ:** 03.890.462/0001-10

RADIO RIO VERDE LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO PAIVA MANGIA	040.725.326-22	RADIO RIO VERDE LTDA	03.890.462/0001-10	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	03.890.462/0001-10	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi
MARINA PAIVA MANGIA	040.825.776-88	RADIO RIO VERDE LTDA	03.890.462/0001-10	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	03.890.462/0001-10	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi

**Usuário:** sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro

**Data:** 26/12/2016

**Hora:** 09:06:08



**BOM DIA**  
**Sonia Valesca Menezes Monteiro**  
 Sistemas Interativos

**Menu Principal** ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CPF

**CPF:** 040.725.326-22

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO PAIVA MANGIA	<a href="#">040.725.326-22</a>	RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi

**Usuário:** [sonia.mc](#) - **Sonia Valesca Menezes Monteiro**

**Data:** 26/12/2016

**Hora:** 09:06:22





**BOM DIA**  
**Sonia Valesca Menezes Monteiro**  
 Sistemas Interativos

**Menu Principal** ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CPF

**CPF:** 040.825.776-88

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARINA PAIVA MANGIA	<a href="#">040.825.776-88</a>	RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi

**Usuário:** sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro

**Data:** 26/12/2016

**Hora:** 09:06:36

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.**

<b>Processo nº 53000.060582/2013-72 (Protocolos/Respostas nº 53900.010071/2014-47; nº 53900.006241/2015-70; nº 53900.049953/2015-83; nº 53900.008677/2016-84; nº 53900.014954/2016-98) SEI-MC</b>		
<b>Entidade: RÁDIO RIO VERDE LTDA.</b>		
<b>Localidade: BAEPENDI</b>	<b>UF: MG</b>	<b>Serviço: FM</b>
<b>Período(s): 22/1/2014 a 22/1/2024</b>		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	FI(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	x			2;3;1 (0054937) (0080625) (0965254)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	x			4;15 (0080625)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;	x			1 (0965254)
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	x			2;13 (0080625)
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			1 (21012 a 2016) (0965256)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			1 (21012 a 2016) (1013698)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	x			28; 47;1 (0054937) (1586123)
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	x			29 (0054937)

9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	x			30 (0054937)
10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	x			31;19 (0367291)
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			4;18 (0367291)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			32 (0054937)
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	x			1 (0965257)
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	x			1 (0965258)
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	x			5;16 (0080625)
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;	x			Vistoria Técnica- 6 a 20;1 a 3 Declaração do Profissional Habilitado – 22 (0054937) (0965269) Falta de Ensaio- Exigir. Incompleto.

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	FI(S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição <b>cível da Justiça Estadual</b> , de 1ª e 2ª instância;	MARCELO (0965260) MARINA	x  x	  	x  x	  		5 <sup>a</sup> 9;2/3;4 (Positivas)  12/13;15 16;4/5 (Positivas)
18. Certidão de distribuição <b>criminal da Justiça Estadual</b> , de 1ª e 2ª instância;	MARCELO (0965260) MARINA	x  x	  	x  x	  		10;1;5 11;14;6;9
19. Certidão de distribuição <b>cível da Justiça Federal</b> , de 1ª e 2ª instância;	MARCELO (0965260) MARINA	x  x	  	x  x	  		6;10;9  9;20;8; 10

20. Certidão de distribuição <b>criminal da Justiça Federal</b> , de 1ª e 2ª instância;	MARCELO	X		X			6;10;7/8
	MARINA	X		X			9;20;9;11
21- prova de cumprimento das <b>obrigações eleitorais</b> , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	MARCELO (0965260)	X					11 (0965253) 13;1 (0965259) (0965263)
	MARINA	X					
22- certidão <b>criminal da Justiça Eleitoral</b> ;	MARCELO (0965260)	X					10;12;1 (0965264) (0965266)
	MARINA	X					12;1 (0965259) (0965265)
23- certidões de <b>protestos de títulos</b> ;	MARCELO	X					1 (0965268)
	MARINA	X					1 (0965267)
<b>OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.</b>							

## CONCLUSÃO

A documentação apresentada atende parcialmente ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de Processo referente ao pedido de Transferência Indireta, nº 53900.043972/2015-04.</li> <li>Existência de Certidões Cíveis Positivas, em nome de ambos os sócios, de acordo com os Protocolos nº 53900.008677/2016-84; nº 53900.014954/2016-98, são elas:</li> </ul> <p><b>Marina Paiva Mangia</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ação Civil Pública – liminar indeferida – fl. 1;</li> <li>Ação de Execução Hipotecária Fundada em Título Extrajudicial – Mandado de citação para pagamento de dívidas, sob pena de penhora em 16/10/2013 – publicada Intimação em 16/10/2013 – fl.2;</li> <li>Execução em Banco Mercantil do Brasil S.A. – autos aguardando cumprimento do pedido – fl. 3;</li> <li>Execução em Banco Santander (Brasil) – autos arquivados – fl. 4;</li> <li>Execução em Banco Paulista S. A. – aguardando decorrer prazo – fl. 5;</li> <li>Execução em Banco Mercantil do Brasil – aguardando decorrer prazo -fl.7;</li> <li>Execução em Banco Santander (Brasil) - aguardando decorrer prazo - fl. 8;</li> <li>Execução em Banco Santander (Brasil) – aguardando Mandado de citação para pagamento de dívida – fl.9;</li> <li>Execução em Dinser Ferramentas Diamantadas Ltda. - aguardando decorrer prazo - fl. 10;</li> <li>Execução em Banco do Brasil S. A. – aguardando decorrer prazo – fl. 11;</li> <li>Execução em Banco do Brasil S. A. – aguardando cumprimento do pedido– fl. 12;</li> <li>Execução em Banco Mercantil do Brasil – Mandado de citação para pagamento de dívidas, sob pena de penhora-fl.7;</li> </ul> <p><b>Marcelo Paiva Mangia</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ação Civil Pública – liminar indeferida – fl. 1;</li> <li>Ação de Execução Fiscal – penhora; arresto; registro de penhora ou arresto independentemente do pagamento de custas;</li> <li>Avaliação dos bens penhorados ou arresto;</li> <li>Execução em Banco Santander (Brasil) - aguardando decorrer prazo - fls. 3/4;</li> </ul>

**Observações:**

- Execução em Banco Santander (Brasil) - Mandado de citação para pagamento de dívidas, sob pena de penhora, aguardando decorrer prazo - fl. 5;
- Execução em Dinser Ferramentas Diamantadas Ltda. - aguardando decorrer prazo - fl.6;
- Execução em Banco do Brasil S. A. – aguardando decorrer prazo – fl.7.

**Análise:**

Sônia Valesca M. Monteiro  
Advogado

**NOTA TÉCNICA Nº 34252/2016/SEI-MCTIC**

**Processo nº** 53000.060582/2013-72

**Assunto:** EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Rio Verde Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Baependi, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 22/1/2014 a 22/1/2024.

---

**ANÁLISE**

2. Esclareça-se que o pedido de que trata o item 1 desta Nota Técnica foi analisado pelo Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial - GTCO. Foram solicitados documentos, conforme a Nota Técnica nº 18768/2015/SEI-MC (evento SEI nº 0673106) e por consequência, enviado o Ofício nº 27114/2015-SEI-MC (evento SEI nº 0673140), para que a Entidade complementasse a documentação necessária à instrução dos autos.

3. Por meio de requerimentos protocolizados neste Ministério, sob o nº 53900.008677/2016-84 e nº 53900.014954/2016-98, a Entidade apresentou parcialmente os documentos exigidos pela legislação de radiodifusão, conforme se verifica da "Lista de Verificação de Documentos", inserida digitalmente nestes autos (evento SEI n.º 1586356).

4. Em análise à documentação apresentada, ficou constatado o completo atendimento às exigências documentais solicitadas. No entanto, em recente entendimento emitido pela Consultoria Jurídica - Conjur, órgão da Advocacia Geral da União junto ao Ministério das Comunicações, ficou definido de que a declaração, que atesta a regularidade da instalação da estação de radiodifusão, apesar de constar na lista de documentos do Parecer Parametrizador, não se mostra mais como documento hábil à comprovar a regularidade técnica das estações, embora a Entidade tenha apresentado inclusive, o Laudo de Vistoria Técnica dos transmissores. Por esse motivo, entende-se que a Entidade deverá ser novamente instada a fim de que apresente o seguinte documento:

4.1. Laudo de ensaio dos transmissores, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão de FM (Obs: o modelo do laudo de vistoria técnica encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-comercial/renovacao-de-outorga>).

---

**CONCLUSÃO**

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do



ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 4, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Valesca Menezes Monteiro, Advogado**, em 28/12/2016, às 10:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 28/12/2016, às 10:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas, Substituto**, em 05/01/2017, às 11:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1586359** e o código CRC **5FE7AC83**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.060582/2013-72

SEI nº 1586359



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 49278/2016/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

RÁDIO RIO VERDE LTDA.

Avenida Berenice Catão, s/ nº - Bairro São Cristóvão

Caixa Postal 16

37.443-000 Baependi/MG

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.060582/2013-72**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 34252/2016/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira**, **Coordenador-Geral de Pós-outorgas, Substituto**, em 05/01/2017, às 11:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1586492** e o código CRC **6FE008A1**.

**Data de Envio:**

06/01/2017 10:17:07

**De:**

MCTIC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

radiofestabaependi@gmail.com  
adv.andreribeirosilva@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53000.060582/2013-72

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_1586492.html  
Nota\_Tecnica\_1586359.html

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR COORDENADOR DO SUBGRUPO LEGAL DE  
PÓS-OUTORGA**


**Ref. Proc. nº 53000.060582/2013-72.**

**Requerimento**

A **RÁDIO RIO VERDE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, Bairro São Cristóvão, Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, CEP 37443-000, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Baependi, Estado de Minas Gerais, conforme Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, por seu procurador ao final assinado (doc. J.) vem perante Vossa Senhoria em atenção ao ofício nº 49278/2016/SEI-MCTIC, atendendo ao requisitado na Nota Técnica n.º 34252/2016/SEI-MCTIC, requerer juntada dos documentos solicitados.

Nestes termos,  
Pede-se deferimento.

Baependi (MG), 10 de janeiro de 2017

  
**ANDRÉ RIBEIRO SILVA**  
Advogado  
**OAB/MG 126.069**



**LAUDO DE ENSAIO TRANSMISSOR**

**01 - OBJETO DO ENSAIO**

**TRANSMISSOR DE FREQUENCIA MODULADA.**

**Marca:** STB

**Fabricante:** Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda.

**Modelo:** TFM5K0

**Potência:** 5000 W (reduzido para 3200W)

**Frequência de Operação:** 106,3 MHz.

**Certificação:** 1283-06-2337

**02 - INTERESSADO**

Marina Paiva Mangia.

**03 - ENTIDADE**

**RÁDIO RIO VERDE LTDA**

CNPJ – 03.890.462/0001-10

**04 - ENDEREÇOS**

**Estúdios:**

Avenida Berenice Catão, s/nº, São Cristóvão

Baependi – MG

CEP: 37443-000

Fone: (35) 3343 1960

**Transmissores:**

Serra Santa Maria – Zona Rural, s/n – Baependi - MG

CEP: 37443-000

**05 - ENSAIO**

**Motivo:**

Para renovação de outorga.

**Local do Ensaio:**

Serra Santa Maria – Zona Rural, s/n – Baependi - MG

CEP: 37443-000

**Data do Ensaio:**

08 de janeiro de 2017

**06 - MEDICÕES****a) Frequência de Operação:**

Nominal: 106,3 MHz.

Ajustada: 106.300.000 Hz.

Medida após 60 minutos: 106.300.040 kHz.

Variação máxima no período: 40,0 Hertz.

**b) Resposta de audiofrequência, referente a 400 Hz, pré-ênfase 75 µs:**

MONOFONIA									
F (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000	
25% mod	-0,2	-0,2	0,0	+0,6	+6,9	+10,2	+12,5	+16,5	dB
50% mod	-0,17	-0,15	0,0	+0,7	+6,9	+10,3	+12,7	+16,5	dB
90% mod	-0,2	-0,2	0,0	+0,6	+6,9	+10,6	+12,9	+16,6	dB

CANAL ESQUERDO									
F (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000	
25% mod	-0,2	-0,2	0,0	+0,6	+6,9	+10,2	+12,5	+16,5	dB
50% mod	-0,17	-0,15	0,0	+0,7	+6,9	+10,3	+12,7	+16,5	dB
90% mod	-0,2	-0,2	0,0	+0,6	+6,9	+10,6	+12,9	+16,7	dB

CANAL DIREITO									
F (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000	
25% mod	-0,2	-0,2	0,0	+0,6	+6,9	+10,3	+12,3	+16,5	dB
50% mod	-0,16	-0,13	0,0	+0,7	+6,9	+10,4	+12,5	+16,5	dB
90% mod	-0,2	-0,2	0,0	+0,7	+7	+10,4	+12,6	+16,6	dB

**c) Distorção Harmônica:**

MONOFONIA									
F (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000	
25% mod	0,11	0,12	0,11	0,11	0,13	0,13	0,15	0,17	%
50% mod	0,10	0,11	0,11	0,11	0,13	0,13	0,15	0,17	%
90% mod	0,11	0,13	0,11	0,11	0,13	0,13	0,15	0,17	%

CANAL ESQUERDO									
F (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000	
25% mod	0,11	0,11	0,12	0,12	0,13	0,13	0,13	0,14	%
50% mod	0,11	0,11	0,11	0,12	0,13	0,14	0,14	0,15	%
90% mod	0,11	0,11	0,12	0,13	0,13	0,14	0,15	0,16	%

CANAL DIREITO									
F (Hz)	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000	
25% mod	0,12	0,12	0,12	0,12	0,13	0,13	0,13	0,15	%
50% mod	0,11	0,12	0,11	0,12	0,13	0,13	0,13	0,15	%
90% mod	0,12	0,12	0,12	0,12	0,13	0,14	0,15	0,17	%



**d) Nível de Ruído da Portadora FM**

Ruído máximo observado: - 67,0 dB (Mod: 1000 % / 400 Hz / 3,2 kW)

**e) Nível de Ruído da Portadora AM**

Ruído máximo observado: - 56,0 dB (Em relação a 100% de amplitude /400 Hz / 3,2 kW)

**f) Atenuação dos Harmônicos e Espúrios:**

120kHz à 240kHz > 44 dB (25dB)

240kHz à 600kHz > 67 dB (35dB)

600kHz à infinito > 80,0 dB (73+P ou 80 dB) ( medido 82,7 dB).

**Nível de Entrada de Áudio:**

$N_{IN10} = 3,5V_{pp}$  (100 % mod. / 400 Hz)

**g) Informações para estereofonia:****1) Gerador de Estéreo:**

Fabricante: Inovonics.

Modelo: DAVID IV.D4

O Gerador de Estéreo está instalado no estúdio onde é gerada a banda base do sinal estereofônico.

**2) Medições:**

Frequência da Subportadora Piloto: 19.000,00 Hz

Variação máxima após 60 minutos : 0,1 Hz

Nível da Sub-Portadora: 9,0 %

Separação estereofônica / Diafonia: ( Vide Tabela )

Separação Estereofônica / Diafonia [dB] (75µs)									
F (Hz)		50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000
Separação Estereofônica	E=>D	63	63,5	64,4	66	67	67,2	67,4	67,5
	D=>E	63,5	63,5	64,2	65,8	66,9	67	67,3	67,4
Diafonia	E+D=>E-D	61	61,2	61,4	61,8	62,1	62,5	62,8	63,0
	E-D=>E+D	61,4	61,6	61,6	62	62,3	62,6	62,8	63,0

Modulação residual da sub portadora: - 63,5 dB p/ 100 % Mod. / 400 Hz

Nível de entrada áudio para 100 % Mod: 4,0 dB (400 Hz)

**3) Canais secundários:**

A emissora não opera em canais secundários.



**07 - ANÁLISE VISUAL**

**Plaqueta de Identificação:**

**Fabricante:** MTA Eletrônica Industrial LTDA

**Modelo:** TFM 5K0

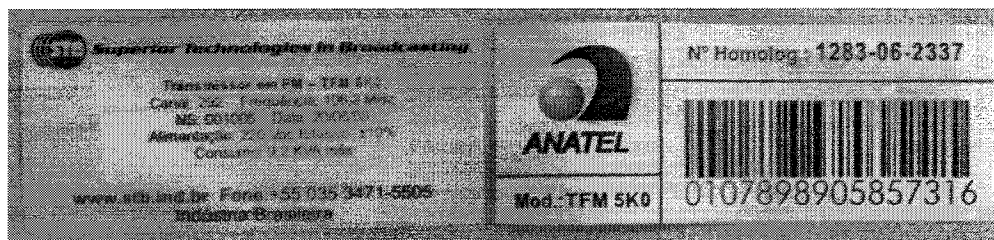
**Potência Nominal:** 5 kW

**Alimentação:** 220 Vac ( Bifasico +/- 10% )

**Data de Fabricação:** 20/06/08

**Consumo:** 9.2 kVA

**Certificação:** 1283-06-2337



Placa de identificação do Equipamento

**08 - MEDIDORES**

Todas as medidas de Tensões, Correntes, Potencia, Refletida de todos os módulos do Transmissor são supervisionadas e indicadas em um Display de LCD no Modulo de supervisão SUP 200.

**09 - TOMADAS PARA CONEXÃO DE INSTRUMENTOS**

Sim, tomada do tipo BNC na parte superior do equipamento, onde existe um cabo BNC conectado a sonda de medição levando o sinal para a parte exterior do transmissor.

**10 - BLINDAGENS**

Sim, existência de blindagens nas ligações de RF entre as unidades do transmissor.

Todas as interligações de radiofrequência são efetuadas por meio de cabos coaxiais adequados.

Todas as interligações externas de baixo nível são efetuadas por meio de cabos blindados com as malhas ligadas a terra.

**11 - SEGURANÇA PESSOAL**

O equipamento não possui interruptores de segurança nas portas laterais e, traseira. A razão da inexistência dos citados interruptores é que não existe no equipamento, nenhum ponto com tensão acima de 350 volts. A maior tensão existente no equipamento é a tensão da rede de entrada (220 V<sub>AC</sub>).



Todas as fontes do equipamento são de baixa-tensão. A fonte de cada módulo é de no máximo 50V<sub>DC</sub>. Apesar da baixa tensão, a descarga dos capacitores é assegurada através de resistores de drenagem em todas as fontes de alimentação.

**12 - SEGURANÇA DO EQUIPAMENTO**

- a) Proteção contra falta de ventilação adequada (sobreaquecimento).
- b) Proteção contra onda estacionária.
- c) Proteção contra sobrecorrente.

**13 - MÉTODO DE REDUÇÃO DE POTÊNCIA**

O equipamento não dispõe de dispositivo de ajuste externo de potência.

**14 - POTÊNCIA DO EQUIPAMENTO:**

A potencia do equipamento foi medida através de um Wattímetro “Bird”, e confere dentro da precisão do equipamento com a indicada no Display do equipamento.

$$P_{\text{display}} = 3.150 \text{ W.}$$

$P_{\text{wattímetro}} = 3.160 \text{ W}$

**15 - EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS:**

**GPS**

Marca: Garmin  
Modelo: etrex Vista C  
Série: 06GTC07

**Gerador de Áudio**

Marca: ICEL  
Modelo: GV-2002  
Série: 98929906

**Osciloscópio**

Marca: Ywatsu  
Modelo: SS-7810  
Série: 421715844

**Frequencímetro**

Marca: Minipa  
Modelo: MF-7240  
Série: MF7240001470

**Distorcímetro**

Marca: Hewlett Packard  
Modelo: HP – 5300B  
Série: 1704 AO 4679

**Alicate Amperímetro**

Marca: Minipa  
Modelo: ET-3187  
Série: ET3187000577



**Multímetro Digital**

Marca: ICEL  
Modelo: MD-6290  
Série: M6290.0572

**Monitor de Modulação**

Marca: TFT  
Modelo: 884  
Série: 1371436

**Analisador de espectro**

Marca: Tektronix  
Modelo: 2710  
Série: B03371

**Wattímetro**

Marca: BIRD  
Modelo: 43  
Série: 195791




**DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL**

Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste Laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado,  *pessoalmente*, no Transmissor de Frequência Modulada (principal), marca: **STB**, Modelo: **TFM 5K0** operando com 3.150W Certificação 1283-06-2337.

**Local do Ensaio:** Sala dos Transmissores da *Rádio Rio Verde* - na Serra Santa Maria – Zona Rural, s/n – Baependi – MG - CEP: 37443-000

**Data do Ensaio:** 08 de janeiro de 2017.

O presente laudo consta de 09 páginas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica  da qual faço uso.

Baependi, 08 de janeiro de 2017.



Eng. Sávio Trevisan Siqueira  
CREA: 0641456787





**PARECER CONCLUSIVO**

Para os fins previstos no Inciso I da Portaria Ministerial nº 914, de 05/09/78, Eu **Sávio Trevisan Siqueira**, Engenheiro em Telecomunicações, **declaro** que o **Transmissor de Frequência Modulada** do qual se refere este **Laud de Ensaio**, na data em que foram ensaiados (08/01/2017), atendiam a todas as Normas Técnicas vigentes e a eles aplicáveis.

Baependi, 08 de janeiro de 2017.

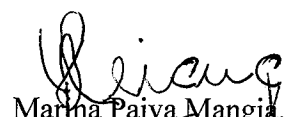
Eng. Sávio Trevisan Siqueira  
CREA: 0641456787




DECLARAÇÃO DO INTERESSADO

Na qualidade de Sócia da Rádio Rio Verde Ltda., inscrita CNPJ/MF sob n.º 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, São Cristóvão, Baependi – Estado de Minas Gerais executante do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, utilizando o canal 292 frequência de 106,3 MHz, neste ato representada por seu procurador ao final assinado, Declaro que o Sr. Sávio Trevisan Siqueira, Engenheiro em Telecomunicações, portador do CREA No: 0641456787, esteve no dia 08 de janeiro de 2017 em nossa estação radiotransmissora, ensaiando o Transmissor de Frequência Modulada, marca STB, Modelo: TFM 5K0, operando com 3.150W, Certificação – 1283-06-2337.

Baependi, 08 de janeiro de 2017.

  
Marina Paiva Mangia  
CPF: 040.825.776-88  
Gerente

  
André Ribeiro Silva  
OAB/MG 126.069  
Procurador



<b>Laudo de Vistoria Técnica</b>			
<b>Renovação de Outorga</b>			
<b>Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada</b>			
<b>1- Identificação</b>			
1.1- Nome/Razão Social: RÁDIO RIO VERDE LTDA			
1.2- Indicativo de chamada: ZYT503		1-2- Horário de funcionamento: Ilimitado	
<b>2- Localização da estação transmissora</b>			
2.1- Endereço: SERRA SANTA MARIA – ZONA RURAL, S/N			
Cidade: BAEPENDI		UF: MG	
CEP: 37443-000		Telefone: (35) 3343 1960	
<b>2.2- Coordenadas Geográficas</b>			
Latitude: 21° 58' 37" S			
Longitude: 44° 53' 12" W			
<b>2.3 - Transmissor Principal</b>			
2.3.1- Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda			
2.3.2 – Modelo: TFM 5K0			
2.3.3- Homologação/Certificação: 1283-06-2337			
2.3.4- Potência de operação(kW): .....		Potência medida(kW):	Autorizada: 3,2 kW      Medida: 3,15 kW
2.3.5- Frequência(PBFM)[MHz]:		Frequência medida(MHz):	Autorizada: 106.3 MHz      Medida: 106.30040 Hz
2.3.6- Tolerância de frequência da portadora - ( $\pm 2000$ Hz):		40 Hz (Regular)	
2.3.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:		( X ) Sim      ( ) Não	
2.3.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:		( X ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante	
2.3.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:		( X ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante	
2.3.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:		( X ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante	
2.3.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:		( X ) Sim      ( ) Não	
2.3.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:		( X ) Sim      ( ) Não	
2.3.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:		( X ) Sim      ( ) Não	
2.3.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:		( X ) Sim      ( ) Não	
2.3.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts		( X ) Sim      ( ) Não	



FVT-RO- FM

2.3.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	( X ) Sim	( ) Não
2.3.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	( X ) Sim	( ) Não
2.3.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	( X ) Sim	( ) Não
<b>2.4- Transmissor Auxiliar</b>		
2.4.1- Fabricante:		
2.4.2 – Modelo:		
2.4.3- Homologação/Certificação:		
2.4.4- Potência de operação(kW): ..... Potência medida(kW):	Autorizada:	Medida:
2.4.5- Frequência(PBFM)[MHz]: ..... Frequência medida(MHz):	Autorizada:	Medida:
2.4.6- Tolerância de frequência da portadora - ( $\pm 2000$ Hz):		
2.4.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	( ) Sim	( ) Não
2.4.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	( ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante	
2.4.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	( ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante	
2.4.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	( ) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante	
2.4.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	( ) Sim	( ) Não
2.4.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	( ) Sim	( ) Não
2.4.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	( ) Sim	( ) Não
2.4.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	( ) Sim	( ) Não
2.4.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	( ) Sim	( ) Não
2.4.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	( ) Sim	( ) Não
2.4.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	( ) Sim	( ) Não
2.4.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	( ) Sim	( ) Não
<b>2.5- Sistema Irradiante Principal</b>		
<b>2.5.1- Antena</b>		
2.5.1.1- Fabricante: TRANS-TEL ANTENAS & RF SYSTEMS		
2.5.1.2- Modelo: TTFM3A-2-MOD		
2.5.1.3- Quantidade de Elementos:	2	

FVT-RO- FM

2.5.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]:	25,0m
2.5.1.5- Azimute de Orientação (NV):	40°
<b>2.5.2- Linha de Transmissão Principal</b>	
2.5.2.1- Fabricante: ANDREW DO BRASIL LTDA	
2.5.2.2- Modelo: LDF7-50A	
2.5.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	( X ) Sim ( ) Não
<b>2.6- Sistema Irradiante Auxiliar</b>	
<b>2.6.1- Antena</b>	
2.6.1.1- Fabricante:	
2.6.1.2- Modelo:	
2.6.1.3- Quantidade de Elementos:	
2.6.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]:	
2.6.1.5- Azimute de Orientação (NV):	
<b>2.6.2- Linha de Transmissão Auxiliar</b>	
2.6.2.1- Fabricante:	
2.6.2.2- Modelo:	
2.6.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	( ) Sim ( X ) Não
<b>3- Outros equipamentos de uso compulsório:</b>	
3.1- Carga artificial (obrigatório para emissoras das classes E1, E2, E3 e A1)	( ) Sim ( X ) Não
3.2- Limitador de modulação:	(X) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante
3.3- Monitor de modulação	(X) Operante ( ) Com defeito ( ) Inoperante
3.4- Analisador de espectro (obrigatório para emissoras de Classe Especial).	( ) Sim ( X ) Não
<b>4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência</b>	
Não	
<b>4.1- Transmissor Principal</b>	<b>Atenuação medida(dB):</b>
2º Harmônico	80,5
3º Harmônico	82,7
Espúrios	>80
<b>4.2- Transmissor Auxiliar</b>	<b>Atenuação medida(dB):</b>
2º Harmônico	
3º Harmônico	
Espúrios	
<b>4.3- Existência de interferência prejudicial:</b>	( ) Sim ( X ) Não

FVT-RO- FM

<b>5- Outras Constatções:</b>	
5.1- Disponibilidade de relatório de conformidade referente a limitação da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos:	( X ) Sim ( ) Não
<b>6. Estudos</b>	
<b>6.1- Estúdio Principal</b>	
6.1.1- Endereço: Rua Emilio Patrocínio Nogueira, s/n – Chácara Santa Cruz – Baependi - MG	
<b>6.2- Estúdio Auxiliar</b>	
6.2.1- Endereço:	
<b>7. Informações Adicionais</b>	
1- A emissora apresentou protocolo nº 53000 05896/2013-11 DERM/MG, referente à alteração técnica ( Baixa do sistema auxiliar – Transmissor, antena e linha de transmissão ).	
<b>8- Instrumentos Utilizados na Vistoria</b>	
GPS – Garmin - <i>etrex Vista C</i> , Série: 06GTC07 Frequencímetro – Minipa - MF-7240, Série: MF7240001470 Analisador de espectro – Tektronix – 2710, Série: B03371	
<b>9- Responsável pela vistoria técnica:</b>	
Nome. <b>Sávio Trevisan Siqueira</b> Formação: <b>Engenheiro de Telecomunicações</b> CREA: <b>0641456787</b> Local: <b>Baependi - MG</b> Data: <u>08</u> / <u>01</u> / <u>2017</u> Assinatura:   Representante legal da Entidade Nome: <b>André Ribeiro Silva - OAB/MG 126.069 - Procurador</b> Assinatura: 	

FVT-RO- FM



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 5.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

Via do Contratante

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço  
14201700000003570074

1. Responsável Técnico

SAVIO TREVISAN SIQUEIRA

Título profissional:

ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES; TÉCNICO EM ELETRÔNICA;

RNP: 2607558298

Registro: 06.0.0641456787

2. Dados do Contrato

Contratante: RÁDIO RIO VERDE LTDA

Logradouro: AVENIDA BERNICE CATÃO

Complemento: CHACARA SANTA CRUZ

Cidade: BAPENDI

Contrato:

Valor: 1.800,00

Celebrado em:

Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

Bairro: CHACARA SANTA CRUZ

UF: MG

CNPJ: 03.890.462/0001-10

Nº: 000000

CEP: 37443000

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: MORRO SERRA SANTA MARIA - ZONA RURAL, S/N

Cidade: BAPENDI

Data de início: 08/01/2017 Previsão de término: 08/01/2017

Finalidade: OUTRO

Proprietário: RÁDIO RIO VERDE LTDA

Bairro: ZONA RURAL

UF: MG

Nº: 000000

CEP: 37443000

CNPJ: 03.890.462/0001-10

4. Atividade Técnica

1 - EXECUÇÃO

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RÁDIO DIFUSÃO

Quantidade: Unidade:

1.00 um

Após a conclusão das atividades técnicas e profissionais deverá proceder a baixa desta ART

LAUDO DE ENSAIO DE TRANSMISSOR DE RÁDIO DIFUSÃO EM FM - 106,3 Mhz

5. Declarações

7. Entidade de Classe

SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Bapendi 09 de Janeiro de 2017

SAVIO TREVISAN SIQUEIRA

RNP: 2607558298

RÁDIO RIO VERDE LTDA

CNPJ: 03.890.462/0001-10

Valor da ART: 61,53

Registrada em: 09/01/2017

Valor Pago: 61,53

Nosso Número: 0000000003519015

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea-mg.org.br](http://www.crea-mg.org.br) ou [www.crea.org.br](http://www.crea.org.br)
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante como objetivo de documentação vinculada contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ 1.800,00. DATA DE ATUAÇÃO: TELECOMUNICAÇÃO.

CREA-MG

[www.crea-mg.org.br](http://www.crea-mg.org.br) | 0800.0312731



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

Via da Obra/Serviço  
Página 1/1

ART de Obra ou Serviço  
14201700000003570077

1. Responsável Técnico

SAVIO TREVISAN SIQUEIRA

Título profissional:

ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES; TÉCNICO EM ELETROÔNICA;

RNP: 2607556296

Registro: 06.0.0641456787

2. Dados do Contrato

Contratante: RADIO RIO VERDE LTDA

Logradouro: AVENIDA EREXENICE CATÃO

Bairro: SÃO CRISTOVÃO

Cidade: BAPENDI

UF: MG

CNPJ: 03.890.462/0001-10

Nº: 000000

CEP: 37443000

Contrato:

Celebrado em: 08/01/2017

Valor: 500,00

Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: MORRO SERRA SANTA MARIA - ZONA RURAL, S/N

Bairro: ZONA RURAL

Cidade: BAPENDI

UF: MG

Nº: 000000

CEP: 37443000

Data de início: 08/01/2017 Revisão de término: 08/01/2017

Finalidade: OUTRO

Proprietário: RADIO RIO VERDE LTDA

CNPJ: 03.890.462/0001-10

4. Atividade Técnica

1 - EXECUÇÃO

Quantidade:

Unidade:

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RÁDIODIFUSÃO

1.00

un

Após conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

LAUDO DE VISTORIA DA RADIO RIO VERDE BAPENDI MG PARA FINS DE RENOVAÇÃO NDE OUTORGA.

6. Declarações

7. Entidade de Classe

SIM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Bapendi 09 de Janeiro de 2017

SAVIO TREVISAN SIQUEIRA

RNP: 2607556296

RADIO RIO VERDE LTDA

CNPJ: 03.890.462/0001-10

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea-mg.org.br](http://www.crea-mg.org.br) ou [www.crea.org.br](http://www.crea.org.br)
- A guarda da via assinada da ART está de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ 500,00. LOTA DE ATUAÇÃO: TELECOMUNICAÇÃO.

[www.crea-mg.org.br](http://www.crea-mg.org.br) | 0800.0312732



Valor da ART: 61,53

Registrada em: 09/01/2017

Valor Pago: 61,53

Nosso Número: 000000003519018

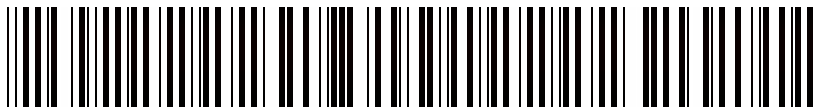
**CREA-MG****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS**

Av. Alvares Cabral, 1600 - CEP: 30170.001 Fone: (31) 3299.8700 - FAX: (31) 3299.8720 - Belo Horizonte/MG

Recibo  
do  
Sacado

Cedente CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CNPJ 17.254.509/0001-63			Agência/Código cedente 3.394-4/00005780-0	Vencimento 18/01/2017
Sacado SAVIO TREVISAN SIQUEIRA			Número do documento 3519015	Nosso número 00000000003519015
Moeda R\$ (Real)	Quantidade	(X) Valor	(=) Valor do documento 81,53	(-) Dedução
Demonstrativo			(+) Outros valores	(=) Valor cobrado
ART NACIONAL: PROFISSIONAL: SP-641456787/D TIPO: OBRA/SERVICO - NOVA ART - NUMERO: 14201700000003570074 ATENCAO: NAO RECEBER APOS A DATA DE VENCIMENTO. 1A VIA 00194.58652 90000.000001 03519.015212 7 000000000008153				

		<b>001-9</b>	<b>00194.58652 90000.000001 03519.015212 7 000000000008153</b>		
Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO				Vencimento 18/01/2017	
Cedente CREA-MG - CONS. REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MG				Agência / Código Cedente 3.394-4/00005780-0	
Data Documento 08/01/2017	Número do Documento 3519015	Espécie Documento RC	Aceite N	Data Processamento 08/01/2017	Nosso Numero 00000000003519015
Nº Conta/Respo.	Carteira 18	Especie Moeda R\$ (Real)	Quantidade	Valor X	1(=) Valor Documento 81,53
Instruções ART NACIONAL: PROFISSIONAL: SP-641456787/D TIPO: OBRA/SERVICO - NOVA ART - NUMERO: 14201700000003570074 ATENCAO: NAO RECEBER APOS A DATA DE VENCIMENTO. 1A VIA					2(-) Desconto/Abatimento
					3(-) Outras Deduções
					4(+) Mora/Multa
					5(+) Outros Acréscimos
					6(=) Valor Cobrado
Sacado: SAVIO TREVISAN SIQUEIRA AV VILA VELHA, 539 - VILA ALBINA - 12052250 - TAUBATE / SP Sacador/Avalista:					

Autenticação Mecânica **Ficha de Compensação**



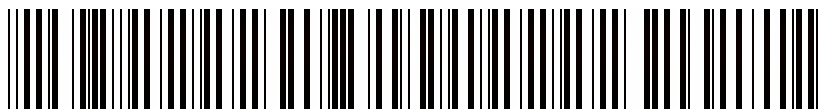
**CREA-MG****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS**

Av. Alvares Cabral, 1600 - CEP: 30170.001 Fone: (31) 3299.8700 - FAX: (31) 3299.8720 - Belo Horizonte/MG

Recibo  
do  
Sacado

Cedente CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CNPJ 17.254.509/0001-63			Agência/Código cedente 3.394-4/00005780-0	Vencimento 18/01/2017
Sacado SAVIO TREVISAN SIQUEIRA			Número do documento 3519018	Nosso número 00000000003519018
Moeda R\$ (Real)	Quantidade	(X) Valor	(=) Valor do documento 81,53	(-) Dedução
Demonstrativo			(+) Outros valores	(=) Valor cobrado
ART NACIONAL: PROFISSIONAL: SP-641456787/D TIPO: OBRA/SERVICO - NOVA ART - NUMERO: 14201700000003570077 ATENCAO: NAO RECEBER APOS A DATA DE VENCIMENTO. 1A VIA 00194.58652 90000.000001 03519.018216 6 000000000008153				

		<b>001-9</b>	<b>00194.58652 90000.000001 03519.018216 6 000000000008153</b>		
Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO				Vencimento 18/01/2017	
Cedente CREA-MG - CONS. REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MG				Agência / Código Cedente 3.394-4/00005780-0	
Data Documento 08/01/2017	Número do Documento 3519018	Espécie Documento RC	Aceite N	Data Processamento 08/01/2017	Nosso Numero 00000000003519018
Nº Conta/Respo.	Carteira 18	Especie Moeda R\$ (Real)	Quantidade	Valor X	1(=) Valor Documento 81,53
Instruções ART NACIONAL: PROFISSIONAL: SP-641456787/D TIPO: OBRA/SERVICO - NOVA ART - NUMERO: 14201700000003570077 ATENCAO: NAO RECEBER APOS A DATA DE VENCIMENTO. 1A VIA					2(-) Desconto/Abatimento
					3(-) Outras Deduções
					4(+) Mora/Multa
					5(+) Outros Acréscimos
					6(=) Valor Cobrado
Sacado: SAVIO TREVISAN SIQUEIRA AV VILA VELHA, 539 - VILA ALBINA - 12052250 - TAUBATE / SP Sacador/Avalista:					

Autenticação Mecânica **Ficha de Compensação**

**Itaú**Uniclass**Comprovante de pagamento****Banco Itaú - Comprovante de Pagamento  
Títulos Outros Bancos****Dados da conta debitada:**Nome: **SAVIO TREVISAN SIQUEIRA**Agência: **8149**Conta: **09837-1****Dados do pagamento:**Código de barras: **00194.58652 90000.000001 03519.015212 7 00000000008153**Valor do documento: **R\$ 81,53**Valor de juros/multa: **R\$ 0,00**Valor de  
desconto/abatimento: **R\$ 0,00**Data do vencimento: **18/01/2017 data digitada pelo cliente sacado****Pagamento efetuado em 08/01/2017 às 20:37:23 via Internet, CTRL 627862397.**

Autorizado débito de diferenças relativas a informações inexatas.

**Autenticação:**

07873803D0F8335C81FAA205A999C671574CA98D

Consultas, informações e serviços transacionais, acesse [itau.com.br/uniclass](http://itau.com.br/uniclass) ou ligue 4004 4828 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 970 4828 (demais localidades), todos os dias, 24 horas por dia ou procure sua agência.

Reclamações, cancelamentos e informações gerais, ligue para o SAC: 0800 728 0728, todos os dias, 24 horas por dia. Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, de posse do protocolo, contate a Ouvidoria: 0800 570 0011, em dias úteis, das 9h às 18h. Deficiente auditivo/fala: 0800 722 1722, todos os dias, 24 horas por dia.

**Itaú**Uniclass**Comprovante de pagamento****Banco Itaú - Comprovante de Pagamento  
Títulos Outros Bancos****Dados da conta debitada:**Nome: **SAVIO TREVISAN SIQUEIRA**Agência: **8149**Conta: **09837-1****Dados do pagamento:**Código de barras: **00194.58652 90000.000001 03519.018216 6 000000000008153**Valor do documento: **R\$ 81,53**Valor de juros/multa: **R\$ 0,00**Valor de  
desconto/abatimento: **R\$ 0,00**Data do vencimento: **18/01/2017 data digitada pelo cliente sacado****Pagamento efetuado em 08/01/2017 às 20:42:01 via Internet, CTRL 559187397.**

Autorizado débito de diferenças relativas a informações inexatas.

**Autenticação:**

0CB06693A3E07900189410807D60F035FD342248

Consultas, informações e serviços transacionais, acesse [itau.com.br/uniclass](http://itau.com.br/uniclass) ou ligue 4004 4828 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 970 4828 (demais localidades), todos os dias, 24 horas por dia ou procure sua agência.

Reclamações, cancelamentos e informações gerais, ligue para o SAC: 0800 728 0728, todos os dias, 24 horas por dia. Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, de posse do protocolo, contate a Ouvidoria: 0800 570 0011, em dias úteis, das 9h às 18h. Deficiente auditivo/fala: 0800 722 1722, todos os dias, 24 horas por dia.



## CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO

*Bel. Paulo César Ferreira Leite*

RUA GETÚLIO VARGAS, 44 - SALA 03 - CENTRO - TELEFONE: (0xx35) 3343-1711

LIVRO

TABELIÃ SUBSTITUTA

*Fátima F. Rocha Leite*

FOLHA

64 P

045

PROCURAÇÃO QUE FAZ RADIO RIO VERDE LTDA.  
NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, ao(s) 7 (sete) dias do mês de agosto do ano de 2015 (dois mil e quinze) nesta Cidade de Baependi, no Estado de Minas Gerais, no Cartório do 2º Ofício de Notas à Rua Getúlio Vargas, nº 44 - Sala 03, compareceu como outorgante: **RADIO RIO VERDE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.890.462/0001-10, com sede nesta cidade de Baependi, MG, na Avenida Berenice Catão, s/nº, contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), sob o nº. 3120599142-0, em 23/06/2000, última alteração contratual registrada sob o nº. 4642444, em 29/06/2011, neste ato representada pelos sócios administradores: **MARINA PAIVA MÂNGIA**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG M-7.939.657 SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº. 040.825.776-88, residente e domiciliada nesta cidade de Baependi, MG, no lugar denominado "Chácara Santa Cruz"; e, **MARCELO PAIVA MÂNGIA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG M-8.126.540 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº. 040.725.326-22, residente e domiciliado nesta cidade de Baependi/MG, no lugar denominado "Chácara Santa Cruz", de conformidade com a cláusula "B", da última alteração supramencionada; partes que se identificaram serem as próprias, conforme documentação apresentada do que dou fé. E, pela outorgante, por seus representantes, me foi dito que, nomeiam e constitui seu procurador: DR. **ANDRÉ RIBEIRO SILVA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/MG sob o 126.069, e no CPF sob o nº. 079.214.396-59, com escritório profissional na cidade de Campanha, MG, na Rua Getúlio Vargas, nº 126, Sala C; com poderes especiais para representar a empresa outorgante junto ao Ministério das Comunicações em Processos Administrativos, podendo o outorgado praticar todos os atos necessários ao cumprimento do presente mandato em especial fazer requerimentos, receber, dar quitação, obter vista de processos, ativos e baixados, firmar compromissos, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes. Os documentos necessários para lavratura deste instrumento já se encontram arquivados nesta Serventia. Foram-me apresentados e arquivados nesta Serventia os documentos exigidos pelo Provimento nº. 260/2013, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais. Assim o disse(ram), do que dou fé e me pediu(ram) este instrumento, que lhe(s) lavrei nas minhas notas, lendo-o ao(s) outorgante(s), e, tendo achado conforme, outorgou(aram), aceitou(aram) e assinou(aram). Dispensada a presença de testemunhas com base na Lei Federal nº 6.952 de 06/11/1981, do que dou fé. Eu, (a.) Paulo César Ferreira Leite, Tabelião a fiz digitar. Eu, (a.) Paulo César Ferreira Leite, Tabelião a subscrevo e assino. (a.a.) **MARINA PAIVA**

MÂNGIA, MARCELO PAIVA MÂNGIA; Paulo César Ferreira Leite.  
Trasladada em seguida.

EM TESTO. *PA* DA VERDADE.

Tabelião *Paulo César Ferreira Leite*



SERVIÇO NOTARIAL	
DO 2º OFÍCIO	
BAEPENDI - MG	
Emol.	R\$ 15,51
Recompe.	R\$ 0,93
T.F.J.	R\$ 5,18
Total	R\$ 21,62

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

**DESPACHO**

Processo n.: 53000.060582/2013-72

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Rio Verde Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Baependi, estado de Minas Gerais, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora da Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias, Substituta**, em 03/03/2017, às 10:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1707182** e o código CRC **60D51A49**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.060582/2013-72

SEI nº 1707182

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

## DESPACHO

**Processo nº 53000.060582/2013-72**

1. Tendo em vista os laudos de ensaio e de vistoria técnica, apresentados no Evento SEI nº 1612594 e 1612596, pela Rádio Rio Verde Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Baependi, estado de Minas Gerais, com vistas à renovação da referida permissão, encaminho os autos ao Órgão Regional de Minas Gerais - REGMG, para análise e providências que julgar pertinentes.

2. Após a adoção das medidas de estilo solicito seja a Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão - COROR informada quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Coordenadora da Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias, Substituta**, em 03/03/2017, às 10:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1707193** e o código CRC **3CACEDBB**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.060582/2013-72

SEI nº 1707193



## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO RIO VERDE LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (35) 33431960	<b>E-mail:</b> rioverdefm@rioverdefm.com.br
<b>CNPJ:</b> 03.890.462/0001-10	<b>Número do Fistel:</b> 50012011282
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 22/01/2004	<b>Serviço:</b> 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	
<b>Observações:</b>	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA BERENICE CATAO	<b>Complemento:</b> CAIXA POSTAL 16	
<b>Bairro:</b> SAO CRISTOVAO	<b>Numero:</b> S/N,	
<b>Município:</b> Baependi	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 37443000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA BERENICE CATÃO	<b>Complemento:</b> CAIXA POSTAL 16	
<b>Bairro:</b> SAO CRISTOVAO	<b>Numero:</b> S/Nº,	
<b>Município:</b> Baependi	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 37443000

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Baependi	<b>UF:</b> MG
<b>Latitude:</b> -21.977	<b>Longitude:</b> -44.887

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 292	<b>Frequência:</b> 106.3 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP:</b> 5kW
<b>Altura:</b> 150	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 6.989	190°: 6.989	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	700043360 300°: 0	700043360 310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 2.218 487496163 6	350°: 2.218 487496163 6

## Informações da Estação

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 323735746	<b>Número Indicativo:</b> ZYT503
<b>Data Último Licenciamento:</b> 23/11/2009	<b>Número da Licença:</b> 000010/2009-MG

Estação Principal	
Localização	
<b>Latitude:</b> -21.977	<b>Longitude:</b> -44.887

Transmissor Principal	
<b>Código Equipamento:</b> 012830602337	<b>Modelo:</b> TFM 5K0
<b>Fabricante:</b> Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda	<b>Potência de Operação:</b> 3.200

Linha de Transmissão Principal											
<b>Modelo:</b> LDF7-50A						<b>Fabricante:</b> ANDREW DO BRASIL LTDA					
<b>Comprimento da Linha:</b> 35.00			<b>Atenuação dB100m:</b> .95			<b>Perdas Acessórias:</b>			<b>Impedância:</b> 50.00		

Antena Principal					
<b>Modelo:</b> TTFM3A-2-MOD				<b>Fabricante:</b> TRANS - TEL ANTENAS & RF SYSTEMS	
<b>Ganho:</b> 1.68	<b>Beam-Tilt:</b> .00	<b>Orientação NV:</b> 40	<b>Polarização:</b> Circular	<b>HCI:</b> 25.37	<b>ERP Máximo:</b> 0.76 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.45	10°: 0.26	20°: 0.1	30°: 0	40°: 0	50°: 0.01	60°: 0.12	70°: 0.35	80°: 0.67	90°: 0.96	100°: 1.21	110°: 1.44
120°: 1.68	130°: 1.86	140°: 2.06	150°: 2.45	160°: 3.26	170°: 4.28	180°: 5.02	190°: 5.22	200°: 5.14	210°: 5.09	220°: 5.26	230°: 5.46
240°: 5.5	250°: 5.32	260°: 4.98	270°: 4.45	280°: 3.58	290°: 2.53	300°: 1.73	310°: 1.41	320°: 1.34	330°: 1.24	340°: 0.99	350°: 0.7

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
<b>Código Equipamento:</b> 006350300345	<b>Modelo:</b> 4638
<b>Fabricante:</b> Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	<b>Potência de Operação:</b> .250

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b>
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b>

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b> LCF 7/8		<b>Fabricante:</b> KMP - CABOS ESPECIAIS E SISTEMA LTDA	
<b>Comprimento da Linha:</b> 31.00	<b>Atenuação dB100m:</b> 1.40	<b>Perdas Acessórias:</b>	<b>Impedância:</b> 50.00

Antena Auxiliar				
<b>Modelo:</b> TRANS - TEL ANTENAS & RF SYSTEMS			<b>Fabricante:</b> TTFM3A-2	
<b>Ganho:</b> .02	<b>Beam-Tilt:</b> .00	<b>Orientação NV:</b> 40	<b>Polarização:</b> Circular	<b>HCI:</b> 19.05 m

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	344	Portaria	MC	19/03/2002	25/03/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	517	Portaria	MC	15/12/2005	30/12/2005	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	56688	Ato	CMPRL	10/03/2006	14/03/2006	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	591	Decreto Legislativo	MC	26/08/2003	27/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	459	Portaria	SSCE	09/12/2008	11/12/2008	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	71	Despacho	MC	27/07/2009		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	309	Portaria	MC	13/03/2013	14/03/2013	Multa	Jurídico

Horário de funcionamento	

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas

**DESPACHO**

Processo nº: **53000.060582/2013-72**

Interessado(a): **RADIO RIO VERDE LTDA - EPP**

1. Em atenção à solicitação de informações manifestada por meio do Despacho Interno COROR 1707182 , comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela RADIO RIO VERDE LTDA - EPP (RADIO RIO VERDE LTDA), entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Baependi/MG, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.

2. Isso posto, restitua-se o processo acima mencionado à Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão - COROR, para que sejam tomadas as providências que julgar necessárias.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Silva Lopes, Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas, Substituta**, em 06/03/2017, às 19:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1713795** e o código CRC **DC930FCB**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.060582/2013-72

SEI nº 1713795

BOA TARDE  
Elza de AzevedoSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Consultas » Geral | internet | teia | menu | ajuda

## Consulta Geral - FM

## Identificação do Canal PB

UF: MG  
Município: Baependi  
Frequência: 106,3 MHz  
Classe: A4  
Canal: 292

Distrito:  
Sub Distrito:  
Local Específico:  
Fase: 3 - Licenciada

## Dados da Entidade

Entidade: RADIO RIO VERDE LTDA  
Nome Fantasia: FESTA FM  
Nº Estação: 323735746  
Primeiro Licenciamento: 23/11/2009 15:38:47

Fistel: 50012011282  
CNPJ: 03.890.462/0001-10  
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)  
Último Licenciamento: 23/11/2009 15:38:47

## Dados do Plano Básico

## Ocupante do Canal

Entidade: RADIO RIO VERDE LTDA  
Fase: 3 - Licenciada

Nº Fistel: 50012011282

## Coordenadas Geográficas do Município

Município: Baependi/MG

Latitude: Longitude: Raio: 

## Coordenadas Geográficas

Latitude:  °  '  "  Sul Longitude:  °  '  " Local Específico: Coordenada pré-fixada?: 

## Características

Canal: 292

Frequência: 106,3

Classe: Canal Educativo?: 

## Limitações

Limitações: ☐ Sim ☐ Não

## &gt;&gt;Inclusão de limitações

Tipo	Dir.Inicial(graus)	Dir.Final(graus)	Altura(m)	ERP(KW)
<input type="radio"/> Azimute <input checked="" type="radio"/> Setor	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="checkbox"/> Nulo
<input type="radio"/> Azimute <input checked="" type="radio"/> Setor	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="checkbox"/> Nulo

## Potência Determinada

Não possui Potência Determinada.

## Histórico / Observações

Histórico:

SSC14/96;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO Nº 67.359, DE 28/09/2007, PUBLICADO NO DOU. DE 01/10/2007.

Máximo: 250 Digitados: 95

Observação:

Coordandas Pré-fixadas: 21S5837;44W5312.

Máximo: 250 Digitados: 40

## Dados da Outorga

## Dados da Entidade

CNPJ: 

Pesquisar

Razão Social: RADIO RIO VERDE LTDA

Nome Fantasia: Tipo de Usuário: Integral

## Endereço Sede

País: Brasil  
Número do CEP: 37443000  
Número: S/N,  
Município: Baependi  
Telefone: 35 33431960

Logradouro: AVENIDA BERENICE CATAO  
Complemento: CAIXA POSTAL 16  
Distrito:

Bairro: SAO CRISTOVAO  
SubDistrito:  
Fax: 35 33431960

Estado: MG

## Endereço de Correspondência

País: Brasil  
Número do CEP: 37443000  
Número: S/Nº,  
Município: Baependi  
Telefone:

Logradouro: AVENIDA BERENICE CATÃO  
Complemento: CAIXA POSTAL 16  
Distrito:

Bairro: SAO CRISTOVAO  
SubDistrito:

Estado: MG

Fax: E-mail: 

## Nome Fantasia

Nome Fantasia

FESTA FM

## Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: Data Publicação   
Contrato/Convênio: SCRAD Técnico: Data Limite Instalação: Número do Processo: Fistel: 

## [-] Documentos Emitidos

## Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	25/03/2002	Outorga	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	27/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	30/12/2005	Aprovação de Local	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	14/03/2006	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	11/12/2008	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>		Substituição de Equipamento	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	14/03/2013	Multa	Jur. <input type="text"/>

## [+] Característica da Estação Instalada

## [+] Dados do Licenciamento

[Tela Inicial](#)[Imprimir](#)

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

## Perfil das Empresas - RADIO RIO VERDE LTDA

**CNPJ:** 03890462000110**Presidente:****Endereço:** AVENIDA BERENICE CATAO - SAO CRISTOVAO**E-mail:** rioverdefm@rioverdefm.com.br**Capital Social:** 30.000,00**Reserva de Capital:****Total:** 30.000,00

### Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
040.725.326-22	MARCELO PAIVA MANGIA	15.000	15.000,00
040.825.776-88	MARINA PAIVA MANGIA	15.000	15.000,00

### Conselho

#### Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
040.725.326-22	MARCELO PAIVA MANGIA	GERENTE	
040.825.776-88	MARINA PAIVA MANGIA	GERENTE	

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg] 

Voltar

Imprimir

Exportar Excel



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

FLS: 001/001

## DESCRIÇÃO DO SISTEMA

<b>Nome/Razão Social:</b> RADIO RIO VERDE LTDA		<b>CNPJ:</b> 03.890.462/0001-10
<b>Nome Fantasia:</b> FESTA FM		<b>Fistel:</b> 50012011282
<b>Serviço:</b> RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA - FM		<b>UF:</b> MG
<b>Localidade:</b> BAEPENDI		<b>Classe PB:</b> A4
<b>Canal PB:</b> 292 (duzentos e noventa e dois)	<b>Canal OP:</b> 292	<b>Frequência PB:</b> 106,3 MHz <b>Frequência OP:</b> 106,3 MHz
<b>Num. Estação:</b> 323735746		<b>Indicativo:</b> ZYT503
		<b>Telefone (Sede):</b> 33431960

## CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO

### 1 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO

**Logradouro:** SERRA SANTA MARIA - ZONA RURAL

**Número:** S/N **Bairro:** -

**Localidade:** BAEPENDI

**UF:** MG

**Latitude:** 21° 58' 37" 00" S **Longitude:** 44° 53' 12" 00" W

**Cota da Base da Torre:** 1107 metros

\*Coordenadas de acordo com o sistema WGS-84.

### 2 - EQUIPAMENTOS DA ESTAÇÃO

#### 2.1 - TRANSMISSOR PRINCIPAL

**Fabricante:** Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda

**Modelo:** TFM 5K0

**Código de homologação:** 012830602337

**Potência Operação:** 3,2 kW

#### 2.2 - TRANSMISSOR AUXILIAR

**Fabricante:** Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.

**Modelo:** TEC114

**Código de homologação:** 006350300345

**Potência Operação:** 0,25 kW

#### 2.3 - ANTENA PRINCIPAL

**Fabricante:** TRANS - TEL ANTENAS & RF SYSTEMS

**Modelo:** TTFM3A-2-MOD

**GMAX:** 1,68 dBd

**Polarização:** Circular

**HCI:** 25,37 metros

**Inclinação de Feixe (Beam-Tilt):** 0°

**Preenchimento de Nulos (Null-Fill):** 0%

**Orientação do Zero do diagrama:** 40° em relação ao norte verdadeiro

**Descrição da Antena:** ANEL FM TRI-POLO

#### 2.4 - ANTENA AUXILIAR

**Fabricante:** TRANS - TEL ANTENAS & RF SYSTEMS

**Modelo:** TTFM3A-2

**GMAX:** 0,02 dBd

**Polarização:** Circular

**HCI:** 19,05 metros

**Inclinação de Feixe (Beam-Tilt):** 0°

**Preenchimento de Nulos (Null-Fill):** 0%

**Orientação do Zero do diagrama:** 40° em relação ao norte verdadeiro

**Descrição da Antena:** OMNIDIRECIONAL

#### 2.5 - LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL

**Fabricante:** ANDREW DO BRASIL LTDA

**Modelo:** LDF7-50A

**Comprimento:** 35 m

**Impedância:** 50 Ohms

**Atenuação:** 0,95 dB/100m

#### 2.6 - LINHA DE TRANSMISSÃO AUXILIAR

**Fabricante:** KMP - CABOS ESPECIAIS E SISTEMA LTDA

**Modelo:** LCF 7/8

**Comprimento:** 31 m

**Impedância:** 50 Ohms

**Atenuação:** 1,4db/100m

### 3 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA

AZIMUTE(graus)	0	30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	***	VM
HSNMT(metros)	124	112	127	21	127	47	25	146	177	179	201	181	***	122,25
ERP(kW)	3,26	3,62	3,52	2,9	2,46	2,06	1,14	1,12	1,02	1,3	2,43	2,72	***	2,2958

### 4 - OBSERVAÇÕES:

\*\*\*

### Legenda

- GMAX: Ganho do sistema irradiante na direção de máxima irradiação.

- HCI: Altura do centro de irradiação da antena em relação a cota da base da torre.

### 5 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÚDIOS

#### 5.1 - ESTÚDIO PRINCIPAL

**Logradouro:** RUA EMÍLIO PATROCÍNIO NOGUEIRA

**Número:** S/N

**Bairro:** CHÁCARA SANTA CRUZ

**Localidade/UF:** Baependi/MG

#### 5.2 - ESTÚDIO AUXILIAR

**Logradouro:** \*\*\*

**Número:** \*\*\*

**Bairro:** \*\*\*

**Localidade/UF:** \*\*\*

### 6 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO



Dia Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim
Domingo	Sábado	00:00	24:00

Consulta para uso exclusivo da ANATEL.

Local de Emissão:

/

Data da Emissão:

14/03/2017 16:19:05

Tela Inicial

<b>CHECKLIST</b>
<b>Renovação de Outorga</b>
<b>Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – FM</b>

Processo nº 53000.060582/2013-72	
Canal: 292 Frequência: 106,3 MHz	CNPJ: 03.890.462/0001-10
Localidade: BAEPENDI	UF: MG
Entidade: <b>RADIO RIO VERDE LTDA</b>	

#### 1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

(marcar com “S” se os documentos entregues atendem aos requisitos, com “N” se não atendem ou não foram entregues, com “NA” se não for aplicável e com “NV” se não for possível a verificação do item).

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS		
1) A Entidade <b>não</b> está bloqueada por motivo de débito (verificar no campo “Situação” do SRD).	S		
2) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração (verificar no SIACCO).	S		
3) <b>LAUDO DE VISTORIA</b> (subitem 9.3 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	<b>STATUS (Principal)</b>	<b>STATUS (Auxiliar 1)</b>	<b>STATUS (Auxiliar 2)</b>
3.1) Identificação: a) Nome de entidade; b) Indicativo de chamada; c) Horário de Funcionamento.	S		
3.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	S		
3.3) Transmissores de FM existentes na emissora: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ( $\pm 10\%$ ); e) Frequência de operação; f) Frequência medida ( $\pm 2000$ Hz); g) Homologação/Certificação.	S	N	NA
3.4) Equipamentos compulsórios (estado de funcionamento dos mesmos): a) Limitador; b) Monitor de modulação; c) Carga Artificial (Classes E1, E2, E3 e A1); d) Analisador de espectro (Classe Especial).	S		
3.5) Antena: a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo).	S	N	
3.6) Linha de Transmissão: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	S	N	
3.7) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	S		
3.8) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade de .....no Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S		

3.9) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,visitando as instalações de nossa emissora de FM." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	S		
3.10) Disponibilidade de relatório de conformidade referente à Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos.	S		
3.11) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	S		
4) LAUDO DE ENSAIO (subitem 9.4 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	STATUS (Principal)	STATUS (Auxiliar 1)	STATUS (Auxiliar 2)
4.1) Interessado: a) Nome; b) Endereço completo; c) Nome e local da emissora a que se destina o transmissor, se for o caso.	S	N	NA
4.2) Ensaio: a) Motivo; b) Endereço completo onde foi realizado; c) Data em que foi realizado.	S	N	NA
4.3) Fabricante: a) Nome; b) Endereço (no caso de equipamento importado, indicar também, o endereço de seu eventual representante no Brasil).	S	N	NA
4.4) Função do transmissor (principal ou reserva, quando o ensaio for realizado na estação transmissora).	S	N	NA
4.5) Medições:			
4.5.1) Frequência: a) Nominal; b) Medida em ambiente normal ( $\pm 2000$ Hz); c) Variação da máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente ( $\pm 2000$ Hz).	S	N	NA
4.5.2) <sup>1</sup> Resposta de audiofrequência, para 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000, 15.000 Hz, para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente ( <i>curvas das figuras 1A, 1B e 1C do Anexo II</i> ).	S	N	NA
4.5.3) <sup>1</sup> Distorção harmônica, para as frequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente ( $\pm 2,5\%$ ).	S	N	NA
4.5.4) <sup>1</sup> Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400 Hz ( $54$ dB).	S	N	NA
4.5.5) <sup>1</sup> Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude ( $50$ dB).	S	N	NA
4.5.6) Atenuação de harmônicos e espúrios ( $120$ a $240$ kHz $25$ dB / $240$ a $600$ kHz $35$ dB / $600$ kHz $\{73+P(dBk)\}$ dB / $Max 80$ dB).	S	N	NA
4.5.7) Potência de saída (indicação do método empregado para sua determinação) ( $\pm 10\%$ , excepcionalmente, $\pm 15\%$ p/ rede elétrica instável).	S	N	NA
4.6) Informações específicas para estereofonia:			
4.6.1) Gerador de estéreo: a) Fabricante; b) Modelo.	S	N	NA
4.6.2) Medições:			
4.6.2.1) Frequência de subportadora piloto: a) Medida; b) Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente ( $\pm 2$ Hz).	S	N	NA
4.6.2.2) Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto ( $8\%$ Limite $10\%$ ).	S	N	NA
4.6.2.3) <sup>1</sup> Separação estereofônica nas frequências de 50, 100, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz (Canal Esq/Dir e Dir/Esq) ( $29,7$ dB).	S	N	NA
4.6.2.4) <sup>1</sup> Diafonia, para audiofrequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz, para 90% de modulação, no canal principal e nos canais estereofônicos ( $40$ dB).	S	N	NA
4.7) Informações específicas para canais secundários:			
4.7.1) Gerador de sinal secundário: a) Fabricante; b) Modelo.	NA	N	NA
4.7.2) Medições:			
4.7.2.1) Frequências centrais das subportadoras e estabilidade em 60 minutos ( <i>Mono 20 à 99 kHz / Estéreo 53 à 99 kHz</i> ).	S	N	NA

4.7.2.2) Soma aritmética das percentagens de modulação da portadora principal pelas subportadoras dos canais secundários. (Mono 30% / Estéreo 20%).	S	N	NA
4.8) Observações visuais no transmissor:			
4.8.1) Placa de identificação (transcrição dos dizeres constantes da placa).	S	N	NA
4.8.2) Medidores do estágio final de RF (Existência e indicação da escala): a) De corrente contínua de placa ou coletor; b) De tensão contínua de placa ou coletor; c) De potência de saída (incidente e refletida).	S	N	NA
4.8.3) Existência de tomadas de amostras de RF, para: a) Modulação; b) Frequência.	S	N	NA
4.8.4) Existência de dispositivos de segurança do pessoal: a) De descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão (descrição sumária); b) Gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à terra; c) De interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas; d) Possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 volts, com todas as portas e tampas fechadas.	NA	N	NA
4.8.5) Existência de dispositivos de proteção do transmissor: a) Descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão; b) Proteção contra a falta de ventilação adequada, no caso de sistema forçado.	S	N	NA
4.9) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	N	NA
4.10) Parecer Conclusivo: "Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, DECLARO que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	N	NA
4.11) Declaração do interessado: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da entidade) DECLARO que o Sr.....(nome do profissional habilitado) esteve no endereço abaixo nos dias.....ensaiando o transmissor de frequência modulada, fabricado por.....modelo.....série.....nº.....com potência nominal (ou de operação, conforme o caso) de.....kW. Local do ensaio: (endereço completo, cidade e UF)." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	S	N	NA
4.12) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	S	N	NA
4.13) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	S	N	NA

## 2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

**OBSERVAÇÕES: Itens 3 e 4 e seus subitens ficam pendentes uma vez que consta na Descrição do Sistema da ANATEL a autorização de um Sistema Irradiante Auxiliar composto de: Antena, Transmissor e Linha de transmissão.**

(1) Opcional conforme Portaria nº 05, de 07/01/1991, DOU de 09/01/1991.



Documento assinado eletronicamente por **Elza de Azevedo, Engenheira**, em 15/03/2017, às 14:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1734140** e o código CRC **E55DA5DF**.

**NOTA TÉCNICA Nº 5535/2017/SEI-MCTIC**

Processo n.º: 53000.060582/2013-72.

Processos relacionados:

Assunto: **Renovação de Outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **RÁDIO RIO VERDE LTDA**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando o canal 292 (duzentos e noventa e dois), classe A4, na localidade de BAEPENDI/MG, referente ao período 22/01/2014 a 22/01/2024. Os autos do processo foram encaminhados à Regional Minas Gerais, para análise dos laudos técnicos apresentados, 1612596 e 1612594, datado de 10/01/2017.

**ANÁLISE**

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações (**Ministério das Comunicações**):

j) fiscalizar as concessões, autorizações e permissões em vigor opinar sobre a respectiva renovação e propor a declaração de caducidade e perempção

x) outorgar ou renovar quaisquer permissões e autorizações de serviço de radiodifusão de caráter local (art. 33, § 5º) e opinar sobre a outorga ou renovação de concessões e autorizações (art. 34, §§ 1º e 3º)

aa) expedir certificados de licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação e radiodifusão uma vez verificado, em vistoria, o atendimento às condições técnicas exigidas

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a

concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

## 2.2. Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 40. A entidade outorgada deverá requerer ao Ministério das Comunicações a licença de funcionamento, no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deve ser instruído com laudo de vistoria das estações, elaborado por engenheiro habilitado.

Art 48. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão são obrigadas a observar as normas técnicas em vigor e as que venham a ser baixadas pelo CONTEL, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais nos serviços de telecomunicações.

Art 122. Para os efeitos deste Regulamento são consideradas infrações na execução dos serviços de radiodifusão os seguintes atos praticados pelas concessionárias ou permissionárias:

28. não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão

33. modificar, substituir os equipamentos ou as instalações aprovadas pelo CONTEL, sem prévia autorização do mesmo;

34. executar os serviços de radiodifusão em desacordo com os termos da licença ou não atender às normas e condições estabelecidas para essa execução;

## 2.3. Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

## 2.4. Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983:

Art. 1º A renovação das concessões e permissões para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, subordinada ao interesse nacional, depende do cumprimento pelas concessionárias ou permissionárias das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, bem como da observância de suas finalidades educativas e culturais.

Art. 7º A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

II - verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.

## 2.5. Portaria n.º 329, de 4 de julho de 2012:

Art. 2º Será deferido o pedido de renovação de outorga que atender às seguintes condições:

## 2.6. Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de 2015:

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota n.º 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória** [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho n.º 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a **necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

3. Da análise do processo administrativo apresentado pela interessada, foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

Observação	Exigência
– No Laudo de Vistoria Técnica da Estação não foi apresentado os dados referente ao <b>Sistema Irradiante Auxiliar</b> composto de: Transmissor, Antena e Linha de Transmissão, conforme consta na Descrição do Sistema da ANATEL.	– Laudo de Vistoria Técnica da Estação auxiliar complementar, se for o caso devidamente preenchido, assinado pelo profissional habilitado e pelo representante legal, nos termos do item 9.3 (subitens 9.3.1 a 9.3.10) da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98, conforme consta na Descrição do Sistema da ANATEL.
– A Entidade não apresentou Laudo de <b>ensaio do transmissor auxiliar</b> autorizado para a entidade, conforme consta na Descrição do sistema da ANATEL.	– Laudo de Ensaio do Transmissor Auxiliar para efeito de Renovação de outorga, assinado por profissional habilitado, nos termos do item 9.4 (subitens 9.4.1 a 9.4.9.5) da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98, em conformidade com a última autorização do poder concedente, c/c alínea 'e' do art. 63 da Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962, e Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.

4. Desse modo, a entidade ***não atende no momento*** aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

## **CONCLUSÃO**

5. Diante do exposto, opinamos pela expedição de ofício de exigência à interessada, conforme itens 3 e 4, com a solicitação de juntada da documentação faltante, e pelo sobrestamento dos autos.



À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Elza de Azevedo, Engenheira**, em 15/03/2017, às 14:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Bretas dos Santos, Chefe do Órgão Regional de Minas Gerais, Substituto**, em 16/03/2017, às 08:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1734759** e o código CRC **FDB2D57C**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.060582/2013-72

SEI nº 1734759



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Regional Minas Gerais  
Av. Afonso Pena, 1.270, Correio Central - Térreo — Centro  
CEP 30130-900 — Belo Horizonte – MG  
Telefone: (31) 3222-9051

Ofício nº 10098/2017/SEI-MCTIC

A Sua Senhoria  
Representante Legal da  
**RÁDIO RIO VERDE LTDA**  
AVENIDA BERENICE CATÃO, S/Nº - CAIXA POSTAL 70  
BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO  
BAEPENDI/MG  
CEP: 37.443-000

Assunto: **Exigências para Renovação de Outorga – Processo n.º 53000.060582/2013-72.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me à solicitação em epígrafe, efetuada por essa entidade, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de BAEPENDI/MG, com utilização do canal 292 (duzentos e noventa e dois), frequência 106,3 MHZ, para encaminhar a cópia da Nota Técnica n.º 5535/2017/SEI-MCTIC, com a indicação das pendências existentes em destaque.

2. Fica estabelecido o prazo de 30 dias, contados da data do recebimento deste Ofício, para o cumprimento TOTAL das exigências aqui formuladas. Cabe lembrar que na resposta **deverá constar o número do respectivo processo, bem como deste Ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Bretas dos Santos, Chefe do Órgão Regional de Minas Gerais, Substituto**, em 16/03/2017, às 08:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1735378** e o



código CRC **FC57E3D7**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 10098/2017/SEI-MCTIC -  
Processo nº 53000.060582/2013-72 - Nº SEI: 1735378

**Data de Envio:**

16/03/2017 08:08:13

**De:**

MCTIC/Órgão Regional de Minas Gerais <regmg@mctic.gov.br>

**Para:**

radiofestabaependi@gmail.com  
adv.andreribeirosilva@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53000.060582/2013-72

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_1734759.html  
Oficio\_1735378.html

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CHEFE REGIONAL DE MINAS GERAIS DO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**Ref. Proc. nº 53000.060582/2013-72.**

**Requerimento**

A **RÁDIO RIO VERDE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, Bairro São Cristóvão, Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, CEP 37443-000, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Baependi, Estado de Minas Gerais, conforme Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, por seu procurador ao final assinado (doc. J.) vem perante Vossa Senhoria em atenção ao ofício nº 49278/2016/SEI-MCTIC, atendendo ao requisitado na Nota Técnica n.º 34252/2016/SEI-MCTIC, informar o que se segue:

Em que pese as considerações da Nota Técnica 5535/2017/SEI-MCTIC, no caso em tela, *data vênia*, não foi observado que a requerente apresentou, através do Protocolo nº 53000 058906/2013-11 DRMC/MG, datado de 09/10/2013, pedido de baixa és do Protocolo nº 53000 058906/2013-11 DRMC/MG, datado de 09/10/2013, pedido de baixa do equipamento transmissor auxiliar e baixa da linha de transmissão auxiliar, conforme consta do documento em anexo.

Ressalte-se por oportuno que no Laudo Vistoria Técnica protocolado para fins de renovação da outorga foi devidamente informada tal situação no item 7 – informações adicionais -.

Diante tais considerações, entende a requerente ter cumprido todas as formalidades exigidas, requerendo desde já a renovação da outorga pretendida.

Nestes termos,

Pede-se deferimento.

Baependi (MG), 17 de março de 2017

ANDRE RIBEIRO  
SILVA:079214396  
59

Assinado de forma digital por ANDRE RIBEIRO  
SILVA:07921439659  
DN: c=B, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RS, ou=RS e CPF A3, ou=EM  
BRANCO, ou=Autenticado por AR  
FEDERATIVAS, cn=ANDRE RIBEIRO  
SILVA:07921439659  
Bades: 2017.03.17 09:56:13 -03'00'

**ANDRÉ RIBEIRO SILVA**

**Advogado**

**OAB/MG 126.069**



# Rádio Rio Verde Ltda.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASILIA - DF

53000 058906/2013-11

DRMC/MG

09/10/2013-08:34

## **Delegacia Regional em Minas Gerais (DRMC-03)**

Endereço: Av. Afonso Pena, 1.270, Térreo — Centro  
Belo Horizonte — MG  
CEP: 30130-900.

Ref.: Alteração Técnica.


A **Rádio Rio Verde Ltda.**, inscrita CNPJ/MF sob n.º 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, São Cristóvão, Baependi — Estado de Minas Gerais, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, canal 292, frequência de 106,3 MHz, através de seu representante legal infra-assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar o que segue:

- Baixa do equipamento Transmissor Auxiliar: Fabricante — Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda, modelo TEC 114, código de Homologação — 0635030345.
- Baixa do Sistema Irradiante Auxiliar: Fabricante — Trans-Tel Antenas & RF Systems, modelo TTFM3A-2.
- Baixa da Linha de Transmissão Auxiliar: Fabricante KMP — Cabos Especiais e Sistema Ltda, modelo LCF 7/8.

**Justificativa:** O transmissor Auxiliar apresentou problemas técnicos irreparáveis nos circuitos de RF.

Sem mais, colocamo-nos à sua inteira disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Baependi, 04 de outubro de 2013.

  
Marina Paiva Moraes  
CPF: 040.825.776-48  
Gerente

**Rádio Rio Verde Ltda** — CNPJ — 03.890.462/0001-10  
Avenida Berenice Catão s/nº, Caixa Postal 16 - São Cristóvão - 37443-000 - Baependi/MG





## CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO

TABELIÃO SUBSTITUTA

*Bel. Paulo César Ferreira Leite**Fátima F. Rocha Leite*

RUA GETÚLIO VARGAS, 44 - SALA 03 - CENTRO - TELEFONE: (0xx35) 3343-1711

LIVRO

FOLHA

64 P

045

PROCURAÇÃO QUE FAZ RADIO RIO VERDE LTDA.  
NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, ao(s) 7 (sete) dias do mês de agosto do ano de 2015 (dois mil e quinze) nesta Cidade de Baependi, no Estado de Minas Gerais, no Cartório do 2º Ofício de Notas à Rua Getúlio Vargas, nº 44 - Sala 03, compareceu como outorgante: RADIO RIO VERDE LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.890.462/0001-10, com sede nesta cidade de Baependi, MG, na Avenida Berenice Catão, s/nº, contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), sob o nº. 3120599142-D, em 23/06/2000, última alteração contratual registrada sob o nº. 4642444, em 29/06/2011, neste ato representada pelos sócios administradores: MARINA PAIVA MÂNGIA, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG M-7.939.657 SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº. 040.825.776-88, residente e domiciliada nesta cidade de Baependi, MG, no lugar denominado "Chácara Santa Cruz"; e, MARCELO PAIVA MÂNGIA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG M-8.126.540 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº. 040.725.326-22, residente e domiciliado nesta cidade de Baependi/MG, no lugar denominado "Chácara Santa Cruz", de conformidade com a cláusula "B", da última alteração supramencionada; partes que se identificaram serem as próprias, conforme documentação apresentada do que dou fé. E, pela outorgante, por seus representantes, me foi dito que, nomeiam e constitui seu procurador: DR. ANDRÉ RIBEIRO SILVA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/MG sob o 126.069, e no CPF sob o nº. 079.214.396-59, com escritório profissional na cidade de Campanha, MG, na Rua Getúlio Vargas, nº 126, Sala C; com poderes especiais para representar a empresa outorgante junto ao Ministério das Comunicações em Processos Administrativos, podendo o outorgado praticar todos os atos necessários ao cumprimento do presente mandato em especial fazer requerimentos, receber, dar quitação, obter vista de processos, ativos e baixados, firmar compromissos, inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes. Os documentos necessários para lavratura deste instrumento já se encontram arquivados nesta Serventia. Foram-me apresentados e arquivados nesta Serventia os documentos exigidos pelo Provimento nº. 260/2013, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais. Assim o disse(ram), do que dou fé e me pediu(ram) este instrumento, que lhe(s) lavrei nas minhas notas, lendo-o ao(s) outorgante(s), e, tendo achado conforme, outorgou(aram), aceitou(aram) e assinou(aram). Dispensada a presença de testemunhas com base na Lei Federal nº 6.952 de 06/11/1981, do que dou fé. Eu, (a.) Paulo César Ferreira Leite, Tabelião a fiz digitar. Eu, (a.) Paulo César Ferreira Leite, Tabelião a subscrevo e assino. (a.a.) MARINA PAIVA

MÂNGIA, MARCELO PAIVA MÂNGIA; Paulo César Ferreira Leite.  
Trasladata em seguida.

EM TESTO. [assinatura] DA VERDADE.

Tabelião [assinatura]



SERVIÇO NOTARIAL	
DO 2º OFÍCIO	
BAEPENDI - MG	
Emol. R\$	15,51
Recompe. R\$	0,93
T.F.J. R\$	5,18
Total R\$	21,62

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Regional Minas Gerais

**CHECKLIST****Renovação de Outorga****Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – FM**

Processo nº 53000.060582/2013-72

Canal: 292  
Frequência: 106,3 MHz

CNPJ: 03.890.462/0001-10

Localidade: BAEPENDI

UF: MG

Entidade: **RADIO RIO VERDE LTDA****1. LISTA DE VERIFICAÇÃO**

(marcar com “S” se os documentos entregues atendem aos requisitos, com “N” se não atendem ou não foram entregues, com “NA” se não for aplicável e com “NV” se não for possível a verificação do item).

<b>DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA</b>	<b>STATUS</b>		
1) A Entidade <b>não</b> está bloqueada por motivo de débito (verificar no campo “Situação” do SRD).	S		
2) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração (verificar no SIACCO).	S		
3) <b>LAUDO DE VISTORIA</b> (subitem 9.3 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	<b>STATUS (Principal)</b>	<b>STATUS (Auxiliar 1)</b>	<b>STATUS (Auxiliar 2)</b>
3.1) Identificação: a) Nome de entidade; b) Indicativo de chamada; c) Horário de Funcionamento.	S		
3.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	S		
3.3) Transmissores de FM existentes na emissora: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ( $\pm 10\%$ ); e) Frequência de operação; f) Frequência medida ( $\pm 2000$ Hz); g) Homologação/Certificação.	S	NA	NA
3.4) Equipamentos compulsórios (estado de funcionamento dos mesmos): a) Limitador; b) Monitor de modulação; c) Carga Artificial (Classes E1, E2, E3 e A1); d) Analisador de espectro (Classe Especial).	S		
3.5) Antena: a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo).	S	NA	
3.6) Linha de Transmissão: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	S	NA	
3.7) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	S		
3.8) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade de .....no Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso."	S		

(local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)			
3.9) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de FM." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	S		
3.10) Disponibilidade de relatório de conformidade referente à Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos.	S		
3.11) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	S		
4) LAUDO DE ENSAIO (subitem 9.4 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	STATUS (Principal)	STATUS (Auxiliar 1)	STATUS (Auxiliar 2)
4.1) Interessado: a) Nome; b) Endereço completo; c) Nome e local da emissora a que se destina o transmissor, se for o caso.	S	NA	NA
4.2) Ensaio: a) Motivo; b) Endereço completo onde foi realizado; c) Data em que foi realizado.	S	NA	NA
4.3) Fabricante: a) Nome; b) Endereço (no caso de equipamento importado, indicar também, o endereço de seu eventual representante no Brasil).	S	NA	NA
4.4) Função do transmissor (principal ou reserva, quando o ensaio for realizado na estação transmissora).	S	NA	NA
4.5) Medições:			
4.5.1) Frequência: a) Nominal; b) Medida em ambiente normal ( $\pm 2000$ Hz); c) Variação da máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente ( $\pm 2000$ Hz).	S	NA	NA
4.5.2) <sup>1</sup> Resposta de audiofrequência, para 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000, 15.000 Hz, para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente ( <i>curvas das figuras 1A, 1B e 1C do Anexo II</i> ).	S	NA	NA
4.5.3) <sup>1</sup> Distorção harmônica, para as frequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente ( $\pm 2,5\%$ ).	S	NA	NA
4.5.4) <sup>1</sup> Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400 Hz ( $\pm 54$ dB).	S	NA	NA
4.5.5) <sup>1</sup> Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude ( $\pm 50$ dB).	S	NA	NA
4.5.6) Atenuação de harmônicos e espúrios (120 a 240 kHz $\pm 25$ dB / 240 a 600 kHz $\pm 35$ dB / 600 kHz $\pm [73+P(dBk)]$ dB / Max 80 dB).	S	NA	NA
4.5.7) Potência de saída (indicação do método empregado para sua determinação) ( $\pm 10\%$ , excepcionalmente, $\pm 15\%$ p/ rede elétrica instável).	S	NA	NA
4.6) Informações específicas para estereofonia:			
4.6.1) Gerador de estéreo: a) Fabricante; b) Modelo.	S	NA	NA
4.6.2) Medições:			
4.6.2.1) Frequência de subportadora piloto: a) Medida; b) Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente ( $\pm 2$ Hz).	S	NA	NA
4.6.2.2) Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto (8% Limite 10%).	S	NA	NA
4.6.2.3) <sup>1</sup> Separação estereofônica nas frequências de 50, 100, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz (Canal Esq/Dir e Dir/Esq) ( $\pm 29,7$ dB).	S	NA	NA
4.6.2.4) <sup>1</sup> Diafonia, para audiofrequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz, para 90% de modulação, no canal principal e nos canais estereofônicos ( $\pm 40$ dB).	S	NA	NA
4.7) Informações específicas para canais secundários:			
4.7.1) Gerador de sinal secundário: a) Fabricante; b) Modelo.	S	NA	NA
4.7.2) Medições:			
4.7.2.1) Frequências centrais das subportadoras e estabilidade em 60 minutos (Mono 20 à 99 kHz /	C	N/A	N/A

Estéreo 53 à 99 kHz).	S	NA	NA
4.7.2.2) Soma aritmética das percentagens de modulação da portadora principal pelas subportadoras dos canais secundários. (Mono 30% / Estéreo 20%).	S	NA	NA
4.8) Observações visuais no transmissor:			
4.8.1) Placa de identificação (transcrição dos dizeres constantes da placa).	S	NA	NA
4.8.2) Medidores do estágio final de RF (Existência e indicação da escala): a) De corrente contínua de placa ou coletor; b) De tensão contínua de placa ou coletor; c) De potência de saída (incidente e refletida).	S	NA	NA
4.8.3) Existência de tomadas de amostras de RF, para: a) Modulação; b) Frequência.	S	NA	NA
4.8.4) Existência de dispositivos de segurança do pessoal: a) De descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão (descrição sumária); b) Gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à terra; c) De interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas; d) Possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 volts, com todas as portas e tampas fechadas.	NA	NA	NA
4.8.5) Existência de dispositivos de proteção do transmissor: a) Descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão; b) Proteção contra a falta de ventilação adequada, no caso de sistema forçado.	S	NA	NA
4.9) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	NA	NA
4.10) Parecer Conclusivo: "Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, DECLARO que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	NA	NA
4.11) Declaração do interessado: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da entidade) DECLARO que o Sr.....(nome do profissional habilitado) esteve no endereço abaixo nos dias.....ensaiando o transmissor de frequência modulada, fabricado por.....modelo.....série.....nº.....com potência nominal (ou de operação, conforme o caso) de.....kW. Local do ensaio: (endereço completo, cidade e UF)." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	S	NA	NA
4.12) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	S	NA	NA
4.13) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	S	NA	NA

## 2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

<b>OBSERVAÇÕES:</b> <b>A entidade solicitou o cancelamento do sistema irradiante auxiliar através do Processo nº 53000.05896/2013-11.</b>
<sup>(1)</sup> Opcional conforme Portaria nº 05, de 07/01/1991, DOU de 09/01/1991.



Documento assinado eletronicamente por **Elza de Azevedo, Engenheira**, em 20/03/2017, às 09:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1743296** e o código CRC **C68BEA25**.



**NOTA TÉCNICA Nº 5991/2017/SEI-MCTIC**

Processo n.º: 53000.060582/2013-72.

Processos relacionados:

Assunto: **Renovação de Outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **RÁDIO RIO VERDE LTDA**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando o canal 292 (duzentos e noventa e dois), classe A4, na localidade de BAEPENDI/MG, referente ao período 22/01/2014 a 22/01/2024. Os autos do processo foram encaminhados à Regional Minas Gerais, para análise dos laudos técnicos apresentados, 1612596 e 1612594, datado de 10/01/2017.

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 67, de 12 de novembro de 1998 e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações (**Ministério das Comunicações**):

j) fiscalizar as concessões, autorizações e permissões em vigor opinar sobre a respectiva renovação e propor a declaração de caducidade e perempção

x) outorgar ou renovar quaisquer permissões e autorizações de serviço de radiodifusão de caráter local (art. 33, § 5º) e opinar sobre a outorga ou renovação de concessões e autorizações (art. 34, §§ 1º e 3º)

aa) expedir certificados de licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação e radiodifusão uma vez verificado, em vistoria, o atendimento às condições técnicas exigidas

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.



Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

## 2.2. Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 40. A entidade outorgada deverá requerer ao Ministério das Comunicações a licença de funcionamento, no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deve ser instruído com laudo de vistoria das estações, elaborado por engenheiro habilitado.

Art 48. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão são obrigadas a observar as normas técnicas em vigor e as que venham a ser baixadas pelo CONTEL, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais nos serviços de telecomunicações.

Art 122. Para os efeitos deste Regulamento são consideradas infrações na execução dos serviços de radiodifusão os seguintes atos praticados pelas concessionárias ou permissionárias:

28. não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão

33. modificar, substituir os equipamentos ou as instalações aprovadas pelo CONTEL, sem prévia autorização do mesmo;

34. executar os serviços de radiodifusão em desacordo com os termos da licença ou não atender às normas e condições estabelecidas para essa execução;

## 2.3. Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

## 2.4. Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983:

Art. 1º A renovação das concessões e permissões para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, subordinada ao interesse nacional, depende do cumprimento pelas concessionárias ou permissionárias das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, bem como da observância de suas finalidades educativas e culturais.

Art. 7º A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

II - verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.

## 2.5. Portaria n.º 329, de 4 de julho de 2012:

Art. 2º Será deferido o pedido de renovação de outorga que atender às seguintes condições:

III - cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço.

2.6. Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de 2015:

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota nº 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória** [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho nº 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, **a necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

3. Considerando a documentação apresentada, conforme documentos 1612596 e 1612594, composta de Laudo de Vistoria da Estação e Laudo de Ensaio do transmissor principal, verifica-se através das medições apresentadas que a estação estava funcionando na data da execução dos referidos laudos de acordo com as características técnicas definidas em regulamento técnico para o serviço específico. A interessada apresentou as declarações do representante legal e do profissional habilitado, conforme definido no regulamento técnico, tendo apresentado ainda a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente quitada. Dessa forma, constatamos que a permissionária na época dos laudos de vistoria da estação e de ensaio do(s) transmissor(es) estava executando o serviço em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente.

## **CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, entendemos que o Laudo de Vistoria Técnica da Estação, o Laudo de Ensaio do transmissor principal e as declarações apresentadas estão em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente, estando **apta tecnicamente** para dar prosseguimento ao processo de Renovação de Outorga. Por fim, opinamos pelo encaminhamento da presente Nota à Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão, para continuidade do processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Elza de Azevedo, Engenheira**, em 20/03/2017, às 09:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Bretas dos Santos, Chefe do Órgão**



**Regional de Minas Gerais, Substituto**, em 20/03/2017, às 10:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1744887** e o código CRC **8D17185E**.

---

## **Minutas e Anexos**

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 53000.060582/2013-72

SEI nº 1744887



## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **RADIO RIO VERDE LTDA**

**CNPJ:**           **03.890.462/0001-10**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:47:30 do dia 12/04/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/05/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



**BOM DIA**  
**Sonia Valesca Menezes Monteiro**  
Sistemas  
Interativos

**Menu Principal** ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CNPJ

**CNPJ:** 03.890.462/0001-10

RADIO RIO VERDE LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO PAIVA MANGIA	<a href="#">040.725.326-22</a>	RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi
MARINA PAIVA MANGIA	<a href="#">040.825.776-88</a>	RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi

**Usuário:** sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro

**Data:** 12/04/2017

**Hora:** 08:48:15



**BOM DIA**  
**Sonia Valesca Menezes Monteiro**  
Sistemas Interativos

**Menu Principal** ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CPF  
**CPF:** 040.725.326-22

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO PAIVA MANGIA	<a href="#">040.725.326-22</a>	RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi

**Usuário:** [sonia.mc](#) - **Sonia Valesca Menezes Monteiro**      **Data:** [12/04/2017](#)      **Hora:** [08:48:24](#)





BOM DIA  
Sonia Valesca Menezes Monteiro  
Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 040.825.776-88

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARINA PAIVA MANGIA	<a href="#">040.825.776-88</a>	RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi

Usuário: **sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro**

Data: **12/04/2017**

Hora: **08:48:34**



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

**PARECER Nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU**

PROCESSO Nº 53900.025989/2015-71

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comercial.

Radiodifusão comercial. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer. Devolução de todos os processos similares para a SCE.

## **I – Relatório**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A referida solicitação decorre da ausência de uniformidade no entendimento desta Consultoria Jurídica sobre os documentos necessários a regular instrução dos processos de renovação, conforme retratado, por exemplo, na Nota Técnica nº 3582/2015/SEI-MC.
3. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
4. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

[https://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=647565&infra\\_sistema=1000...](https://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=647565&infra_sistema=1000...) 1/15

5. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

6. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
7. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 30% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica se referem à renovação de outorgas. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há cerca de 5.000 processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
8. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
9. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos. Em alguns casos, no entanto, o processo necessita de exame jurídico mais

acurado.

10. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
11. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Breves considerações sobre o processo de renovação de outorgas dos serviços de radiodifusão comercial.**

12. O procedimento de renovação se inicia a partir da apresentação de requerimento da entidade, observado o prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do prazo de vigência da outorga. Esta regra está prevista nos seguintes diplomas normativos:

Lei 5.785/1972. Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Ministério das Comunicações, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do respectivo prazo.

Decreto nº 88.066/1983. Art. 3º As entidades que pretenderem a renovação deverão dirigir requerimento ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações-DENTEL, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término das respectivas concessões e permissões.

Portaria nº 329/2012. Art. 4º O pedido de renovação será dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações e apresentado na sede, nas Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações ou encaminhado por via postal, mediante carta registrada. § 1º O pedido referido no caput deve ser apresentado no prazo legal compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.

13. Junto com o requerimento, a entidade deve apresentar uma série de documentos, a maior parte deles previsto no Anexo II da Portaria nº 329/2012. Outros são exigidos em razão de entendimentos firmados por esta CONJUR e pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE. Em caso de omissão ou irregularidades passíveis de correção, a entidade será notificada visando à regularização do pedido (art. 5º, parágrafo único, Portaria nº 329/2012).
14. Verificada a tempestividade do requerimento, a regularidade da documentação apresentada, bem como o cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço, o pedido de renovação será deferido pelo Ministério das Comunicações (art. 2º, Portaria nº 329/2012). Neste caso, a entidade é convocada para assinatura de termo aditivo ao instrumento original, sendo que a sua eficácia fica suspensa até a deliberação do Congresso Nacional, mediante a publicação do respectivo decreto legislativo (art. 9º, Portaria nº 329/2012).
15. Em sentido contrário, será declarada a perempção da concessão ou da permissão nos casos de: (i) intempestividade do pedido, ressalvada a hipótese de extinção da outorga por decurso de prazo; (ii) não cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço; (iii) não apresentação da documentação solicitada pelo Ministério das Comunicações; (iv) aplicação de pena de cassação; e (v) excesso aos limites

de outorgas de serviços de radiodifusão (art. 10, Portaria nº 329/2012).

16. Antes de ser declarada a perempção, é assegurado o contraditório e a ampla defesa da interessada, que poderá apresentar defesa no prazo de trinta dias, a contar da notificação (art. 12, Portaria nº 329/2014). Por fim, declarada a perempção, o processo deve ser remetido para deliberação do Congresso Nacional, a quem compete a palavra final sobre a não renovação da outorga, observado o quorum qualificado de que trata o § 2º do art. 223 da Constituição Federal.

### II.III. Da documentação a ser conferida nos processos de renovação de outorga.

17. Como já ressaltado, a análise dos pedidos de renovação é, em boa parte, limitada à conferência de documentos. A lista consolidada é a seguinte:

	DOCUMENTO	FUNDAMENTO
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	Art. 112, Dec. nº 52.795/1963; Art. 3º, parágrafo 1º, Dec. nº 88.066/1993
2	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, caso haja a renovação da outorga; (iii) atende as finalidades educativas e culturais.	§3º do art. 14 do Dec. nº 52.795/1963; art. 12 do Dec. Lei nº 236/1967; Anexo II, Port. 329/2012 e art. 1º do Decreto nº 88.066/1983
3	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.	Art. 38, alínea “a” da Lei nº 4.117/1962; Anexo II, Port. 329/2012.
4	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).	Art. 3º, parágrafo 1º, alínea b, Dec. nº 88.066/1993; Anexo II, Port. 329/2012.
		Art. 3º, parágrafo

[https://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=647565&infra\\_sistema=1000...](https://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=647565&infra_sistema=1000...) 4/15

5	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).	1º, alínea b, Dec. nº 88.066/1993; Anexo II, Port. 329/2012.
6	Comprovante de regularidade com o FISTEL.	Art. 15, § 3º, alínea e, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
7	Prova de regularidade relativa ao INSS.	Art. 15, § 3º, alínea c, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
8	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 15, § 3º, alínea c, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
9	Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
12	Certidão negativa de débitos – Justiça do Trabalho	Art. 29, V, Lei nº 8.666/1993.
13	Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata).	Art. 15, §2º, alínea b, Dec. 52795/1963.
14	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, e certidões de protestos de títulos de todos os sócios e administradores.	Art. 15, § 4º, alínea b, Dec. nº 52.795/1963.
	Relatório das sanções administrativas aplicadas à entidade	Art. 33, §3º da Lei

[https://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=647565&infra\\_sistema=1000...](https://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=647565&infra_sistema=1000...) 5/15

15	durante o período de vigência da outorga.	nº 4.117/1962.
16	Certidão atualizada da Junta Comercial	Art. 15, § 1º, alínea a, Decreto nº 52.795/1963.
17	Laudo técnico ou documento equivalente, elaborado por engenheiro habilitado.	Art. 33, § 3º, art. 67, par. único, da Lei nº 4.117/1962; art. 40, § 1º, art. 48, art. 122, 28, Dec. 52.795/1962

18. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.
19. Quanto ao requerimento, a tempestividade é o requisito fundamental a ser considerado, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972. Com efeito, além de estabelecer o prazo legal a ser observado pelas emissoras, este dispositivo menciona, ainda, em seu § 2º, que o pedido será deferido “havendo a concessionária ou permissionária *requerido a renovação no prazo*”.
20. Por isso mesmo, o § 3º do art. 4º da Portaria nº 329/2012 é expresso ao mencionar que os pedidos de renovação apresentados fora do prazo “serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações”. Dispositivo com conteúdo similar encontra-se no art. 2º da Portaria nº 153/2012.
21. Em suma, a tempestividade do requerimento é condição para o deferimento do pedido de renovação (art. 2º, I, Port. 329/2014), sendo a sua intempestividade causa de declaração de perempção (art. 10, I, Port. 329/2014). Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar se o pedido do requerente é ou não tempestivo.
22. Os documentos números 02 a 13 estão expressamente previstos nas normas indicadas no quadro, dispensando comentários adicionais.
23. Registre-se, apenas, quanto à certidão negativa de débitos perante a Justiça do Trabalho (documento 12), que se trata de nova exigência legal, instituída pela Lei nº 12.440/2011, aplicável a todas as contratações públicas efetuadas com base na Lei nº 8.666/1993.
24. A não apresentação ou a existência de certidões positivas para os casos previstos nos documentos de números 2 a 13 levarão ao descumprimento de critério objetivo, o que ocasionará, caso não haja regularização, a declaração de perempção e proposta de não renovação da outorga. Esses documentos, portanto, são passíveis de simples conferência pela área técnica, ficando dispensada a avaliação jurídica individualizada pela CONJUR.
25. Em suma, nesses casos, caberá a SCE instruir o processo com vistas à renovação, se apresentadas as certidões negativas e de regularidade, ou à perempção, se o contrário ocorrer.



26. Por sua vez, as certidões negativas de distribuição cíveis e criminais são instrumentos para a avaliação da idoneidade moral dos sócios e administradores da entidade, conforme exige o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962. Nesses termos, apresentadas as certidões negativas, não será necessária a avaliação individualizada da Consultoria Jurídica, pois preenchido o requisito firmado neste Parecer.

27. No caso de certidões positivas, a certidão de objeto e pé somente deve ser exigida quando a consulta ao *site* do respectivo tribunal não for suficiente para se obter a informação pretendida. De modo que este documento possui caráter subsidiário, tendo por finalidade complementar as informações nos casos em que não seja possível obtê-las por outras formas mais céleres, como a consulta na internet.

28. Em recente manifestação sobre o tema, o Despacho nº 3782/2014/ALM/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, que aprovou com ressalvas o Parecer nº 1293/2014/RVP/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, firmou orientação no sentido de serem considerados, para fins de idoneidade moral, as hipóteses previstas na Lei da Ficha Limpa, isto é, a Lei Complementar nº 135/2010, que alterou a Lei Complementar nº 64/1990. Confira-se o seguinte trecho do Despacho:

A lista dá embasamento legal para afirmar quais são as hipóteses nas quais a empresa deve ser excluída do certame ou impedida de assinar o contrato por inidoneidade moral dos sócios. Com efeito, a Lei da Ficha Limpa constitui interessante balizador para a fixação de um conceito de idoneidade. Por óbvio, exclui-se, de plano, a hipótese prevista na alínea “a” do inciso I do art. 1º da LC nº 64/1990. Ora, analfabetos não são incapazes.

O entendimento aqui posto é o de que, se o interessado pode ser eleito para um cargo público, até mesmo para Presidente da República acaso não incida em uma das hipóteses previstas na referida Lei, o que, deveras, constitui o maior múnus para uma pessoa no País, poderia ser sócio de uma empresa com outorga de serviço de radiodifusão. Resta claro, pois, o atendimento de dois princípios do ato administrativo, razoabilidade e proporcionalidade.

Nesses casos, serão utilizados como parâmetro para a vigência da pecha da inidoneidade moral os mesmos prazos utilizados pela Lei mencionada para a inelegibilidade.

29. Assim, deverão ser considerados inidôneos, para fins do disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962, os sócios e administradores que apresentem condenação, transitada em julgada ou proferida por órgão colegiado, nas seguintes hipóteses previstas no art. 1º da LC nº 64/1990, com redação dada pela LC nº 135/2010:

Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

[...]

e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: ([Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de](#)

[2010\)](#)

3. contra o meio ambiente e a saúde pública; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

8. de redução à condição análoga à de escravo; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

9. contra a vida e a dignidade sexual; e ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

[...]

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no [inciso II do art. 71 da Constituição Federal](#), a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição; ([Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes; ([Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

[..]

j) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

[...]

l) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

[...]

n) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

o) os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

p) a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão, observando-se o procedimento previsto no art. 22; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

30. Assim, a outorga não poderá ser renovada nos casos em que se constatar que algum ou alguns dos sócios ou administradores tenham sido condenados por crimes graves, infrações eleitorais ou por improbidade administrativa, conforme as hipóteses e os prazos acima transcritos.

31. Aliado a essas situações, cabe considerar o disposto no seguinte acórdão, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, a respeito da legitimidade e do alcance do conceito de idoneidade moral. A ementa é a seguinte:

**ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REVOGAÇÃO DE PERMISSÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA. INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INTERRUÇÃO DO SERVIÇO POR INTERESSE PÚBLICO. NÃO-DEMONSTRAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA OUTORGA DA RENOVAÇÃO DA PERMISSÃO.**

1. Extraí-se dos autos que o Ministério das Comunicações editou a Portaria MC nº 111, de 11/03/1985, outorgando à Rádio Club de Cuiabá Ltda. permissão de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada pelo prazo de 10 anos e sem direito de exclusividade, tendo sido renovada a referida permissão pela Portaria MC nº 361, de 24/07/2000, com data retroativa a 13/03/1995. Todavia, em 22/08/2003 o Ministro de Estado das Comunicações editou a Portaria MC nº 420, de 25/08/2003, revogando, em razão da inidoneidade moral da permissionária e do não atendimento do interesse público, a Portaria nº 361/2000.

2. Inocorrência de cerceamento de defesa na condução do processo administrativo que culminou com a edição da Portaria nº 420/2003, visto que a interrupção dos serviços de radiodifusão deu-se em caráter preventivo, atendendo ao interesse público, tendo em vista **a fundada imputação de inidoneidade do sócio majoritário da emissora, que exerce as funções de gerente da Rádio, que consoante certidão fornecida pela Justiça Federal da Seção Judiciária do Mato Grosso, tem contra si diversos processos criminais tramitando naquele órgão do judiciário federal. Instauração do devido processo no âmbito do Ministério das Comunicações, a fim de revisar a outorga da renovação da permissão em comento, onde foi oportunizada a apresentação de defesa.**

3. Absoluta legalidade do ato que revogou a renovação da permissão anteriormente outorgada, plenamente amparado pelos dispositivos legais regentes

[https://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=647565&infra\\_sistema=1000...](https://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=647565&infra_sistema=1000...) 9/15

da espécie. Cuidando de hipótese de permissão de serviços de radiodifusão, aplica-se ao caso as disposições pertinentes do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117/62 - que define os requisitos necessários para renovação de permissões.

4. A Constituição Federal (art. 223, § 3º) exige a deliberação do Congresso Nacional acerca dos atos de outorga e renovação das permissões dos serviços de radiodifusão, a fim de que adquiram eficácia legal. Na hipótese, verifica-se que tal apreciação pelo Congresso Nacional não ocorreu até à época da revogação da Portaria de renovação ora impugnada.

5. A renovação dos serviços de radiodifusão da impetrante não chegou a produzir efeitos jurídicos capazes de amparar a pretensão mandamental deduzida, à consideração de que ao tempo da indigitada revogação ainda estava pendente a aprovação pelo Congresso Nacional exigida pela Carta Magna.

6. Segurança denegada. Agravo regimental prejudicado. (STJ, Primeira Seção, MS nº 9.306-DF, Rel. Min. José Delgado, julgado em 24/03/2004).

32. Do parecer exarado pelo Ministério Público Federal no processo, merece transcrição a seguinte passagem, acolhida como fundamento para a decisão do STJ:

Na presente hipótese, os documentos incluídos [...] comprovam, sem sombra de dúvida, que os sócios [...] são **pessoas com envolvimento com o crime organizado do país**. O primeiro, inclusive com **quatro mandados de prisão preventiva** na Seção Judiciária do Mato Grosso, em decorrência de quatro ações penais. A segunda sócia também tem contra si decretada prisão preventiva em decorrência de ação penal.

Vê-se, pois, que **não se trata apenas de um sócio envolvido em atividades 'supostamente' criminosas, como quer fazer crer a impetrante, mas de três sócios comprovadamente envolvidos em tais atividades** (ver fls. 23/24 e 227 do Processo Administrativo). **E por ser a idoneidade moral do dirigente, requisito essencial para a outorga do serviço de radiodifusão, bem como para sua renovação, a comprovada inidoneidade moral do sócio majoritário e gerente contamina, pois, a pessoa jurídica, justificando a não-renovação da outorga. (...)**

33. Como se pode observar, o precedente do STJ firma mais um importante parâmetro a ser considerado na avaliação da idoneidade moral. Trata-se do comprovado envolvimento dos sócios e dirigentes com atividades criminosas, mesmo que a hipótese não se enquadre, integralmente, na Lei da Ficha Limpa. No caso acima mencionado, o STJ entendeu que impediria a renovação da outorga o fato de estarem em curso diversas ações penais, além da decretação de prisão preventiva em face dos sócios.

34. Diante disso, se as certidões juntadas aos autos apontarem para existência de outras situações que revelem o comprovado envolvimento dos sócios ou dirigentes com atividades criminosas, ainda que não enquadradas na Lei da Ficha Limpa, não será viável, juridicamente, a renovação da outorga. Trata-se de um requisito aberto, cuja avaliação deve ser efetuada por esta CONJUR, após manifestação da área técnica. Por isso, nesses casos, os autos devem ser remetidos para avaliação jurídica individualizada.

35. Do exposto acima, decorre que outras ações ou decisões judiciais, em particular as que dizem respeito apenas à vida privada do sócio ou dirigente, não maculam a idoneidade moral, não constituindo, por si só, impedimento à renovação das outorgas. É o caso, por exemplo, de execuções fiscais (a regularidade fiscal é comprovada pelas certidões fazendárias) e as ações cíveis em geral, tais como as de família e as possessórias.

36. Por fim, outra questão a ser considerada para fins de avaliação da idoneidade moral é a de condenação, por decisão administrativa definitiva, no caso de atividade clandestina de telecomunicações. Segundo justificativa que consta do Despacho:

Vislumbra-se, ainda, outra possibilidade que pode ferir a idoneidade moral dos sócios. É o caso no qual o licitante está a desenvolver atividade clandestina de telecomunicações. Na hipótese, a pecha decorre da ausência de boa-fé entre o infrator e a própria Administração com a qual se pretende contratar.

[...]

Neste caso a declaração de inidoneidade moral será de cinco anos do trânsito em julgado administrativo do PADO, mesmo prazo considerado pela Anatel na caracterização dos antecedentes.

37. Assim, a Secretaria deverá verificar se existe alguma informação ou suspeita nos autos de que o interessado ou a empresa está a desenvolver operação clandestina do serviço.
38. Como a avaliação da idoneidade moral possui cunho eminentemente jurídico, havendo certidões positivas ou indícios de que a empresa ou o interessado está desenvolvendo atividade clandestina, os autos deverão ser encaminhados para a Consultoria Jurídica acompanhados dos documentos instrutórios mencionados, bem como com a posição da SCE a respeito (se seria ou não caso de declaração de perempção), conforme indicado no Anexo a este Parecer.
39. Por sua vez, a certidão atualizada da junta comercial (documento 16) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade. Assim, caberá à área técnica analisar a referida certidão e conferir os quadros societário e diretivos, tomando as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR os casos de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota nº 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências técnicas necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se ‘os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público’. [...] Portanto, dentre outras questões, a análise técnica é obrigatória [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho nº 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Dai, então, a necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente, elaborado por engenheiro habilitado.
42. Cabe à SCE definir os parâmetros técnicos a serem descritos e comprovados no documento em questão. Do ponto de vista legal, a exigência cinge-se à necessidade de elaboração e assinatura de documento por engenheiro habilitado, o qual deverá atestar e se responsabilizar pelo atendimento às exigências técnicas firmadas no licenciamento.

43. A SCE, ainda, deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. Trata-se, pois, de análise técnica.
44. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborado *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação com a devida conferência dos documentos apresentados deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada, ressalvadas as hipóteses a seguir mencionadas.
45. Com efeito, como afirmado antes, nos casos de análise de idoneidade moral e de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, conforme indicado no Anexo a este Parecer.

### III - Conclusão

46. Ante o exposto, opinamos pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial.
47. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchido e juntado aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos especificados no Anexo a este Parecer ou de dúvida jurídica fundada.
48. À consideração superior.

#### ANEXO - PARECER REFENCIAL N° XX/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMERCIAL

	DOCUMENTOS				
			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.				
1.1.		O requerimento é			

Documento assinado eletronicamente por **Alexsandro Lemos Maia**, Coordenador-Geral de

[https://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=647565&infra\\_sistema=100...](https://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=647565&infra_sistema=100...) 12/15



		tempestivo?			
2	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, caso haja a renovação da outorga; e (iii) atende as finalidades educativas e culturais				
3	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.				
4	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).				
5	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).				
6	Comprovante de regularidade com o FISTEL.				
7	Prova de regularidade relativa ao INSS.				
8	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.				
	Certidão conjunta negativa de débitos				



**Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica**, em 29/05/2015, às 14:47, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



9	relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
12	Certidão negativa de débitos – Justiça do Trabalho			
13	Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata).			
14	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, e certidões de protestos de títulos de todos os sócios e administradores.			
14.1	Em caso de certidão positiva, há condenação, por decisão transitada em julgado ou em órgão colegiado, nas hipóteses do art. 1º, inciso I, alíneas “e”, “g”, “h”, “j”, “l”, “n”, “o” e “p” da Lei Compl. 64/1990? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			
	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à idoneidade moral, tais			

14.2	como ações criminais em curso ou a decretação de prisão, operação clandestina do serviço, que apontem para o comprovado envolvimento do sócio ou dirigente com atividades criminosas? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			
15	Foi aplicada pena de cassação durante o período de vigência da outorga?			
16	Certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade.			
17	Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado.			



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 29/05/2015, às 15:04, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0527468** e o código CRC **8964DCF6**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.**

<b>Processo nº 53000.060582/2013-72 (Protocolos/Respostas nº 53900.010071/2014-47; nº 53900.006241/2015-70; nº 53900.049953/2015-83; nº 53900.008677/2016-84; nº 53900.014954/2016-98; nº 53900.008681/2016-42; nº 01250.001719/2017-35; nº 01270.015531/2017-74; nº 01250.008411/2016-30) SEI-MCTIC</b>		
<b>Entidade: RÁDIO RIO VERDE LTDA.</b>		
<b>Localidade: BAEPENDI</b>	<b>UF: MG</b>	<b>Serviço: FM</b>
<b>Período(s): 22/1/2014 a 22/1/2024</b>		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	x			2;3;1 (0054937) (0080625) (0965254)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	x			4;15 (0080625)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;	x			1 (0965255)
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	x			2;13 (0080625)
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			1 (21012 a 2016) (0965256)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			1 (21012 a 2016) (1013698)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	x			28; 47;1 (0054937) (1586123)
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	x			29 (0054937)

9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	x			30 (0054937)
10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	x			31;19 (0367291)
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			4;18 (0367291)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			32 (0054937)
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	x			1 (0965257)
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	x			1 (0965258)
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	x			5;16 (0080625)
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;	x			Vistoria Técnica- 6 a 20;1 a 4 Declaração do Profissional Habilitado – 22 (0054937); (0965269); (1612596) Ensaio- 1 a 9 (1612594)

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	FI(S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição <b>cível da Justiça Estadual</b> , de 1ª e 2ª instância;	MARCELO (0965260) MARINA (0965259)	X  X	  	X  X	  		1 a 4 (Positivas)  4/5;7 a 10 (Positivas)
18. Certidão de distribuição <b>criminal da Justiça Estadual</b> , de 1ª e 2ª instância;	MARCELO (0965260)  MARINA (0965259)	X  X	  	X  X	  		1;5;8  1; 6;9;11
19. Certidão de distribuição <b>cível da Justiça Federal</b> , de 1ª e 2ª instância;	MARCELO (0965260)  MARINA (0965259)	X  X	  	X  X	  		6;10;9  8 a 11

20- Certidão de distribuição <b>criminal da Justiça Federal</b> , de 1ª e 2ª instância;	MARCELO (0965260)	X		X			6;10;7/8
	MARINA (0965259)	X		X			8 a 11
21- prova de cumprimento das <b>obrigações eleitorais</b> , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	MARCELO (0965253); (0965264)	X					11;1
	MARINA (0965259) (0965263)	X					13;1
22- certidão <b>criminal da Justiça Eleitoral</b> ;	MARCELO (0965264);(0965266)	X					10;12;1
	MARINA (0965259)	X					1;12
23- certidões de <b>protestos de títulos</b> ;	MARCELO (0965268)	X					1
	MARINA (0965267)	X					1

**OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.**

## CONCLUSÃO

A documentação apresentada atende ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de Processo referente ao pedido de Transferência Indireta, nº 53900.043972/2015-04 (evento SEI nº 0965253).</li> <li>Existência de Certidões Cíveis Positivas, em nome de ambos os sócios, de acordo com os Protocolos nº 53900.008677/2016-84; nº 53900.014954/2016-98, são elas:   <b>Marina Paiva Mangia – Certidões de Inteiro Teor – fls. 1 a 12 (evento SEI nº 0965261)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ação Civil Pública – liminar indeferida – fl. 1;</li> <li>Ação de Execução Hipotecária Fundada em Título Extrajudicial – Mandado de citação para pagamento de dívidas, sob pena de penhora em 16/10/2013 – publicada Intimação em 16/10/2013 – fl.2;</li> <li>Execução em Banco Mercantil do Brasil S.A. – autos aguardando cumprimento do pedido – fl. 3;</li> <li>Execução em Banco Santander (Brasil) – autos arquivados – fl. 4;</li> <li>Execução em Banco Paulista S. A. – aguardando decorrer prazo – fl. 5;</li> <li>Execução em Banco Mercantil do Brasil – aguardando decorrer prazo -fl.7;</li> <li>Execução em Banco Santander (Brasil) - aguardando decorrer prazo - fl. 8;</li> <li>Execução em Banco Santander (Brasil) – aguardando Mandado de citação para pagamento de dívida – fl.9;</li> <li>Execução em Dinser Ferramentas Diamantadas Ltda. - aguardando decorrer prazo - fl. 10;</li> <li>Execução em Banco do Brasil S. A. – aguardando decorrer prazo – fl. 11;</li> <li>Execução em Banco do Brasil S. A. – aguardando cumprimento do pedido– fl. 12;</li> <li>Execução em Banco Mercantil do Brasil – Mandado de citação para pagamento de dívidas, sob pena de penhora-fl.7;</li> </ul> <b>Marcelo Paiva Mangia - Certidões de Inteiro Teor – fls. 1 a 7 (evento SEI nº 0965262)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ação Civil Pública – liminar indeferida – fl. 1;</li> <li>Ação de Execução Fiscal – penhora; arresto; registro de penhora ou arresto independentemente do pagamento de custas;</li> </ul> </li> </ul>

**Observações:**

- Avaliação dos bens penhorados ou arresto;
- Execução em Banco Santander (Brasil) - aguardando decorrer prazo - fls. 3/4;
- Execução em Banco Santander (Brasil) - Mandado de citação para pagamento de dívidas, sob pena de penhora, aguardando decorrer prazo - fl. 5;
- Execução em Dinser Ferramentas Diamantadas Ltda. - aguardando decorrer prazo - fl.6;
- Execução em Banco do Brasil S. A. – aguardando decorrer prazo – fl.7.

**Análise:**

Sônia Valesca M. Monteiro  
Advogado



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

**Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica**

**CONFORME PORTARIA Nº 336 DE 11 DE JULHO DE 2003**

**REQUERIMENTO DE VISTA, CÓPIAS E CERTIDÕES DE PROCESSOS E DOCUMENTOS**

Considerando o interesse em informações relativas ao Processo de: ( ) Outorga, (X) Pós-Outorga ou ( ) Acompanhamento e Avaliação, solicito, junto ao atual responsável da unidade na qual o processo se encontra:

(X) VISTA ELETRÔNICA; ou

( ) VISTA PRESENCIAL – ATP.

Se Certidão / Portaria / Parecer / Nota técnica / Despacho / Outro. Identificar \_\_\_\_\_

Processo nº 53000.060582/2013-72

Relativo ao Serviço de: ( ) Rádio Comunitária / ( ) Rádio/TV Educativa / ( ) Televisão Digital / (X) Rádio/TV Comercial / ( ) RTV Digital / ( ) RTV

Entidade: RÁDIO RIO VERDE LTDA.

CNPJ nº: 05.349.869/0001-60

Interessado(a): RODOLFO MACHADO MOURA

CPF/MF: 636.175.011-68 RG nº 1.497.955 SSP/DF Fone: (61) 3703.5558 / 3879.5003

E-mail: RODOLFOMMOURA@GMAIL.COM Endereço: SHIS QI 5 BLOCO 'F' SALA 332

CEP: 71.615-560 Município: BRASÍLIA UF: DF

( ) Procurador (X) Advogado ( ) Integrante do corpo diretivo

Anexar ao requerimento via digitalizada:

- a) Se procurador, o instrumento de procuração válido, outorgado pelos representantes legais da entidade e documento de identificação pessoal com foto.
- b) Se advogado, carteira de inscrição na OAB; e
- c) Se integrante do quadro diretivo, o respectivo instrumento (estatuto, contrato social, etc), bem como o documento de identificação pessoal com foto.

BRASÍLIA – DF, 19 DE ABRIL DE 2017.

Município/dia/mês/ano

Assinatura





**ILUSTRÍSSIMA SENHORA INEZ JOFFILY FRANÇA,  
D.D. DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO  
COMERCIAL**

Ref.: Processo nº 53000.060582/2013-72 (Renovação de Outorga)

**RODOLFO MACHADO MOURA**, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB/DF sob o nº 14.360, com endereço indicado no rodapé, vem, com os respeito e acatamento devidos, à ilustre presença de Vossa Senhoria, requerer cópia integral do processo nº 53000.060582/2013-72 em atenção ao artigo 7º, inciso XIII, da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994<sup>1</sup>, aproveitando para encaminhar o competente requerimento padronizado de cópia disponível no *site* do próprio Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.

Brasília – DF, 19 de abril de 2017.

**RODOLFO MACHADO MOURA**  
OAB/DF nº 14.360

---

<sup>1</sup> “Art. 7º São direitos do advogado:

(...)

XIII - examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos”.

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 01443136

USO OBRIGATÓRIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 8.386/94)






ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 14360

NOME  
RODOLFO MACHADO MOURA

FILIAÇÃO  
CARLOS ROBERTO DOS SANTOS MOURA  
LÉDA DA SILVA MACHADO SANTOS MOURA

NATURALIDADE  
NITERÓI-RJ

RG  
1497955 - SSP/DF

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS  
SIM

DATA DE NASCIMENTO  
21/10/1974

CPF  
636.175.011-68

VIA EXPEDIDO EM  
01 27/03/2015

IBANEIS ROCHA GARRIDO JUNIOR  
PRESIDENTE

**Data de Envio:**

24/04/2017 11:32:30

**De:**

MCTIC/Espaço do Radiodifusor - ATP-SCE <espacodoradiodifusor@mctic.gov.br>

**Para:**

rodolfommoura@gmail.com

**Assunto:**

Espaço do Radiodifusor

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: Processo nº 01250.022816/2017-61

Informo que seu pedido de atendimento eletrônico/presencial foi recebido com sucesso.

Informações adicionais serão enviadas assim que disponíveis.

Atenciosamente,

Espaço do Radiodifusor

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de solicitação de atendimento eletrônico ou presencial deverá ser feito exclusivamente via peticionamento eletrônico. [<http://sistema.mc.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>]

O interessado pode, a qualquer momento, acompanhar a tramitação do seu processo. [<http://sei.mc.gov.br/consulta.html>]

O modelo do requerimento está disponível no sítio do Ministério. [<http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/atendimento-ao-radiodifusor>]

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério. [<http://www.mc.gov.br/sei>]



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

**Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica**

**CONFORME PORTARIA Nº 336 DE 11 DE JULHO DE 2003**

**REQUERIMENTO DE VISTA, CÓPIAS E CERTIDÕES DE PROCESSOS E DOCUMENTOS**

Considerando o interesse em informações relativas ao Processo de: ( ) Outorga, (X) Pós-Outorga ou ( ) Acompanhamento e Avaliação, solicito, junto ao atual responsável da unidade na qual o processo se encontra:

(X) VISTA ELETRÔNICA; ou

( ) VISTA PRESENCIAL – ATP.

Se Certidão / Portaria / Parecer / Nota técnica / Despacho / Outro. Identificar \_\_\_\_\_

Processo nº 01250.015531/2017-74

Relativo ao Serviço de: ( ) Rádio Comunitária / ( ) Rádio/TV Educativa / ( ) Televisão Digital / (X) Rádio/TV Comercial / ( ) RTV Digital / ( ) RTV

Entidade: RÁDIO RIO VERDE LTDA.

CNPJ nº: 05.349.869/0001-60

Interessado(a): RODOLFO MACHADO MOURA

CPF/MF: 636.175.011-68 RG nº 1.497.955 SSP/DF Fone: (61) 3703.5558 / 3879.5003

E-mail: RODOLFOMMOURA@GMAIL.COM Endereço: SHIS QI 5 BLOCO 'F' SALA 332

CEP: 71.615-560 Município: BRASÍLIA UF: DF

( ) Procurador (X) Advogado ( ) Integrante do corpo diretivo

Anexar ao requerimento via digitalizada:

- a) Se procurador, o instrumento de procuração válido, outorgado pelos representantes legais da entidade e documento de identificação pessoal com foto.
- b) Se advogado, carteira de inscrição na OAB; e
- c) Se integrante do quadro diretivo, o respectivo instrumento (estatuto, contrato social, etc), bem como o documento de identificação pessoal com foto.

BRASÍLIA – DF, 25 DE ABRIL DE 2017.

Município/dia/mês/ano

Assinatura



**ILUSTRÍSSIMA SENHORA INEZ JOFFILY FRANÇA,  
D.D. DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO  
COMERCIAL**

Ref.: Processo nº 01250.015531/2017-74 (Renovação de Outorga)

**RODOLFO MACHADO MOURA**, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB/DF sob o nº 14.360, com endereço indicado no rodapé, vem, com os respeito e acatamento devidos, à ilustre presença de Vossa Senhoria, requerer cópia integral do processo nº 01250.015531/2017-74 em atenção ao artigo 7º, inciso XIII, da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994<sup>1</sup>, aproveitando para encaminhar o competente requerimento padronizado de cópia disponível no *site* do próprio Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.

Brasília – DF, 25 de abril de 2017.

**RODOLFO MACHADO MOURA**  
OAB/DF nº 14.360

---

<sup>1</sup> “Art. 7º São direitos do advogado:

(...)

XIII - examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos”.



TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 01443136

USO OBRIGATÓRIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 8.366/94)






ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 14360

NOME  
RODOLFO MACHADO MOURA

FILIAÇÃO  
CARLOS ROBERTO DOS SANTOS MOURA  
LÉDA DA SILVA MACHADO SANTOS MOURA

NATURALIDADE  
NITERÓI-RJ

RG  
1497955 - SSP/DF

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS  
SIM

DATA DE NASCIMENTO  
21/10/1974

CPF  
636.175.011-68

VIA EXPEDIDO EM  
01 27/03/2015

IBANEIS ROCHA GARRIDO JUNIOR  
PRESIDENTE

**Data de Envio:**

25/04/2017 14:33:39

**De:**

MCTIC/Espaço do Radiodifusor - ATP-SCE <espacodoradiodifusor@mctic.gov.br>

**Para:**

rodolfommoura@gmail.com

**Assunto:**

ESPAÇO DO RADIODIFUSOR

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: Processo nº 01250.023710/2017-85

Informo que seu pedido de atendimento eletrônico/presencial foi recebido com sucesso.

Informações adicionais serão enviadas assim que disponíveis.

Atenciosamente,

Espaço do Radiodifusor

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de solicitação de atendimento eletrônico ou presencial deverá ser feito exclusivamente via peticionamento eletrônico. [<http://sistema.mc.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>]

O interessado pode, a qualquer momento, acompanhar a tramitação do seu processo. [<http://sei.mc.gov.br/consulta.html>]

O modelo do requerimento está disponível no sítio do Ministério. [<http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/atendimento-ao-radiodifusor>]

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério. [<http://www.mc.gov.br/sei>]



**NOTA TÉCNICA Nº 11941/2017/SEI-MCTIC**

**Processo nº** 53000.060582/2013-72

**Assunto:** EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Rio Verde Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Baependi, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 22/1/2014 a 22/1/2024.

---

**ANÁLISE**

2. A última análise realizada por esta Pasta, nos termos da Nota Técnica nº 34252/2016/SEI-MCTIC (evento SEI nº 1586359), concluiu pelo envio do Ofício nº 49278/2016/SEI-MCTIC à Entidade, com vistas à complementação da documentação instrutória. Em resposta, por meio do protocolo nº 01250.001719/2017-35 a Interessada atendeu prontamente a exigência.

3. Todavia, recentemente entrou em vigor a Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017, que alterada as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, os procedimentos de renovação de outorga passaram a ser instruídos com a declaração acrescida ao art. 38 da Lei nº 4.117/63, para fins de comprovação do requisito legal de idoneidade moral dos sócios/diretores, senão vejamos:

“Art. 38. ....

[...]

j) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º (VETADO).

§ 2º (Revogado).

§ 3º A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea *j* deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.” (NR)

4. Dessa maneira, resta concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar o seguinte documento:**

RELATIVOS À ENTIDADE:

4.1. declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por

órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

**OBS:** A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea *j* deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

5. Por fim, submeta-se o feito à consideração do(a) Coordenador(a) de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 525, de 1º de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 06 de março de 2017, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

## CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 4, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Chefe de Serviço**, em 01/06/2017, às 15:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Costa de Oliveira, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 01/06/2017, às 15:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1924916** e o código CRC **E7EF9F1F**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 23866/2017/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

RÁDIO RIO VERDE LTDA.

Avenida Berenice Catão, s/ n, Caixa Postal 16º - Bairro São Cristóvão

37.443-000 Baependi/MG

**Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.060582/2013-72.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 11941/2017/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Costa de Oliveira, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 01/06/2017, às 15:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1925001** e o código CRC **C9EA2B1A**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 23866/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.060582/2013-72 - Nº SEI: 1925001

**Data de Envio:**

01/06/2017 16:01:45

**De:**

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos\_ren@mctic.gov.br>

**Para:**

radiofestabaependi@gmail.com  
adv.andreribeirosilva@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53000.060582/2013-72

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_1925001.html  
Nota\_Tecnica\_1924916.html

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR COORDENADOR DE RENOVAÇÃO  
OUTORGA DE SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO**

Ref. Proc. nº 53000.060582/201372.

**DECLARAÇÃO**

A **RÁDIO RIO VERDE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, Bairro São Cristóvão, Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, CEP 37443-000, neste ato representada por sua sócia administradora **MARINA PAIVA MANGIA**, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº MG- 7.939.657 expedida pela Polícia Civil de Minas Gerais e inscrita no CPF sob o nº 040.825.776-88, residente e domiciliada no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, São Cristóvão, CEP 37443-000, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Baependi, Estado de Minas Gerais, conforme Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, **DECLARA** para os devidos fins que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990.

Por ser verdade,

Firma-se a presente.

Baependi (MG), 02 de junho de 2017.

  
**MARINA PAIVA MANGIA**

CPF 040.825.776-88

Representante Legal

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>03.890.462/0001-10</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>23/06/2000</b>
NOME EMPRESARIAL <b>RADIO RIO VERDE LTDA - ME</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>FESTA FM</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>90.01-9-01 - Produção teatral</b> <b>90.01-9-02 - Produção musical</b> <b>90.01-9-03 - Produção de espetáculos de dança</b> <b>90.01-9-04 - Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares</b> <b>93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>			
LOGRADOURO <b>AV BERENICE CATAO</b>	NÚMERO <b>S/N</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>37.443-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SAO CRISTOVAO</b>	MUNICÍPIO <b>BAEPENDI</b>	UF <b>MG</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **20/09/2017** às **11:47:23** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **RADIO RIO VERDE LTDA**

**CNPJ:**           **03.890.462/0001-10**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:48:02 do dia 20/09/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 20/10/2017.

Certidão expedida gratuitamente.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação Geral de Pós-Outorga

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.**

Processo nº: 53000.060582/2013-72		
Entidade: RÁDIO RIO VERDE LTDA		
Localidade: BAEPENDI	UF: MG	Serviço: FM
Período(s): 2014-2024		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Pg(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			0965254
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			4 (0080625)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	X			0965255
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;	X			2 (0080625)
5 - declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa)	X			1983627
6. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio.		X		35-38 (contrato social)
7- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;		X		5 (0080625) Atualizar com a completa
8. Comprovante de inscrição no CNPJ.	X			2232396

9- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			0965256
10- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			1013698
11- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			2232563
12- Prova de regularidade relativa ao INSS;	X			29 (0054937)
13- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	X			30 (0054937)
14- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			31 (0054937)
15- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			4 (0367291)
16- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			32 (0054937)
17- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	X			0965257
18- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	X			0965258
19. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.		X		
20- Laudo de vistoria técnica, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;	X			16125596

DOCUMENTOS	NOME (S)	NÃO SE APLICA	Pg(S).
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	MARCELO		0965264
	MARINA		0965263

## CONCLUSÃO

A documentação apresentada não atende ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:

<b>Observações:</b>
<b>Análise:</b>
Analista: Cláudia Cargo: Técnico de nível superior III

**NOTA TÉCNICA Nº 21538/2017/SEI-MCTIC**

**Processo nº** 53000.060582/2013-72

**Assunto:** EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Rio Verde Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Baependi, estado de Minas Gerais, referente ao seguinte período: 22/1/2014 a 22/1/2024.

---

**ANÁLISE**

2. A última análise realizada pela Secretaria de Comunicação Eletrônica, nos termos da Nota Técnica n.º 11941/2017/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 1924916), concluiu pela expedição do Ofício n.º 23866/2017/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 1925001), à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 01250.037339/2017-39, acompanhado de documento.

3. Todavia, verificou-se que a documentação anexada aos autos ainda não é suficiente para a devida instrução do feito, explico. Com a publicação do Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e revoga o decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta. Outrossim, cabe registrar que, nos termos do § 2º, do art. 186, do mencionado Decreto, as entidade interessadas, as concessionárias e as permissionárias poderão ser notificadas a qualquer tempo para apresentar certidões atualizadas.

4. Desta feita, tendo em vista os termos da suso mencionada alteração legislativa, o qual estabelece o rol de documentos que devem ser apresentados na ocasião da renovação de outorga, faz-se necessário que a Interessada apresente os seguintes documentos pendentes, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI n.º 2232605):

**RELATIVOS À ENTIDADE:**

4.1. Alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

4.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

4.3. certidão da junta comercial contendo o histórico de todos os atos da Entidade arquivados naquela repartição;

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 4, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 21/09/2017, às 10:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 21/09/2017, às 10:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2232606** e o código CRC **3DD92591**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 41152/2017/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

**RADIO RIO VERDE LTDA (CNPJ Nº 03.890.462/0001-10)**

Avenida Berenice Catão, s/ n, Caixa Postal 16º - Bairro São Cristóvão

37.443-000 Baependi/MG

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.060582/2013-72.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 21538/2017/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 21/09/2017, às 10:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2232619** e o código CRC **2AA4DE44**.

**Data de Envio:**

25/09/2017 11:15:14

**De:**

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos\_ren@mctic.gov.br>

**Para:**

radiofestabaependi@gmail.com  
adv.andreribeirosilva@gmail.com

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53000.060582/2013-72

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_2232619.html  
Nota\_Tecnica\_2232606.html



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR COORDENADOR DO SUBGRUPO LEGAL DE  
PÓS-OUTORGA**

**Ref. Proc. nº 53000.060582/2013-72.**

**Requerimento**

A **RÁDIO RIO VERDE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, Bairro São Cristóvão, Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, CEP 37443-000, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Baependi, Estado de Minas Gerais, conforme Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, por seu procurador ao final assinado (doc. J.) vem perante Vossa Senhoria em atenção ao ofício nº 41152/2017/SEI-MCTIC, atendendo ao requisitado na Nota Técnica n.º 21538/2017SEI-MCTIC, requerer juntada dos documentos solicitados.

Nestes termos,  
Pede-se deferimento.

Baependi (MG), 20 de outubro de 2017



**ANDRÉ RIBEIRO SILVA**  
**Advogado**  
**OAB/MG 126.069**

**CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS**

TABELIÃO

*Bel. Paulo César Ferreira Leite*

RUA GETÚLIO VARGAS, 44 - SALA 03 - CENTRO - TELEFONE: (0xx35) 3343-1711

LIVRO

65 P

TABELIÃ SUBSTITUTA

*Fátima F. Rocha Leite*

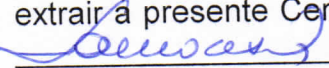
FOLHA

151

Paulo César Ferreira Leite, Tabelião do Cartório do Cartório do 2º Ofício de Notas de Baependi desta cidade em pleno exercício de seu cargo na forma da lei. Certifica a pedido da(s) parte(s) que revendo em suas notas o livro nº 65 P, dele as folhas nº 151 encontrou lavrada(o) a(o) Procuração/Substabelecimento do teor seguinte: **PROCURAÇÃO PÚBLICA QUE FAZ RADIO RIO VERDE LTDA, NA FORMA ABAIXO:**

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, ao(s) 06 (seis) dias do mês de janeiro do ano de 2017 (dois mil e dezessete) nesta Cidade de Baependi, no Estado de Minas Gerais, no Cartório do 2º Ofício de Notas à Rua Getúlio Vargas, nº 44 - Sala 03, compareceu(ram) como **Outorgante: RADIO RIO VERDE LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.890.462/0001-10, com sede nesta cidade de Baependi, MG, na Avenida Berenice Catão, s/nº, contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), sob o nº. 3120599142-0, em 23/06/2000, última alteração contratual registrada sob o nº. 4642444, em 29/06/2011, neste ato representada pelos sócios administradores: **MARINA PAIVA MÂNGIA**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG M-7.939.657 SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº. 040.825.776-88, residente e domiciliada nesta cidade de Baependi, MG, no lugar denominado "Chácara Santa Cruz"; e, **MARCELO PAIVA MÂNGIA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG M-8.126.540 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº. 040.725.326-22, residente e domiciliado nesta cidade de Baependi/MG, no lugar denominado "Chácara Santa Cruz", de conformidade com a cláusula "B", da última alteração supramencionada; parte(s) que se identificou(aram) ser(em) a(s) própria(s), conforme documentação apresentada do que dou fé. E, pelo(a-s) outorgante(s) me foi dito que, nomeia(m) e constitui(em) seu **Procurador: ANDRÉ RIBEIRO SILVA**, brasileiro, solteiro, maior, advogado, portador da Cédula de Identidade RG.M12.920.130 SSP/MG, inscrito no CPF. sob o nº. 079.214.396-59, residente e domiciliado na cidade de Campanha, MG, na Rua Getúlio Vargas, nº 126, Sala C; com poderes especiais para representar a empresa outorgante junto ao Ministério das Comunicações em Processos Administrativos, podendo o outorgado praticar todos os atos necessários ao cumprimento do presente mandato em especial fazer requerimentos, receber, dar quitação, obter vista de processos, ativos e baixados, firmar compromissos. Os documentos necessários para lavratura deste instrumento já se encontram arquivados nesta Serventia. Foram-me apresentados e arquivados nesta Serventia os documentos exigidos pelo Provimento nº. 260/2013, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Não podendo substabelecer.** O presente mandato terá validade até o dia



1º de dezembro de 2017, quando se extinguirá automaticamente, independente de qualquer medida judicial ou extrajudicial - Valor Total: Emolumentos: R\$ 143,18; Recompe: R\$ 8,47; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 47,58 - Total: R\$ 199,23. Assim o disse(ram), do que dou fé e me pediu(ram) este instrumento, que lhe(s) lavrei nas minhas notas, lendo-o ao(s) outorgante(s), e, tendo achado conforme, outorgou(aram), aceitou(aram) e assinou(aram). Eu, (a.) Paulo César Ferreira Leite, Tabelião a fiz digitar. Eu, (a.) Paulo César Ferreira Leite, Tabelião a subscrevo e assino. (a.a.) MARINA PAIVA MÂNGIA, MARCELO PAIVA MÂNGIA; Paulo César Ferreira Leite. - Quantidade: 1 - (Código: 8401-2 - Certidão de inteiro teor ou em resumo) - Emolumentos: R\$ 16,08; Recompe: R\$ 0,97; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 6,02 - Total: R\$ 23,07. Era o que continha no livro e folhas acima referidos, aos quais me reporto, em virtude do que fiz extrair a presente Certidão, do que dou fé. Baependi, 30/06/2017. Eu,  , Tabelião, que a subscrevo e assino, em público e raso.

EM TESTO.  DA VERDADE.

Tabelião, 

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça  
Cartório do 2º Ofício de Notas de Baependi - MG

Selo de Fiscalização: **BKM27022**

Código de Segurança: **7510.1584.0292.4157**

Quantidade de Atos: 1

Emol.: R\$ 17,05; Taxa de Fiscalização: R\$ 6,02; Total: R\$ 23,07

Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 08187100

USO OBRIGATÓRIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 8.596/84)



ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DE MINAS GERAIS  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME  
ANDRE RIBEIRO SILVA

FILIAÇÃO  
PAULO FERNANDES DA SILVA  
SUELI PIRES RIBEIRO SILVA

NATURALIDADE  
BOA ESPERANÇA-MG

RG  
12920130 - SSP/MG

CRACKER DE CRACKS E TÍTULOS  
NÃO

DATA DE NASCIMENTO  
28/11/1985

CPF  
079.214.396-59

V.A. EXPEDIDO EM  
01 17/09/2010

LOUS CLAUDIO DA SILVA CHAVES  
PRESIDENTE

126089

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
ANDRE RIBEIRO SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR DE  
MG12920130 SSP MG

CPF  
079.214.396-59

DATA NASCIMENTO  
28/11/1985

FILIAÇÃO  
PAULO FERNANDES DA SILVA  
SUELI PIRES RIBEIRO SILVA

PERMISSÃO  
ACC  
B

VALIDADE  
04/11/2014

VALIDADE  
19/05/2005

PROIBIDO PLASTIFICAR  
177562258

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
177562258

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

DATA EMISSÃO  
24/11/2009

LOCAL  
BOA ESPERANÇA, MG

64508500423  
MG967910064

DETRAN-MG (MINAS GERAIS)

## **CONTRATO SOCIAL**

### **RÁDIO RIO VERDE LTDA**

**MARINA PAIVA MANGIA**, brasileira, solteira, nascida em 04/07/78, universitária e comerciante, portadora da cédula de identidade RG n. M-7.939.657 SSP/MG, inscrita no CPF sob o n. 040.825.776-88 residente e domiciliada na Chácara Santa Cruz, bairro São Cristóvão, CEP 37443-000, na cidade de Baependi-MG, **MARCELO PAIVA MANGIA**, brasileiro, solteiro, nascido em 04/07/78, agropecuarista, portador da cédula de identidade RG n. M-8.126.540 SSP/MG, CPF n. 040.725.326-22, residente e domiciliado na Chácara Santa Cruz, bairro São Cristóvão, CEP 37443-000, Baependi-MG.

#### **CONSTITUEM,**

Entre si e na melhor forma de direito, uma sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada, cujos negócios e condições serão redigidos pelas cláusulas seguintes:

1<sup>a</sup>) A sociedade terá como denominação social **"RÁDIO RIO VERDE LTDA."**

2<sup>a</sup>) A sociedade terá como sede e foro a cidade de Baependi-MG, na Av. Berenice Catão, S/N – bairro São Cristóvão.

3<sup>a</sup>) A sociedade se propõe a executar e explorar o serviço de radiodifusão sonora, mediante concessão ou permissão do Poder Concedente do Governo Federal no estrito seguimento da Legislação de Radiodifusão vigente.

4<sup>a</sup>) Os objetivos da sociedade se identificam com o que dispõe o artigo 3º do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, que instituiu o Regulamento de Radiodifusão, sendo prioritário os programas de natureza educativa, informativa, recreativa, e ao vivo, paralelamente com as atividades de publicidades comerciais compatíveis, para o suporte dos encargos da empresa e sua melhor dimensão técnica e artística.

5ª) O início das atividades da sociedade será na data da assinatura deste contrato e o prazo de sua duração é indeterminado.

6ª) O capital da sociedade é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) dividido em 30.000 (trinta mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, integralizado neste ato em moeda corrente do País, assim distribuído entre os sócios:

<u>Nome dos cotistas</u>	<u>N. de cotas</u>	<u>Valor R\$</u>
Marina Paiva Mangia	15.000	R\$ 15.000,00
Marcelo Paiva Mangia	15.000	R\$ 15.000,00
<b>Total</b>	<b>30.000</b>	<b>R\$ 30.000,00</b>

7ª) A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor do capital-social.

8ª) As quotas são indivisíveis em relação à sociedade que, para cada uma delas, só reconhece um proprietário. As referidas quotas do capital são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiro ou Pessoas Jurídicas, e qualquer alteração contratual fica sobe a dependência da prévia autorização do Poder Concedente, como também qualquer transferência de quotas.

9ª) A sociedade será administrada por ambos os sócios, isolada ou conjuntamente. Ambos terão poderes de representação da sociedade em juízo ou fora dele.

10ª) Todos os documentos onde conste a venda ou a oneração de bens do patrimônio da sociedade somente serão válidos com a assinatura dos dois sócios, ficando proibido o uso da firma em fianças, avais, endossos e outros favores estranhos aos interesses da sociedade.

11ª) Para os cargos de gerente, sub-gerente, procurador locutores e encarregados das instalações técnicas e os contratados como responsáveis pela orientação intelectual, educativa, informante ou recreante, somente serão admitidos brasileiros natos.

12ª) As quotas sociais somente poderão ser cedidas a terceiros estranhos à sociedade, com o consentimento expresso do outro sócio. Para este fim, o sócio que pretender se retirar deverá notificar por escrito ao outro sócio concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para que exerça em condições de igualdade o direito de preferência na aquisição de suas quotas.

13ª) Fica ajustado entre as partes que ao sócio que se retira caberá receber o valor das cotas realizadas e representativas de seu capital mais os lucros apurados em balanço, cujo pagamento será feito em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, sem juros.



14<sup>a</sup>) O falecimento ou interdição de qualquer um dos sócios não dissolverá necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores ou seu representante legal sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujus" ou interdito, devendo nela fazerem se representar, enquanto indiviso o quinhão respectivo por um dentre eles credenciados pelos demais.

15<sup>a</sup>) Todavia, somente mediante consenso do sócio supérstite, os herdeiros ou sucessores, poderão ingressar na sociedade caso não haja impeditivo legal e se observe a anuência dos órgãos competentes do Ministério das Comunicações, Para que sua admissão seja revestida de todos os efeitos legais.

16<sup>a</sup>) Os herdeiros e sucessores que não quiserem participar das sociedade terão os seus haveres apurados em balanço especialmente levantado para este fim e serão pagos em 12 (doze) prestações mensais iguais e sucessivas.

17<sup>a</sup>) Em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, levantar-se-á um balanço geral das atividades da empresa. O resultado será dividido proporcionalmente ao capital de cada sócio.

18<sup>a</sup>) Os casos omissos neste contrato social, serão regidos pelos dispositivos do Decreto n.º 3708, de 10 janeiro de 1919 e da Lei n.º 4726 de 13 de julho de 1965, a cuja fiel observância, como das demais cláusulas deste contrato, se obrigam os sócios.

#### Declaração:

Ambos os sócios já acima identificados, nascidos na cidade de Baependi, Estado de Minas Gerais, o primeiro em 04/07/78 e o segundo também em 04/07/78, ambos filhos de José Geraldo Pelucio Mangia e Alda Mara Paiva Mangia, declaram, sob as penas da Lei, que não estão sendo processados e nem estão definitivamente condenados em qualquer parte do território nacional pela prática de crime, cuja a pena vede, ainda que de modo temporário, o acesso a funções ou cargos públicos, ou por crime de prevaricação, falência culposa ou fraudulenta, peita ou suborno, peculato, ou, ainda por crime contra a propriedade, a economia popular ou a fé pública, nem que exerçam cargos que lhes proporcionem foro privilegiado. Esta declaração é firmada para que produza os efeitos legais, o os sócios e signatários estão cientes de que, no caso de comprovação de sua falsidade, será nulo de pleno direito o registro do comercio o ato a que se integra esta declaração, sem prejuízo das sanções penais a que estiver sujeito.



RADIO RIO VERDE LTDA

E por estarem juntos e contratados, assinam o presente contrato social em 6(seis) vias de igual teor e forma, fazendo-o perante as testemunhas abaixo que também o assinam.

Baependi-MG, 14 de Junho de 2000.

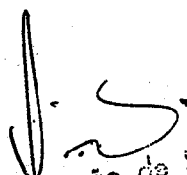
  
Marina Paiva Mangia



  
Marcelo Paiva Mangia

Testemunhas:

  
Pedro Paim Teles  
Ident. n. CRC/MG 21.772

  
Flávia Magalhães Alves  
Ident. n. M-8.502.535 - SSP/MG.

  
Cristóvão de Souza Pinto  
OAB - MG 65.088

	<b>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS</b>
CERTIFICO O REGISTRO EM : 23/06/2000	
SOB O NÚMERO :	
3120599142-0	
Protocolo : 201791846	AUGUSTO PIMENTA DE PORTILHO PELA SECRETARIA GERAL

**RÁDIO RIO VERDE LTDA.**

CNPJ nº 03.890.462/0001-10

NIRE 31.205.991.420

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes a seguir identificadas e qualificadas:

**MARINA PAIVA MANGIA**, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº MG-7.939.657 SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob o nº 040.825.776-88, residente e domiciliada no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, São Cristóvão, CEP 37443-000; e

**MARCELO PAIVA MANGIA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº M-8.126.540 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 040.725.326-22, residente e domiciliado no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, São Cristóvão, CEP 37443-000

Únicos sócios da Sociedade Limitada denominada **RÁDIO RIO VERDE LTDA.**, com sede e foro jurídico no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Avenida Berenice Catão, s/nº, Bairro São Cristóvão, CEP 37443-000, com Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o nº 31.205.991.420 em sessão do dia 23/06/2000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.890.462/0001-10, e

**JANBRAR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Rua Emílio Patrocínio Nogueira, 608, sala 02, Bairro São Cristóvão, CEP 37.443-000, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o NIRE nº 3120903618-0 em sessão de 11/01/2011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.092.043/0001-96, neste ato representada por sua administradora, **CRISTINA PAIVA MANGIA**, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº MG 10.315.035 SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob o nº

048.697.826-50, residente e domiciliada no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, São Cristóvão, CEP 37443-000, e

**GUARANY PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Rua Emílio Patrocínio Nogueira, 608, sala 03, Bairro São Cristóvão, CEP 37.443-000, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCEMG sob o NIRE nº 3120903617-1 em sessão de 11/01/2011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.092.023/0001-15, neste ato representada por sua administradora, **CRISTINA PAIVA MANGIA**, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº MG 10.315.035 SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob nº 048.697.826-50, residente e domiciliada no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, São Cristóvão, CEP 37443-000,

têm entre si justo e contratado alterar o Contrato Social da referida sociedade, da seguinte forma:

#### **A – Cessão e Transferência de Quotas**

Neste ato, a sócia supra qualificada, **MARINA PAIVA MANGIA**, possuidora de 15.000 (quinze mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), **CEDE e TRANSFERE**, como cedido e transferido tem, 14.700 (quatorze mil e setecentas) quotas a sócia recém admitida **JANBRAR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**, anteriormente qualificada, e 300 (trezentas) quotas a sócia recém admitida **GUARANY PARTICIPAÇÕES LTDA.**, anteriormente qualificada, **RETIRANDO-SE** assim da sociedade.

Neste ato, o sócio supra qualificado, **MARCELO PAIVA MANGIA**, possuidor de 15.000 (quinze mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 15.000 (quinze mil reais), **CEDE e TRANSFERE**, como cedido e transferido tem, a totalidade de suas quotas a sócia recém admitida **JANBRAR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**, anteriormente qualificada, **RETIRANDO-SE** assim da sociedade.

**CEDENTES E CESSIONÁRIOS** trocam entre si a mais ampla, rasa, geral e irrevogável quitação, nada mais tendo a reclamar um do outro, a qualquer título, com referência a presente cessão.

Em decorrência da alteração supra, a Cláusula que versa sobre o capital social passa a ter a seguinte redação:

*"Cláusula Quinta: O capital social é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e totalmente integralizadas pelos sócios, nesta data, em moeda corrente nacional, assim distribuídas:*

<i>Sócio</i>	<i>Quotas</i>	<i>Valor R\$</i>	<i>%</i>
<i>Janbrar Participações Societárias Ltda.</i>	<i>29.700</i>	<i>29.700,00</i>	<i>99 %</i>
<i>Guarany Participações Ltda.</i>	<i>300</i>	<i>300,00</i>	<i>1 %</i>
<i>Total</i>	<i>30.000</i>	<i>30.000,00</i>	<i>100%</i>

*Parágrafo primeiro: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro.*

*Parágrafo segundo: A participação dos sócios nos lucros e perdas da sociedade será diretamente proporcional ao número de quotas do capital social que possuir."*

#### **B – Do Nome Fantasia**

Neste ato, os sócios resolvem acrescentar o nome fantasia a sociedade que passa a ser **FESTA FM**, em decorrência disso a Cláusula Primeira do contrato social passa a vigorar com a seguinte redação.

*"Cláusula Primeira: A sociedade empresária limitada opera sob a denominação de **RÁDIO RIO VERDE LTDA.** e nome fantasia **FESTA FM**, sendo o presente Contrato Social regido pelas disposições legais aplicáveis às Sociedades Limitadas, e, supletivamente, pela Lei das Sociedades Anônimas.*

### C - Da Alteração de Objeto

Os sócios, por unanimidade, resolvem acrescentar ao objeto social as atividades de **comunicação, promoções, vendas e publicidade, a produção e exploração de atividades de entretenimento e eventos em geral, produção de espetáculos de dança e produção musical** passando a Cláusula Terceira do Contrato Social a vigor com a seguinte redação:

*"Cláusula Terceira: A sociedade terá por objeto social executar e explorar o serviço de radiodifusão sonora, mediante concessão ou permissão do Poder Concedente do Governo Federal no estrito seguimento da Legislação de Radiodifusão vigente, os objetos da sociedade se identificam com o que dispõe o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que instituiu o regulamento de Radiodifusão sendo prioritário os programas de natureza educativa, informativa, recreativa, e ao vivo, paralelamente com as atividades de publicidades comerciais compatíveis, para o suporte dos encargos da empresa e sua melhor dimensão técnica e artística, comunicação, promoções, vendas e publicidade, a produção e exploração de atividades de entretenimento e eventos em geral, produção de espetáculos de dança e produção musical."*

### D - Da Alteração da Administração

Diante das alterações contratuais indicadas nos itens A ao C da presente Alteração de Contrato Social, os sócios deliberam destituir a Sra. Marina Paiva Mangia, anteriormente qualificada, do cargo de administradora e nomear para como administrador da Sociedade o Sr. **JOSÉ GERALDO PELUCIO MANGIA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-4.031.198 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 374.481.457-20, residente e domiciliado no Município de Baependi, no Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, s/ nº, São Cristóvão, CEP 37443-000.

Desse modo, a Cláusula Oitava do Contrato Social passa a vigor com a seguinte redação:

*"Cláusula Oitava: A administração da sociedade será exercida pelo não sócio, Sr. **JOSÉ GERALDO PELUCIO MANGIA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de*

Identidade RG nº MG-4.031.198 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 374.481.457-20, residente e domiciliado no Município de Baependi, no Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, s/ nº, São Cristóvão, CEP 37443-000, na qualidade de Administrador, detendo todos os poderes necessários para gerir e administrar a sociedade."

O administrador declara, sob as penas da Lei, não estar incurso em quaisquer das restrições previstas no parágrafo 1º do artigo 1.011 do Código Civil que o impeça de exercer a atividade de administração, não tendo, portanto, sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime fallimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, não sendo, outrossim, impedido por lei especial.

#### **E - Da Consolidação e Ratificação do Contrato Social**

Em decorrência das alterações supra expostas, para maior facilidade e clareza, os sócios resolvem consolidar o texto do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**RÁDIO RIO VERDE LTDA.**

CNPJ nº 03.890.462/0001-10

NIRE 31.205.991.420

---

#### **CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

**Cláusula Primeira:** A sociedade empresária limitada opera sob a denominação de **RÁDIO RIO VERDE LTDA.** e nome fantasia **FESTA FM**, sendo o presente Contrato Social regido pelas disposições legais aplicáveis às Sociedades Limitadas, e, supletivamente, pela Lei das Sociedades Anônimas.

#### **CAPÍTULO II - DA SEDE SOCIAL, DAS SUCURSAIS, FILIAIS OU AGÊNCIAS**

**Cláusula Segunda:** A Sociedade tem sede e foro jurídico com sede Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Avenida Berenice Catão, s/nº, Bairro São Cristóvão, CEP 37443-000.

**Parágrafo único:** A Sociedade poderá, por decisão de seus sócios, abrir, transferir e/ou encerrar sucursais, filiais ou agências, em qualquer parte do território nacional.

### **CAPÍTULO III - DO OBJETO SOCIAL**

**Cláusula Terceira:** A sociedade terá por objeto social executar e explorar o serviço de radiodifusão sonoro, mediante concessão ou permissão do Poder Concedente do Governo Federal no estrito seguimento da Legislação de Radiodifusão vigente, os objetos da sociedade se identificam com o que dispões o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que instituiu o regulamento de Radiodifusão sendo prioritário os programas de natureza educativa, informativa, recreativa, e ao vivo, paralelamente com as atividades de publicidades comerciais compatíveis, para o suporte dos encargos da empresa e sua melhor dimensão técnica e artística, comunicação, promoções, vendas e publicidade, a produção e exploração de atividades de entretenimento e eventos em geral, produção de espetáculos de dança e produção musical.

### **CAPÍTULO IV - DA DURAÇÃO**

**Cláusula Quarta:** A Sociedade tem prazo indeterminado de duração.

### **CAPÍTULO V - DO CAPITAL SOCIAL**

**Cláusula Quinta:** O capital social é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e totalmente integralizadas pelos sócios, nesta data, em moeda corrente nacional, assim distribuídas:

<b>Sócio</b>	<b>Quotas</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>%</b>
Janbrar Participações Societárias Ltda.	29.700	29.700,00	99%
Guarany Participações Ltda.	300	300,00	1%
<b>Total</b>	<b>30.000</b>	<b>30.000,00</b>	<b>100%</b>



**Parágrafo primeiro:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro.

**Parágrafo segundo:** A participação dos sócios nos lucros e perdas da sociedade será diretamente proporcional ao número de quotas do capital social que possuir.

**Cláusula Sexta:** Nos termos do artigo 1.056 do Código Civil Brasileiro, as quotas são indivisíveis em relação à Sociedade, e cada uma delas dará direito a um voto nas deliberações dos sócios.

**Cláusula Sétima:** As quotas do capital social são impenhoráveis, na forma da lei, por dívidas ou obrigações contraídas pelos sócios, e não poderão ser dadas em penhor ou serem oneradas por qualquer outra forma, sem a prévia aprovação, por escrito, dos sócios representando ao menos  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, sob pena de nulidade.

**Parágrafo Único:** As quotas são indivisíveis em relação a sociedade que, para cada uma delas, só reconhece um proprietário. As referidas quotas do capital são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiro ou Pessoas Jurídicas e qualquer alteração contratual fica sob a dependência da prévia autorização do Poder Concedente, como também qualquer transferência de quotas.

## **CAPÍTULO VI - DA ADMINISTRAÇÃO E DO USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

**Cláusula Oitava:** A administração da sociedade será exercida pelo não sócio, Sr. **JOSÉ GERALDO PELUCIO MANGIA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-4.031.198 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 374.481.457-20, residente e domiciliado no Município de Baependi, no Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, s/ nº, São Cristóvão, CEP 37443-000, na qualidade de Administrador, detendo todos os poderes necessários para gerir e administrar a sociedade.

**Parágrafo primeiro:** O(s) administrador(es), além dos poderes gerais de administração previstos no caput, encontram-se revestidos dos mais amplos e plenos poderes para gerir a

Sociedade em todos os assuntos de interesse social, podendo representá-la, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias de qualquer natureza, Juntas Comerciais estaduais, órgãos privados, ou qualquer outro no qual a Sociedade deva ser representada, em toda e qualquer jurisdição.

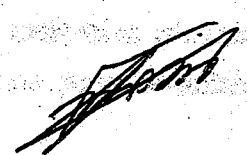
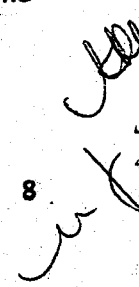
**Parágrafo segundo:** O(s) administrador(es) ficam ainda autorizados a, nos limites de seus poderes, nomear procurador e/ou destituir os existentes, através de Instrumento de Mandato, no qual serão fixados expressa e estritamente os poderes específicos outorgados, sendo sempre vedado o substabelecimento. O procurador estará sujeito às mesmas limitações que sejam impostas ao administrador.

**Parágrafo terceiro:** Todas as procurações outorgadas pela Sociedade serão sempre assinadas, exclusivamente, por dois ou mais administradores.

**Parágrafo quarto:** As procurações "ad negotia" outorgadas pela Sociedade terão sempre prazo determinado de validade, sob pena de nulidade, vedado seu substabelecimento. As procurações outorgadas a despachantes aduaneiros ou a advogados, para representação da Sociedade em processos administrativos e/ou judiciais, terão prazo de validade indeterminado, sendo permitido seu substabelecimento.

**Parágrafo quinto:** São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito, quaisquer atos praticados por procuradores ou por empregados da sociedade e em nome dela, que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da sociedade, tais como avais, fianças, endossos ou quaisquer outros documentos análogos que impliquem em compromissos ou responsabilidades para com a sociedade, a menos que tais atos tenham sido prévia e expressamente autorizados, por escrito, pelos sócios que representam, no mínimo,  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, sob pena de nulidade e responsabilização pessoal dos Administradores.

**Parágrafo sexto:** O uso da denominação é privativo dos administradores, conforme estipulado no artigo 1.064 do Código Civil.

 @ 8 

**Parágrafo sétimo:** Para os cargos de gerente, sub-gerente, procurador, locutores e encarregados das instalações técnicas e os contratados como responsáveis pela orientação intelectual, educativa, informante ou recreante, somente serão admitidos brasileiros natos.

**Cláusula Nona:** O administrador declara, sob as penas da Lei, não estar incurso em quaisquer das restrições previstas no parágrafo 1º do artigo 1.011 do Código Civil que o impeça de exercer a atividade de administração, não tendo, portanto, sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, não sendo, outrossim, impedido por lei especial.

**Cláusula Dez:** Ao término de cada exercício social, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, conforme o disposto no artigo 1.065 do Código Civil, os quais serão apresentados pelo(a)(s) Administrador(a)(s) aos sócios durante a Reunião Anual estabelecida no capítulo VII deste contrato social.

**Parágrafo único:** Sem embargos da obrigação imposta a(o)(s) Administrador(a)(s) no caput, aos sócios resta facultado, a qualquer tempo, examinar os livros e documentos da sociedade, bem como todo e qualquer documento atinente à sua administração.

**Cláusula Onze:** A destituição do(a)(s) Administrador(a)(s) operar-se-á, a qualquer tempo, pela deliberação dos sócios, respeitando-se o quórum de aprovação previsto na Cláusula Quinze do presente Contrato Social.

## **CAPÍTULO VII - DAS REUNIÕES ANUAIS E DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS**

**Cláusula Doze:** Respeitando-se as disposições do artigo 1.072 e seus parágrafos do Código Civil, os sócios reunir-se-ão em Reunião Anual, sempre realizada nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de:

- (i) tomar e aprovar as contas dos administradores e deliberar sobre o inventário, o balanço patrimonial e de resultado econômico por eles apresentados, bem como outros documentos atinentes à gestão da Sociedade;

- (ii) destituir ou designar os administradores, e quando aplicável, indicar um novo administrador;
- (iii) deliberar sobre o modo de remuneração dos administradores não-sócios;
- (iv) modificar o presente Contrato Social;
- (v) decidir sobre a incorporação, fusão, cisão, dissolução da Sociedade, transformação em outro tipo societário ou a cessação de seu estado de liquidação;
- (vi) nomear e destituir liquidantes, bem como aprovar suas contas;
- (vii) pedir a Recuperação Judicial ou Extrajudicial da Sociedade;
- (viii) discutir qualquer outro assunto constante da ordem do dia;
- (ix) decidir sobre o aumento do capital social da Sociedade caso se verifique que a Sociedade precisa de recursos adicionais; e,
- (x) autorizar, se o Contrato Social não dispor em contrário, a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros.

**Parágrafo primeiro:** Além da Reunião Anual estabelecida no caput, poderão os sócios se reunir em outras oportunidades, mediante convocação de qualquer um dos administradores, sempre que houver necessidade urgente de deliberação sobre qualquer das matérias previstas no caput.

**Parágrafo segundo:** A Reunião Anual ora estabelecida, bem como toda e qualquer outra reunião eventualmente convocada, nos termos do parágrafo primeiro supra, torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre as matérias que seriam delas objeto.

**Parágrafo terceiro:** As deliberações tomadas de conformidade com a lei e o presente contrato vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

**Parágrafo quarto:** A Reunião Anual poderá estabelecer que outras resoluções, em adição àquelas mencionadas acima, estarão sujeitas à prévia aprovação dos sócios. Tais resoluções adicionais deverão ser notificadas a(o)(s) Administrador(a)(s) por escrito.

**Cláusula Treze:** A convocação pelo(a)(s) Administrador(a)(s) da Reunião Anual ou de outra eventualmente necessária se fará mediante (i) envio de mensagem eletrônica, com

confirmação de leitura, ao endereço de e-mail pessoal de todos os sócios da Sociedade, e/ou (ii) envio de carta, com aviso de recebimento, ao endereço indicado no preâmbulo do Contrato Social, e/ou (iii) entrega, em mãos, ao sócio mediante protocolo, e/ou (iv) afixação de edital de convocação em mural na sede da Sociedade, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em primeira convocação e 08 (oito) dias em segunda.

**Parágrafo primeiro:** Na mensagem e no edital de convocação restará consignado, obrigatoriamente, a data, o horário e o local de realização da reunião, bem como a lista das matérias a serem deliberadas em tal oportunidade.

**Parágrafo segundo:** Do edital de convocação para a Reunião Anual, obrigatoriamente, constará que estarão à disposição dos sócios na sede da Sociedade cópia autenticada do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, elaborados pelo(a)s Administrador(a)s no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício, a fim de que os sócios possam deles tomar pleno conhecimento, sob pena de nulidade da convocação.

**Parágrafo terceiro:** A convocação ora estabelecida restará definitiva quando respeitadas todas as disposições estabelecidas nesta cláusula e seus parágrafos.

**Parágrafo quarto:** A Reunião Anual ou qualquer outra regularmente convocada se instaurará, em primeira convocação, com a presença da unanimidade do capital social e, em segunda, com, no mínimo, maioria simples.

**Parágrafo quinto:** Qualquer dos sócios poderá fazer-se representar por outro sócio ou por advogado desde que devidamente constituído por instrumento público ou particular de mandato com poderes específicos para representação do outorgante na dita Reunião, devendo o instrumento, obrigatoriamente, ser levado para registro, juntamente com a Ata.

**Parágrafo sexto:** Dispensam-se as formalidades de convocação estabelecidas nesta cláusula, o comparecimento voluntário de todos os sócios, ou a declaração escrita de cada um deles quanto à ciência da Reunião, especialmente do local, data, hora e ordem do dia.

**Parágrafo sétimo:** A Reunião Anual também poderá ser convocada pelos sócios, sempre que o(a)s Administrador(a)s retardar a convocação por mais de sessenta dias. Ademais,

poderão os sócios conjuntamente, convocar reuniões a qualquer tempo, sempre que restar essencial à Sociedade, através de convocação fundamentada e nos moldes exigidos por esta cláusula e seus parágrafos.

**Cláusula Quatorze:** Todas as reuniões serão presididas e secretariadas por sócios escolhidos entre os presentes.

**Parágrafo primeiro:** Dos trabalhos e deliberações será lavrada, no Livro de Ata de Reuniões, ata assinada pelos membros da mesa e pelos sócios participantes da reunião, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 1.074 do Código Civil.

**Parágrafo segundo:** Cópia da ata prevista no parágrafo anterior, autenticada pela mesa, poderá ser, a exclusivo critério dos sócios, nos vinte dias subseqüentes à reunião, apresentada para registro, arquivamento e averbação, podendo ser entregue, ainda, cópia autenticada ao sócio que a solicitar.

**Cláusula Quinze:** As deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos correspondentes a  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social nos casos previstos na Cláusula Doze e em todas as outras matérias, pelos votos correspondentes a maioria do capital social.

#### **CAPÍTULO VIII - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS**

**Cláusula Dezesseis:** O exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º (primeiro) de janeiro, terminando em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. Os lucros poderão ser distribuídos mais de uma vez por ano e antecipadamente mediante deliberação dos sócios.

#### **CAPÍTULO IX - DA RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO A UM SÓCIO**

**Cláusula Dezessete:** No caso de retirada, falecimento, insolvência ou decretação de incapacidade de sócio, os sócios serão substituídos por seus herdeiros e sucessores diretos na ordem de sucessão, sem necessidade de anuência dos demais, salvo se os sócios remanescentes, detentores de no mínimo  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, optarem pela liquidação da sociedade.

**Parágrafo primeiro:** Poderão os sócios, representativos de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social, por incapacidade superveniente de um dos sócios, nos termos do artigo 1.030 do Código Civil, ou, ainda, entendendo que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, excluí-los da Sociedade, mediante o arquivamento do respectivo Instrumento de Alteração do Contrato Social. São considerados atos de inegável gravidade, incluindo, mas não se limitando a (i) assunção de obrigações que não coadunem com a finalidade da Sociedade; (ii) desvio de recursos, contratos, projetos, potenciais negócios da Sociedade; (iii) não cumprimento das obrigações assumidas perante a Sociedade, (iv) a prática de atos que, direta ou indiretamente, possam prejudicar os interesses da Sociedade; (v) a comprovada incompatibilidade de um sócio com os demais; (vi) competição ou concorrência desleal com a Sociedade.

**Parágrafo segundo:** Será de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido ou cuja quota tenha sido liquidada.

**Parágrafo terceiro:** Poderá qualquer Sócio retirar-se da Sociedade, mediante notificação dos demais Sócios, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultado aos Sócios remanescentes: (i) adquirirem as quotas do Sócio Retirante, na proporção de suas participações no capital social e nas mesmas condições de pagamento previstas para aquisição pela Sociedade ou (ii) optarem, nos 30 (trinta) dias subsequentes à notificação, pela dissolução da Sociedade.

**Parágrafo quarto:** Nos casos em que a Sociedade se resolver em relação a um sócio, o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base no valor de mercado, que significa o valor apurado, em conjunto, pelos sócios, e, caso não haja um acordo quanto ao valor, aquele estipulado por uma empresa de auditoria de primeira linha, escolhida de comum acordo pelos sócios, e, na ausência de acordo entre os sócios, a definição caberá ao Conselho Consultivo, em uma avaliação realizada levando em consideração, pelo menos, três métodos de avaliação: a) múltiplos de lucro bruto (antes dos impostos); b) múltiplos de LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações); c) valor do patrimônio líquido; ambos levando em consideração o resultado dos últimos três anos de operação da Sociedade. O Valor de Mercado da Sociedade será a média do resultado dos três métodos. Os custos da avaliação serão suportados pela Sociedade. O laudo de avaliação deverá ser concluído no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir do fato.

**Parágrafo quinto:** Operada a resolução prevista no parágrafo antecedente, o capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os sócios remanescentes optarem por suprir o



valor da quota liquidada, na proporção de sua participação no capital social.

**Parágrafo sexto:** A quota liquidada em face da resolução prevista no parágrafo quarto supra citado, será paga pela Sociedade em dinheiro, em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após a conclusão do laudo de avaliação previsto no parágrafo quarto desta Cláusula.

**Parágrafo sétimo:** A retirada, exclusão ou morte do sócio não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até 02 (dois) anos depois de averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, quais sejam, retirada e exclusão, pelas obrigações posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

## **CAPÍTULO X - DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

**Cláusula Dezoito:** É absolutamente vedada a qualquer dos sócios a cessão, transferência a cônjuge em razão de separação e/ou divórcio e/ou dissolução de união estável, alienação, doação, exceto na hipótese do parágrafo sexto desta Cláusula, ou quaisquer outros atos que representem cessão ou transferência de propriedade, total ou parcial, das quotas sociais das quais forem titulares, sem prévio oferecimento, por escrito, aos demais sócios, para que possam exercer, no prazo de 90 (noventa) dias, o direito de preferência para a sua aquisição, em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas, no valor definido por auditoria específica levantada para este fim, conforme disposto no parágrafo quarto da Cláusula Dezesete, na proporção de sua participação no capital social.

**Parágrafo primeiro:** Na hipótese de algum sócio optar por deixar de exercer o direito de preferência estabelecido no caput, este direito será imediatamente transferido aos demais sócios que se interessarem na aquisição das quotas livres.

**Parágrafo segundo:** Não adquiridas as quotas pelos sócios, nos termos desta cláusula e seu parágrafo primeiro, e caso as mesmas restem cedidas ou transferidas a terceiros, poderão os sócios remanescentes, por decisão da maioria simples, impedir o ingresso na Sociedade de qualquer pessoa que tenha algum impedimento legal, que pratique ou tenha

praticado qualquer atividade que, direta ou indiretamente, possa representar ou ter representado concorrência às atividades exercidas pela presente Sociedade, ou, ainda, por ausência de affectio societatis, aplicando-se à situação o parágrafo segundo e as demais disposições da cláusula antecedente.

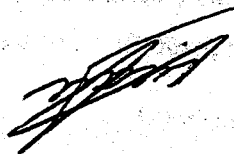
**Parágrafo quinto:** Se o sócio ("Ofertante") ofereceu suas quotas aos outros sócios ("Sócios Remanescentes") conforme previsão do caput, mas a oferta não foi aceita à época pelos Sócios Remanescentes, o Ofertante estará livre para oferecê-las a terceiros, desde que sempre: (i) seja concedido ao Sócio Remanescente, uma segunda oportunidade e tempo suficiente para igualar a oferta de terceiro e adquirir as quotas pelos mesmos termos e condições propostos pelo terceiro e, apenas se o Sócio Remanescente não quiser igualar a oferta, o Ofertante então poderá prosseguir com a venda; e (ii) caso haja a intenção de ceder ou transferir as quotas a um terceiro, o Sócio Remanescente, por decisão da maioria simples do capital social, poderá impedir o ingresso na Sociedade de qualquer pessoa que tenha algum impedimento legal, que pratique ou tenha praticado qualquer atividade que, direta ou indiretamente, possa representar ou ter representado concorrência às atividades exercidas pela presente Sociedade, ou, ainda, por ausência de affectio societatis, aplicando-se à situação o parágrafo segundo e as demais disposições da cláusula antecedente.

**Parágrafo sexto:** O direito de preferência disposto nesta Cláusula e seus parágrafos não se aplicará somente na hipótese de doação das quotas aos herdeiros do Sócio.

## **CAPÍTULO XI - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

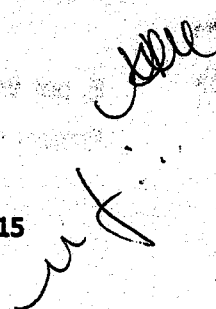
**Cláusula Dezenove:** A presente Sociedade restará dissolvida, de pleno direito, quando ocorrer (i) deliberação dos sócios, respeitado o quorum estabelecido neste contrato, ou (ii) a falta de pluralidade dos sócios, não reconstituída no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**Cláusula Vinte:** A Sociedade poderá ser dissolvida, ainda, judicialmente, a requerimento de qualquer dos sócios, quando (i) anulada a sua constituição, ou (ii) exaurido o fim social ou verificada a sua inexecutibilidade.



(12)

15



**Cláusula Vinte e Um:** Operada a dissolução prevista neste capítulo, serão aplicadas as cláusulas do presente Contrato Social e, subsidiariamente, no que for aplicável as disposições do Código Civil.

## **CAPÍTULO XII - DA ALTERAÇÃO DO PRESENTE CONTRATO SOCIAL**

**Cláusula Vinte e Dois:** Qualquer alteração no presente Contrato Social deverá, para que produza seus regulares efeitos perante terceiros, ser arquivada perante o Registro Competente, à margem do presente ato constitutivo, através de Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social, o qual será tido como válido com a assinatura dos sócios que representem  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social.

## **CAPÍTULO XIII - DO FORO**

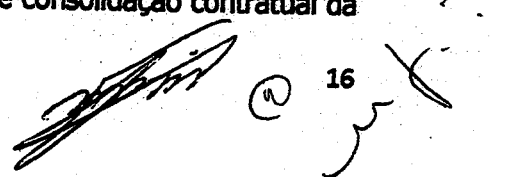
**Cláusula Vinte e Três:** Para discussão de todas as questões ou controvérsias oriundas da interpretação deste contrato, os sócios elegem, desde logo, o Foro da Comarca de Baependi, Estado de Minas Gerais, renunciando os sócios expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

## **CAPÍTULO XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Cláusula Vinte e Quatro:** O sócio administrador, no exercício de suas funções, fará jus, individualmente a uma retirada a título de "pró-labore", que será determinada de comum acordo entre os sócios, obedecendo-se às determinações e normas da legislação tributária/fiscal pertinente ao assunto.

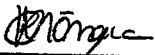
**Cláusula Vinte e Cinco:** Independentemente do disposto ao longo deste contrato social, obrigam-se os sócios a respeitar todos e quaisquer Acordos de Quotistas depositados na Sociedade.

E, por estarem justos e contratados, declarando conhecer todas as disposições aqui inscritas, firmam os sócios o presente instrumento particular de alteração e consolidação contratual da




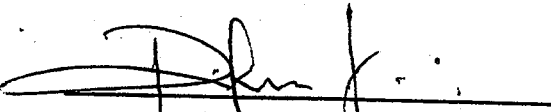
sociedade empresária limitada – CONTRATO SOCIAL, em 03 (três) vias de idêntico teor e forma, na presença de ambas as testemunhas ao final assinadas.

Baependi (MG), 24 de janeiro de 2011.

  
**JANBRAR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**  
Cristina Paiva Mangia


  
**MARINA PAIVA MANGIA**  
Sócia Retirante

  
**MARCELO PAIVA MANGIA**  
Sócio Retirante

  
**JOSÉ GERALDO PELÚCIO MANGIA**  
Administrador

Testemunhas:

1.   
Nome: Atila Branco de Barros  
RG: MG-3.848.147

2.   
Nome: Elisângela da Silva  
RG: MG-12.035.990

[Esta página de assinaturas é parte integrante e indissociável do Contrato Social de Constituição da RADIO RIO VERDE LTDA.]



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 4545073  
EM 01/03/2011  
#RADIO RIO VERDE LTDA#

PROTÓCOLO  
11/054.128-6

11/054.128-6

  
SECRETÁRIA GERAL

JUCEMG

**RÁDIO RIO VERDE LTDA.**

CNPJ nº 03.890.462/0001-10

NIRE 31.205.991.420

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes a seguir identificadas e qualificadas:

**JANBRAR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Rua Emílio Patrocínio Nogueira, 608, sala 02, Bairro São Cristóvão, CEP 37.443-000, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o NIRE nº 3120903618-0 em sessão de 11/02/2011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.092.043/0001-96, neste ato representada por sua administradora, **CRISTINA PAIVA MANGIA**, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº MG-10.315.035 SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob nº 048.697.826-50, residente e domiciliada no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, São Cristóvão, CEP 37443-000, e

**GUARANY PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Rua Emílio Patrocínio Nogueira, 608, sala 03, Bairro São Cristóvão, CEP 37.443-000, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCEMG sob o NIRE nº 3120903617-1 em sessão de 11/01/2011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.092.023/0001-15, neste ato representada por sua administradora, **CRISTINA PAIVA MANGIA**, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº MG-10.315.035 SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob nº 048.697.826-50, residente e domiciliada no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, São Cristóvão, CEP 37443-000;

*[Handwritten signatures]*

Únicos sócios da Sociedade Limitada denominada **RÁDIO RIO VERDE LTDA.**, com sede e foro jurídico no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Avenida Berenice Catão, s/nº, Bairro São Cristóvão, CEP 37443-000, com Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o nº 31.205.991.420 em sessão do dia 23/06/2000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.890.462/0001-10, e

**MARINA PAIVA MANGIA**, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº MG-7.939.657 expedida pela Polícia Civil de Minas Gerais e inscrita no CPF/MF sob o nº 040.825.776-88, residente e domiciliada no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, São Cristóvão, CEP 37443-000, e

**MARCELO PAIVA MANGIA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº M-8.126.540 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 040.725.326-22, residente e domiciliado no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, São Cristóvão, CEP 37443-000

têm entre si justo e contratado re-ratificar o Contrato Social, voltando o quadro societário e a administração da sociedade à situação original em razão da impossibilidade de alteração da concessão, da seguinte forma:

#### **A – Cessão e Transferência de Quotas**

Neste ato, a sócia supra qualificada, **JANBRAR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.** possuidora de 29.700.000 (vinte nove mil e setecentas) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos reais), **CEDE TRANSFERE**, como cedido e transferido tem, 14.700 (quatorze mil e setecentas) quotas sócia recém admitida **MARINA PAIVA MANGIA**, anteriormente qualificada, e **CEDE TRANSFERE**, como cedido e transferido tem, 15.000 (quinze mil) quotas ao sócio recém admitido **MARCELO PAIVA MANGIA**, anteriormente qualificado, **RETIRANDO-SE** assim da sociedade.

Neste ato, a sócia supra qualificada, **GUARANY PARTICIPAÇÕES LTDA.**, possuidora de 300 (trezentas) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 300,00 (trezentos reais), **CEDE e TRANSFERE**, como cedido e transferido tem, a totalidade de suas quotas a sócia recém admitida **MARINA PAIVA MANGIA**, anteriormente qualificada, **RETIRANDO-SE** assim da sociedade.

**CEDENTES E CESSIONÁRIOS** trocam entre si a mais ampla, rasa, geral e irrevogável quitação, nada mais tendo a reclamar um do outro, a qualquer título, com referência a presente cessão.

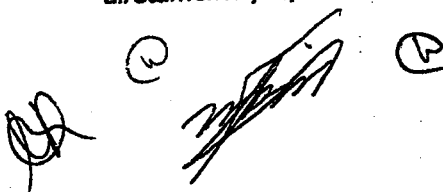
Em decorrência da alteração supra, a Cláusula que versa sobre o capital social passa a ter a seguinte redação:

*"Cláusula Quinta: O capital social é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e totalmente integralizadas pelos sócios, nesta data, em moeda corrente nacional, assim distribuídas:*

<i>Sócio</i>	<i>Quotas</i>	<i>Valor R\$</i>	<i>%</i>
<i>Marina Paiva Mangia</i>	<i>15.000</i>	<i>15.000,00</i>	<i>50%</i>
<i>Marcelo Paiva Mangia</i>	<i>15.000</i>	<i>15.000,00</i>	<i>50%</i>
<i>Total</i>	<i>30.000</i>	<i>30.000,00</i>	<i>100%</i>

*Parágrafo primeiro: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro.*

*Parágrafo segundo: A participação dos sócios nos lucros e perdas da sociedade será diretamente proporcional ao número de quotas do capital social que possuir."*





## **B – Da Alteração da Administração**

Os sócios deliberam destituir o Sr. **José Geraldo Pelucio Mangia**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº M-4.031.198 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 374.481.457-20, residente e domiciliado no Município de Baependi, no Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, s/ nº, São Cristóvão, CEP 37443-000, do cargo de administradora e nomear como administradores da Sociedade os sócios **MARINA PAIVA MANGIA** e **MARCELO PAIVA MANGIA**, supra qualificados.

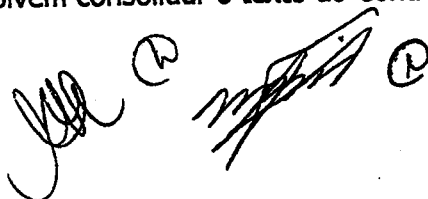
Desse modo, a Cláusula Oitava do Contrato Social passa a vigor com a seguinte redação:

***"Cláusula Oitava: A administração da sociedade será exercida conjunta e isoladamente pelos sócios, MARINA PAIVA MANGIA e MARCELO PAIVA MANGIA, na qualidade de Administradores, detendo todos os poderes necessários para gerir e administrar a sociedade."***

Os administradores declaram, sob as penas da Lei, não estar incurso em quaisquer das restrições previstas no parágrafo 1º do artigo 1.011 do Código Civil que o impeça de exercer a atividade de administração, não tendo, portanto, sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, não sendo, outrossim, impedido por lei especial.

## **E - Da Consolidação e Ratificação do Contrato Social**

Em decorrência das re-ratificação supra exposta, para maior facilidade e clareza, os sócios resolvem consolidar o texto do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:



**RÁDIO RIO VERDE LTDA.**

CNPJ nº 03.890.462/0001-10

NIRE 31.205.991.420

---

**CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

**Cláusula Primeira:** A sociedade empresária limitada opera sob a denominação de **RÁDIO RIO VERDE LTDA.** e nome fantasia **FESTA FM**, sendo o presente Contrato Social regido pelas disposições legais aplicáveis às Sociedades Limitadas, e, supletivamente, pela Lei das Sociedades Anônimas.

**CAPÍTULO II - DA SEDE SOCIAL, DAS SUCURSAIS, FILIAIS OU AGÊNCIAS**

**Cláusula Segunda:** A Sociedade tem sede e foro jurídico com sede Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Avenida Berenice Catão, s/nº, Bairro São Cristóvão, CEP 37443-000.

**Parágrafo único:** A Sociedade poderá, por decisão de seus sócios, abrir, transferir e/ou encerrar sucursais, filiais ou agências, em qualquer parte do território nacional.

**CAPÍTULO III - DO OBJETO SOCIAL**

**Cláusula Terceira:** A sociedade terá por objeto social executar e explorar o serviço de radiodifusão sonoro, mediante concessão ou permissão do Poder Concedente do Governo Federal no estrito seguimento da Legislação de Radiodifusão vigente, os objetos da sociedade se identificam com o que dispões o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que instituiu o regulamento de Radiodifusão sendo prioritário os programas de natureza educativa, informativa, recreativa, e ao vivo, paralelamente com as atividades de publicidades comerciais compatíveis, para o suporte dos encargos da empresa e sua melhor dimensão técnica e artística, comunicação, promoções, vendas e publicidade, a

produção e exploração de atividades de entretenimento e eventos em geral, produção de espetáculos de dança e produção musical.

#### **CAPÍTULO IV - DA DURAÇÃO**

**Cláusula Quarta:** A Sociedade tem prazo indeterminado de duração.

#### **CAPÍTULO V - DO CAPITAL SOCIAL**

**Cláusula Quinta:** O capital social é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e totalmente integralizadas pelos sócios, nesta data, em moeda corrente nacional, assim distribuídas:

Sócio	Quotas	Valor R\$	%
<b>Marina Paiva Mangia</b>	15.000	15.000,00	50%
<b>Marcelo Paiva Mangia</b>	15.000	15.000,00	50%
<b>Total</b>	<b>30.000</b>	<b>30.000,00</b>	<b>100%</b>

**Parágrafo primeiro:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro.

**Parágrafo segundo:** A participação dos sócios nos lucros e perdas da sociedade será diretamente proporcional ao número de quotas do capital social que possuir.

**Cláusula Sexta:** Nos termos do artigo 1.056 do Código Civil Brasileiro, as quotas são indivisíveis em relação à Sociedade, e cada uma delas dará direito a um voto nas deliberações dos sócios.

**Cláusula Sétima:** As quotas do capital social são impenhoráveis, na forma da lei, por dívidas ou obrigações contraídas pelos sócios, e não poderão ser dadas em penhor ou serem

AND   

oneradas por qualquer outra forma, sem a prévia aprovação, por escrito, dos sócios representando ao menos  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, sob pena de nulidade.

**Parágrafo Único:** As quotas são indivisíveis em relação a sociedade que, para cada uma delas, só reconhece um proprietário. As referidas quotas do capital são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiro ou Pessoas Jurídicas e qualquer alteração contratual fica sob a dependência da prévia autorização do Poder Concedente, como também qualquer transferência de quotas.

## **CAPÍTULO VI - DA ADMINISTRAÇÃO E DO USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

**Cláusula Oitava:** A administração da sociedade será exercida conjunta e isoladamente pelos sócios, **MARINA PAIVA MANGIA** e **MARCELO PAIVA MANGIA**, na qualidade de Administradores, detendo todos os poderes necessários para gerir e administrar a sociedade.

**Parágrafo primeiro:** O(s) administrador(es), além dos poderes gerais de administração previstos no caput, encontram-se revestidos dos mais amplos e plenos poderes para gerir a Sociedade em todos os assuntos de interesse social, podendo representá-la, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias de qualquer natureza, Juntas Comerciais estaduais, órgãos privados, ou qualquer outro no qual a Sociedade deva ser representada, em toda e qualquer jurisdição.

**Parágrafo segundo:** O(s) administrador(es) ficam ainda autorizados a, nos limites de seus poderes, nomear procurador e/ou destituir os existentes, através de Instrumento de Mandato, no qual serão fixados expressa e estritamente os poderes específicos outorgados, sendo sempre vedado o substabelecimento. O procurador estará sujeito às mesmas limitações que sejam impostas ao administrador.



**Parágrafo terceiro:** Todas as procurações outorgadas pela Sociedade serão sempre assinadas, exclusivamente, por dois ou mais administradores.

**Parágrafo quarto:** As procurações "ad negotia" outorgadas pela Sociedade terão sempre prazo determinado de validade, sob pena de nulidade, vedado seu substabelecimento. As procurações outorgadas a despachantes aduaneiros ou a advogados, para representação da Sociedade em processos administrativos e/ou judiciais, terão prazo de validade indeterminado, sendo permitido seu substabelecimento.

**Parágrafo quinto:** São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito, quaisquer atos praticados por procuradores ou por empregados da sociedade e em nome dela, que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da sociedade, tais como avais, fianças, endossos ou quaisquer outros documentos análogos que impliquem em compromissos ou responsabilidades para com a sociedade, a menos que tais atos tenham sido prévia e expressamente autorizados, por escrito, pelos sócios que representam, no mínimo,  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, sob pena de nulidade e responsabilização pessoal dos Administradores.

**Parágrafo sexto:** O uso da denominação é privativo dos administradores, conforme estipulado no artigo 1.064 do Código Civil.

**Parágrafo sétimo:** Para os cargos de gerente, sub-gerente, procurador, locutores e encarregados das instalações técnicas e os contratados como responsáveis pela orientação intelectual, educativa, informante ou recreante, somente serão admitidos brasileiros natos.

**Cláusula Nona:** O administrador declara, sob as penas da Lei, não estar incurso em quaisquer das restrições previstas no parágrafo 1º do artigo 1.011 do Código Civil que o impeça de exercer a atividade de administração, não tendo, portanto, sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, não sendo, outrossim, impedido por lei especial.

2007

**Cláusula Dez:** Ao término de cada exercício social, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, conforme o disposto no artigo 1.065 do Código Civil, os quais serão apresentados pelo(a)(s) Administrador(a)(s) aos sócios durante a Reunião Anual estabelecida no capítulo VII deste contrato social.

**Parágrafo único:** Sem embargos da obrigação imposta a(o)(s) Administrador(a)(s) no caput, aos sócios resta facultado, a qualquer tempo, examinar os livros e documentos da sociedade, bem como todo e qualquer documento atinente à sua administração.

**Cláusula Onze:** A destituição do(a)(s) Administrador(a)(s) operar-se-á, a qualquer tempo, pela deliberação dos sócios, respeitando-se o quórum de aprovação previsto na Cláusula Quinze do presente Contrato Social.

## **CAPÍTULO VII - DAS REUNIÕES ANUAIS E DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS**

**Cláusula Doze:** Respeitando-se as disposições do artigo 1.072 e seus parágrafos do Código Civil, os sócios reunir-se-ão em Reunião Anual, sempre realizada nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de:

- (i) tomar e aprovar as contas dos administradores e deliberar sobre o inventário, o balanço patrimonial e de resultado econômico por eles apresentados, bem como outros documentos atinentes à gestão da Sociedade;
- (ii) destituir ou designar os administradores, e quando aplicável, indicar um novo administrador;
- (iii) deliberar sobre o modo de remuneração dos administradores não-sócios;
- (iv) modificar o presente Contrato Social;
- (v) decidir sobre a incorporação, fusão, cisão, dissolução da Sociedade, transformação em outro tipo societário ou a cessação de seu estado de liquidação;
- (vi) nomear e destituir liquidantes, bem como aprovar suas contas;
- (vii) pedir a Recuperação Judicial ou Extrajudicial da Sociedade;
- (viii) discutir qualquer outro assunto constante da ordem do dia;



- (ix) decidir sobre o aumento do capital social da Sociedade caso se verifique que a Sociedade precisa de recursos adicionais; e,
- (x) autorizar, se o Contrato Social não dispor em contrário, a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros.

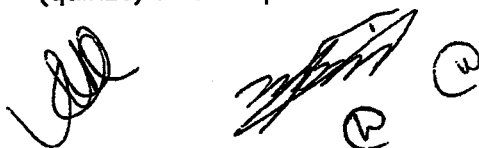
**Parágrafo primeiro:** Além da Reunião Anual estabelecida no caput, poderão os sócios se reunir em outras oportunidades, mediante convocação de qualquer um dos administradores, sempre que houver necessidade urgente de deliberação sobre qualquer das matérias previstas no caput.

**Parágrafo segundo:** A Reunião Anual ora estabelecida, bem como toda e qualquer outra reunião eventualmente convocada, nos termos do parágrafo primeiro supra, torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre as matérias que seriam delas objeto.

**Parágrafo terceiro:** As deliberações tomadas de conformidade com a lei e o presente contrato vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

**Parágrafo quarto:** A Reunião Anual poderá estabelecer que outras resoluções, em adição às mencionadas acima, estarão sujeitas à prévia aprovação dos sócios. Tais resoluções adicionais deverão ser notificadas a(o)(s) Administrador(a)(s) por escrito.

**Cláusula Treze:** A convocação pelo(a)(s) Administrador(a)(s) da Reunião Anual ou de outra eventualmente necessária se fará mediante (i) envio de mensagem eletrônica, com confirmação de leitura, ao endereço de e-mail pessoal de todos os sócios da Sociedade, e/ou (ii) envio de carta, com aviso de recebimento, ao endereço indicado no preâmbulo do Contrato Social, e/ou (iii) entrega, em mãos, ao sócio mediante protocolo, e/ou (iv) afixação de edital de convocação em mural na sede da Sociedade, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em primeira convocação e 08 (oito) dias em segunda.





**Parágrafo primeiro:** Na mensagem e no edital de convocação restará consignado, obrigatoriamente, a data, o horário e o local de realização da reunião, bem como a lista das matérias a serem deliberadas em tal oportunidade.

**Parágrafo segundo:** Do edital de convocação para a Reunião Anual, obrigatoriamente, constará que estarão à disposição dos sócios na sede da Sociedade cópia autenticada do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, elaborados pelo(a)s Administrador(a)s no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício, a fim de que os sócios possam deles tomar pleno conhecimento, sob pena de nulidade da convocação.

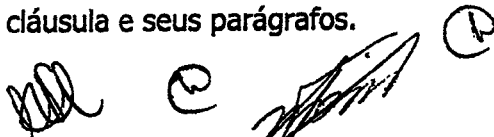
**Parágrafo terceiro:** A convocação ora estabelecida restará definitiva quando respeitadas todas as disposições estabelecidas nesta cláusula e seus parágrafos.

**Parágrafo quarto:** A Reunião Anual ou qualquer outra regularmente convocada se instaurará, em primeira convocação, com a presença da unanimidade do capital social e, em segunda, com, no mínimo, maioria simples.

**Parágrafo quinto:** Qualquer dos sócios poderá fazer-se representar por outro sócio ou por advogado desde que devidamente constituído por instrumento público ou particular de mandato com poderes específicos para representação do outorgante na dita Reunião, devendo o instrumento, obrigatoriamente, ser levado para registro, juntamente com a Ata.

**Parágrafo sexto:** Dispensam-se as formalidades de convocação estabelecidas nesta cláusula, o comparecimento voluntário de todos os sócios, ou a declaração escrita de cada um deles quanto à ciência da Reunião, especialmente do local, data, hora e ordem do dia.

**Parágrafo sétimo:** A Reunião Anual também poderá ser convocada pelos sócios, sempre que o(a)s Administrador(a)s retardar a convocação por mais de sessenta dias. Ademais, poderão os sócios conjuntamente, convocar reuniões a qualquer tempo, sempre que restar essencial à Sociedade, através de convocação fundamentada e nos moldes exigidos por esta cláusula e seus parágrafos.



**Parágrafo primeiro:** Na mensagem e no edital de convocação restará consignado, obrigatoriamente, a data, o horário e o local de realização da reunião, bem como a lista das matérias a serem deliberadas em tal oportunidade.

**Parágrafo segundo:** Do edital de convocação para a Reunião Anual, obrigatoriamente, constará que estarão à disposição dos sócios na sede da Sociedade cópia autenticada do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, elaborados pelo(a)s Administrador(a)s no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício, a fim de que os sócios possam deles tomar pleno conhecimento, sob pena de nulidade da convocação.

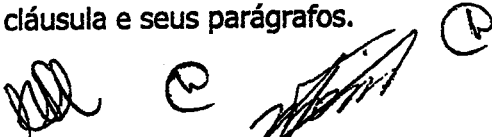
**Parágrafo terceiro:** A convocação ora estabelecida restará definitiva quando respeitadas todas as disposições estabelecidas nesta cláusula e seus parágrafos.

**Parágrafo quarto:** A Reunião Anual ou qualquer outra regularmente convocada se instaurará, em primeira convocação, com a presença da unanimidade do capital social e, em segunda, com, no mínimo, maioria simples.

**Parágrafo quinto:** Qualquer dos sócios poderá fazer-se representar por outro sócio ou por advogado desde que devidamente constituído por instrumento público ou particular de mandato com poderes específicos para representação do outorgante na dita Reunião, devendo o instrumento, obrigatoriamente, ser levado para registro, juntamente com a Ata.

**Parágrafo sexto:** Dispensam-se as formalidades de convocação estabelecidas nesta cláusula, o comparecimento voluntário de todos os sócios, ou a declaração escrita de cada um deles quanto à ciência da Reunião, especialmente do local, data, hora e ordem do dia.

**Parágrafo sétimo:** A Reunião Anual também poderá ser convocada pelos sócios, sempre que o(a)s Administrador(a)s retardar a convocação por mais de sessenta dias. Ademais, poderão os sócios conjuntamente, convocar reuniões a qualquer tempo, sempre que restar essencial à Sociedade, através de convocação fundamentada e nos moldes exigidos por esta cláusula e seus parágrafos.



**Cláusula Quatorze:** Todas as reuniões serão presididas e secretariadas por sócios escolhidos entre os presentes.

**Parágrafo primeiro:** Dos trabalhos e deliberações será lavrada, no Livro de Ata de Reuniões, ata assinada pelos membros da mesa e pelos sócios participantes da reunião, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 1.074 do Código Civil.

**Parágrafo segundo:** Cópia da ata prevista no parágrafo anterior, autenticada pela mesa, poderá ser, a exclusivo critério dos sócios, nos vinte dias subsequentes à reunião, apresentada para registro, arquivamento e averbação, podendo ser entregue, ainda, cópia autenticada ao sócio que a solicitar.

**Cláusula Quinze:** As deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos correspondentes a  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social nos casos previstos na Cláusula Doze e em todas as outras matérias, pelos votos correspondentes a maioria do capital social.

#### **CAPÍTULO VIII - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS**

**Cláusula Dezesseis:** O exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º (primeiro) de janeiro, terminando em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. Os lucros poderão ser distribuídos mais de uma vez por ano e antecipadamente mediante deliberação dos sócios.

#### **CAPÍTULO IX - DA RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO A UM SÓCIO**

**Cláusula Dezessete:** No caso de retirada, falecimento, insolvência ou decretação de incapacidade de sócio, os sócios serão substituídos por seus herdeiros e sucessores diretos na ordem de sucessão, sem necessidade de anuência dos demais, salvo se os sócios remanescentes, detentores de no mínimo  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, optarem pela liquidação da sociedade.

**Parágrafo primeiro:** Poderão os sócios, representativos de, no mínimo,  $\frac{2}{3}$  (dois terços) do capital social, por incapacidade superveniente de um dos sócios, nos termos do artigo

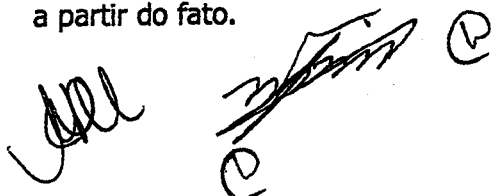


1.030 do Código Civil, ou, ainda, entendendo que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, excluí-los da Sociedade, mediante o arquivamento do respectivo Instrumento de Alteração do Contrato Social. São considerados atos de inegável gravidade, incluindo, mas não se limitando a (i) assunção de obrigações que não coadunem com a finalidade da Sociedade; (ii) desvio de recursos, contratos, projetos, potenciais negócios da Sociedade; (iii) não cumprimento das obrigações assumidas perante a Sociedade, (iv) a prática de atos que, direta ou indiretamente, possam prejudicar os interesses da Sociedade; (v) a comprovada incompatibilidade de um sócio com os demais; (vi) competição ou concorrência desleal com a Sociedade.

**Parágrafo segundo:** Será de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido ou cuja quota tenha sido liquidada.

**Parágrafo terceiro:** Poderá qualquer Sócio retirar-se da Sociedade, mediante notificação dos demais Sócios, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultado aos Sócios remanescentes: (i) adquirirem as quotas do Sócio Retirante, na proporção de suas participações no capital social e nas mesmas condições de pagamento previstas para aquisição pela Sociedade ou (ii) optarem, nos 30 (trinta) dias subsequentes à notificação, pela dissolução da Sociedade.

**Parágrafo quarto:** Nos casos em que a Sociedade se resolver em relação a um sócio, o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base no valor de mercado, que significa o valor apurado, em conjunto, pelos sócios, e, caso não haja um acordo quanto ao valor, aquele estipulado por uma empresa de auditoria de primeira linha, escolhida de comum acordo pelos sócios, e, na ausência de acordo entre os sócios, a definição caberá ao Conselho Consultivo, em uma avaliação realizada levando em consideração, pelo menos, três métodos de avaliação: a) múltiplos de lucro bruto (antes dos impostos); b) múltiplos de LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações); c) valor do patrimônio líquido; ambos levando em consideração o resultado dos últimos três anos de operação da Sociedade. O Valor de Mercado da Sociedade será a média do resultado dos três métodos. Os custos da avaliação serão suportados pela Sociedade. O laudo de avaliação deverá ser concluído no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir do fato.

The block contains two handwritten signatures. The first signature on the left is a stylized, cursive signature. The second signature in the middle is also cursive but more legible. To the right of the second signature is a circled letter 'P'. Below the second signature is a circled letter 'D'.

**Parágrafo quinto:** Operada a resolução prevista no parágrafo antecedente, o capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os sócios remanescentes optarem por suprir o valor da quota liquidada, na proporção de sua participação no capital social.

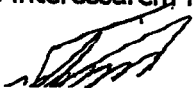
**Parágrafo sexto:** A quota liquidada em face da resolução prevista no parágrafo quarto supra citado, será paga pela Sociedade em dinheiro, em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após a conclusão do laudo de avaliação previsto no parágrafo quarto desta Cláusula.

**Parágrafo sétimo:** A retirada, exclusão ou morte do sócio não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até 02 (dois) anos depois de averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, quais sejam, retirada e exclusão, pelas obrigações posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

## **CAPÍTULO X - DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

**Cláusula Dezoito:** É absolutamente vedada a qualquer dos sócios a cessão, transferência a cônjuge em razão de separação e/ou divórcio e/ou dissolução de união estável, alienação, doação, exceto na hipótese do parágrafo sexto desta Cláusula, ou quaisquer outros atos que representem cessão ou transferência de propriedade, total ou parcial, das quotas sociais das quais forem titulares, sem prévio oferecimento, por escrito, aos demais sócios, para que possam exercer, no prazo de 90 (noventa) dias, o direito de preferência para a sua aquisição, em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas, no valor definido por auditoria específica levantada para este fim, conforme disposto no parágrafo quarto da Cláusula Dezessete, na proporção de sua participação no capital social.

**Parágrafo primeiro:** Na hipótese de algum sócio optar por deixar de exercer o direito de preferência estabelecido no caput, este direito será imediatamente transferido aos demais sócios que se interessarem na aquisição das quotas livres.

MM (P)  (W)


**Parágrafo segundo:** Não adquiridas as quotas pelos sócios, nos termos desta cláusula e seu parágrafo primeiro, e caso as mesmas restem cedidas ou transferidas a terceiros, poderão os sócios remanescentes, por decisão da maioria simples, impedir o ingresso na Sociedade de qualquer pessoa que tenha algum impedimento legal, que pratique ou tenha praticado qualquer atividade que, direta ou indiretamente, possa representar ou ter representado concorrência às atividades exercidas pela presente Sociedade, ou, ainda, por ausência de affectio societatis, aplicando-se à situação o parágrafo segundo e as demais disposições da cláusula antecedente.

**Parágrafo quinto:** Se o sócio ("Ofertante") ofereceu suas quotas aos outros sócios ("Sócios Remanescentes") conforme previsão do caput, mas a oferta não foi aceita à época pelos Sócios Remanescentes, o Ofertante estará livre para oferecê-las a terceiros, desde que sempre: (i) seja concedido ao Sócio Remanescente, uma segunda oportunidade e tempo suficiente para igualar a oferta de terceiro e adquirir as quotas pelos mesmos termos e condições propostos pelo terceiro e, apenas se o Sócio Remanescente não quiser igualar a oferta, o Ofertante então poderá prosseguir com a venda; e (ii) caso haja a intenção de ceder ou transferir as quotas a um terceiro, o Sócio Remanescente, por decisão da maioria simples do capital social, poderá impedir o ingresso na Sociedade de qualquer pessoa que tenha algum impedimento legal, que pratique ou tenha praticado qualquer atividade que, direta ou indiretamente, possa representar ou ter representado concorrência às atividades exercidas pela presente Sociedade, ou, ainda, por ausência de affectio societatis, aplicando-se à situação o parágrafo segundo e as demais disposições da cláusula antecedente.

**Parágrafo sexto:** O direito de preferência disposto nesta Cláusula e seus parágrafos não se aplicará somente na hipótese de doação das quotas aos herdeiros do Sócio.

## **CAPÍTULO XI - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

**Cláusula Dezenove:** A presente Sociedade restará dissolvida, de pleno direito, quando ocorrer (i) deliberação dos sócios, respeitado o quorum estabelecido neste contrato, ou (ii) a falta de pluralidade dos sócios, não reconstituída no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

MDL      ©            ©

**Cláusula Vinte:** A Sociedade poderá ser dissolvida, ainda, judicialmente, a requerimento de qualquer dos sócios, quando (i) anulada a sua constituição, ou (ii) exaurido o fim social ou verificada a sua inexecutibilidade.

**Cláusula Vinte e Um:** Operada a dissolução prevista neste capítulo, serão aplicadas as cláusulas do presente Contrato Social e, subsidiariamente, no que for aplicável as disposições do Código Civil.

## **CAPÍTULO XII - DA ALTERAÇÃO DO PRESENTE CONTRATO SOCIAL**

**Cláusula Vinte e Dois:** Qualquer alteração no presente Contrato Social deverá, para que produza seus regulares efeitos perante terceiros, ser arquivada perante o Registro Competente, à margem do presente ato constitutivo, através de Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social, o qual será tido como válido com a assinatura dos sócios que representem  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social.

## **CAPÍTULO XIII - DO FORO**

**Cláusula Vinte e Três:** Para discussão de todas as questões ou controvérsias oriundas da interpretação deste contrato, os sócios elegem, desde logo, o Foro da Comarca de Baependi, Estado de Minas Gerais, renunciando os sócios expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

## **CAPÍTULO XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Cláusula Vinte e Quatro:** O sócio administrador, no exercício de suas funções, fará jus, individualmente a uma retirada a título de "pró-labore", que será determinada de comum acordo entre os sócios, obedecendo-se às determinações e normas da legislação tributária/fiscal pertinente ao assunto.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a stylized signature on the left, a small 'e' in the middle, a signature on the right, and a circled 'V' on the far right.



**Cláusula Vinte e Cinco:** Independentemente do disposto ao longo deste contrato social, obrigam-se os sócios a respeitar todos e quaisquer Acordos de Quotistas depositados na Sociedade.


E, por estarem justos e contratados, declarando conhecer todas as disposições aqui inscritas, firmam os sócios o presente instrumento particular de alteração e consolidação contratual da sociedade empresária limitada – CONTRATO SOCIAL, em 03 (três) vias de idêntico teor e forma, na presença de ambas as testemunhas ao final assinadas.


Baependi (MG), 02 de abril de 2011.

  
\_\_\_\_\_  
**JANBRAR PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**

Cristina Paiva Mangia

Sócia Retirante

  
\_\_\_\_\_  
**MARINA PAIVA MANGIA**  
Sócia Admitida / Administradora

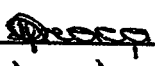
  
\_\_\_\_\_  
**MARCELO PAIVA MANGIA**  
Sócio Admitido / Administrador

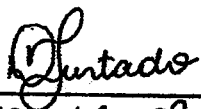
  
\_\_\_\_\_  
**GUARANY PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Cristina Paiva Mangia

Sócia Retirante

Testemunhas:

1.   
\_\_\_\_\_  
Nome: Poliana da Graça  
RG: MG - 11.839.604

2.   
\_\_\_\_\_  
Nome: Daniela Rangel Furtado  
RG: MG - 12.425.285

[Esta página de assinaturas é parte integrante e indissociável do Contrato Social de Constituição da RADIO RIO VERDE LTDA.]



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
CERTIFICA O REGISTRO SOB O NRO: 4642444  
EM: 23/06/2011  
RADIO RIO VERDE LTDA

JUCEMG

Empresa: **RADIO RIO VERDE LTDA-ME**  
CNPJ: 03.890.462/0001-10  
Balço encerrado em: 31/12/2016

Folha: 0001

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Descrição	Saldo Atual
<b>ATIVO</b>	119.753,21D
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	119.753,21D
DISPONÍVEL	119.043,00D
CAIXA	119.043,00D
CAIXA GERAL	119.043,00D
OUTROS CRÉDITOS	710,21D
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	710,21D
INSS A COMPENSAR	710,21D
<b>PASSIVO</b>	119.753,21C
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	6.696,26C
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	6.610,55D
TÍTULOS A PAGAR	6.610,55D
PARCELAMENTOS	5.583,13D
PARCELAMENTO SIMPLES	1.027,42D
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	9.342,06C
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	9.342,06C
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER	4.222,08C
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER	2.721,08C
PIS A RECOLHER	265,87C
COFINS A RECOLHER	1.002,36C
SIMPLES A RECOLHER	1.282,16C
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	151,49D
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA</b>	3.964,75C
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	1.287,40C
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	1.287,40C
<b>OBRIGAÇÕES SOCIAIS</b>	2.677,35C
INSS A RECOLHER	1.463,30C
FGTS A RECOLHER	1.214,05C
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	113.056,95C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	113.056,95C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	113.056,95C
LUCROS ACUMULADOS	113.379,72C
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	322,77D

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2016 TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R\$ 119.753,21 (cento e dezenove mil setecentos e cinquenta e três reais e vinte e hum centavos)



Paim & Teles Contabilidade Ltda - CRC-MG 9088/O-9  
Pedro Paim Teles - Sócio Administrador CRC-MG 21.772

Pedro Paim Teles  
CRCMG 21 772  
CPF 096 345 416-15

Empresa: RADIO RIO VERDE LTDA-ME  
CNPJ: 03.890.462/0001-10

Folha: 0001  
Número livro: 0001

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2016

RECEITA BRUTA		
SERVIÇOS PRESTADOS	90.362,95	<u>90.362,95</u>
DEDUÇÕES		
(-) SIMPLES	(5.421,77)	<u>(5.421,77)</u>
RECEITA LÍQUIDA		<u>84.941,18</u>
LUCRO BRUTO		<u>84.941,18</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(67.014,23)</u>
DESPESAS COM VENDAS		
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(15.686,00)	<u>(15.686,00)</u>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
SALÁRIOS E ORDENADOS	(39.770,21)	
FÉRIAS	(6.242,46)	
FGTS	(3.749,56)	
TAXAS DIVERSAS	(11,71)	
MULTAS DE MORA	(584,23)	
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(34,98)	
JUROS DE MORA	(935,08)	<u>(51.328,23)</u>
RESULTADO OPERACIONAL		<u>17.926,95</u>
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		<u>17.926,95</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>17.926,95</u>



Palm & Teles Contabilidade Ltda - CRC-MG 9088/O-9  
Pedro Palm Teles - Sócio Administrador CRC-MG 21.772

Pedro Palm Teles  
CRCMG 21 772  
CPF 096 345 416-15



## Certidão Específica

A Secretária-Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais **CERTIFICA**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013, a requerimento, conforme protocolo de número **17/467.698-1**, que consta no Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **RADIO RIO VERDE LTDA, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA**, NIRE 3120599142-0, CNPJ 03.890.462/0001-10, ATIVA, com sede na AVENIDA BERENICE CATAO, 0, BAIRRO SAO CRISTOVAO, BAEPENDI/MG, com dados que em resumo a seguir se especificam:

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
CONSTITUICAO/CONTRATO	23/06/2000	31205991420	14/06/2000
ORDEM JUDICIAL INDISPONIBILIDADE DE COTAS	07/05/2004	3164725	20/04/2004
ORDEM JUDICIAL REVOGACAO DE DETERMINACAO JUDICIAL	23/02/2005	3288636	13/01/2005
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	04/01/2007	3669069	26/12/2006
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	03/06/2009	4140144	23/12/2008
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	28/01/2010	4286801	28/12/2009
ALTERACAO CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	01/03/2011	4545073	24/01/2011
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	29/06/2011	4642444	02/04/2011

Certifica, por derradeiro, serem estes os únicos atos registrados nesta Junta Comercial até a presente data.

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Nada mais.

Belo Horizonte, 29 de Setembro de 2017.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO RIO VERDE LTDA**  
**CNPJ: 03.890.462/0001-10**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:17:30 do dia 19/02/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/08/2018.

Código de controle da certidão: **C651.BE78.66C7.A872**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** RADIO RIO VERDE LTDA  
**CNPJ:** 03.890.462/0001-10

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:28:53 do dia 19/02/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/03/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 03890462/0001-10  
**Razão Social:** RADIO RIO VERDE LTDA  
**Endereço:** AV BERENICE CATAO, S/N 000000 / SAO CRISTOVAO / BAEPENDI / MG / 37443-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.




**Validade:** 02/02/2018 a 03/03/2018

**Certificação Número:** 2018020202104795513814

Informação obtida em 19/02/2018, às 13:28:05.


A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



 <b>Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços</b> <b>Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa</b> <b>Departamento de Registro Empresarial e Integração</b> <b>Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais</b>			<b>Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)</b>   <b>JUCEMG - SEDE</b> <b>SEDE - BELO HORIZONTE</b>  <b>17/205.124-0</b>	
<b>NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)</b>  <b>31205991420</b>	<b>Código da Natureza Jurídica</b>  <b>2062</b>	<b>Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio</b>  		

**1 - REQUERIMENTO**  
  

**ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais**  
  
**Nome:** RADIO RIO VERDE LTDA  
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

**Nº FCN/REMP**  
  
**J173926389197**

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:


Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2005	1	SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

**BAEPENDI**  
Local

25 Outubro 2017  
Data

**Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:**

**Nome:** Raphael Sales Reis

**Assinatura:** Raphael S. Reis 

**Telefone de Contato:** \_\_\_\_\_

**2 - USO DA JUNTA COMERCIAL**  

☒ **DECISÃO SINGULAR**

☐ **DECISÃO COLEGIADA**

**Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):**

☐ **SIM**

☐ **SIM**

☐ **NÃO**

☐ **NÃO**

**Data**      **Responsável**

**Data**      **Responsável**

**Processo em Ordem À decisão**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Data**

\_\_\_\_

**Responsável**

**DECISÃO SINGULAR**  

☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)  
☒ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.  
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência


3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

**DECISÃO COLEGIADA**

☐ Processo em vig  
☐ Processo deferi  
☐ Processo indefe

  
**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 6347619**  
**EM 09/11/2017.**

#RADIO RIO VERDE LTDA#

Protocolo: 17/205.124-0

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Data**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

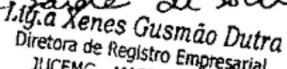
**Data**

\_\_\_\_

**Responsável**

**OBSERVAÇÕES**

Protocolo manual por tratar de pedido de novo em 2015

  
**Ligia Xenes Gusmão Dutra**  
**Diretora de Registro Empresarial**  
**JUCEMG - MASP 1047169-6**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Data**

\_\_\_\_

**Responsável**



**CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE ITAJUBÁ-MG**  
 Rua Prefeito Tigris Mala, 18 - Centro - Itajubá - MG  
 Tel./Fax: (35) 3622-1732  
 Gaf. Francisco Mercedes Corrêa

Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de  
 RAPHAEL SILVA REIS.

Itajubá - MG, 26/10/2017.

FRANCINETE DAVID DA COSTA BARCELAR - TABELA SUBST.  
 EMOL.: R(\$4,63 ENCARGOS: R(\$11,49 RECOMPE: R(\$0,27  
 TOTAL: R(\$6,29

**Selo de Fiscalização**  
 RECONHECIMENTO DE FIRMA  
 CIX 23195



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6347619 em 09/11/2017 da Empresa RADIO RIO VERDE LTDA, Nire 31205991420 e protocolo 172051240 - 31/10/2017. Autenticação: CDBDEF5AA293B22141A456211AC317D88FF3367. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/205.124-0 e o código de segurança LaZ9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/11/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SEI 93000.060582/2013-72 / pg. 3

Marinely de Paula Bomfim

**RÁDIO RIO VERDE LTDA.**

CNPJ nº 03.890.462/0001-10

NIRE 31.205.991.420

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes a seguir identificadas e qualificadas:

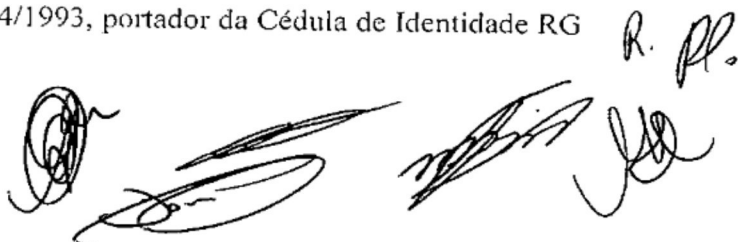
**MARINA PAIVA MANGIA**, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG n.º MG- 7.939.657 expedida pela Polícia Civil de Minas Gerais e inscrita no CPF sob o n.º 040.825.776-88, residente e domiciliada no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, São Cristóvão, CEP 37443-000, e

**MARCELO PAIVA MANGIA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º M-8.126.540 SSP/MG e inscrito no CPF sob o n.º 040.725.326-22 residente e domiciliado no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, São Cristóvão, CEP 37443-000;

Únicos sócios da Sociedade Limitada denominada **RÁDIO RIO VERDE LTDA.**, com sede e foro jurídico no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Avenida Berenice Catão, s/nº, Bairro São Cristóvão, CEP 37443-000, com alteração contratual devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o nº 4642444 em sessão do dia 29/06/011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.890.462/0001-10 e

**LÁZARO ROBERTO DA SILVA**, brasileiro, casado em regime de comunhão de bens com Marília Ferreira Pinto Silva, empresário, filho de Jorge Calisto da Silva e Maria Aparecida de Souza Silva, nascido em 21/03/1972, portador da cédula de Identidade RG nº M – 8.036.184, inscrito no CPF sob o nº 681.769.536-87, residente e domiciliado na Rua Antônio Lisboa de Carvalho, nº 21, Bairro Estação, Campanha – MG, CEP 37.400-000, e

**RAPHAEL SILVA REIS**, brasileiro, solteiro, estudante, filho de Lázaro Roberto da Silva e Adriana Regina dos Reis Silva, nascido em 03/04/1993, portador da Cédula de Identidade RG





Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6347619 em 09/11/2017 da Empresa RADIO RIO VERDE LTDA, Nire 31205991420 e protocolo 172051240 - 31/10/2017. Autenticação: CDBDEF5AA293B22141A456211AC317D88FF3367. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/205.124-0 e o código de segurança LaZ9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/11/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. SEI 53000.060582/2013-72 / pg. 6

L

nº 14.824.707, inscrito no CPF sob o nº 101.988.526-22, residente e domiciliado na Rua Antônio Lisboa de Carvalho, nº 21, Bairro Estação, Campanha – MG, CEP 37.400-000 resolvem alterar pela terceira vez o contrato social, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### A – Cessão e Transferência de Quotas

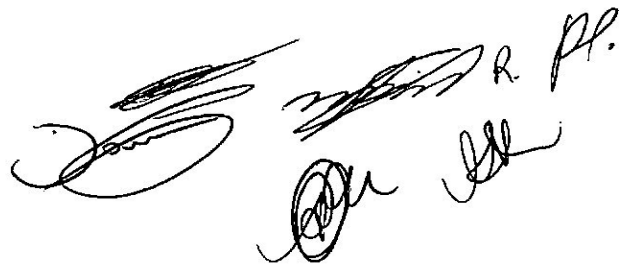
A sócia **MARINA PAIVA MANGIA**, acima qualificada, legítima possuidora de 15.000 (quinze mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada, totalizando R\$ 15.000 (quinze mil reais) retira-se da sociedade cedendo e transferindo integralmente suas cotas ao novo sócio admitido **LÁZARO ROBERTO DA SILVA**, devidamente acima qualificado, dando a cedente ao cessionário e dele recebendo ampla, geral e irrevogável quitação;

O sócio **MARCELO PAIVA MANGIA**, acima qualificado, legítimo possuidor de 15.000 (quinze mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada, totalizando R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) retira-se da sociedade, e também cede e transfere, como cedido e transferido tem, 12.000 (doze mil) cotas ao novo sócio recém admitido **LÁZARO ROBERTO DA SILVA**, anteriormente qualificado e 3.000 (três mil) cotas ao novo sócio **RAPHAEL SILVA REIS**, já qualificado alhures, dando a cedente ao cessionário e dele recebendo ampla, geral e irrevogável quitação.

**CEDENTES E CESSIONÁRIOS** trocam entre si a mais ampla, rasa, geral e irrevogável quitação, nada mais tendo a reclamar um do outro, a qualquer título, com referência a presente cessão.

Em decorrência da alteração supra, a Cláusula que versa sobre o capital social passa a ter a seguinte redação:

*“Cláusula Quinta: O capital social é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e totalmente integralizadas pelos sócios, nesta data, em moeda corrente, assim distribuída:*





<i>Sócio</i>	<i>Quotas</i>	<i>Valor R\$</i>	<i>%</i>
<b>LÁZARO ROBERTO DA SILVA</b>	27.000	27.000,00	90%
<b>RAPHAEL SILVA REIS</b>	3.000	3.000,00	10%
<b>Total</b>	<b>30.000</b>	<b>30.000,00</b>	<b>100%</b>

*Parágrafo primeiro: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro.*

*Parágrafo segundo: A participação dos sócios nos lucros e perdas da sociedade será diretamente proporcional ao número de quotas do capital social que possuir.*

## **B – Da Alteração da Administração**

A Sociedade anteriormente administrada por **MARINA PAIVA MANGIA E MARCELO PAIVA MANGIA**, ambos já qualificados anteriormente, passará a ser administrada pelo novo sócio **RAPHAEL SILVA REIS**, também já qualificados neste contrato social.

Desse modo, a Cláusula Oitava e o seu parágrafo terceiro do Contrato Social passa a vigor com a seguinte redação:

*“Cláusula Oitava: A administração da sociedade será exercida pelo sócio, **RAPHAEL SILVA REIS**, na qualidade de Administrador, detendo todos os poderes necessários para gerir e administrar a sociedade.”*

(...)

*Parágrafo terceiro: Todas as procurações outorgadas pela Sociedade serão sempre assinadas, exclusivamente, pelo sócio administrador.*

Os administradores declaram, sob as penas da Lei, não estar incurso em quaisquer das restrições previstas no parágrafo 1º do artigo 1.011 do Código Civil que o impeça de exercer a atividade de administração, não tendo, portanto, sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, não sendo, outrossim, impedido por lei especial.



## C - Da Consolidação do contrato social

Em decorrência das alterações supra expostas, para maior facilidade e clareza, os sócios resolvem consolidar o texto do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**RÁDIO RIO VERDE LTDA.**

CNPJ nº 03.890.462/0001-10

NIRE 31.205.991.420

### CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

**Cláusula Primeira:** A sociedade empresária limitada opera sob a denominação de **RÁDIO RIO VERDE LTDA.** e nome fantasia **FESTA FM**, sendo o presente Contrato Social regido pelas disposições legais aplicáveis às Sociedades Limitadas, e, supletivamente, pela Lei das Sociedades Anônimas.

### CAPÍTULO II - DA SEDE SOCIAL, DAS SUCURSAIS, FILIAIS OU AGÊNCIAS

**Cláusula Segunda:** A Sociedade tem sede e foro jurídico com sede Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Avenida Berenice Catão, s/nº, Bairro São Cristóvão, CEP 37443-000.

**Parágrafo único:** A Sociedade poderá, por decisão de seus sócios, abrir, transferir e/ou encerrar sucursais, filiais ou agências, em qualquer parte do território nacional.

### CAPÍTULO III - DO OBJETO SOCIAL

**Cláusula Terceira:** A sociedade terá por objeto social executar e explorar o serviço de radiodifusão sonora, mediante concessão ou permissão do Poder Concedente do Governo Federal no estrito seguimento da Legislação de Radiodifusão vigente, os objetos da sociedade se identificam com o que dispões o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que instituiu o regulamento de Radiodifusão sendo prioritário os programas de natureza



educativa, informativa, recreativa, e ao vivo, paralelamente com as atividades de publicidades comerciais compatíveis, para o suporte dos encargos da empresa e sua melhor dimensão técnica e artística, comunicação, promoções, vendas e publicidade, a produção e exploração de atividades de entretenimento e eventos em geral, produção de espetáculos de dança e produção musical.

#### CAPÍTULO IV - DA DURAÇÃO

**Cláusula Quarta:** A Sociedade tem prazo indeterminado de duração.

#### CAPÍTULO V - DO CAPITAL SOCIAL

**Cláusula Quinta:** "Cláusula Quinta: O capital social é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e totalmente integralizadas pelos sócios, nesta data, em moeda corrente, assim distribuída:

Sócio	Quotas	Valor R\$	%
LÁZARO ROBERTO DA SILVA	27.000	27.000,00	90%
RAPHAEL SILVA REIS	3.000	3.000,00	10%
Total	30.000	30.000,00	100%

**Parágrafo primeiro:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro.

**Parágrafo segundo:** A participação dos sócios nos lucros e perdas da sociedade será diretamente proporcional ao número de quotas do capital social que possuir.

**Cláusula Sexta:** Nos termos do artigo 1.056 do Código Civil Brasileiro, as quotas são indivisíveis em relação à Sociedade, e cada uma delas dará direito a um voto nas deliberações dos sócios.





L

**Cláusula Sétima:** As quotas do capital social são impenhoráveis, na forma da lei, por dívidas ou obrigações contraídas pelos sócios, e não poderão ser dadas em penhor ou serem oneradas por qualquer outra forma, sem a prévia aprovação, por escrito, dos sócios representando ao menos  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, sob pena de nulidade.

**Parágrafo Único:** As quotas são indivisíveis em relação a sociedade que, para cada uma delas, só reconhece um proprietário. As referidas quotas do capital são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiro ou Pessoas Jurídicas e qualquer alteração contratual fica sob a dependência da prévia autorização do Poder Concedente, como também qualquer transferência de quotas.

## **CAPÍTULO VI - DA ADMINISTRAÇÃO E DO USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

**Cláusula Oitava:** A administração da sociedade será exercida pelo sócio, **RAPHAEL SILVA REIS**, na qualidade de Administrador, detendo todos os poderes necessários para gerir e administrar a sociedade..

**Parágrafo primeiro:** O(s) administrador(es), além dos poderes gerais de administração previstos no caput, encontram-se revestidos dos mais amplos e plenos poderes para gerir a Sociedade em todos os assuntos de interesse social, podendo representá-la, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias de qualquer natureza, Juntas Comerciais estaduais, órgãos privados, ou qualquer outro no qual a Sociedade deva ser representada, em toda e qualquer jurisdição.

**Parágrafo segundo:** O(s) administrador(es) ficam ainda autorizados a, nos limites de seus poderes, nomear procurador e/ou destituir os existentes, através de Instrumento de Mandato, no qual serão fixados expressa e estritamente os poderes específicos outorgados, sendo sempre vedado o substabelecimento. O procurador estará sujeito às mesmas limitações que sejam impostas ao administrador.

**Parágrafo terceiro:** Todas as procurações outorgadas pela Sociedade serão sempre assinadas, exclusivamente, pelo sócio administrador.

Handwritten signatures of the administrator and secretary. The signature on the right is clearly labeled 'R. Reis'.

L

**Parágrafo quarto:** As procurações “ad negotia” outorgadas pela Sociedade terão sempre prazo determinado de validade, sob pena de nulidade, vedado seu substabelecimento. As procurações outorgadas a despachantes aduaneiros ou a advogados, para representação da Sociedade em processos administrativos e/ou judiciais, terão prazo de validade indeterminado, sendo permitido seu substabelecimento.

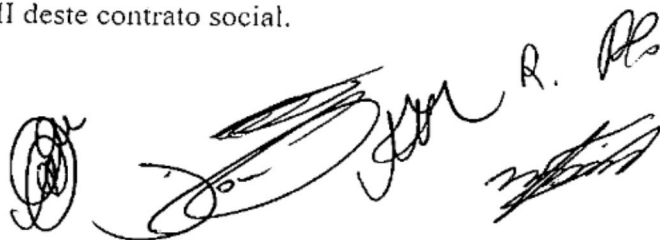
**Parágrafo quinto:** São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito, quaisquer atos praticados por procuradores ou por empregados da sociedade e em nome dela, que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da sociedade, tais como avais, fianças, endossos ou quaisquer outros documentos análogos que impliquem em compromissos ou responsabilidades para com a sociedade, a menos que tais atos tenham sido prévia e expressamente autorizados, por escrito, pelos sócios que representam, no mínimo,  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, sob pena de nulidade e responsabilização pessoal dos Administradores.

**Parágrafo sexto:** O uso da denominação é privativo dos administradores, conforme estipulado no artigo 1.064 do Código Civil.

**Parágrafo sétimo:** Para os cargos de gerente, sub-gerente, procurador, locutores e encarregados das instalações técnicas e os contratados como responsáveis pela orientação intelectual, educativa, informante ou recreante, somente serão admitidos brasileiros natos.

**Cláusula Nona:** O administrador declara, sob as penas da Lei, não estar incurso em quaisquer das restrições previstas no parágrafo 1º do artigo 1.011 do Código Civil que o impeça de exercer a atividade de administração, não tendo, portanto, sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, não sendo, outrossim, impedido por lei especial.

**Cláusula Dez:** Ao término de cada exercício social, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, conforme o disposto no artigo 1.065 do Código Civil, os quais serão apresentados pelo(a)s Administrador(a)s aos sócios durante a Reunião Anual estabelecida no capítulo VII deste contrato social.



L

**Parágrafo único:** Sem embargos da obrigação imposta a(o)(s) Administrador(a)(s) no caput, aos sócios resta facultado, a qualquer tempo, examinar os livros e documentos da sociedade, bem como todo e qualquer documento atinente à sua administração.

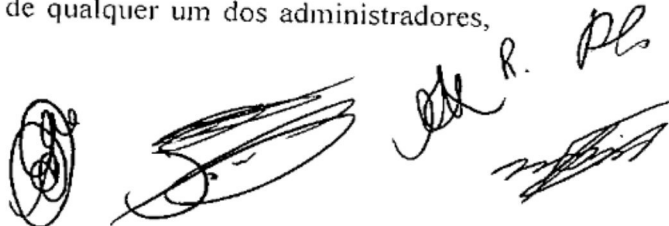
**Cláusula Onze:** A destituição do(a)(s) Administrador(a)(s) operar-se-á, a qualquer tempo, pela deliberação dos sócios, respeitando-se o quórum de aprovação previsto na Cláusula Quinze do presente Contrato Social.

## **CAPÍTULO VII - DAS REUNIÕES ANUAIS E DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS**

**Cláusula Doze:** Respeitando-se as disposições do artigo 1.072 e seus parágrafos do Código Civil, os sócios reunir-se-ão em Reunião Anual, sempre realizada nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de:

- (i) tomar e aprovar as contas dos administradores e deliberar sobre o inventário, o balanço patrimonial e de resultado econômico por eles apresentados, bem como outros documentos atinentes à gestão da Sociedade;
- (ii) destituir ou designar os administradores, e quando aplicável, indicar um novo administrador;
- (iii) deliberar sobre o modo de remuneração dos administradores não-sócios;
- (iv) modificar o presente Contrato Social;
- (v) decidir sobre a incorporação, fusão, cisão, dissolução da Sociedade, transformação em outro tipo societário ou a cessação de seu estado de liquidação;
- (vi) nomear e destituir liquidantes, bem como aprovar suas contas;
- (vii) pedir a Recuperação Judicial ou Extrajudicial da Sociedade;
- (viii) discutir qualquer outro assunto constante da ordem do dia;
- (ix) decidir sobre o aumento do capital social da Sociedade caso se verifique que a Sociedade precisa de recursos adicionais; e,
- (x) autorizar, se o Contrato Social não dispor em contrário, a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros.

**Parágrafo primeiro:** Além da Reunião Anual estabelecida no caput, poderão os sócios se reunir em outras oportunidades, mediante convocação de qualquer um dos administradores,

R. PL  






sempre que houver necessidade urgente de deliberação sobre qualquer das matérias previstas no caput.

**Parágrafo segundo:** A Reunião Anual ora estabelecida, bem como toda e qualquer outra reunião eventualmente convocada, nos termos do parágrafo primeiro supra, torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre as matérias que seriam delas objeto.

**Parágrafo terceiro:** As deliberações tomadas de conformidade com a lei e o presente contrato vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

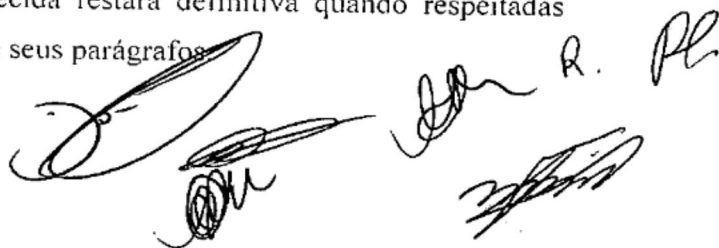
**Parágrafo quarto:** A Reunião Anual poderá estabelecer que outras resoluções, em adição àquelas mencionadas acima, estarão sujeitas à prévia aprovação dos sócios. Tais resoluções adicionais deverão ser notificadas a(o)(s) Administrador(a)(s) por escrito.

**Cláusula Treze:** A convocação pelo(a)(s) Administrador(a)(s) da Reunião Anual ou de outra eventualmente necessária se fará mediante (i) envio de mensagem eletrônica, com confirmação de leitura, ao endereço de e-mail pessoal de todos os sócios da Sociedade, e/ou (ii) envio de carta, com aviso de recebimento, ao endereço indicado no preâmbulo do Contrato Social, e/ou (iii) entrega, em mãos, ao sócio mediante protocolo, e/ou (iv) afixação de edital de convocação em mural na sede da Sociedade, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em primeira convocação e 08 (oito) dias em segunda.

**Parágrafo primeiro:** Na mensagem e no edital de convocação restará consignado, obrigatoriamente, a data, o horário e o local de realização da reunião, bem como a lista das matérias a serem deliberadas em tal oportunidade.

**Parágrafo segundo:** Do edital de convocação para a Reunião Anual, obrigatoriamente, constará que estarão à disposição dos sócios na sede da Sociedade cópia autenticada do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, elaborados pelo(a)(s) Administrador(a)(s) no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício, a fim de que os sócios possam deles tomar pleno conhecimento, sob pena de nulidade da convocação.

**Parágrafo terceiro:** A convocação ora estabelecida restará definitiva quando respeitadas todas as disposições estabelecidas nesta cláusula e seus parágrafos.



**Parágrafo quarto:** A Reunião Anual ou qualquer outra regularmente convocada se instaurará, em primeira convocação, com a presença da unanimidade do capital social e, em segunda, com, no mínimo, maioria simples.

**Parágrafo quinto:** Qualquer dos sócios poderá fazer-se representar por outro sócio ou por advogado desde que devidamente constituído por instrumento público ou particular de mandato com poderes específicos para representação do outorgante na dita Reunião, devendo o instrumento, obrigatoriamente, ser levado para registro, juntamente com a Ata.

**Parágrafo sexto:** Dispensam-se as formalidades de convocação estabelecidas nesta cláusula, o comparecimento voluntário de todos os sócios, ou a declaração escrita de cada um deles quanto à ciência da Reunião, especialmente do local, data, hora e ordem do dia.

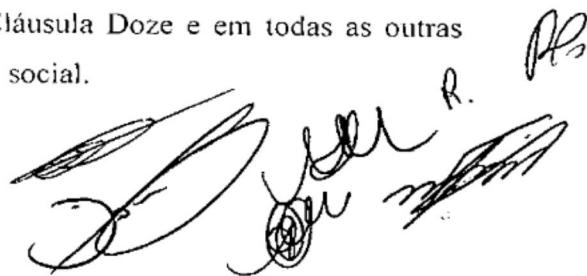
**Parágrafo sétimo:** A Reunião Anual também poderá ser convocada pelos sócios, sempre que o(a)s Administrador(a)s retardar a convocação por mais de sessenta dias. Ademais, poderão os sócios conjuntamente, convocar reuniões a qualquer tempo, sempre que restar essencial à Sociedade, através de convocação fundamentada e nos moldes exigidos por esta cláusula e seus parágrafos.

**Cláusula Quatorze:** Todas as reuniões serão presididas e secretariadas por sócios escolhidos entre os presentes.

**Parágrafo primeiro:** Dos trabalhos e deliberações será lavrada, no Livro de Ata de Reuniões, ata assinada pelos membros da mesa e pelos sócios participantes da reunião, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 1.074 do Código Civil.

**Parágrafo segundo:** Cópia da ata prevista no parágrafo anterior, autenticada pela mesa, poderá ser, a exclusivo critério dos sócios, nos vinte dias subseqüentes à reunião, apresentada para registro, arquivamento e averbação, podendo ser entregue, ainda, cópia autenticada ao sócio que a solicitar.

**Cláusula Quinze:** As deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos correspondentes a  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social nos casos previstos na Cláusula Doze e em todas as outras matérias, pelos votos correspondentes a maioria do capital social.



## CAPÍTULO VIII - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

**Cláusula Dezesseis:** O exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º (primeiro) de janeiro, terminando em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. Os lucros poderão ser distribuídos mais de uma vez por ano e antecipadamente mediante deliberação dos sócios.


## CAPÍTULO IX - DA RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO A UM SÓCIO

**Cláusula Dezesete:** No caso de retirada, falecimento, insolvência ou decretação de incapacidade de sócio, os sócios serão substituídos por seus herdeiros e sucessores diretos na ordem de sucessão, sem necessidade de anuência dos demais, salvo se os sócios remanescentes, detentores de no mínimo 3/4 (três quartos) do capital social, optarem pela liquidação da sociedade.

**Parágrafo primeiro:** Poderão os sócios, representativos de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social, por incapacidade superveniente de um dos sócios, nos termos do artigo 1.030 do Código Civil, ou, ainda, entendendo que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, excluí-los da Sociedade, mediante o arquivamento do respectivo Instrumento de Alteração do Contrato Social. São considerados atos de inegável gravidade, incluindo, mas não se limitando a (i) assunção de obrigações que não coadunem com a finalidade da Sociedade; (ii) desvio de recursos, contratos, projetos, potenciais negócios da Sociedade; (iii) não cumprimento das obrigações assumidas perante a Sociedade, (iv) a prática de atos que, direta ou indiretamente, possam prejudicar os interesses da Sociedade; (v) a comprovada incompatibilidade de um sócio com os demais; (vi) competição ou concorrência desleal com a Sociedade.

**Parágrafo segundo:** Será de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido ou cuja quota tenha sido liquidada.

**Parágrafo terceiro:** Poderá qualquer Sócio retirar-se da Sociedade, mediante notificação dos demais Sócios, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultado aos Sócios remanescentes: (i) adquirirem as quotas do Sócio Retirante, na proporção de suas





participações no capital social e nas mesmas condições de pagamento previstas para aquisição pela Sociedade ou (ii) optarem, nos 30 (trinta) dias subsequentes à notificação, pela dissolução da Sociedade.

**Parágrafo quarto:** Nos casos em que a Sociedade se resolver em relação a um sócio, o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base no valor de mercado, que significa o valor apurado, em conjunto, pelos sócios, e, caso não haja um acordo quanto ao valor, aquele estipulado por uma empresa de auditoria de primeira linha, escolhida de comum acordo pelos sócios, e, na ausência de acordo entre os sócios, a definição caberá ao Conselho Consultivo, em uma avaliação realizada levando em consideração, pelo menos, três métodos de avaliação: a) múltiplos de lucro bruto (antes dos impostos); b) múltiplos de LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações); c) valor do patrimônio líquido; ambos levando em consideração o resultado dos últimos três anos de operação da Sociedade. O Valor de Mercado da Sociedade será a média do resultado dos três métodos. Os custos da avaliação serão suportados pela Sociedade. O laudo de avaliação deverá ser concluído no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir do fato.


**Parágrafo quinto:** Operada a resolução prevista no parágrafo antecedente, o capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os sócios remanescentes optarem por suprir o valor da quota liquidada, na proporção de sua participação no capital social.

**Parágrafo sexto:** A quota liquidada em face da resolução prevista no parágrafo quarto supra citado, será paga pela Sociedade em dinheiro, em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após a conclusão do laudo de avaliação previsto no parágrafo quarto desta Cláusula.

**Parágrafo sétimo:** A retirada, exclusão ou morte do sócio não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até 02 (dois) anos depois de averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, quais sejam, retirada e exclusão, pelas obrigações posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

## CAPÍTULO X - DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

R. R.





2

**Cláusula Dezoito:** É absolutamente vedada a qualquer dos sócios a cessão, transferência a cônjuge em razão de separação e/ou divórcio e/ou dissolução de união estável, alienação, doação, exceto na hipótese do parágrafo sexto desta Cláusula, ou quaisquer outros atos que representem cessão ou transferência de propriedade, total ou parcial, das quotas sociais das quais forem titulares, sem prévio oferecimento, por escrito, aos demais sócios, para que possam exercer, no prazo de 90 (noventa) dias, o direito de preferência para a sua aquisição, em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas, no valor definido por auditoria específica levantada para este fim, conforme disposto no parágrafo quarto da Cláusula Dezesete, na proporção de sua participação no capital social.

**Parágrafo primeiro:** Na hipótese de algum sócio optar por deixar de exercer o direito de preferência estabelecido no caput, este direito será imediatamente transferido aos demais sócios que se interessarem na aquisição das quotas livres.

**Parágrafo segundo:** Não adquiridas as quotas pelos sócios, nos termos desta cláusula e seu parágrafo primeiro, e caso as mesmas restem cedidas ou transferidas a terceiros, poderão os sócios remanescentes, por decisão da maioria simples, impedir o ingresso na Sociedade de qualquer pessoa que tenha algum impedimento legal, que pratique ou tenha praticado qualquer atividade que, direta ou indiretamente, possa representar ou ter representado concorrência às atividades exercidas pela presente Sociedade, ou, ainda, por ausência de affectio societatis, aplicando-se à situação o parágrafo segundo e as demais disposições da cláusula antecedente.

**Parágrafo quinto:** Se o sócio ("Ofertante") ofereceu suas quotas aos outros sócios ("Sócios Remanescentes") conforme previsão do caput, mas a oferta não foi aceita à época pelos Sócios Remanescentes, o Ofertante estará livre para oferecê-las a terceiros, desde que sempre: (i) seja concedido ao Sócio Remanescente, uma segunda oportunidade e tempo suficiente para igualar a oferta de terceiro e adquirir as quotas pelos mesmos termos e condições propostos pelo terceiro e, apenas se o Sócio Remanescente não quiser igualar a oferta, o Ofertante então poderá prosseguir com a venda; e (ii) caso haja a intenção de ceder ou transferir as quotas a um terceiro, o Sócio Remanescente, por decisão da maioria simples do capital social, poderá impedir o ingresso na Sociedade de qualquer pessoa que tenha algum impedimento legal, que pratique ou tenha praticado qualquer atividade que, direta ou indiretamente, possa representar ou ter representado concorrência às atividades exercidas pela presente Sociedade, ou, ainda,

R. PL



por ausência de affectio societatis, aplicando-se à situação o parágrafo segundo e as demais disposições da cláusula antecedente.

**Parágrafo sexto:** O direito de preferência disposto nesta Cláusula e seus parágrafos não se aplicará somente na hipótese de doação das quotas aos herdeiros do Sócio.

## **CAPÍTULO XI - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

**Cláusula Dezenove:** A presente Sociedade restará dissolvida, de pleno direito, quando ocorrer (i) deliberação dos sócios, respeitado o quorum estabelecido neste contrato, ou (ii) a falta de pluralidade dos sócios, não reconstituída no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**Cláusula Vinte:** A Sociedade poderá ser dissolvida, ainda, judicialmente, a requerimento de qualquer dos sócios, quando (i) anulada a sua constituição, ou (ii) exaurido o fim social ou verificada a sua inexecutibilidade.

**Cláusula Vinte e Um:** Operada a dissolução prevista neste capítulo, serão aplicadas as cláusulas do presente Contrato Social e, subsidiariamente, no que for aplicável as disposições do Código Civil.

## **CAPÍTULO XII - DA ALTERAÇÃO DO PRESENTE CONTRATO SOCIAL**

**Cláusula Vinte e Dois:** Qualquer alteração no presente Contrato Social deverá, para que produza seus regulares efeitos perante terceiros, ser arquivada perante o Registro Competente, à margem do presente ato constitutivo, através de Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social, o qual será tido como válido com a assinatura dos sócios que representem  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social.

## **CAPÍTULO XIII - DO FORO**

**Cláusula Vinte e Três:** Para discussão de todas as questões ou controvérsias oriundas da interpretação deste contrato, os sócios elegem, desde logo, o Foro da Comarca de Baependi, Estado de Minas Gerais, renunciando os sócios expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.



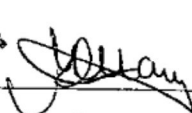
## CAPÍTULO XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Cláusula Vinte e Quatro:** O sócio administrador, no exercício de suas funções, fará jus, individualmente a uma retirada a título de "pró-labore", que será determinada de comum acordo entre os sócios, obedecendo-se às determinações e normas da legislação tributária/fiscal pertinente ao assunto.

**Cláusula Vinte e Cinco:** Independentemente do disposto ao longo deste contrato social, obrigam-se os sócios a respeitar todos e quaisquer Acordos de Quotistas depositados na Sociedade.

E, por estarem justos e contratados, declarando conhecer todas as disposições aqui inscritas, firmam os sócios o presente instrumento particular de alteração e consolidação contratual da sociedade empresária limitada – CONTRATO SOCIAL, em 03 (três) vias de idêntico teor e forma, na presença de ambas as testemunhas ao final assinadas.

Baependi (MG), 17 de agosto de 2015.

  
Marina Paiva Mangia

Sócia Retirante

  
Marcelo Paiva Mangia


Sócio Retirante

  
LÁZARO ROBERTO DA SILVA

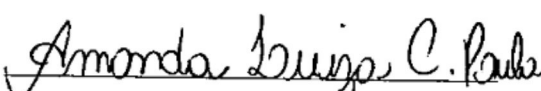
Sócio Admitido

  
RAPHAEL SILVA REIS

Sócio Admitido / Administrador

  
André Ribeiro Silva  
ADVOGADO  
OAB/MG 126.069

Testemunhas:

1. 

Nome:

RG: 17.174.159

2. 

Nome: Daniel Silva Rodriguez

RG: 53.664.461-5 SSP/SP

Cartório do 1º Ofício de Notas  
Caxambu Minas Gerais

Reconheço por semelhança a(s) firma(s)  
Marina Paiva Mangia, Marcelo  
Paiva Mangia, Lázaro Roberto da  
Silva e Raphael Silva Reis -

Caxambu, 20/08/2015

Ana Maria B. da Silva Escrivente Autorizada



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6347619 em 09/11/2017 da Empresa RADIO RIO VERDE LTDA, Nire 31205991420 e protocolo 172051240 - 31/10/2017. Autenticação: CDBDEF5AA293B22141A456211AC317D88FF3367. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/205.124-0 e o código de segurança Lz9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/11/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

SEI 33000.660382/2015-727 pg. 20

pág. 17/17





## Certidão Específica

A Secretária-Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais **CERTIFICA**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013, a requerimento, conforme protocolo de número **17/533.154-5**, que consta no Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **RADIO RIO VERDE LTDA, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA**, NIRE 3120599142-0, CNPJ 03.890.462/0001-10, ATIVA, com sede na AVENIDA BERENICE CATAO, 0, BAIRRO SAO CRISTOVAO, BAEPENDI/MG, com dados que em resumo a seguir se especificam:

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
CONSTITUICAO/CONTRATO	23/06/2000	31205991420	14/06/2000
ORDEM JUDICIAL INDISPONIBILIDADE DE COTAS	07/05/2004	3164725	20/04/2004
ORDEM JUDICIAL REVOGACAO DE DETERMINACAO JUDICIAL	23/02/2005	3288636	13/01/2005
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	04/01/2007	3669069	26/12/2006
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	03/06/2009	4140144	23/12/2008
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	28/01/2010	4286801	28/12/2009
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	01/03/2011	4545073	24/01/2011
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	29/06/2011	4642444	02/04/2011
ALTERACAO CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR	09/11/2017	6347619	17/08/2015

Certifica, por derradeiro, serem estes os únicos atos registrados nesta Junta Comercial até a presente data.



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## Certidão Específica

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Nada mais.

Belo Horizonte, 20 de Novembro de 2017.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL



## Consulta Geral - FM

## Identificação do Canal PB

UF: MG  
Município: Baependi  
Frequência: 106,3 MHz  
Classe: A4  
Canal: 292

Distrito:  
Sub Distrito:  
Local Específico:  
Fase: 3 - Licenciada

## Dados da Entidade

Entidade: RADIO RIO VERDE LTDA  
Nome Fantasia: FESTA FM  
Nº Estação: 323735746  
Primeiro Licenciamento: 23/11/2009 15:38:47

Fistel: 50012011282  
CNPJ: 03.890.462/0001-10  
Situação: Entidade não possui débitos  
Último Licenciamento: 23/11/2009 15:38:47

## Dados do Plano Básico

## Ocupante do Canal

Entidade: RADIO RIO VERDE LTDA  
Fase: 3 - Licenciada

Nº Fistel: 50012011282

## Coordenadas Geográficas do Município

Município: \_\_\_\_\_  
Latitude: \_\_\_\_\_ Longitude: \_\_\_\_\_ Raio: \_\_\_\_\_

## Coordenadas Geográficas

Latitude: \_\_\_\_\_ ° \_\_\_\_\_ ' \_\_\_\_\_ " \_\_\_\_\_ Sul ▾ ◀  
Longitude: \_\_\_\_\_ ° \_\_\_\_\_ ' \_\_\_\_\_ " \_\_\_\_\_ ◀

Local Específico: \_\_\_\_\_

Coordenada pré-fixada?: Não ▾ ◀

## Características

Canal: 292  
Classe: ▾ ◀

Frequência: 106,3  
Canal Educativo?: ▾ ◀

## Limitações

Limitações: ☐ Sim ☐ Não

## &gt;&gt;Inclusão de limitações

Tipo	Dir.Inicial(graus)	Dir.Final(graus)	Altura(m)	ERP(KW)
<input type="radio"/> Azimute <input checked="" type="radio"/> Setor	_____	_____	_____	_____ <input type="checkbox"/> Nulo
<input type="radio"/> Azimute <input checked="" type="radio"/> Setor	_____	_____	_____	_____ <input type="checkbox"/> Nulo

## Potência Determinada

Não possui Potência Determinada.

## Histórico / Observações

Histórico:

SSC14/96;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO Nº 67.359, DE 28/09/2007, PUBLICADO NO DOU. DE 01/10/2007.

Máximo: 250 Digitados: 95

Observação:

Coordandas Pré-fixadas: 21S5837;44W5312.

Máximo: 250 Digitados: 40

## Dados da Outorga

## Dados da Entidade

CNPJ: \_\_\_\_\_

Pesquisar

Razão Social: RADIO RIO VERDE LTDA

Nome Fantasia: \_\_\_\_\_ Tipo de Usuário: Integral

## Endereço Sede

País:	Logradouro:	Bairro:	Estado:
Número do CEP:	Complemento:	SubDistrito:	
Número:	Distrito:	Fax: 35 33431960	
Município:			
Telefone: 35 33431960			

## Endereço de Correspondência

País:	Logradouro:	Bairro:	Estado:
Número do CEP:	Complemento:	SubDistrito:	
Número:	Distrito:		
Município:			

Telefone: Fax: E-mail: **Nome Fantasia****Nome Fantasia****Dados da Outorga****SCRAD Jurídico:** **Data Publicação**  
**Contrato/Convênio:** **SCRAD Técnico:** **Data Limite Instalação:** **Número do Processo:** **Fistel:** 

- ☐ Documentos Emitidos
- ☐ Característica da Estação Instalada
- ☐ Dados do Licenciamento



BOM DIA  
Kenia da Silva VieiraSistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.890.462/0001-10

**RADIO RIO VERDE LTDA**

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO PAIVA MANGIA	<a href="#">040.725.326-22</a>	RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi
MARINA PAIVA MANGIA	<a href="#">040.825.776-88</a>	RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi

Usuário: **keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira**Data: **06/02/2018**Hora: **10:40:12**

BOM DIA  
Kenia da Silva VieiraSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 040.725.326-22

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARCELO PAIVA MANGIA	<a href="#">040.725.326-22</a>	RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi

Usuário: **keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira**Data: **06/02/2018**Hora: **10:40:29**

BOM DIA  
Kenia da Silva VieiraSistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 040.825.776-88

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARINA PAIVA MANGIA	<a href="#">040.825.776-88</a>	RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Sócio	15000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi

Usuário: **keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira**Data: **06/02/2018**Hora: **10:40:46**

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão - Serad

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS****RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

<b>Processo nº 53000.060582/2013-72</b>		
<b>Entidade:</b> Rádio Rio Verde Ltda- ME.	<b>CNPJ: 03.890.462/0001-10</b>	
<b>Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM</b>	<b>Localidade:</b> Baependi	<b>UF:</b> MG
<b>Validade da Outorga:</b> vencida	<b>Período: 22.01.2014 à 22.01.2024</b>	

<b>1. REQUISITOS MÍNIMOS</b>		
<b>1.1. DOCUMENTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>PG(s).</b>
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none"><li>- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;</li><li>- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;</li><li>- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;</li><li>- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;</li><li>- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;</li><li>- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;</li></ul>	OK	Requerimento (0080625) 1/4 Ficha limpa (1983627)
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	(0673078)3/8

<b>2. RELATIVOS À ENTIDADE</b>			
	<b>2.1. DOCUMENTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>PG(s).</b>
<b>HABILITAÇÃO JURÍDICA</b>	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	(2320035) 1/39
	2.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	2320041
<b>QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA</b>	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	(2320038) 1/2
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	0965258

REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	2232396
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	Municipal (0054937)32 Uniao( 0054937)29 Estadual (0367291)4
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	2232563
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	(0054937)30
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	0965257
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	1612596

## 2.2. NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA CESSIONÁRIA

2.2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
<b>2.2.1.1. Declaração, firmada pelos dirigentes da Cessionária e da Pessoa Jurídica sócia, de que:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;</li> <li>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;</li> <li>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.</li> </ul>	Não se aplica	
2.2.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;	Não se aplica	

### Observações:

## CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
<b>NOME:</b> Kênia Vieira <b>CARGO:</b> Assistente Técnico	06/02/2018

**NOTA TÉCNICA Nº 11556/2018/SEI-MCTIC**

**Processo nº** 53000.060582/2013-72

**Assunto:** EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Radio Rio Verde Ltda. - ME, relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Baependi, estado de Minas Gerais, referente ao período de 22.01.2014 à 22.01.2024.

---

**ANÁLISE**

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido a que se refere o parágrafo 1 chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD que, nos termos da Nota Técnica n.º 21.538/2017/SEI-MCTIC (evento SEI n.º2232606), concluiu pela intimação da Interessada, com vistas à apresentação de documentos necessários ao bom andamento dos autos. A Interessada, por meio de documentação autuada sob o n.º 01250.064838/2017-07, apresentou, prontamente, os documentos solicitados.

3. Apesar da Interessada ter, diligentemente, apresentado os documentos exigidos por esta Pasta, se verifica que os autos não se encontram instruídos com todos os documentos atualmente exigidos pela legislação específica de radiodifusão. Isto porque, entre a expedição da citada Nota Técnica n.º 21.538/2017 (contendo a última exigência formulada por esta Pasta), a apresentação dos documentos pela Interessada e a efetivação da análise que ora se realiza, houve o exsurgimento de nova regulamentação, a saber, o Decreto n.º 9.138/2017, o qual alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795/1963.

4. Com o advento do referido Decreto n.º 9.138/2017 foram acrescidos novos documentos no rol daqueles que devem ser exigidos para instrução dos pedidos de renovação de outorga. Por essa razão, e considerando que as inovações trazidas devem ser aplicadas a todos os pleitos que se encontram em trâmite nesta Pasta, ainda pendentes de decisão definitiva, entende-se que a Interessada deve apresentar os seguintes documentos, sem os quais o pleito não poderá ter prosseguimento:

4.1. Declaração, firmada pelo Sr. Raphael Silva Reis (administrador da pessoa jurídica da Interessada), de que:

I - Nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto da renovação, nem de outras pessoas jurídicas executantes do serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967;

II - Nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra



foro especial;

III - A Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

IV - A Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

V - A Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga

**Observação:** A declaração a ser apresentada deve ser firmada exclusivamente pelo Sr. Raphael Silva Reis, sendo vedada a apresentação de declaração subscrita por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração

5. Ademais, se verifica da documentação acostada ao feito, especialmente, do balanço patrimonial relativo ao exercício social de 2016 (evento SEI n.º2320038), que este se encontra irregular, pois não apresenta a firma do representante legal da sociedade, mas apenas do técnico em contabilidade, contrariando assim o que preconiza o § 2º do art. 1.184, do Código Civil. Diante disso, e considerando o lapso de tempo decorrido, sobretudo, o fato do exercício social de 2017 ter, nesse ínterim, se encerrado, entende-se que, a Interessada deve apresentar, também, o seguinte documento:

5.1. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (**2017**), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.

## CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados nos parágrafos 4 e 5, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 18/05/2018, às 10:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2986894** e o código CRC **36263056**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 19971/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

RADIO RIO VERDE LTDA. (03.890.462/0001-10)

Avenida Berenice Catão, s/ n, Caixa Postal 16º - Bairro São Cristóvão

37.443-000 Baependi/MG

**Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.060582/2013-72.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 11.556/2018/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 18/05/2018, às 10:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2987187** e o código CRC **B0DCD6E7**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 19971/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.060582/2013-72 - Nº SEI: 2987187

**Data de Envio:**

18/05/2018 14:05:39

**De:**

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos\_ren@mctic.gov.br>

**Para:**

adv.andreribeirosilva@gmail.com  
andre@ribeiroedamasceno.com.br

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: 53000.060582/2013-72

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_2986894.html  
Oficio\_2987187.html

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR COORDENADOR DO SUBGRUPO LEGAL DE  
PÓS-OUTORGA**

**Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.060582/2013-72.**

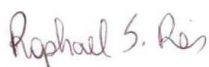
**Ofício nº 19971/2018/SEI-MCTIC**

A **RÁDIO RIO VERDE LTDA.**, já qualificada nos autos epigrafados do processo de renovação de outorga, vem perante Vossa Excelência requerer juntada dos documentos solicitados no ofício sob referência, requerendo, desde já, prosseguimento do presente processo de renovação de outorga.

Nestes termos,

Pede-se deferimento.

Baependi (MG), 14 de junho de 2018



**RAPHAEL SILVA REIS**

Representante Legal

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS**

**Ref. Proc. nº 53000.060582/2013-72.**

**Ref. Ofício 19971/2018/SEI-MCTIC**

### **DECLARAÇÃO**

A **RÁDIO RIO VERDE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.890.462/0001-10, com sede na Avenida Berenice Catão, s/nº, Bairro São Cristóvão, Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, CEP 37443-000, neste ato representada por seu sócio administrador **RAPHAEL SILVA REIS**, brasileiro, solteiro, estudante, filho de Lázaro Roberto da Silva e Adriana Regina dos Reis Silva, nascido em 03/04/1993, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.824.707, inscrito no CPF sob o nº 101.988.526-22, residente e domiciliado na Rua Antônio Lisboa de Carvalho, nº 21, Bairro Estação, Campanha – MG, CEP 37.400-000, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Baependi, Estado de Minas Gerais, conforme Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, **DECLARA** para os devidos fins que:

I - Nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto da renovação, nem de outras pessoas jurídicas executantes do serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967;

II - Nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

III - A Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

IV - A Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

R.

V - A Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga.

Por ser verdade,

Firma-se a presente.

Baependi (MG), 30 de maio de 2018.


**RAPHAEL SILVA REIS**

CPF 101.988.526-22



Representante Legal

**CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE ITAJUBÁ-MG**  
Rua Prefeito Tygo Maia, 18 - Centro - Itajubá - MG  
Tel./fax. (35) 3822-1722 Delª Francisca Marcel dos Cordeiros

Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de  
RAPHAEL SILVA REIS.

\*\*\*\*\*  
Itajubá - MG, 14/06/2018.

MAKIRIA DE MELO AZEVEDO - ESCRIVENTE  
EMOL.: 4,53 TFJ.: 1,49 REQ.: 0,27 TOTAL R(\$): 6,29



Empresa: **RADIO RIO VERDE LTDA-ME**  
 CNPJ: 03.890.462/0001-10  
 Balanço encerrado em: 31/12/2017

Folha: 0001

# **BALANÇO PATRIMONIAL**

Descrição	Saldo Atual
<b>ATIVO</b>	<b>214.956,06D</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>199.330,58D</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>199.330,58D</b>
<b>CAIXA</b>	<b>199.330,58D</b>
CAIXA GERAL	199.330,58D
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>15.625,48D</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>15.625,48D</b>
<b>MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS</b>	<b>15.625,48D</b>
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	15.625,48D
<b>PASSIVO</b>	<b>214.956,06C</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>9.320,21C</b>
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>6.610,55D</b>
<b>TÍTULOS A PAGAR</b>	<b>6.610,55D</b>
PARCELAMENTOS	5.583,13D
PARCELAMENTO SIMPLES	1.027,42D
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	<b>9.827,76C</b>
<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER</b>	<b>9.827,76C</b>
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER	4.222,08C
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER	2.721,08C
PIS A RECOLHER	265,87C
COFINS A RECOLHER	1.002,36C
SIMPLES A RECOLHER	1.705,40C
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	89,03D
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>6.103,00C</b>
<b>OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL</b>	<b>2.879,41C</b>
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	2.879,41C
<b>OBRIGAÇÕES SOCIAIS</b>	<b>3.223,59C</b>
INSS A RECOLHER	1.811,82C
FGTS A RECOLHER	1.411,77C
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>205.635,85C</b>
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>205.635,85C</b>
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>205.635,85C</b>
LUCROS ACUMULADOS	205.958,62C
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	322,77D

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2017 TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R\$ 214.956,06 (duzentos e quatorze mil novecentos e cinquenta e seis reais e seis centavos)

RAPHAEL SILVA REIS  
 SOCIO ADMINISTRADOR  
 CPF: 101.988.526-22

PEDRO PAIM TELES  
 Reg. no CRC - MG sob o No. 21772  
 CPF: 096.345.416-15

2º OFÍCIO DE NOTAS	Reconheço por semelhança a(s) firma(s) <u>Pedro Paim Teles</u>
	<u>Teles</u>
Caxambu - MG Tabelião Substituto Mônica Vieira Nogueira de Sá	Caxambu, <u>29/05/2018</u> Em testº <u>[assinatura]</u> da verdade



Empresa: RADIO RIO VERDE LTDA-ME  
CNPJ: 03.890.462/0001-10

Folha: 0001  
Número livro: 0001

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017

RECEITA BRUTA		
SERVIÇOS PRESTADOS	140.061,74	<u>140.061,74</u>
DEDUÇÕES		
(-) ICMS	(1.178,08)	
(-) SIMPLES	(8.403,71)	<u>(9.581,79)</u>
RECEITA LÍQUIDA		<u>130.479,95</u>
LUCRO BRUTO		<u>130.479,95</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(37.838,59)</u>
DESPESAS COM VENDAS		
MANUTENÇÃO E REPARO	(2.013,00)	
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(1.350,00)	<u>(3.363,00)</u>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
SALÁRIOS E ORDENADOS	(25.303,02)	
FÉRIAS	(3.017,64)	
FGTS	(2.076,20)	
TAXAS DIVERSAS	(67,23)	
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(148,00)	
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(3.863,50)	<u>(34.475,59)</u>
RESULTADO OPERACIONAL		<u>92.641,36</u>
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		<u>92.641,36</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>92.641,36</u>

RAPHAEL SILVA REIS  
SOCIO ADMINISTRADOR  
CPF: 101.988.526-22

PEDRO PAIM TELES  
Reg. no CRC - MG sob o No. 21772  
CPF: 096.345.416-15

2º OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) Pedro Paim Teles

Caxambu - MG  
Tabelião Substituto  
Mônica Vieira Nogueira de Sá

Caxambu, 29/05/2018  
Ernesto da verdade





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **RADIO RIO VERDE LTDA**

**CNPJ:**           **03.890.462/0001-10**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:30:00 do dia 15/06/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 15/07/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.890.462/0001-10

### RADIO RIO VERDE LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LAZARO ROBERTO DA SILVA	<a href="#">681.769.536-87</a>	RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Sócio	27000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi
RAPHAEL SILVA REIS	<a href="#">101.988.526-22</a>	RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Sócio	3000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 15/06/2018

Hora: 16:30:31



Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 681.769.536-87

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
LAZARO ROBERTO DA SILVA	<a href="#">681.769.536-87</a>	RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Sócio	27000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 15/06/2018

Hora: 16:30:40





Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 101.988.526-22

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RAPHAEL SILVA REIS	<a href="#">101.988.526-22</a>	RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Baependi
		RADIO RIO VERDE LTDA	<a href="#">03.890.462/0001-10</a>	Sócio	3000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Baependi

Usuário: **claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida**Data: **15/06/2018**Hora: **16:30:51**

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

<b>Processo nº</b> 53000.060582/2013-72		
<b>Entidade:</b> Rádio Rio Verde Ltda-	<b>CNPJ:</b> 03.890.462/0001-10	
<b>Executante do serviço de radiodifusão FM</b>	<b>Localidade:</b> BAEPENDI	<b>UF:</b> MG
<b>Validade da Outorga:</b> VENCIDA	<b>Período:</b> 2014-2024	

<b>1. REQUISITOS MÍNIMOS</b>		
<b>1.1. DOCUMENTOS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>PG(s).</b>
<b>1.1.1.</b> Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	0965254
<b>1.1.2.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	OK	3065080
<b>1.1.3.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	OK	3065080
<b>1.1.4.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	OK	3065080
<b>1.1.5.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	OK	3065080
<b>1.1.6.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	OK	3065080
<b>1.1.7.</b> Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar n.º 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	PENDENTE	1983627 (DESATUALIZADA POR MUDANÇA DE ADMINISTRADOR)
<b>1.2.</b> Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	3071500



2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	2320035 2634807
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	PENDENTE	2320041 desatualizada
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	2320038 SEM ASSINATURA
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	0965258
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	2232396
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	31 (0054937)
			4 (0367291)
			32 (0054937)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	3071500
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	29 (0054937)
			30 (0054937)
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	0965257
	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	1612596
Observações:			

### CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Cláudia Franco CARGO: Técnico de Nível Superior III	15/06/2018

**NOTA TÉCNICA Nº 13867/2018/SEI-MCTIC**

**Processo nº** 53000.060582/2013-72

**Assunto:** EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Radio Rio Verde Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Baependi, estado de Minas Gerais, referente ao período de 22.01.2014 à 22.01.2024.

---

**ANÁLISE**

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 11556/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 2986894), concluiu pela expedição do Ofício n.º 19971/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 2987187), à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 01250.033420/2018-21, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI n.º 3071534), restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. declaração, firmada pelo representante legal da interessada (**Sr. Raphael Silva Reis**) - **vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração** -, conforme requerimento padrão anexo (evento SEI nº 3146349), de que:

a) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa).

OBS: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea *j* deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

3.2. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade;

3.3. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que

comproven a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura, **ASSINADO PELO CONTADOR (A) E PELO ADMINISTRADOR DA ENTIDADE, nos termos do § 2º do art. 1.184, do Código Civil.**

---

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 11/07/2018, às 19:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3071613** e o código CRC **A9136DB5**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 53000.060582/2013-72

SEI nº 3071613



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 23937/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

**RÁDIO RIO VERDE LTDA. (CNPJ Nº 03.890.462/0001-10)**

Avenida Berenice Catão, s/ n, Caixa Postal 16º - Bairro São Cristóvão

37.443-000 Baependi/MG

**Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.060582/2013-72.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 13867/2018/SEI-MCTIC e do Requerimento evento SEI nº 3146349, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 11/07/2018, às 19:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3071748** e o código CRC **6FCB1D0B**.



## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	( ) Radiodifusão sonora	( ) em frequência modulada ( ) em ondas curtas ( ) em ondas médias ( ) em ondas tropicais	
	( ) Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios

diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

(b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.

(d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

(e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

(f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do representante legal**



## ANEXO

### DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA

**RELATIVOS À  
PESSOA  
JURÍDICA**

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

**Data de Envio:**

12/07/2018 10:50:12

**De:**

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos\_ren@mctic.gov.br>

**Para:**

adv.andreribeirosilva@gmail.com  
andre@ribeiroedamasceno.com.br

**Assunto:**

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

**Mensagem:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES&#8203;

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.060582/2013-72

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_3071748.html  
Nota\_Tecnica\_3071613.html  
Requerimento\_3146349\_REQUERIMENTO\_DE\_RENOVACAO\_DE\_OUTORGA\_\_2018.pdf

Empresa: **RADIO RIO VERDE LTDA-ME**  
 CNPJ: 03.890.462/0001-10  
 Balanço encerrado em: 31/12/2017

Folha: 0001

# BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
<b>ATIVO</b>	<b>214.956,06D</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>199.330,58D</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>199.330,58D</b>
<b>CAIXA</b>	<b>199.330,58D</b>
CAIXA GERAL	199.330,58D
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>15.625,48D</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>15.625,48D</b>
<b>MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS</b>	<b>15.625,48D</b>
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	15.625,48D
<b>PASSIVO</b>	<b>214.956,06C</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>9.320,21C</b>
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>6.610,55D</b>
<b>TÍTULOS A PAGAR</b>	<b>6.610,55D</b>
PARCELAMENTOS	5.583,13D
PARCELAMENTO SIMPLES	1.027,42D
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	<b>9.827,76C</b>
<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER</b>	<b>9.827,76C</b>
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER	4.222,08C
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER	2.721,08C
PIS A RECOLHER	265,87C
COFINS A RECOLHER	1.002,36C
SIMPLES A RECOLHER	1.705,40C
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	89,03D
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>6.103,00C</b>
<b>OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL</b>	<b>2.879,41C</b>
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	2.879,41C
<b>OBRIGAÇÕES SOCIAIS</b>	<b>3.223,59C</b>
INSS A RECOLHER	1.811,82C
FGTS A RECOLHER	1.411,77C
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>205.635,85C</b>
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>205.635,85C</b>
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>205.635,85C</b>
LUCROS ACUMULADOS	205.958,62C
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	322,77D

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2017 TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R\$ 214.956,06 (duzentos e quatorze mil novecentos e cinquenta e seis reais e seis centavos)

RAPHAEL SILVA REIS  
 SOCIO ADMINISTRADOR  
 CPF: 101.988.526-22

PEDRO PAIM TELES  
 Reg. no CRC - MG sob o No. 21772  
 CPF: 096.345.416-15

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) Raphael Silva Reis

2º OFÍCIO DE NOTAS  
 Caxambu - MG  
 Tabela Substituto  
 Mônica Vieira Nogueira de Sá

Caxambu, 29/10/2018  
 Em testº Quinn da verdade



Reconheço por semelhança a(s) firma(s) Pedro Paim Teles

2º OFÍCIO DE NOTAS  
 Caxambu - MG  
 Tabela Substituto  
 Mônica Vieira Nogueira de Sá

Caxambu, 29/10/2018  
 Em testº Quinn da verdade





Empresa: RADIO RIO VERDE LTDA-ME  
CNPJ: 03.890.462/0001-10

Folha: 0001  
Número livro: 0001

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017

RECEITA BRUTA		
SERVIÇOS PRESTADOS	140.061,74	<u>140.061,74</u>
DEDUÇÕES		
(-) ICMS	(1.178,08)	
(-) SIMPLES	(8.403,71)	<u>(9.581,79)</u>
RECEITA LÍQUIDA		<u>130.479,95</u>
LUCRO BRUTO		<u>130.479,95</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(37.838,59)</u>
DESPESAS COM VENDAS		
MANUTENÇÃO E REPARO	(2.013,00)	
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(1.350,00)	<u>(3.363,00)</u>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
SALÁRIOS E ORDENADOS	(25.303,02)	
FÉRIAS	(3.017,64)	
FGTS	(2.076,20)	
TAXAS DIVERSAS	(67,23)	
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(148,00)	
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(3.863,50)	<u>(34.475,59)</u>
RESULTADO OPERACIONAL		<u>92.641,36</u>
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		<u>92.641,36</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>92.641,36</u>

RAPHAEL SILVA REIS  
SOCIO ADMINISTRADOR  
CPF: 101.988.526-22

PEDRO PAIM TELES  
Reg. no CRC - MG sob o No. 21772  
CPF: 096.345.416-15

2º OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) Raphael Silva Reis.

01/06/2018 da verdade

Caxambu, MG  
Tabelião Substituto  
Mônica Vieira Nogueira de Sá



2º OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) Pedro Paim Teles.

Caxambu, MG  
Tabelião Substituto  
Mônica Vieira Nogueira de Sá

09/05/2018 da verdade





## Certidão Específica

A Secretária-Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais **CERTIFICA**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013, a requerimento, conforme protocolo de número **18/398.821-3**, que consta no Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **RADIO RIO VERDE LTDA, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA**, NIRE 3120599142-0, CNPJ 03.890.462/0001-10, ATIVA, com sede na AVENIDA BERENICE CATAO, 0, BAIRRO SAO CRISTOVAO, BAEPENDI/MG, com dados que em resumo a seguir se especificam:

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
CONSTITUICAO/CONTRATO	23/06/2000	31205991420	14/06/2000
ORDEM JUDICIAL INDISPONIBILIDADE DE COTAS	07/05/2004	3164725	20/04/2004
ORDEM JUDICIAL REVOGACAO DE DETERMINACAO JUDICIAL	23/02/2005	3288636	13/01/2005
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	04/01/2007	3669069	26/12/2006
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	03/06/2009	4140144	23/12/2008
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	28/01/2010	4286801	28/12/2009
ALTERACAO CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	01/03/2011	4545073	24/01/2011
ALTERACAO ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	29/06/2011	4642444	02/04/2011
ALTERACAO CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR	09/11/2017	6347619	17/08/2015

Certifica, por derradeiro, serem estes os únicos atos registrados nesta Junta Comercial até a presente data.





Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais




## Certidão Específica

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Nada mais.

Belo Horizonte, 17 de Julho de 2018.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL



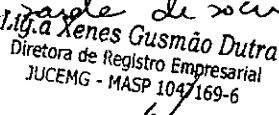
 <b>Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços</b> Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais			<b>Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)</b>   <b>JUCEMG - SEDE</b> SEDE - BELO HORIZONTE  17/205.124-0	
<b>NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)</b>  31205991420	<b>Código da Natureza Jurídica</b>  2062	<b>Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio</b>		

**1 - REQUERIMENTO**

<b>ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais</b>				
<b>Nome:</b> RADIO RIO VERDE LTDA (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)				
<b>requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:</b>				
<b>Nº FCN/REMP</b>  J173926389197				
<b>Nº DE VIAS</b>	<b>CÓDIGO DO ATO</b>	<b>CÓDIGO DO EVENTO</b>	<b>QTDE</b>	<b>DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO</b>
1	002			ALTERACAO
	051	1		CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
	2001	1		ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
	2005	1		SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

<b>BAEPENDI</b> Local  25 Outubro 2017 Data	<b>Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:</b> <b>Nome:</b> Raphael Sales Reis <b>Assinatura:</b> Raphael S. Reis <b>Telefone de Contato:</b>
---	--

**2 - USO DA JUNTA COMERCIAL**

<input checked="" type="checkbox"/> <b>DECISÃO SINGULAR</b>		<input type="checkbox"/> <b>DECISÃO COLEGIADA</b>	
<b>Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):</b> <input type="checkbox"/> SIM     <input type="checkbox"/> NÃO Data: / / Responsável: _____		<input type="checkbox"/> SIM     <input type="checkbox"/> NÃO Data: / / Responsável: _____	
		<b>Processo em Ordem À decisão</b>  / / Data  _____ Responsável	
<b>DECISÃO SINGULAR</b> <input type="checkbox"/> Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa) <input checked="" type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.		<b>2ª Exigência</b> <input type="checkbox"/> <b>3ª Exigência</b> <input type="checkbox"/> <b>4ª Exigência</b> <input type="checkbox"/> <b>5ª Exigência</b> <input type="checkbox"/>	
<b>DECISÃO COLEGIADA</b> <input type="checkbox"/> Processo em vigência <input type="checkbox"/> Processo deferido <input type="checkbox"/> Processo indeferido		<b>Junta Comercial do Estado de Minas Gerais</b> CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 6347619 EM 09/11/2017.  #RADIO RIO VERDE LTDA# Protocolo: 17/205.124-0  _____ Presidente da Turma	
<b>OBSERVAÇÕES</b> Protocolo manual por tratar de registro de novo em 2015   Ligia Xenes Gusmão Dutra Diretora de Registro Empresarial JUCEMG - MASP 1047169-6		<b>4ª Exigência</b> <input type="checkbox"/> <b>5ª Exigência</b> <input type="checkbox"/>	



**CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE ITAJUBÁ-MG**  
Rua Prefeito Tigre Maia, 18 - Centro - Itajubá - MG  
Tel./Fax: (35) 3622-1732  
Saª Francisca Mercedes Corrêa

Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de  
RAPHAEL SILVA REIS.

Itajubá - MG, 26/10/2017.

FRANCINETE DAVID DA COSTA BARCELAR - TABELA SUBST.  
EMOL.: R(\$14,53 ENCARGOS: R(\$11,49 RECOMPE: R(\$10,27  
TOTAL: R(\$36,29



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6347619 em 09/11/2017 da Empresa RADIO RIO VERDE LTDA, Nire 31205991420 e protocolo 172051240 - 31/10/2017. Autenticação: CDBDEF5AA293B22141A456211AC317D88FF3367. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/205.124-0 e o código de segurança LaZ9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/11/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

**RÁDIO RIO VERDE LTDA.**

CNPJ nº 03.890.462/0001-10

NIRE 31.205.991.420

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes a seguir identificadas e qualificadas:

**MARINA PAIVA MANGIA**, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG n.º MG- 7.939.657 expedida pela Polícia Civil de Minas Gerais e inscrita no CPF sob o n.º 040.825.776-88, residente e domiciliada no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, São Cristóvão, CEP 37443-000, e

**MARCELO PAIVA MANGIA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º M-8.126.540 SSP/MG e inscrito no CPF sob o n.º 040.725.326-22 residente e domiciliado no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Chácara Santa Cruz, São Cristóvão, CEP 37443-000;

Únicos sócios da Sociedade Limitada denominada **RÁDIO RIO VERDE LTDA.**, com sede e foro jurídico no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Avenida Berenice Catão, s/nº, Bairro São Cristóvão, CEP 37443-000, com alteração contratual devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o nº 4642444 em sessão do dia 29/06/011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.890.462/0001-10 e

**LÁZARO ROBERTO DA SILVA**, brasileiro, casado em regime de comunhão de bens com Marília Ferreira Pinto Silva, empresário, filho de Jorge Calisto da Silva e Maria Aparecida de Souza Silva, nascido em 21/03/1972, portador da cédula de Identidade RG nº M – 8.036.184, inscrito no CPF sob o nº 681.769.536-87, residente e domiciliado na Rua Antônio Lisboa de Carvalho, nº 21, Bairro Estação, Campanha – MG, CEP 37.400-000, e

**RAPHAEL SILVA REIS**, brasileiro, solteiro, estudante, filho de Lázaro Roberto da Silva e Adriana Regina dos Reis Silva, nascido em 03/04/1993, portador da Cédula de Identidade RG



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6347619 em 09/11/2017 da Empresa RADIO RIO VERDE LTDA, Nire 31205991420 e protocolo 172051240 - 31/10/2017. Autenticação: CDBDEF5AA293B22141A456211AC317D88FF3367. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/205.124-0 e o código de segurança LaZ9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/11/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Petição (3227977)

SEI 01250.045072/2018-34 / pg. 7

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3/17

L

nº 14.824.707, inscrito no CPF sob o nº 101.988.526-22, residente e domiciliado na Rua Antônio Lisboa de Carvalho, nº 21, Bairro Estação, Campanha – MG, CEP 37.400-000 resolvem alterar pela terceira vez o contrato social, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### A – Cessão e Transferência de Quotas

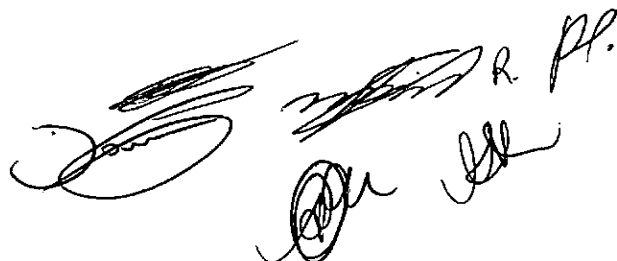
A sócia **MARINA PAIVA MANGIA**, acima qualificada, legítima possuidora de 15.000 (quinze mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada, totalizando R\$ 15.000 (quinze mil reais) retira-se da sociedade cedendo e transferindo integralmente suas cotas ao novo sócio admitido **LÁZARO ROBERTO DA SILVA**, devidamente acima qualificado, dando a cedente ao cessionário e dele recebendo ampla, geral e irrevogável quitação;

O sócio **MARCELO PAIVA MANGIA**, acima qualificado, legítimo possuidor de 15.000 (quinze mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada, totalizando R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) retira-se da sociedade, e também cede e transfere, como cedido e transferido tem, 12.000 (doze mil) cotas ao novo sócio recém admitido **LÁZARO ROBERTO DA SILVA**, anteriormente qualificado e 3.000 (três mil) cotas ao novo sócio **RAPHAEL SILVA REIS**, já qualificado alhures, dando a cedente ao cessionário e dele recebendo ampla, geral e irrevogável quitação.

**CEDENTES E CESSIONÁRIOS** trocam entre si a mais ampla, rasa, geral e irrevogável quitação, nada mais tendo a reclamar um do outro, a qualquer título, com referência a presente cessão.

Em decorrência da alteração supra, a Cláusula que versa sobre o capital social passa a ter a seguinte redação:

*“Cláusula Quinta: O capital social é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e totalmente integralizadas pelos sócios, nesta data, em moeda corrente, assim distribuída:*



Sócio	Quotas	Valor R\$	%
<b>LÁZARO ROBERTO DA SILVA</b>	27.000	27.000,00	90%
<b>RAPHAEL SILVA REIS</b>	3.000	3.000,00	10%
<b>Total</b>	<b>30.000</b>	<b>30.000,00</b>	<b>100%</b>

*Parágrafo primeiro: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro.*

*Parágrafo segundo: A participação dos sócios nos lucros e perdas da sociedade será diretamente proporcional ao número de quotas do capital social que possuir.*

## **B – Da Alteração da Administração**

A Sociedade anteriormente administrada por **MARINA PAIVA MANGIA E MARCELO PAIVA MANGIA**, ambos já qualificados anteriormente, passará a ser administrada pelo novo sócio **RAPHAEL SILVA REIS**, também já qualificados neste contrato social.

Desse modo, a Cláusula Oitava e o seu parágrafo terceiro do Contrato Social passa a vigor com a seguinte redação:

*“Cláusula Oitava: A administração da sociedade será exercida pelo sócio, **RAPHAEL SILVA REIS**, na qualidade de Administrador, detendo todos os poderes necessários para gerir e administrar a sociedade.”*

(...)

*Parágrafo terceiro: Todas as procurações outorgadas pela Sociedade serão sempre assinadas, exclusivamente, pelo sócio administrador.*

Os administradores declaram, sob as penas da Lei, não estar incurso em quaisquer das restrições previstas no parágrafo 1º do artigo 1.011 do Código Civil que o impeça de exercer a atividade de administração, não tendo, portanto, sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, não sendo, outrossim, impedido por lei especial.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6347619 em 09/11/2017 da Empresa RADIO RIO VERDE LTDA, Nire 31205991420 e protocolo 172051240 - 31/10/2017. Autenticação: CDBDEF5AA293B22141A456211AC317D88FF3367. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/205.124-0 e o código de segurança LaZ9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/11/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Petição (3227977)

SEI 01250.045072/2018-34 / pg. 9

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 5/17

## C - Da Consolidação do contrato social

Em decorrência das alterações supra expostas, para maior facilidade e clareza, os sócios resolvem consolidar o texto do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**RÁDIO RIO VERDE LTDA.**

CNPJ nº 03.890.462/0001-10

NIRE 31.205.991.420

### CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

**Cláusula Primeira:** A sociedade empresária limitada opera sob a denominação de **RÁDIO RIO VERDE LTDA.** e nome fantasia **FESTA FM**, sendo o presente Contrato Social regido pelas disposições legais aplicáveis às Sociedades Limitadas, e, supletivamente, pela Lei das Sociedades Anônimas.

### CAPÍTULO II - DA SEDE SOCIAL, DAS SUCURSAIS, FILIAIS OU AGÊNCIAS

**Cláusula Segunda:** A Sociedade tem sede e foro jurídico com sede Município de Baependi, Estado de Minas Gerais, na Avenida Berenice Catão, s/nº, Bairro São Cristóvão, CEP 37443-000.

**Parágrafo único:** A Sociedade poderá, por decisão de seus sócios, abrir, transferir e/ou encerrar sucursais, filiais ou agências, em qualquer parte do território nacional.

### CAPÍTULO III - DO OBJETO SOCIAL

**Cláusula Terceira:** A sociedade terá por objeto social executar e explorar o serviço de radiodifusão sonoro, mediante concessão ou permissão do Poder Concedente do Governo Federal no estrito seguimento da Legislação de Radiodifusão vigente, os objetos da sociedade se identificam com o que dispões o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que instituiu o regulamento de Radiodifusão sendo prioritário os programas de natureza



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6347619 em 09/11/2017 da Empresa RADIO RIO VERDE LTDA, Nire 31205991420 e protocolo 172051240 - 31/10/2017. Autenticação: CDBDEF5AA293B22141A456211AC317D88FF3367. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/205.124-0 e o código de segurança LaZ9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/11/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Petição (3227977)

SEI 01250.045072/2018-34 / pg. 10

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 6/17

educativa, informativa, recreativa, e ao vivo, paralelamente com as atividades de publicidades comerciais compatíveis, para o suporte dos encargos da empresa e sua melhor dimensão técnica e artística, comunicação, promoções, vendas e publicidade, a produção e exploração de atividades de entretenimento e eventos em geral, produção de espetáculos de dança e produção musical.

#### CAPÍTULO IV - DA DURAÇÃO

**Cláusula Quarta:** A Sociedade tem prazo indeterminado de duração.

#### CAPÍTULO V - DO CAPITAL SOCIAL

**Cláusula Quinta:** “Cláusula Quinta: O capital social é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e totalmente integralizadas pelos sócios, nesta data, em moeda corrente, assim distribuída:

Sócio	Quotas	Valor R\$	%
LÁZARO ROBERTO DA SILVA	27.000	27.000,00	90%
RAPHAEL SILVA REIS	3.000	3.000,00	10%
Total	30.000	30.000,00	100%

**Parágrafo primeiro:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro.

**Parágrafo segundo:** A participação dos sócios nos lucros e perdas da sociedade será diretamente proporcional ao número de quotas do capital social que possuir.

**Cláusula Sexta:** Nos termos do artigo 1.056 do Código Civil Brasileiro, as quotas são indivisíveis em relação à Sociedade, e cada uma delas dará direito a um voto nas deliberações dos sócios.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6347619 em 09/11/2017 da Empresa RADIO RIO VERDE LTDA, Nire 31205991420 e protocolo 172051240 - 31/10/2017. Autenticação: CDBDEF5AA293B22141A456211AC317D88FF3367. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/205.124-0 e o código de segurança LaZ9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/11/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Petição (3227977)

SEI 01250.045072/2018-34 / pg. 11

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 7/17

**Cláusula Sétima:** As quotas do capital social são impenhoráveis, na forma da lei, por dívidas ou obrigações contraídas pelos sócios, e não poderão ser dadas em penhor ou serem oneradas por qualquer outra forma, sem a prévia aprovação, por escrito, dos sócios representando ao menos  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, sob pena de nulidade.

**Parágrafo Único:** As quotas são indivisíveis em relação a sociedade que, para cada uma delas, só reconhece um proprietário. As referidas quotas do capital são inalienáveis e inaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiro ou Pessoas Jurídicas e qualquer alteração contratual fica sob a dependência da prévia autorização do Poder Concedente, como também qualquer transferência de quotas.

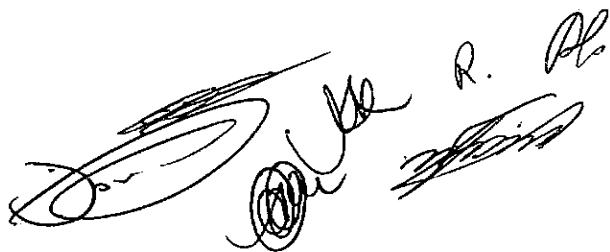
## **CAPÍTULO VI - DA ADMINISTRAÇÃO E DO USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

**Cláusula Oitava:** A administração da sociedade será exercida pelo sócio, **RAPHAEL SILVA REIS**, na qualidade de Administrador, detendo todos os poderes necessários para gerir e administrar a sociedade..

**Parágrafo primeiro:** O(s) administrador(es), além dos poderes gerais de administração previstos no caput, encontram-se revestidos dos mais amplos e plenos poderes para gerir a Sociedade em todos os assuntos de interesse social, podendo representá-la, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias de qualquer natureza, Juntas Comerciais estaduais, órgãos privados, ou qualquer outro no qual a Sociedade deva ser representada, em toda e qualquer jurisdição.

**Parágrafo segundo:** O(s) administrador(es) ficam ainda autorizados a, nos limites de seus poderes, nomear procurador e/ou destituir os existentes, através de Instrumento de Mandato, no qual serão fixados expressa e estritamente os poderes específicos outorgados, sendo sempre vedado o substabelecimento. O procurador estará sujeito às mesmas limitações que sejam impostas ao administrador.

**Parágrafo terceiro:** Todas as procurações outorgadas pela Sociedade serão sempre assinadas, exclusivamente, pelo sócio administrador.





**Parágrafo quarto:** As procurações “ad negotia” outorgadas pela Sociedade terão sempre prazo determinado de validade, sob pena de nulidade, vedado seu substabelecimento. As procurações outorgadas a despachantes aduaneiros ou a advogados, para representação da Sociedade em processos administrativos e/ou judiciais, terão prazo de validade indeterminado, sendo permitido seu substabelecimento.

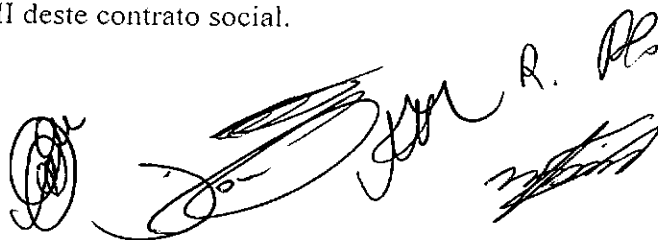
**Parágrafo quinto:** São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito, quaisquer atos praticados por procuradores ou por empregados da sociedade e em nome dela, que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da sociedade, tais como avais, fianças, endossos ou quaisquer outros documentos análogos que impliquem em compromissos ou responsabilidades para com a sociedade, a menos que tais atos tenham sido prévia e expressamente autorizados, por escrito, pelos sócios que representam, no mínimo,  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, sob pena de nulidade e responsabilização pessoal dos Administradores.

**Parágrafo sexto:** O uso da denominação é privativo dos administradores, conforme estipulado no artigo 1.064 do Código Civil.

**Parágrafo sétimo:** Para os cargos de gerente, sub-gerente, procurador, locutores e encarregados das instalações técnicas e os contratados como responsáveis pela orientação intelectual, educativa, informante ou recreante, somente serão admitidos brasileiros natos.

**Cláusula Nona:** O administrador declara, sob as penas da Lei, não estar incurso em quaisquer das restrições previstas no parágrafo 1º do artigo 1.011 do Código Civil que o impeça de exercer a atividade de administração, não tendo, portanto, sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, não sendo, outrossim, impedido por lei especial.

**Cláusula Dez:** Ao término de cada exercício social, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, conforme o disposto no artigo 1.065 do Código Civil, os quais serão apresentados pelo(a)s Administrador(a)s aos sócios durante a Reunião Anual estabelecida no capítulo VII deste contrato social.



**Parágrafo único:** Sem embargos da obrigação imposta a(o)(s) Administrador(a)(s) no caput, aos sócios resta facultado, a qualquer tempo, examinar os livros e documentos da sociedade, bem como todo e qualquer documento atinente à sua administração.

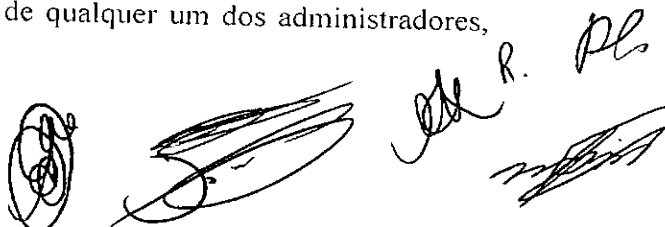
**Cláusula Onze:** A destituição do(a)(s) Administrador(a)(s) operar-se-á, a qualquer tempo, pela deliberação dos sócios, respeitando-se o quórum de aprovação previsto na Cláusula Quinze do presente Contrato Social.

## **CAPÍTULO VII - DAS REUNIÕES ANUAIS E DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS**

**Cláusula Doze:** Respeitando-se as disposições do artigo 1.072 e seus parágrafos do Código Civil, os sócios reunir-se-ão em Reunião Anual, sempre realizada nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de:

- (i) tomar e aprovar as contas dos administradores e deliberar sobre o inventário, o balanço patrimonial e de resultado econômico por eles apresentados, bem como outros documentos atinentes à gestão da Sociedade;
- (ii) destituir ou designar os administradores, e quando aplicável, indicar um novo administrador;
- (iii) deliberar sobre o modo de remuneração dos administradores não-sócios;
- (iv) modificar o presente Contrato Social;
- (v) decidir sobre a incorporação, fusão, cisão, dissolução da Sociedade, transformação em outro tipo societário ou a cessação de seu estado de liquidação;
- (vi) nomear e destituir liquidantes, bem como aprovar suas contas;
- (vii) pedir a Recuperação Judicial ou Extrajudicial da Sociedade;
- (viii) discutir qualquer outro assunto constante da ordem do dia;
- (ix) decidir sobre o aumento do capital social da Sociedade caso se verifique que a Sociedade precisa de recursos adicionais; e,
- (x) autorizar, se o Contrato Social não dispor em contrário, a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros.

**Parágrafo primeiro:** Além da Reunião Anual estabelecida no caput, poderão os sócios se reunir em outras oportunidades, mediante convocação de qualquer um dos administradores,



sempre que houver necessidade urgente de deliberação sobre qualquer das matérias previstas no caput.

**Parágrafo segundo:** A Reunião Anual ora estabelecida, bem como toda e qualquer outra reunião eventualmente convocada, nos termos do parágrafo primeiro supra, torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre as matérias que seriam delas objeto.

**Parágrafo terceiro:** As deliberações tomadas de conformidade com a lei e o presente contrato vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

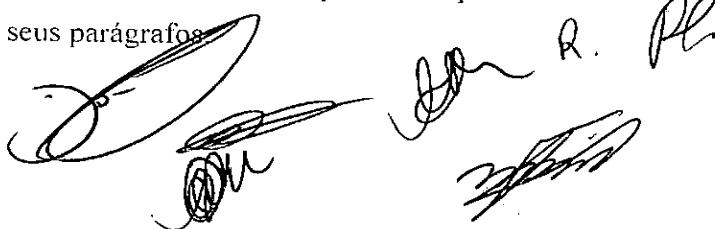
**Parágrafo quarto:** A Reunião Anual poderá estabelecer que outras resoluções, em adição àquelas mencionadas acima, estarão sujeitas à prévia aprovação dos sócios. Tais resoluções adicionais deverão ser notificadas a(o)(s) Administrador(a)(s) por escrito.

**Cláusula Treze:** A convocação pelo(a)(s) Administrador(a)(s) da Reunião Anual ou de outra eventualmente necessária se fará mediante (i) envio de mensagem eletrônica, com confirmação de leitura, ao endereço de e-mail pessoal de todos os sócios da Sociedade, e/ou (ii) envio de carta, com aviso de recebimento, ao endereço indicado no preâmbulo do Contrato Social, e/ou (iii) entrega, em mãos, ao sócio mediante protocolo, e/ou (iv) afixação de edital de convocação em mural na sede da Sociedade, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em primeira convocação e 08 (oito) dias em segunda.

**Parágrafo primeiro:** Na mensagem e no edital de convocação restará consignado, obrigatoriamente, a data, o horário e o local de realização da reunião, bem como a lista das matérias a serem deliberadas em tal oportunidade.

**Parágrafo segundo:** Do edital de convocação para a Reunião Anual, obrigatoriamente, constará que estarão à disposição dos sócios na sede da Sociedade cópia autenticada do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, elaborados pelo(a)(s) Administrador(a)(s) no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício, a fim de que os sócios possam deles tomar pleno conhecimento, sob pena de nulidade da convocação.

**Parágrafo terceiro:** A convocação ora estabelecida restará definitiva quando respeitadas todas as disposições estabelecidas nesta cláusula e seus parágrafos.



**Parágrafo quarto:** A Reunião Anual ou qualquer outra regularmente convocada se instaurará, em primeira convocação, com a presença da unanimidade do capital social e, em segunda, com, no mínimo, maioria simples.

**Parágrafo quinto:** Qualquer dos sócios poderá fazer-se representar por outro sócio ou por advogado desde que devidamente constituído por instrumento público ou particular de mandato com poderes específicos para representação do outorgante na dita Reunião, devendo o instrumento, obrigatoriamente, ser levado para registro, juntamente com a Ata.

**Parágrafo sexto:** Dispensam-se as formalidades de convocação estabelecidas nesta cláusula, o comparecimento voluntário de todos os sócios, ou a declaração escrita de cada um deles quanto à ciência da Reunião, especialmente do local, data, hora e ordem do dia.

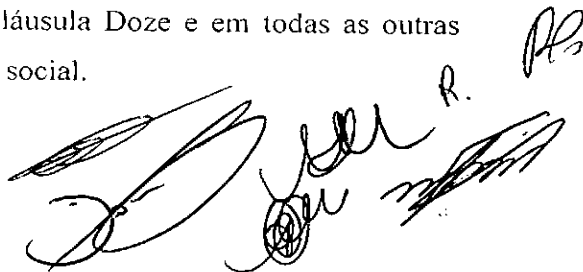
**Parágrafo sétimo:** A Reunião Anual também poderá ser convocada pelos sócios, sempre que o(a)(s) Administrador(a)(s) retardar a convocação por mais de sessenta dias. Ademais, poderão os sócios conjuntamente, convocar reuniões a qualquer tempo, sempre que restar essencial à Sociedade, através de convocação fundamentada e nos moldes exigidos por esta cláusula e seus parágrafos.

**Cláusula Quatorze:** Todas as reuniões serão presididas e secretariadas por sócios escolhidos entre os presentes.

**Parágrafo primeiro:** Dos trabalhos e deliberações será lavrada, no Livro de Ata de Reuniões, ata assinada pelos membros da mesa e pelos sócios participantes da reunião, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 1.074 do Código Civil.

**Parágrafo segundo:** Cópia da ata prevista no parágrafo anterior, autenticada pela mesa, poderá ser, a exclusivo critério dos sócios, nos vinte dias subseqüentes à reunião, apresentada para registro, arquivamento e averbação, podendo ser entregue, ainda, cópia autenticada ao sócio que a solicitar.

**Cláusula Quinze:** As deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos correspondentes a  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social nos casos previstos na Cláusula Doze e em todas as outras matérias, pelos votos correspondentes a maioria do capital social.



## CAPÍTULO VIII - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

**Cláusula Dezesseis:** O exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º (primeiro) de janeiro, terminando em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. Os lucros poderão ser distribuídos mais de uma vez por ano e antecipadamente mediante deliberação dos sócios.

## CAPÍTULO IX - DA RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO A UM SÓCIO

**Cláusula Dezesete:** No caso de retirada, falecimento, insolvência ou decretação de incapacidade de sócio, os sócios serão substituídos por seus herdeiros e sucessores diretos na ordem de sucessão, sem necessidade de anuência dos demais, salvo se os sócios remanescentes, detentores de no mínimo 3/4 (três quartos) do capital social, optarem pela liquidação da sociedade.

**Parágrafo primeiro:** Poderão os sócios, representativos de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social, por incapacidade superveniente de um dos sócios, nos termos do artigo 1.030 do Código Civil, ou, ainda, entendendo que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, excluí-los da Sociedade, mediante o arquivamento do respectivo Instrumento de Alteração do Contrato Social. São considerados atos de inegável gravidade, incluindo, mas não se limitando a (i) assunção de obrigações que não coadunem com a finalidade da Sociedade; (ii) desvio de recursos, contratos, projetos, potenciais negócios da Sociedade; (iii) não cumprimento das obrigações assumidas perante a Sociedade, (iv) a prática de atos que, direta ou indiretamente, possam prejudicar os interesses da Sociedade; (v) a comprovada incompatibilidade de um sócio com os demais; (vi) competição ou concorrência desleal com a Sociedade.

**Parágrafo segundo:** Será de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido ou cuja quota tenha sido liquidada.

**Parágrafo terceiro:** Poderá qualquer Sócio retirar-se da Sociedade, mediante notificação dos demais Sócios, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultado aos Sócios remanescentes: (i) adquirirem as quotas do Sócio Retirante, na proporção de suas R.





participações no capital social e nas mesmas condições de pagamento previstas para aquisição pela Sociedade ou (ii) optarem, nos 30 (trinta) dias subseqüentes à notificação, pela dissolução da Sociedade.

**Parágrafo quarto:** Nos casos em que a Sociedade se resolver em relação a um sócio, o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base no valor de mercado, que significa o valor apurado, em conjunto, pelos sócios, e, caso não haja um acordo quanto ao valor, aquele estipulado por uma empresa de auditoria de primeira linha, escolhida de comum acordo pelos sócios, e, na ausência de acordo entre os sócios, a definição caberá ao Conselho Consultivo, em uma avaliação realizada levando em consideração, pelo menos, três métodos de avaliação: a) múltiplos de lucro bruto (antes dos impostos); b) múltiplos de LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações); c) valor do patrimônio líquido; ambos levando em consideração o resultado dos últimos três anos de operação da Sociedade. O Valor de Mercado da Sociedade será a média do resultado dos três métodos. Os custos da avaliação serão suportados pela Sociedade. O laudo de avaliação deverá ser concluído no prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir do fato.


**Parágrafo quinto:** Operada a resolução prevista no parágrafo antecedente, o capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os sócios remanescentes optarem por suprir o valor da quota liquidada, na proporção de sua participação no capital social.

**Parágrafo sexto:** A quota liquidada em face da resolução prevista no parágrafo quarto supra citado, será paga pela Sociedade em dinheiro, em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após a conclusão do laudo de avaliação previsto no parágrafo quarto desta Cláusula.

**Parágrafo sétimo:** A retirada, exclusão ou morte do sócio não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até 02 (dois) anos depois de averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, quais sejam, retirada e exclusão, pelas obrigações posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

## CAPÍTULO X - DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

R. R.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6347619 em 09/11/2017 da Empresa RADIO RIO VERDE LTDA, Nire 31205991420 e protocolo 172051240 - 31/10/2017. Autenticação: CDBDEF5AA293B22141A456211AC317D88FF3367. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/205.124-0 e o código de segurança LaZ9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/11/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Petição (3227977)

SEI 01250.045072/2018-34 / pg. 18

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 14/17

2

**Cláusula Dezoito:** É absolutamente vedada a qualquer dos sócios a cessão, transferência a cônjuge em razão de separação e/ou divórcio e/ou dissolução de união estável, alienação, doação, exceto na hipótese do parágrafo sexto desta Cláusula, ou quaisquer outros atos que representem cessão ou transferência de propriedade, total ou parcial, das quotas sociais das quais forem titulares, sem prévio oferecimento, por escrito, aos demais sócios, para que possam exercer, no prazo de 90 (noventa) dias, o direito de preferência para a sua aquisição, em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas, no valor definido por auditoria específica levantada para este fim, conforme disposto no parágrafo quarto da Cláusula Dezesete, na proporção de sua participação no capital social.

**Parágrafo primeiro:** Na hipótese de algum sócio optar por deixar de exercer o direito de preferência estabelecido no caput, este direito será imediatamente transferido aos demais sócios que se interessarem na aquisição das quotas livres.

**Parágrafo segundo:** Não adquiridas as quotas pelos sócios, nos termos desta cláusula e seu parágrafo primeiro, e caso as mesmas restem cedidas ou transferidas a terceiros, poderão os sócios remanescentes, por decisão da maioria simples, impedir o ingresso na Sociedade de qualquer pessoa que tenha algum impedimento legal, que pratique ou tenha praticado qualquer atividade que, direta ou indiretamente, possa representar ou ter representado concorrência às atividades exercidas pela presente Sociedade, ou, ainda, por ausência de affectio societatis, aplicando-se à situação o parágrafo segundo e as demais disposições da cláusula antecedente.

**Parágrafo quinto:** Se o sócio ("Ofertante") ofereceu suas quotas aos outros sócios ("Sócios Remanescentes") conforme previsão do caput, mas a oferta não foi aceita à época pelos Sócios Remanescentes, o Ofertante estará livre para oferecê-las a terceiros, desde que sempre: (i) seja concedido ao Sócio Remanescente, uma segunda oportunidade e tempo suficiente para igualar a oferta de terceiro e adquirir as quotas pelos mesmos termos e condições propostos pelo terceiro e, apenas se o Sócio Remanescente não quiser igualar a oferta, o Ofertante então poderá prosseguir com a venda; e (ii) caso haja a intenção de ceder ou transferir as quotas a um terceiro, o Sócio Remanescente, por decisão da maioria simples do capital social, poderá impedir o ingresso na Sociedade de qualquer pessoa que tenha algum impedimento legal, que pratique ou tenha praticado qualquer atividade que, direta ou indiretamente, possa representar ou ter representado concorrência às atividades exercidas pela presente Sociedade, ou, ainda,

R. PL





por ausência de affectio societatis, aplicando-se à situação o parágrafo segundo e as demais disposições da cláusula antecedente.

**Parágrafo sexto:** O direito de preferência disposto nesta Cláusula e seus parágrafos não se aplicará somente na hipótese de doação das quotas aos herdeiros do Sócio.

## **CAPÍTULO XI - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

**Cláusula Dezenove:** A presente Sociedade restará dissolvida, de pleno direito, quando ocorrer (i) deliberação dos sócios, respeitado o quorum estabelecido neste contrato, ou (ii) a falta de pluralidade dos sócios, não reconstituída no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**Cláusula Vinte:** A Sociedade poderá ser dissolvida, ainda, judicialmente, a requerimento de qualquer dos sócios, quando (i) anulada a sua constituição, ou (ii) exaurido o fim social ou verificada a sua inexecutibilidade.

**Cláusula Vinte e Um:** Operada a dissolução prevista neste capítulo, serão aplicadas as cláusulas do presente Contrato Social e, subsidiariamente, no que for aplicável as disposições do Código Civil.

## **CAPÍTULO XII - DA ALTERAÇÃO DO PRESENTE CONTRATO SOCIAL**

**Cláusula Vinte e Dois:** Qualquer alteração no presente Contrato Social deverá, para que produza seus regulares efeitos perante terceiros, ser arquivada perante o Registro Competente, à margem do presente ato constitutivo, através de Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social, o qual será tido como válido com a assinatura dos sócios que representem  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social.

## **CAPÍTULO XIII - DO FORO**

**Cláusula Vinte e Três:** Para discussão de todas as questões ou controvérsias oriundas da interpretação deste contrato, os sócios elegem, desde logo, o Foro da Comarca de Baependi, Estado de Minas Gerais, renunciando os sócios expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.



## CAPÍTULO XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Cláusula Vinte e Quatro:** O sócio administrador, no exercício de suas funções, fará jus, individualmente a uma retirada a título de “pró-labore”, que será determinada de comum acordo entre os sócios, obedecendo-se às determinações e normas da legislação tributária/fiscal pertinente ao assunto.

**Cláusula Vinte e Cinco:** Independentemente do disposto ao longo deste contrato social, obrigam-se os sócios a respeitar todos e quaisquer Acordos de Quotistas depositados na Sociedade.

E, por estarem justos e contratados, declarando conhecer todas as disposições aqui inscritas, firmam os sócios o presente instrumento particular de alteração e consolidação contratual da sociedade empresária limitada – CONTRATO SOCIAL, em 03 (três) vias de idêntico teor e forma, na presença de ambas as testemunhas ao final assinadas.

Baependi (MG), 17 de agosto de 2015.

  
Marina Paiva Mangia

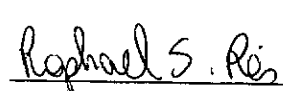
Sócia Retirante

  
Marcelo Paiva Mangia


Sócio Retirante

  
LÁZARO ROBERTO DA SILVA

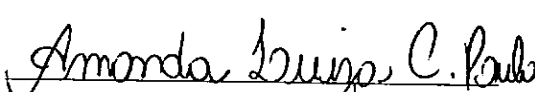
Sócio Admitido

  
RAPHAEL SILVA REIS

Sócio Admitido / Administrador

  
André Ribeiro Silva  
ADVOGADO  
OAB/MG 126.069

Testemunhas:

1.   
Nome:

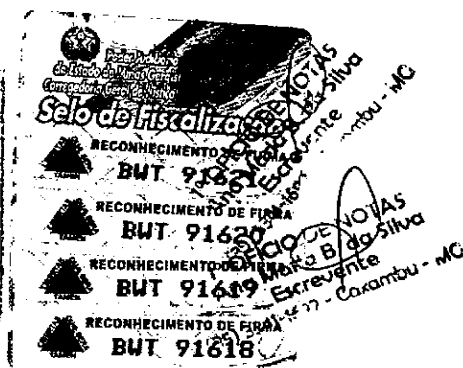
RG:

17.174.153

2.   
Nome:

RG: 53.664.461-5 SSP/SP

Cartório do 1º Ofício de Notas Caxambu Minas Gerais
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) Marina Paiva Mangia, Marcelo Paiva Mangia, Lázaro Roberto da Silva e Raphael Silva Reis -
Caxambu, 20/08/2015
Ana Maria B. de Silva Secretária-Autorizada



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6347619 em 09/11/2017 da Empresa RADIO RIO VERDE LTDA, Nire 31205991420 e protocolo 172051240 - 31/10/2017. Autenticação: CDBDEF5AA293B22141A456211AC317D88FF3367. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/205.124-0 e o código de segurança LaZ9 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/11/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Petição (3227977)

SEI 01250.045072/2018-34 / pg. 21

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 17/17

Empresa: **RADIO RIO VERDE LTDA-ME**  
 CNPJ: 03.890.462/0001-10  
 Balanço encerrado em: 31/12/2017

Folha: 0001

# BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
<b>ATIVO</b>	<b>214.956,06D</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>199.330,58D</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>199.330,58D</b>
<b>CAIXA</b>	<b>199.330,58D</b>
CAIXA GERAL	199.330,58D
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>15.625,48D</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>15.625,48D</b>
<b>MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS</b>	<b>15.625,48D</b>
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	15.625,48D
<b>PASSIVO</b>	<b>214.956,06C</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>9.320,21C</b>
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>6.610,55D</b>
<b>TÍTULOS A PAGAR</b>	<b>6.610,55D</b>
PARCELAMENTOS	5.583,13D
PARCELAMENTO SIMPLES	1.027,42D
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	<b>9.827,76C</b>
<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER</b>	<b>9.827,76C</b>
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER	4.222,08C
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER	2.721,08C
PIS A RECOLHER	265,87C
COFINS A RECOLHER	1.002,36C
SIMPLES A RECOLHER	1.705,40C
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	89,03D
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>6.103,00C</b>
<b>OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL</b>	<b>2.879,41C</b>
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	2.879,41C
<b>OBRIGAÇÕES SOCIAIS</b>	<b>3.223,59C</b>
INSS A RECOLHER	1.811,82C
FGTS A RECOLHER	1.411,77C
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>205.635,85C</b>
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>205.635,85C</b>
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>205.635,85C</b>
LUCROS ACUMULADOS	205.958,62C
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	322,77D

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2017 TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R\$ 214.956,06 (duzentos e quatorze mil novecentos e cinquenta e seis reais e seis centavos)

*Raphael S Reis*  
 RAPHAEL SILVA REIS  
 SOCIO ADMINISTRADOR  
 CPF: 101.988.526-22

*Pedro Paim Teles*  
 PEDRO PAIM TELES  
 Reg. no CRC - MG sob o No. 21772  
 CPF: 096.345.416-15

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) *Raphael Silva Reis*

2º OFÍCIO DE NOTAS  
 Caxambu - MG  
 Tabela Substituto  
 Mônica Vieira Nogueira de Sá

Caxambu, 29/10/2018  
 Em testº *Quinn* da verdade



Reconheço por semelhança a(s) firma(s) *Pedro Paim Teles*

2º OFÍCIO DE NOTAS  
 Caxambu - MG  
 Tabela Substituto  
 Mônica Vieira Nogueira de Sá

Caxambu, 29/10/2018  
 Em testº *Quinn* da verdade





Empresa: RADIO RIO VERDE LTDA-ME  
CNPJ: 03.890.462/0001-10

Folha: 0001  
Número livro: 0001

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2017

RECEITA BRUTA		
SERVIÇOS PRESTADOS	140.061,74	<u>140.061,74</u>
DEDUÇÕES		
(-) ICMS	(1.178,08)	
(-) SIMPLES	(8.403,71)	<u>(9.581,79)</u>
RECEITA LÍQUIDA		<u>130.479,95</u>
LUCRO BRUTO		<u>130.479,95</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(37.838,59)</u>
DESPESAS COM VENDAS		
MANUTENÇÃO E REPARO	(2.013,00)	
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(1.350,00)	<u>(3.363,00)</u>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
SALÁRIOS E ORDENADOS	(25.303,02)	
FÉRIAS	(3.017,64)	
FGTS	(2.076,20)	
TAXAS DIVERSAS	(67,23)	
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(148,00)	
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(3.863,50)	<u>(34.475,59)</u>
RESULTADO OPERACIONAL		<u>92.641,36</u>
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		<u>92.641,36</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>92.641,36</u>

RAPHAEL SILVA REIS  
SOCIO ADMINISTRADOR  
CPF: 101.988.526-22

PEDRO PAIM TELES  
Reg. no CRC - MG sob o No. 21772  
CPF: 096.345.416-15

2º OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) Raphael Silva Reis.

01/06/2018

Caxambu, MG  
Tabelião Substituto  
Mônica Vieira Nogueira de Sá

da verdade



2º OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) Pedro Paim Teles.

Caxambu - MG

Tabelião Substituto

Mônica Vieira Nogueira de Sá

Em test. 29/05/2018

da verdade





## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:		RÁDIO RIO VERDE LTDA	
CNPJ:	03.890.462/ 0001-10	CEP da sede:	37.443-000
Endereço da sede:	Av. Berenice Catão, s/nº, São Cristovão, Município de Baependi		
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	<input type="checkbox"/> em frequência modulada		
	<input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão sonora		
	<input type="checkbox"/> em ondas curtas		
	<input type="checkbox"/> em ondas médias		
	<input type="checkbox"/> em ondas tropicais		
	<input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:	(22/1/2014 a 22/1/2024		
Localidade da renovação:	Baependi	UF:	MG

Eu, **RAPHAEL SILVA REIS**, brasileiro, solteiro, estudante, filho de Lázaro Roberto da Silva e Adriana Regina do Reis Silva, inscrito no CPF sob 101.988.526-22, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios

*Raphael S. Reis*

diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Baependi - MG, 30 de julho de 2018.

Raphael S. Reis



**Assinatura do representante legal**

CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS  
Magdalena P. V. Sales - Tabelião Débora O. V. Amorim - Escrevente Autorizada  
Marco Antônio de O. Amorim - Tabelião Substituto

Rua Dr. Brandão, 207 - Centro - Campanha/MG  
CEP: 37.400-000 - Tel.: (35) 3261-1936  
CNPJ: 21.383.344-0001/05

Reconheço por autenticidade a(s) firma(s) de:  
**RAFAEL SILVA REIS**  
02/08/2018 10:18:38

Dou Fe. Marco Antônio de Oliveira Amorim  
FISC. JUD.





**AUDITOR DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL - OUTORGA DE TRATAMENTO REMUNERATÓRIO IDENTÍCO AO ATRIBUÍDO AOS MAGISTRADOS LOCAIS - INADMISSIBILIDADE.**

- Os Auditores do Tribunal de Contas estadual, quando não estejam substituindo os Conselheiros do Tribunal de Contas, não podem ser equiparados, em decorrência do mero exercício das demais atribuições inerentes ao seu cargo, a qualquer membro do Poder Judiciário local, no que se refere a vencimentos e vantagens, eis que a Carta Política, em matéria remuneratória, veda a instituição de regimentos normativos de equiparação ou de vinculação, ressalvadas as hipóteses expressamente autorizadas em sede constitucional.

**AUDITOR ADJUNTO - INGRESSO ORIGINÁRIO NA CARREIRA MEDIANTE PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS - ACESSO AO CARGO FINAL DA CARREIRA (CARGO DE AUDITOR), NA FORMA DA LEGISLAÇÃO ANTERIORMENTE VIGENTE, EXTINTOS OS CARGOS À MEDIDA EM QUE SE VAGAREM - DIREITO RECONHECIDO, EM NORMA TRANSITÓRIA (ADCT ESTADUAL, ART. 46), AOS ATUAIS OCUPANTES DO CARGO DE AUDITOR ADJUNTO - LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DESSA REGRA DE DIREITO TRANSITÓRIO.**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.076-5 (4)**  
PROCED. : ACRE  
RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO  
REQTE. : PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL  
ADV. : WLADIMIR SERGIO REALE  
REQDA. : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE

**Decisão:** O Tribunal, a uma só voz, julgou improcedente o pedido formulado na inicial. Votou o Presidente, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Impedido o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Moreira Alves. Plenário, 15.08.2002.

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL. CONSTITUIÇÃO: PREÂMBULO. NORMAS CENTRAIS. Constituição do Acre.

I. - Normas centrais da Constituição Federal: essas normas são de reprodução obrigatória na Constituição do Estado-membro, mesmo porque, reproduzidas, ou não, incidirão sobre a ordem local. Reclamações 370-MT e 383-SP (RTJ 147/404).

II. - Preâmbulo da Constituição: não constitui norma central. Invocação da proteção de Deus: não se trata de norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual, não tendo força normativa.

III. - Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Imprensa Nacional**

<http://www.in.gov.br> e-mail: [in@in.gov.br](mailto:in@in.gov.br)  
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF  
CNPJ: 04196645/0001-00  
Fone: 0800-619900

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Presidente da República

**JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA**  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

**FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA**  
Diretor-Geral

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

**ANTONIO FÚCIO DE MENDONÇA NETO**  
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

**JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA**  
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica



**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.631-3 (5)**  
PROCED. : PARA  
RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO  
REQTE. : PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB  
ADVDS. : ALBERTO LOPES MAIA FILHO E OUTRO  
REQDA. : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARA

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na inicial da ação direta para declarar a inconstitucionalidade da expressão "ou do Tribunal de Contas dos Municípios", contida no inciso I do artigo 85 da Constituição do Estado do Pará, vencido o Senhor Ministro Sepúlveda Pertence, que a julgava improcedente. Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Marco Aurélio, Presidente, Moreira Alves e Nelson Jobim. Presidência do Senhor Ministro Ilmar Galvão, Vice-Presidente. Plenário, 29.08.2002.

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL. INTERVENÇÃO ESTADUAL NO MUNICÍPIO. C.F., art. 35, I, II e III. Constituição do Estado do Pará, art. 84, I, II e III. COMPETÊNCIA ATRIBUÍDA AO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO PARA REQUERER AO GOVERNADOR A INTERVENÇÃO. Constituição do Pará, art. 85, I.

I. - É inconstitucional a atribuição conferida, pela Constituição do Pará, art. 85, I, ao Tribunal de Contas dos Municípios, para requerer ao Governador do Estado a intervenção em Município. Caso em que o Tribunal de Contas age como auxiliar do Legislativo Municipal, a este cabendo formular a representação, se não rejeitar, por decisão de dois terços dos seus membros, o parecer prévio emitido pelo Tribunal (C.F., art. 31, § 2º).

II. - Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

Secretaria de Apoio aos Julgamentos  
**ALBERTO VERONESE AGUIAR**  
Secretário

**Atos do Congresso Nacional**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 589, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO DEPUTADO WALFRIDO MONTEIRO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Icó, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 375, de 11 de julho de 2001, que autoriza a Fundação Deputado Walfrido Monteiro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Icó, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de agosto de 2003  
Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 590, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SÃO JUDAS TADEU FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coqueiral, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 323, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio São Judas Tadeu FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coqueiral, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de agosto de 2003  
Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 591, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RIO VERDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Baependi, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio Rio Verde Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Baependi, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de agosto de 2003  
Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 592, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à DRT - DUAGRESTE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 293, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à DRT - Duagreste Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de agosto de 2003  
Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 593, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Municipal de São Vicente do Seridó a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente do Seridó, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 282, de 16 de maio de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Municipal de São Vicente do Seridó a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente do Seridó, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de agosto de 2003  
Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 594, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO SANTO ANTÔNIO DE GRÃO MOGOL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Grão Mogol, Estado de Minas Gerais.



PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE 25/03/02	02
Página: 71	Seção: 1
ANOTADO POR: ROR	

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

✓

PORTARIA Nº 344 , DE 19 DE MARÇO DE 2002.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000700/2000, Concorrência nº 064/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Rio Verde Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Baependi, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**PIMENTA DA VEIGA**

**CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO  
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO RIO  
VERDE LTDA. PARA EXPLORAR O SERVIÇO  
DE RADIODIFUSÃO SONORA EM  
FREQUÊNCIA MODULADA, NA LOCALIDADE  
DE BAEPENDÍ, ESTADO DE MINAS GERAIS.**

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano dois mil e três, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Miro Teixeira, e a RÁDIO RIO VERDE LTDA., CGC 03.890.462/0001-10, representada por seu Procurador, José Geraldo Pelúcio Mangia, RG M-4.031.198 – SSP/MG, CPF 374.481.457/20, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 591, de 26 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 27 de agosto de 2003, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Baependí, Estado de Minas Gerais, regendo-se a referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica assegurado à Rádio Rio Verde Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade Baependí, Estado de Minas Gerais, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

**Parágrafo único.** A execução do serviço é vinculada aos termos do edital da Concorrência nº 064/2000-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

**Cláusula 2ª.** A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

**Cláusula 3ª.** A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União;
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 9 (nove) meses, contado da data da publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União;

*[Assinatura]*



**CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO  
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO RIO  
VERDE LTDA. PARA EXPLORAR O SERVIÇO  
DE RADIODIFUSÃO SONORA EM  
FREQUÊNCIA MODULADA, NA LOCALIDADE  
DE BAEPENDÍ, ESTADO DE MINAS GERAIS.**

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano dois mil e três, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Miro Teixeira, e a RÁDIO RIO VERDE LTDA., CGC 03.890.462/0001-10, representada por seu Procurador, José Geraldo Pelúcio Mangia, RG M-4.031.198 – SSP/MG, CPF 374.481.457/20, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 591, de 26 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 27 de agosto de 2003, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Baependí, Estado de Minas Gerais, regendo-se a referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica assegurado à Rádio Rio Verde Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade Baependí, Estado de Minas Gerais, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

**Parágrafo único.** A execução do serviço é vinculada aos termos do edital da Concorrência nº 064/2000-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

**Cláusula 2ª.** A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

**Cláusula 3ª.** A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União;
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 9 (nove) meses, contado da data da publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União;

*[Assinatura]*

- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;
- q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

*unf.*



r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente.

**Cláusula 4ª.** Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;

j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras "e" e "g" desta cláusula;

*unf*

- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação;
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

**Cláusula 5ª.** A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

**Cláusula 6ª.** A permissionária recolheu o valor de R\$42.800,99 (quarenta e dois mil, oitocentos reais e noventa e nove centavos) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

**Cláusula 7ª.** A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

**Cláusula 8ª.** A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

**Cláusula 9ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.





**Cláusula 10ª.** O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

**Cláusula 11ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

**Parágrafo único.** A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

**Cláusula 12ª.** A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

**Cláusula 13ª.** O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

**Cláusula 14ª.** Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**Parágrafo único.** As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**Cláusula 15ª.** O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

**Cláusula 16ª.** Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.





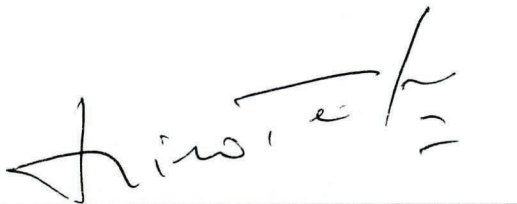

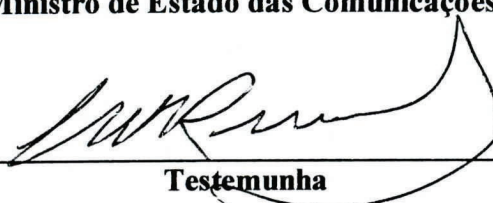

**Cláusula 17ª.** As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

**Cláusula 18ª.** Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

**Cláusula 19ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

**Cláusula 20ª.** Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.

 _____ <b>Ministro de Estado das Comunicações</b>	 _____ <b>Permissionária</b>
 _____ <b>Testemunha</b>	 _____ <b>Testemunha</b>



**AUDITOR DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL - OUTORGA DE TRATAMENTO REMUNERATÓRIO IDENTICO AO ATRIBUÍDO AOS MAGISTRADOS LOCAIS - INADMISSIBILIDADE.**

- Os Auditores do Tribunal de Contas estadual, quando não estejam substituindo os Conselheiros do Tribunal de Contas, não podem ser equiparados, em decorrência do mero exercício das demais atribuições inerentes ao seu cargo, a qualquer membro do Poder Judiciário local, no que se refere a vencimentos e vantagens, eis que a Carta Política, em matéria remuneratória, veda a instituição de regramentos normativos de equiparação ou de vinculação, ressalvadas as hipóteses expressamente autorizadas em sede constitucional.

**AUDITOR ADJUNTO - INGRESSO ORIGINÁRIO NA CARREIRA MEDIANTE PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS - ACESSO AO CARGO FINAL DA CARREIRA (CARGO DE AUDITOR), NA FORMA DA LEGISLAÇÃO ANTERIORMENTE VIGENTE, EXTINTOS OS CARGOS À MEDIDA EM QUE SE VAGAREM - DIREITO RECONHECIDO, EM NORMA TRANSITÓRIA (ADCT ESTADUAL, ART. 46), AOS ATUAIS OCUPANTES DO CARGO DE AUDITOR ADJUNTO - LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL, DESSA REGRA DE DIREITO TRANSITÓRIO.**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.076-5 (4)**  
PROCED. : ACRE  
RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO  
REQTE. : PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL  
ADV. : WLADIMIR SÉRGIO REALE  
REQDA. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE

**Decisão:** O Tribunal, a uma só voz, julgou improcedente o pedido formulado na inicial. Votou o Presidente, o Senhor Ministro Marco Antônio. Impedido o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Moreira Alves. Plenário, 15.08.2002.

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL. CONSTITUIÇÃO: PREÂMBULO. NORMAS CENTRAIS. Constituição do Acre.

I. - Normas centrais da Constituição Federal: essas normas são de reprodução obrigatória na Constituição do Estado-membro, mesmo porque, reproduzidas, ou não, incidirão sobre a ordem local. Reclamações 370-MT e 383-SP (RTJ 147/404).

II. - Preâmbulo da Constituição: não constitui norma central. Invocação da proteção de Deus: não se trata de norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual, não tendo força normativa.

III. - Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Imprensa Nacional**

<http://www.in.gov.br> e-mail: [in@in.gov.br](mailto:in@in.gov.br)  
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF  
CNPJ: 04196645/0001-00  
Fone: 0800-619900

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Presidente da República

**JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA**  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

**FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA**  
Diretor-Geral

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

**ANTONIO FÚCIO DE MENDONÇA NETO**  
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

**JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA**  
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica



**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.631-3 (5)**  
PROCED. : PARÁ  
RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO  
REQTE. : PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB  
ADVDS. : ALBERTO LOPES MAIA FILHO E OUTRO  
REQDA. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na inicial da ação direta para declarar a inconstitucionalidade da expressão "ou do Tribunal de Contas dos Municípios", contida no inciso I do artigo 85 da Constituição do Estado do Pará, vencido o Senhor Ministro Sepúlveda Pertence, que a julgava improcedente. Votou o Presidente. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Marco Aurélio, Presidente, Moreira Alves e Nelson Jobim. Presidência do Senhor Ministro Ilmar Galvão, Vice-Presidente. Plenário, 29.08.2002.

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL. INTERVENÇÃO ESTADUAL NO MUNICÍPIO. C.F., art. 35, I, II e III. Constituição do Estado do Pará, art. 84, I, II e III. COMPETÊNCIA ATRIBUÍDA AO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO PARA REQUERER AO GOVERNADOR A INTERVENÇÃO. Constituição do Pará, art. 85, I.

I. - É inconstitucional a atribuição conferida, pela Constituição do Pará, art. 85, I, ao Tribunal de Contas dos Municípios, para requerer ao Governador do Estado a intervenção em Município. Caso em que o Tribunal de Contas age como auxiliar do Legislativo Municipal, a este cabendo formular a representação, se não rejeitar, por decisão de dois terços dos seus membros, o parecer prévio emitido pelo Tribunal (C.F., art. 31, § 2º).

II. - Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

Secretaria de Apoio aos Julgamentos  
**ALBERTO VERONESE AGUIAR**  
Secretário

**Atos do Congresso Nacional**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 589, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO DEPUTADO WALFRIDO MONTEIRO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Icó, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 375, de 11 de julho de 2001, que autoriza a Fundação Deputado Walfrido Monteiro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Icó, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de agosto de 2003  
Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 590, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SÃO JUDAS TADEU FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coqueiral, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 323, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio São Judas Tadeu FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coqueiral, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de agosto de 2003  
Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 591, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO RIO VERDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Baependi, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio Rio Verde Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Baependi, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de agosto de 2003  
Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 592, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à DRT - DUAGRESTE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 293, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à DRT - Duagreste Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de agosto de 2003  
Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 593, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Municipal de São Vicente do Seridó a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente do Seridó, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 282, de 16 de maio de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Municipal de São Vicente do Seridó a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Vicente do Seridó, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de agosto de 2003  
Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 594, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO SANTO ANTÔNIO DE GRÃO MOGOL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Grão Mogol, Estado de Minas Gerais.

03.890-462/0001-10

Av. Berenice Catão, s/nº - São  
Cristóvão - Baependi/MG

CEP: 37.443-000



Canal 291

PUBLICADO NO DIÁRIO		
OFICIAL DE	25/03/02	
Página:	71	Seção: 1
ANOTADO POR:	Roe	

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 344 , DE 19 DE MARÇO DE 2002.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000700/2000, Concorrência nº 064/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Rio Verde Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Baependi, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**PIMENTA DA VEIGA**

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

**NOTA TÉCNICA Nº 28787/2017/SEI-MCTIC****Processo nº** 01250.075293/2017-56**Assunto:** ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E ARQUIVAMENTO. Alteração Contratual/Estatutária.

Remessa dos autos ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Fiscalização - DECEF.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Rio Verde Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Baependi, estado de Minas Gerais, por intermédio da qual apresenta 3ª Alteração Contratual efetivada pela Entidade.

**ANÁLISE**

2. O requerimento inicial encontra-se firmado pelo Sr. Raphael Silva Reis, intitulado representante legal da Entidade, nos termos do instrumento de alteração contratual. Desta forma, considerando a comprovação da legitimidade do subscritor do r. requerimento, o pedido passa a ser conhecido por esta Pasta, dando condições de prosseguimento da análise.

3. Preliminarmente cumpre informar que a Entidade encaminhou nos autos do protocolo de resposta nº 01250064838/2017-07 em 20.10.2017, do processo de renovação de outorga de nº 53000.060582/2013-72, as suas alterações contratuais de nºs 1 e 2.

4. Quanto à análise das operações realizadas, por meio da Alteração Contratual/Estatutária:

4.1. Infere-se da Pasta Jurídica da Entidade que os últimos quadros societário e diretivo **aprovados** por este Ministério, quando do Ato de Outorga, por meio do Contrato Social de 14 de junho de 2000, são os seguintes:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Marina Paiva Mangia	15.000	15.000,00
Marcelo Paiva Mangia	15.000	15.000,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
Marina Paiva Mangia	Gerente
Marcelo Paiva Mangia	Gerente

4.2. Entretanto, verifica-se dos termos da 1ª Alteração Contratual realizada em

24.01.2011, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 4545073, em 01.03.2011, que dispõe sobre: retirada e ingresso de sócias pessoas jurídicas por meio de alteração de controle societário, modificação do quadro diretivo, alteração do nome fantasia para "Festa FM", e, alteração do Objetivo Social, que era:

"3ª) A sociedade propõe a executar e explorar o serviço de radiodifusão sonora, mediante concessão ou permissão do Poder Concedente do Governo Federal no estrito seguimento da Legislação de Radiodifusão vigente.

4ª) Os objetivos da sociedade se identificam com o que dispões o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que instituiu o Regulamento de Radiodifusão sendo prioritário os programas de natureza educativa, informativa, recreativa, e ao vivo, paralelamente com as atividades de publicidades comerciais compatíveis, para o suporte dos encargos da empresa e sua melhor dimensão técnica e artística. "

Após a alteração passou a ser:

**"Cláusula Terceira:** A sociedade propõe a executar e explorar o serviço de radiodifusão sonora, mediante concessão ou permissão do Poder Concedente do Governo Federal no estrito seguimento da Legislação de Radiodifusão vigente, os objetivos da sociedade se identificam com o que dispões o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que instituiu o Regulamento de Radiodifusão sendo prioritário os programas de natureza educativa, informativa, recreativa, e ao vivo, paralelamente com as atividades de publicidades comerciais compatíveis, para o suporte dos encargos da empresa e sua melhor dimensão técnica e artística, comunicação, promoção, vendas e publicidade, a produção e exploração de atividades de entretenimento e eventos em geral, produção de espetáculos de dança e produção musical. "

Superando isso, após a efetivação das alterações realizadas os quadros societário e diretivo da Empresa restaram os seguintes:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
<b>Janbrar Participações e Investimentos Ltda.</b>	<b>29.700</b>	<b>29.700,00</b>
<b>Guarany Participações Ltda.</b>	<b>300</b>	<b>300,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>30.000</b>	<b>30.000,00</b>

NOME	CARGO
<b>José Geraldo Pelucio Mangia</b>	<b>Administrador</b>

4.3. Já quanto a 2ª Alteração Contratual realizada em 02.04.2011, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 4642444, em 29.06.2011, que dispõe sobre: retirada e ingresso de sócios e novo administrador, resultando, à época, em alteração do controle societário, os quadros ficaram os seguintes:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
<b>Marina Paiva Mangia</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000,00</b>
<b>Marcelo Paiva Mangia</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000,00</b>

TOTAL	30.000	30.000,00
-------	--------	-----------

NOME	CARGO
<b>Marina Paiva Mangia</b>	<b>Administradora</b>
<b>Marcelo Paiva Mangia</b>	<b>Administrador</b>

4.4. Por fim, a 3ª Alteração Contratual realizada em 17.08.2015 e registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 6347619, em 09.11.2017, que dispõe sobre: ingresso e retirada de sócios com alteração no quadro diretivo, depreende-se do ato que os quadros ficaram da seguinte maneira:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
<b>Lázaro Roberto da Silva</b>	<b>27.000</b>	<b>27.000,00</b>
<b>Raphael Silva Reis</b>	<b>3.000</b>	<b>3.000,00</b>
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
<b>Raphael Silva Reis</b>	<b>Administrador</b>

4.5. Observa-se que a 1ª e 2ª Alterações Contratuais apresentadas, dependiam de prévia autorização deste Ministério para serem registradas, uma vez que, à época, resultaram em alteração do controle societário, conforme regra prevista na alínea "c" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela Lei nº 10.610/2002). Com o não respeito da Lei, deverá ser provocado o Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Fiscalização - DECEF, com vistas à possibilidade de instauração de processo de apuração de infração.

4.6. Ademais, verifica-se da 3ª Alteração Contratual apresentada, apesar de independer de prévia autorização deste Ministério para ser registrada, deve ser comunicada ao Órgão competente do Poder Executivo no prazo legal, conforme regra prevista na alínea "b" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela Lei nº 13.424/2017), *in verbis*:

(...) as alterações contratuais ou estatutárias deverão ser encaminhadas ao órgão competente do Poder Executivo, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato, acompanhadas de todos os documentos que comprovam atendimento à legislação em vigor, nos termos regulamentares;

4.7. Por efeito, confrontadas as datas de protocolização do requerimento (05.12.2017) e do registro da operação (09.11.2017), constata-se que houve respeito ao prazo legal supracitado, uma vez que a manifestação da Entidade se deu de forma TEMPESTIVA.

5. Quanto à análise da documentação pessoal dos sócios/diretores:



5.1. Dá documentação acostada restou constatado o preenchimento dos requisitos necessários para este tipo de operação, quais sejam eles:

- a) comprovação de brasileiro nato/naturalizado (evento SEI nº 2460956 e 2460955);
- b) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previsto no art. 1º, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64/1990 (evento SEI nº 2460950).

6. Quanto aos limites de Outorga estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67:

6.1. Informa-se que a Interessada e os sócios/dirigentes não extrapolam os limites de outorga, conforme se depreende de consulta realizada no dia 13.12.2017 ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO (evento SEI nº 2492679).

7. Por fim, considerando que as Alterações de nºs 1, 2 e 3 já se encontram registradas, bem como a constatação da regularidade da instrução do pedido, de acordo com as novas exigências regulamentares, nada mais resta propor senão a regularização da Entidade, com anotação cadastral, atualização dos sistemas pertinentes e posterior arquivamento, haja vista ter se exaurido a sua finalidade. Ressalta-se ainda que, embora os registros cadastrais da Interessada sejam atualizados com as mencionadas alterações, isso não a exime de apresentar a esta Pasta as demais alterações contratuais havidas após a 3ª.

## CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, opina-se pela remessa:

- a) de ofício à Entidade, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, para ciência das providências administrativas adotadas por esta Pasta;
- b) dos autos ao Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão - SECIR, para anotação cadastral, fazendo acostar à Pasta Jurídica as Alterações de nºs 1, 2 e 3, atualização dos sistemas pertinentes, e ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS para arquivamento definitivo; e
- c) dos autos ao DECEF, para a adoção das medidas cabíveis quanto ao exposto no parágrafo 4.5.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Chefe de Serviço**, em 07/02/2018, às 15:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora da**

**Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias**, em 15/02/2018, às 09:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 15/02/2018, às 13:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2492856** e o código CRC **A84FF8FF**.

---

## Minutas e Anexos

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 01250.075293/2017-56

SEI nº 2492856

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

<b>Processo nº</b> 53000.060582/2013-72		
<b>Entidade:</b> Rádio Rio Verde Ltda-	<b>CNPJ:</b> 03.890.462/0001-10	
<b>Executante do serviço de radiodifusão FM</b>	<b>Localidade:</b> BAEPENDI	<b>UF:</b> MG
<b>Validade da Outorga:</b> VENCIDA	<b>Período:</b> 2014-2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none"> <li>- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;</li> <li>- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;</li> <li>- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;</li> <li>- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;</li> <li>- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;</li> <li>- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;</li> </ul>	OK	3228002
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	3071500

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	2320035 2634807 3227977
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	3227976
OU APLICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	3227974

	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	0965258
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	2232396
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	31 (0054937)
			4 (0367291)
			32 (0054937)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	3071500
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	29 (0054937) 30 (0054937)
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	0965257
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	1612596
Observações:			

### **CONCLUSÃO**

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Cláudia Franco CARGO: Técnico de Nível Superior III	10/08/2018

**NOTA TÉCNICA Nº 18046/2018/SEI-MCTIC**

**Processo nº** 53000.060582/2013-72

**Assuntos:** DEFERIMENTO. Renovação de Outorga.

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Radio Rio Verde Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Baependi, estado de Minas Gerais, referente ao período de 22.01.2014 à 22.01.2024.

---

**ANÁLISE**

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da permissão para a execução do referido serviço se materializou por meio da Portaria n.º 344, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. de 25 de março de 2002 (evento SEI n.º 2632505, fl. 2), chancelada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 591, de 2003, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 27 de agosto de 2003 (evento SEI n.º 2632505, fl. 1). O correspondente contrato de permissão celebrado com a União foi publicado no D.O.U. de 22 de janeiro de 2004 (evento SEI n.º 1807339, fls. 1-6). Com efeito, depreende-se que a permissão em questão se encontra vencida desde 22.01.2014 (evento SEI nº 0673078, fl. 3).

7. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1, protocolizado em 17.10.2013, (Evento SEI n.º 0054937, fl. 2), a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Assim, considerando que o prazo legal vigente à época, para manifestação de interesse na renovação da delegação era o compreendido entre os dias 22.7.2013 e 22.10.2013, verifica-se que a manifestação da Interessada foi TEMPESTIVA.

8. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

9. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 3253608.

10. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por



seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

11. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º 3227974). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI nº 0965258). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º 3227976), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos conhecidos/aprovados por esta Pasta, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Lázaro Roberto da Silva	27.000	27.000,00
Raphael Silva Reis	3.000	3.000,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
Raphael Silva Reis	Administrador

12.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º 01250.075293/2017-56. No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 28.787/2017/SEI-MC (cuja cópia se encontra colaciona nestes autos sob o evento SEI n. 3253773), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigente, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (evento SEI nº 3071500, fls. 2-4).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a permissão objeto de análise nestes autos.

13.2. O Sr. Lázaro Roberto participa apenas da permissão objeto de análise nestes autos.

13.3. O Sr. Raphael Silva participa apenas da permissão objeto de análise nestes autos.

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD,

a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º 0673078, fl. 5). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º 1713795).

15. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Técnica n.º 5.991/2017/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 1744887), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

16. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Doutra Conjura, para manifestação quanto a legalidade do feito.

---

## CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conjura.

18. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior

*(assinado eletronicamente)*

**CLÁUDIA FRANCO VIEIRA ALMEIDA**  
Técnico de Nível Superior

De acordo. Submeta-se o feito à consideração da Coordenador-Geral de Pós-Outorga

*(assinado eletronicamente)*

**RAFAEL FERREIRA LARCHER**  
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 18.046/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

*(assinado eletronicamente)*

**ALTAIR DE SANTANA PEREIRA**  
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 18.046/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjura.

(assinado eletronicamente)

**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**

Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial<sup>(1)</sup>

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 13/08/2018, às 10:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 13/08/2018, às 10:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 13/08/2018, às 10:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 13/08/2018, às 13:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3253622** e o código CRC **8D4EF175**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE PORTARIA

**PORTARIA Nº , DE DE DE 2018.**

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017 e o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com nova redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 o que consta do Processo Administrativo nº 53000.060582/2013-72, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 18.046/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º \_\_\_\_\_, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

### RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à Radio Rio Verde Ltda., nos termos da Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 591, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 27 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Baependi, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

*(assinado eletronicamente)*

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

## **MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.060582/2013-72, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à Radio Rio Verde Ltda., nos termos da Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 591, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 27 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Baependi, estado de Minas Gerais.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

**Referência:** Processo nº 53000.060582/2013-72

SEI nº 3253622



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

**PARECER n. 00881/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.060582/2013-72**

**INTERESSADOS: RADIO RIO VERDE LTDA - EPP**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

**EMENTA:**

- I. Pedido de renovação da outorga formulado por Radio Rio Verde Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Baependi, estado de Minas Gerais, pelo período de 22/01/2014 a 22/01/2024.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 18046/2018/SEI-MCTIC, na qual espelhada conclusão administrativa pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir, por meio de Portaria, que deverá ser enviada ao Congresso Nacional para apreciação em anexo a mensagem da Presidência da República, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, combinados com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
- VII. Pela restituição do feito para prosseguimento.

Senhora Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares,

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento de **Radio Rio Verde Ltda.** e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do **serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Baependi, estado de Minas Gerais, pelo período de 22/01/2014 a 22/01/2024.**

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 18046/2018/SEI-MCTIC**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes inicialmente remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (**Doc. SEI nº 2480702**):

6. A outorga da permissão para a execução do referido serviço se materializou por meio da Portaria n.º 344, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 25 de março de 2002 (evento SEI n.º [2632505](#), fl. 2), chancelada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 591, de 2003, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 27 de agosto de 2003 (evento SEI n.º [2632505](#), fl. 1). O correspondente contrato de permissão celebrado com a União foi publicado no D.O.U. de 22 de janeiro de 2004 (evento SEI n.º [1807339](#), fls. 1-6). Com efeito, depreende-se que a permissão em questão se encontra vencida desde 22.01.2014 (evento SEI nº [0673078](#), fl. 3).

3. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão, consoante a mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.



## II - ANÁLISE JURÍDICA

5. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, *b*, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

8. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

9. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

10. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

11. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

12. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

13. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

14. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

15. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *'instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta'*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

16. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

17. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

18. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do presente pedido de renovação, atestando a adequação da documentação apresentada, conforme a *"Lista de Verificação de Documentos"* (**Doc. SEI nº 3253608**), deflagrado a análise a partir de requerimento tempestivo e subscrito por representante legal da entidade no qual se pugnou pela renovação da outorga (**Doc. SEI nº 0054937**).

19. Para que se possa avançar na investigação em apreço, anote-se que de acordo com o art. 112 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, o pedido de renovação da outorga para exploração do serviço de radiodifusão deverá ser acompanhado da documentação que seria exigível, ao tempo da renovação, para habilitação à própria outorga. Com efeito, o objetivo da norma é assegurar a manutenção das condições que conferiram à entidade interessada a capacidade de executar o serviço, observadas as eventuais atualizações normativas, **razão pela qual o interessado na renovação deve comprovar a manutenção, nos termos do art. 15 do referido Regulamento, da regularidade de sua habilitação, de sua qualificação econômico-financeira e de sua regularidade fiscal e trabalhista, além de demonstrar a observância das normas técnicas que envolvem a prestação do serviço.**

20. Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder

21. Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, **mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações**, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

22. Com efeito, constata-se a presença das declarações de interesse no caso (**Doc. SEI nº 3228002**), firmada nos termos da nova regulamentação e expedida pelo atual representante legal da entidade, o que permite examinar, a seguir, os requisitos pertinentes à habilitação, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, regularidade trabalhista e observância das normas técnicas relacionadas à execução do serviço.

23. **No que diz respeito à habilitação jurídica**, a entidade fez carrear aos autos cópia de seu ato constitutivo e das alterações realizadas no contrato social, registrados no órgão competente, conforme certidão emitida pela Junta Comercial respectiva (**Doc. SEI nº 2320035, nº 2634807 e nº 3227976**). Note-se que apenas com a juntada dos referidos documentos cumpriu a entidade o dever de comunicar alterações societárias, informações tratadas pela Secretaria de Radiodifusão por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 28787/2017/SEI-MCTIC (Doc. SEI nº 3253773)**, na qual assim se concluiu, no que importa ao presente estudo:

4.5. Observa-se que a 1ª e 2ª Alterações Contratuais apresentadas, dependiam de prévia autorização deste Ministério para serem registradas, uma vez que, à época, resultaram em alteração do controle societário, conforme regra prevista na alínea "c" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela Lei nº 10.610/2002). Com o não respeito da Lei, deverá ser provocado o Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Fiscalização - DECEF, com vistas à possibilidade de instauração de processo de apuração de infração.

4.6. Ademais, verifica-se da 3ª Alteração Contratual apresentada, apesar de independência de prévia autorização deste Ministério para ser registrada, deve ser comunicada ao Órgão competente do Poder Executivo no prazo legal, conforme regra prevista na alínea "b" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela Lei nº 13.424/2017), in verbis:

[...]

4.7. Por efeito, confrontadas as datas de protocolização do requerimento (05.12.2017) e do registro da operação (09.11.2017), constata-se que houve respeito ao prazo legal supracitado, uma vez que a manifestação da Entidade se deu de forma TEMPESTIVA.

[...]

7. Por fim, considerando que as Alterações de nºs 1, 2 e 3 já se encontram registradas, bem como a constatação da regularidade da instrução do pedido, de acordo com as novas exigências regulamentares, nada mais resta propor senão a regularização da Entidade, com anotação cadastral, atualização dos sistemas pertinentes e posterior arquivamento, haja vista ter se exaurido a sua finalidade. Ressalta-se ainda que, embora os registros cadastrais da Interessada sejam atualizados com as mencionadas alterações, isso não a exime de apresentar a esta Pasta as demais alterações contratuais havidas após a 3ª.

[...]

8. Diante do exposto, opina-se pela remessa:

[...]

c) dos autos ao DECEF, para a adoção das medidas cabíveis quanto ao exposto no parágrafo 4.5.

24. Como se vê, já há atuação administrativa para apuração da suposta irregularidade, o que não gera empecilho, porém, ao prosseguimento do pleito renovatório. Assim, a respeito da composição do quadro societário, agora de conformidade com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º [3227976](#)), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos conhecidos/aprovados por esta Pasta, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Lázaro Roberto da Silva	27.000	27.000,00
Raphael Silva Reis	3.000	3.000,00
TOTAL	30.000	30.000,00

NOME	CARGO
Raphael Silva Reis	Administrador

12.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º 01250.075293/2017-56. No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 28.787/2017/SEI-MC (cuja cópia se encontra colacionada nestes autos sob o evento SEI n.º [3253773](#)), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

25. Para demonstrar a manutenção da **qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do **balanço patrimonial e demonstrativo de resultados**, exigidos pela legislação de regência (**doc. SEI nº 3227974**) e **certidão negativa de falência ou recuperação judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (**doc. SEI nº 0965258**), documentação que levou a Secretaria de Radiodifusão a assim concluir, no ponto: *“Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR(evento SEI n.º [3227974](#)). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI nº [0965258](#))”*.

26. **A regularidade fiscal, por sua vez, restou demonstrada** por meio da juntada das certidões negativas de débito junto ao FISTEL, INSS, FGTS e Fazendas federal, estadual e municipal, demonstrada também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, a **regularidade trabalhista** com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (**doc. SEI nº doc. SEI nº 0054937, nº 0367291, nº 3071500 e nº 0965257**). Vale assinalar que algumas das certidões demonstrativas da regularidade remontam ao tempo da protocolização do feito, o que não constitui óbice, uma vez que o ato foi praticado, ao seu tempo, em conformidade com o exigido. Anote-se, porém, que para que sejam absolutamente preservados os interesses da União, como será melhor consignado mais adiante, deverá ser reapresentada a documentação probatória atualizada da entidade por ocasião da assinatura do aditivo contratual, para que sejam absorvidos os efeitos naturais derivados do lapso temporal que envolve a edição de um ato administrativo complexo, como o presente.

27. **Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação**, consta do processo em epígrafe a **NOTA TÉCNICA Nº 5991/2017/SEI-MCTIC (Doc. SEI nº 1744887)**, segundo a qual *“o Laudo de Vistoria Técnica da Estação, o Laudo de Ensaio do transmissor principal e as declarações apresentadas estão em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente, estando apta tecnicamente para dar prosseguimento ao processo de Renovação de Outorga.”*, razão pela qual opinou a área responsável pela análise *“pelo encaminhamento da presente Nota à Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão, para continuidade do processo de Renovação de Outorga”*.

28. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º [0673078](#), fl. 5). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º [1713795](#)).

29. Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou a inexistência de infração à regra disposta no art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967, que estabelece limites para exercício

de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei nº 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. É o que denota o Relatório extraído do Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO (**Doc. SEI nº 3071500**), manifestando-se a Secretaria de Radiodifusão nos seguintes termos:

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigente, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO (evento SEI nº [3071500](#), fls. 2-4).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a permissão objeto de análise nestes autos.

13.2. O Sr. Lázaro Roberto participa apenas da permissão objeto de análise nestes autos.

13.3. O Sr. Raphael Silva participa apenas da permissão objeto de análise nestes autos.

30. Registre-se, em sequência, que constam do processo em testilha diversos outros documentos que comprovariam requisitos exigíveis ao tempo em que protocolizado o pedido de renovação, mas cuja análise deixou de ser requerida pelas normas atualmente vigentes, conforme já narrado.

31. Como se vê, os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável e, por sua vez, a minuta do ato a ser praticado encontra-se em conformidade com o seu propósito, **não se identificando, nessa ocasião, óbice jurídico ao prosseguimento do feito.**

32. Em adendo consigne-se apenas a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

### III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, com a remessa dos autos a quem de direito.

34. É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens.

À consideração superior.

Brasília, 16 de agosto de 2018.

DENIS SOARES FRANÇA  
ADVOGADO DA UNIÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000060582201372 e da chave de acesso aec56174

---

Documento assinado eletronicamente por DENIS SOARES FRANÇA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 159221449 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DENIS SOARES FRANÇA. Data e Hora: 16-08-2018 18:40. Número de Série: 14689723818856013. Emissor: AC CAIXA PF v2.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES - CORSA  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 01245/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.060582/2013-72**

**INTERESSADOS: RADIO RIO VERDE LTDA - EPP**

**ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO**

Aprovo o **PARECER Nº 881/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** de autoria do Advogado da União Dr. Denis Soares França.

À apreciação do Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão.

Brasília, 20 de agosto de 2018.

**DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL**

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000060582201372 e da chave de acesso aec56174

---

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 160915432 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 20-08-2018 16:21. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 01251/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53000.060582/2013-72**

**INTERESSADOS: RADIO RIO VERDE LTDA - EPP**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. Pedido de renovação de outorga para exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais.**

1. Aprovo o **DESPACHO Nº 01245/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, Dra. Daniele Lustz Portela Brasil, que aprovou o **PARECER Nº 00881/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de autoria do Advogado da União, Dr. Dênis Soares França, que também aprovo.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 21 de agosto de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA  
Assistente Jurídico da União  
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação  
Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016  
Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.2798, de 17/11/2016

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000060582201372 e da chave de acesso aec56174

---

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 161327973 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 21-08-2018 11:26. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---



## **PORTARIA Nº 4290/2018/SEI-MCTIC**

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, tendo em vista o disposto na Lei n.º 13.424, de 28 de março de 2017 e o disposto no Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, com nova redação dada pelo Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017 o que consta do Processo Administrativo n.º 53000.060582/2013-72, invocando as razões presente na Nota Técnica n.º 18.046/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 00881/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à Radio Rio Verde Ltda., nos termos da Portaria n.º 344, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 591, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 27 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Baependi, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 24/08/2018, às 15:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3285507** e o código CRC **FEB35085**.

---

---

Referência: Processo nº 53000.060582/2013-72

SEI nº 3285507

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.060582/2013-72, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à Radio Rio Verde Ltda., nos termos da Portaria nº 344, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 591, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 27 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Baependi, estado de Minas Gerais.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 24/08/2018, às 15:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3285544** e o código CRC **9C37C3AD**.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 33953/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

RÁDIO RIO VERDE LTDA. (CNPJ Nº 03.890.462/0001-10)

Avenida Berenice Catão, s/ n, Caixa Postal 16º - Bairro São Cristóvão

37.443-000 Baependi/MG

**Assunto: Renovação de Outorga. Deferimento. Pagamento de taxa de publicação – Processo nº 53000.060582/2013-72**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO da solicitação contida no processo em referência, efetuada por essa entidade.

2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação no Diário Oficial da União.

3. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 24/08/2018, às 16:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3299203** e o código CRC **1B23C30F**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 33953/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.060582/2013-72 - Nº SEI: 3299203



001-9

00190.00009 02941.021004 00062.758172 6 76490000033040

Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>			Código do Cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>		Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0001</b>	Nosso número <b>00029410210000062758</b>
Número do documento <b>4</b>		CPF/CNPJ <b>04.196.645/0001-00</b>		Vencimento <b>16/09/2018</b>		Valor documento <b>330,40</b>	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

**RÁDIO RIO VERDE LTDA.**

Avenida Berenice Catão, s/ n, Caixa Postal 16°, São Cristóvão

Baependi, MG - CEP: 37443-000

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4937507 enviado em 27/08/2018

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02941.021004 00062.758172 6 76490000033040

Local de pagamento <b>Pagável em qualquer Banco até o vencimento</b>						Vencimento <b>16/09/2018</b>
Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>						Agência/Código cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>
Data do documento <b>27/08/2018</b>	Nº documento <b>4</b>	Espécie doc. <b>ND</b>	Aceite <b>N</b>	Data process. <b>27/08/2018</b>	Nosso número <b>00029410210000062758</b>	
Uso do banco / Convênio <b>33804/2941021</b>	Carteira <b>17 / 124</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0001</b>	Valor Documento <b>330,40</b>	(=) Valor documento <b>330,40</b>	

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 4937507 enviado em 27/08/2018

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

**RÁDIO RIO VERDE LTDA.**

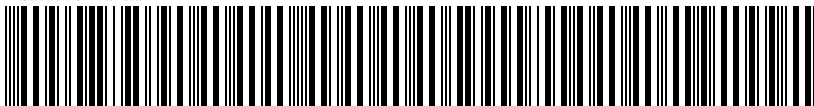
Avenida Berenice Catão, s/ n, Caixa Postal 16°, São Cristóvão

Baependi, MG - CEP: 37443-000

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada



[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 27/08/2018 15:08:50**Origem:** Secretaria de Radiodifusão**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA**Ofício:** 4937507**Data prevista de publicação:** 28/08/2018**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1**Forma de pagamento:** Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
11029325	ATO PORTARIA Nº 4290_53000.060582.2013.72.rtf	f2920c83908f227a ef9d56a55848c59f	10,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>10,00</b>	<b>R\$ 330,40</b>
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>10,00</b>	<b>R\$ 330,40</b>

**Data de Envio:**

28/08/2018 09:01:59

**De:**

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos\_ren@mctic.gov.br>

**Para:**

andre@ribeiroedamasceno.com.br

**Assunto:**

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

**Mensagem:**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES&#8203;

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.060582/2013-72

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_3299203.html

Boleto\_3303196\_BOLETO\_PORT\_4290\_53000.060582.2013.72.pdf

Comprovante\_3303206\_RECIBO\_PORT\_4290\_53000.060582.2013.72.pdf



Santo Antônio da Barra	33 a 35	33 a 01	33 a 02
Santo Antônio de Goiás	33 a 35	33 a 01	33 a 02
Santo Antônio do Descoberto	30 a 36	30 a 01	30 a 02
São Domingos	30 a 34	30 a 36	30 a 01
São Francisco de Goiás	30 a 36	30 a 01	30 a 02
São João d'Aliança	30 a 35	30 a 35	30 a 01
São João da Paraúna	33 a 35	33 a 01	33 a 01
São Luís de Montes Belos	30 a 35	30 a 01	30 a 01
São Luiz do Norte	34 a 36	34 a 01	34 a 02
São Miguel do Araguaia	30	30	30
São Miguel do Passa Quatro	31 a 35	31 a 01	31 a 02
São Patrício	30 a 36	30 a 01	30 a 02
São Simão	30 a 34	30 a 01	30 a 01
Senador Canedo	31 a 01	31 a 02	31 a 02
Serranópolis	34 a 01	34 a 02	34 a 02
Silvânia	31 a 36	31 a 02	31 a 02
Simolândia	30 a 34	30 a 36	30 a 36
Sítio d'Abadia	30 a 34	30 a 35	30 a 01
Taquaral de Goiás	30 a 35	30 a 01	30 a 02
Teresina de Goiás	30 a 35	30 a 01	30 a 01
Terezópolis de Goiás	30 a 36	30 a 02	30 a 02
Três Ranchos	30 a 34	30 a 01	30 a 01
Trindade	33 a 35	33 a 01	33 a 02
Trombas	30 a 35	30 a 01	30 a 01
Turvânia	30 a 36	30 a 01	30 a 01
Turvelândia	33 a 35	33 a 01	33 a 01
Uirapuru	30 a 35	30 a 01	30 a 01
Uruaçu	34 a 35	34 a 01	34 a 02
Uruana	30 a 36	30 a 01	30 a 02
Urutaí	31 a 35	31 a 36	31 a 01
Valparaíso de Goiás	30 a 35	30 a 01	30 a 02
Varjão	30 a 36	30 a 02	30 a 02
Vianópolis	31 a 35	31 a 01	31 a 02
Vicentinópolis	33 a 35	33 a 01	33 a 02
Vila Boa	30 a 35	30 a 01	30 a 02
Vila Propício	31 a 35	31 a 35	31 a 02

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.290-SEI, DE 24 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, tendo em vista o disposto na Lei n.º 13.424, de 28 de março de 2017 e o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro e 1963, com nova redação dada pelo Decreto n 9.138, de 22 de agosto de 2017 o que consta do Processo Administrativo nº 53000.060582/2013-72, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 18.046/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º00881/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de janeiro de 2014, a permissão outorgada à Radio Rio Verde Ltda., nos termos da Portaria n.º 344, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 591, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 27 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Baependi, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.412, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

Homologa, de forma escalonada, o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, dos agrupamentos de municípios de Juazeiro do Norte/CE e Sobral/CE.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV da Constituição Federal, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, inciso III, da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que transfere as competências do extinto Ministério das Comunicações para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 5.820, de 29 de junho de 2006, alterado pelos Decretos n.º 7.670, de 16 de janeiro de 2012, n.º 8.061, de 29 de julho de 2013 e n.º 8.753, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre SBTVD-T e estabeleça diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV) e do Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV), e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e alterações, segundo o qual o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações estabelecerá cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T;

CONSIDERANDO o disposto no art. 14 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e alterações, segundo o qual o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expedirá normas complementares necessárias à execução e operacionalização do SBTVD-T;

CONSIDERANDO o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços TV e RTV para o SBTVD-T, definido pela Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, que foi alterada pela Portaria MCTIC nº 7.432, de 20 de dezembro de 2017, pela Portaria MCTIC nº 1.019, de 26 de fevereiro de 2018 e pela Portaria MCTIC nº 3.291 de 25 de junho de 2018;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Portaria MCTIC n.º 2.992, de 26 de maio de 2017, que estabelece como condição para o desligamento da transmissão analógica dos serviços de TV e RTV, que pelo menos 93% (noventa e três por cento) dos domicílios do município que acessem o serviço livre, aberto e gratuito por transmissão terrestre, estejam aptos à recepção da televisão digital terrestre;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do art. 5º da Portaria MCTIC n.º 2.992, de 26 de maio de 2017, que estabelece que cabe ao Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV - GIRED, aferir o atingimento do mencionado percentual de domicílios aptos à recepção da televisão digital terrestre;

CONSIDERANDO a decisão tomada na 14ª Reunião Ordinária do GIRED, de considerar o percentual mínimo para atingimento da condição do desligamento como sendo o de 90 (noventa) pontos percentuais, tendo em vista a margem de erro de 3 (três) pontos percentuais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Portaria MC nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, que estabelece que a concessão de outorgas para a exploração do Serviço de RTV em caráter secundário, com a utilização de tecnologia digital, ocorrerá até a data do desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma estabelecido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e

CONSIDERANDO que o GIRED, em sua 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 de agosto de 2018, deliberou no sentido de recomendar ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o desligamento escalonado da transmissão analógica dos serviços de TV e RTV, dos agrupamentos de municípios de Juazeiro do Norte/CE e Sobral/CE, conforme disposto no Ofício nº 449/2018/SEI/GPR-ANATEL, encaminhado pelo Presidente do GIRED, resolve:

Art. 1º Homologar o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, com início às 23 horas e 59 minutos do dia 28 de agosto de 2018 e término às 23 horas e 59 minutos do dia 31 de outubro de 2018, dos agrupamentos de municípios de Juazeiro do Norte/CE e Sobral/CE, que abrangem os seguintes municípios do Estado do Ceará: Barbalha, Caririáçu, Crato, Forquilha, Juazeiro do Norte, Massapê, Missão Velha, Santana do Acaraú e Sobral.

Art. 2º Após o início do encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, não serão concedidas autorizações para exploração do Serviço de RTV em caráter secundário, conforme estabelece o art. 2º da Portaria MC nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 697, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

Atribui e destina faixas de radiofrequência ao Serviço de Radioamador e aprova o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências pelo Serviço de Radioamador.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelos arts. 17 e 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO a competência da Anatel de adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público, de acordo com o disposto no art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997;

CONSIDERANDO a competência da Anatel de regular o uso eficiente e adequado do espectro, consoante o interesse público, de acordo com o disposto no art. 160 da Lei nº 9.472, de 1997;

CONSIDERANDO os termos dos arts. 159 e 161 da Lei nº 9.472, de 1997, segundo os quais, na destinação de faixas de radiofrequência, será considerado o emprego racional e econômico do espectro e que, a qualquer tempo, poderá ser modificada, desde que o interesse público ou o cumprimento de convenções ou tratados internacionais assim o determine;

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento de Radiocomunicações da União Internacional de Telecomunicações - UIT, edição 2016, no qual constam as atribuições ao Serviço de Radioamador aprovadas na Conferência Mundial de Radiocomunicações de 2015 e anteriores;

CONSIDERANDO o benefício para os radioamadores brasileiros em viabilizar a rádio experimentação e a operação em faixas de radiofrequência padronizadas internacionalmente;

CONSIDERANDO as contribuições recebidas em decorrência da Consulta Pública nº 14, de 7 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de junho de 2017;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 857, de 23 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.026094/2016-48, resolve:

Art. 1º Atribuir e destinar adicionalmente ao Serviço de Radioamador, em caráter primário e sem exclusividade, as faixas de radiofrequência de 1850 kHz a 2000 kHz e de 3800 kHz a 4000 kHz.

Art. 2º Atribuir e destinar adicionalmente ao Serviço de Radioamador, em caráter secundário, as seguintes faixas de radiofrequência:

I - 135,7 kHz a 137,8 kHz, 472 kHz a 479 kHz e 10100 kHz a 10138 kHz, adotando as Notas Internacionais 5.67A e 5.80A; e,

II - 5351,5 kHz a 5366,5 kHz.

Art. 3º Destinar ao Serviço de Radioamador, em caráter secundário, a faixa de 122,25 GHz a 123 GHz.

Art. 4º Revogar a atribuição e destinação da faixa de radiofrequência de 3500 MHz a 3600 MHz ao Serviço de Radioamador.

Art. 5º Manter a destinação das faixas de radiofrequência listadas a seguir ao Serviço de Radioamador, em caráter primário e de forma não exclusiva:

I - 1800 - 2000 kHz;

II - 3500 - 4000 kHz;

III - 7000 - 7100 kHz;

IV - 7100 - 7300 kHz;

V - 14000 - 14250 kHz;

VI - 14250 - 14350 kHz;

VII - 18068 - 18168 kHz;

VIII - 21000 - 21450 kHz;

IX - 24890 - 24990 kHz;

X - 28000 - 29700 kHz;

XI - 50 - 54 MHz;

XII - 144 - 146 MHz;

XIII - 146 - 148 MHz;

XIV - 220 - 225 MHz;

XV - 24 - 24,05 GHz;

XVI - 47 - 47,2 GHz;

XVII - 77,5 - 78 GHz;

XVIII - 134 - 136 GHz; e,

XIX - 248 - 250 GHz.

Parágrafo único. As faixas de radiofrequência dispostas nos incisos III, V, VII, VIII, IX, X, XII, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX do caput deste artigo poderão ser utilizadas também para aplicações de radioamador por satélite, respeitado o caráter da faixa.

Art. 6º Manter a destinação das faixas de radiofrequência listadas a seguir ao Serviço de Radioamador, em caráter secundário e de forma não exclusiva:

I - 135,7 - 137,8 kHz;

II - 472 - 479 kHz;

III - 5351,5 - 5366,5 kHz;

IV - 10100 - 10150 kHz;

V - 430 - 435 MHz;

VI - 435 - 438 MHz;

VII - 438 - 440 MHz;

VIII - 902 - 907,5 MHz;

IX - 915 - 928 MHz;

X - 1240 - 1260 MHz;

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

## DESPACHO

Processo: 53000.060582/2013-72

1. Tendo em vista a publicação no Diário Oficial da União - D.O.U, do dia 30 de agosto de 2018 (Evento SEI nº 3317108), da Portaria nº 4.290/SEI, de 24 de agosto, de 2018, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rio Verde Ltda - Epp., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Baependi, estado de Minas Gerais, **remeto os autos ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS, para anotação cadastral e atualização dos sistemas pertinentes.**

2. Após a adoção dessas providências os autos devem ser encaminhados ao Gabinete do Ministro, para posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 30/08/2018, às 16:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3317621** e o código CRC **2D91E4AD**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.060582/2013-72

SEI nº 3317621

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO RIO VERDE LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (35) 3343-1960	<b>E-mail:</b> rioverdefm@rioverdefm.com.br
<b>CNPJ:</b> 03.890.462/0001-10	<b>Número do Fistel:</b> 50012011282
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 22/01/2004	<b>Serviço:</b> 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	
<b>Observações:</b> SSC14/96;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO Nº 67.359, DE 28/09/2007, PUBLICADO NO DOU. DE 01/10/2007.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Avenida Berenice Catão	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> São Cristóvão	<b>Numero:</b> s/nº	
<b>Município:</b> Baependi	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 37443000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> AVENIDA BERENICE CATÃO	<b>Complemento:</b> CAIXA POSTAL 16	
<b>Bairro:</b> SAO CRISTOVAO	<b>Numero:</b> S/Nº,	
<b>Município:</b> Baependi	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 37443000

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> SERRA SANTA MARIA - ZONA RURAL	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> -	<b>Numero:</b> S/N	
<b>Município:</b> Baependi	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 37443000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> RUA EMÍLIO PATROCÍNIO NOGUEIRA	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CHÁCARA SANTA CRUZ	<b>Numero:</b> S/N	
<b>Município:</b> Baependi	<b>UF:</b> MG	<b>CEP:</b> 37443000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Baependi	<b>UF:</b> MG
<b>Latitude:</b> -21.97694	<b>Longitude:</b> -44.88667

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 292	<b>Frequência:</b> 106.3 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP:</b> 5kW
<b>Altura:</b> 150 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

Limitação por radial dBd											
0º: 0	10º: 0	20º: 0	30º: 0	40º: 0	50º: 0	60º: 0	70º: 0	80º: 0	90º: 0	100º: 0	110º: 0
120º: 0	130º: 0	140º: 0	150º: 0	160º: 0	170º: 0	180º: 6.99	190º: 6.99	200º: 0	210º: 0	220º: 0	230º: 0
240º: 0	250º: 0	260º: 0	270º: 0	280º: 0	290º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 2.22	350º: 2.22

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 323735746						Número Indicativo: ZYT503					
Data Último Licenciamento: 23/11/2009						Número da Licença: 000010/2009-MG					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -21.977				Longitude: -44.887				Cota da base: 1107 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 012830602337						Modelo: TFM 5K0					
Fabricante: Superior Tecnologia em Radiodifusão Ltda						Potência de Operação: 3.200 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LDF7-50A						Fabricante: ANDREW DO BRASIL LTDA					
Comprimento da Linha: 35.00 m		Atenuação: .95 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB			Impedância: 50.00 ohms				
Antena Principal											
Modelo: TTFM3A-2-MOD						Fabricante: TRANS - TEL ANTENAS & RF SYSTEMS					
Ganho: 1.68 dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: 40 °		Polarização: Circular		HCI: 25.37 m		ERP Máximo: 0.76 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0.45		10°: 0.26		20°: 0.1		30°: 0		40°: 0		50°: 0.01	
60°: 0.12		70°: 0.35		80°: 0.67		90°: 0.96		100°: 1.21		110°: 1.44	
120°: 1.68		130°: 1.86		140°: 2.06		150°: 2.45		160°: 3.26		170°: 4.28	
180°: 5.02		190°: 5.22		200°: 5.14		210°: 5.09		220°: 5.26		230°: 5.46	
240°: 5.5		250°: 5.32		260°: 4.98		270°: 4.45		280°: 3.58		290°: 2.53	
300°: 1.73		310°: 1.41		320°: 1.34		330°: 1.24		340°: 0.99		350°: 0.7	
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 006350300345						Modelo: TEC114					
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: .250 kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo: LCF 7/8						Fabricante: KMP - CABOS ESPECIAIS E SISTEMA LTDA					
Comprimento da Linha: 31.00 m		Atenuação: 1.40 dB/100m		Perdas Acessórias: dB			Impedância: 50.00 ohms				
Antena Auxiliar											
Modelo: TTFM3A-2						Fabricante: TRANS - TEL ANTENAS & RF SYSTEMS					
Ganho: .02 dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: 40 °		Polarização: Circular		HCI: 19.05 m		ERP Máximo: 0.76 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
537100007002000	344	Portaria	MC	19/03/2002	25/03/2002	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
530000124902004	517	Portaria	MC	15/12/2005	30/12/2005	Aprovação de Local			Técnico		
Histórico de Documentos Emitidos											



Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
537100007002000	591	Decreto Legislativo	MC	26/08/2003	27/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535000046952006	56688	Ato	CMPRL	10/03/2006	14/03/2006	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
530000124902004	459	Portaria	SSCE	09/12/2008	11/12/2008	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
530000124902004	71	Despacho	MC	27/07/2009		Substituição de Equipamento	Técnico
535240047832012	309	Portaria	MC	13/03/2013	14/03/2013	Multa	Jurídico
530000529932012 -11	4023	Portaria		23/08/2015	03/09/2015	Multa	Jurídico
530000540132012	258	Portaria	MCTIC	05/07/2016	19/08/2016	Multa	Jurídico
530000605822013	4290	Portaria	MCTIC	24/08/2018	30/08/2018	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Divisão de Gestão da Informação

Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão

## DESPACHO INTERNO

**Processo nº: 53000.060582/2013-72**

Certifico que, nesta data, anexe na pasta técnica e jurídica referente à RADIO RIO VERDE LTDA, executante, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Baependi, estado de Minas Gerais, copia da Portaria nº 4.290, de 24 de agosto de 2018. Publicada no D.O.U. em 30/ 08/ 2018, referente a renovação de outorga.

É oportuno lembrar que este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

De ordem, encaminho o presente processo ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga – SEPOS.



Documento assinado eletronicamente por **Noel Sérgio de Almeida, Chefe de Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão**, em 06/09/2018, às 11:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3340795** e o código CRC **5AFF589F**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.060582/2013-72

SEI nº 3340795



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):**

**CGGM\_RÁDIO**

**DEMANDA:**

Encaminhar a Presidência da República

**OBSERVAÇÃO:**

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 06/09/2018, às 15:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3341232** e o código CRC **1ED41F15**.

Relatório da Pesquisa Geral

Impresso por: Sr. Mayky Costa de Araujo  
Impresso em 26/09/2018 12:28

Termo(s): 446 2018  
NUP:  
Origem:  
Co-Autores:  
Destinatário:  
Tipo de Documento:  
Data Inicial:                      Data Final:  
Fluxo/Etapa:  
Conteúdo:  
Total de documentos: 1

NUP	Assunto	Min.	Tarefa	Estado	Tipo	Legado
	MCTIC 00446 2018 Baependi/MG - Renov/FM - Radio Rio Verde Ltda.	MCTIC	Trâmite na PR	Em trâmite na PR	EM para Mensagem	

Relatório da Pesquisa Geral

Impresso por: Sr. Mayky Costa de Araujo  
Impresso em 26/09/2018 12:28

Termo(s): 446 2018

NUP:

Origem:

Co-Autores:

Destinatário:

Tipo de Documento:

Data Inicial: Data Final:

Fluxo/Etapa:

Conteúdo:

Total de documentos: 1

NUP	Assunto	Min.	Tarefa	Estado	Tipo	Legado
	MCTIC 00446 2018 Baependi/MG - Renov/FM - Radio Rio Verde Ltda.	MCTIC	Trâmite na PR	Em trâmite na PR	EM para Mensagem	



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco E  
CEP: 70067-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 36319/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**,  
**Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência**  
**Portaria Nº 1.317/2017**, em 20/09/2018, às 13:46, conforme art. 3º, III, "b", das  
Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3357530** e o  
código CRC **BE1FB07E**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 36319/2018/SEI-MCTIC -  
Processo nº 53000.060582/2013-72 - Nº SEI: 3357530